

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

OS POBRES EM DISPUTA:
*Urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa
d'Água, Florianópolis - anos 1950 e 1960*

Camilo Buss Araujo

Florianópolis
Outubro de 2006

CAMILO BUSS ARAUJO

OS POBRES EM DISPUTA:
*Urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa
d'Água, Florianópolis - anos 1950 e 1960*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza.

**FLORIANÓPOLIS
OUTUBRO DE 2006**

Agradecimentos

Antes de iniciar esta parte de agradecimentos, gostaria de mencionar que esta talvez seja uma das partes mais difíceis de todo o trabalho. Afinal, muitas foram as pessoas com quem tive contato ao longo destes anos de universidade e, em especial, nestes anos de mestrado. Por isso, deixo registrado aqui a possibilidade de ser traído pela memória e pedir antecipadamente desculpas pelas eventuais ausências que possam acontecer. Em segundo lugar, peço permissão para fazer desta parte do trabalho um momento de retribuição sincera por todos os incentivos e momentos vividos na Universidade Federal de Santa Catarina e alertar para o tom de informalidade com que será escrito.

Penso que a primeira pessoa a agradecer seja a minha mãe, Maria Dolores Buss. Não apenas por ser mãe, isto é, compartilhar carinho, conversas, conselhos, idéias, mas também por ser a primeira leitora daquilo que escrevo, contribuindo com sua aguçada percepção e conhecimento para que os erros fossem menos freqüentes. Mais do que ninguém, ela presenciou e esteve ao meu lado nas angústias e realizações durante estes 25 anos que vivemos juntos. Evidentemente, este trabalho não poderia ser realizado sem o apoio do meu outro pilar familiar, o meu pai, Edson Araujo. Sempre presente em todos os momentos da minha vida, dos mais difíceis aos mais felizes, mais do que um pai, um companheiro para conversar, rir, passear, tomar um chopp e discutir os problemas da sociedade.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História, em especial às professoras Cynthia Machado Campos e Maria Bernadete Ramos Flores, coordenadoras do programa durante o período de elaboração do trabalho, pelo incentivo à pesquisa e à apresentação de seus resultados parciais em eventos. Gostaria de agradecer também à CAPES pela bolsa concedida durante o segundo ano de mestrado, sem dúvida a participação do Estado no incentivo à pesquisa científica é fundamental para um projeto de sociedade mais igualitária. Refletir sobre o papel do Estado e sua importância enquanto impulsor de políticas sociais é imprescindível no momento político em que vivemos (próximo ao segundo turno das eleições presidenciais de 2006). Na secretaria do programa, devo os meus mais sinceros agradecimentos à Nazaré, sempre atenciosa e disposta em me ajudar a resolver os problemas e trâmites burocráticos que apareciam. Ao professor Artur Isaia, amigo e orientador no Trabalho de Conclusão de Curso, cuja

contribuição para meu desenvolvimento acadêmico é indescritível. Ao professor Paulo Pinheiro Machado pelas conversas bem-humoradas e pelo apoio nas horas difíceis, como no último Simpósio Nacional de História em Londrina-PR. Ao professor Adriano Luiz Duarte pela leitura atenciosa do trabalho para a qualificação e pelas conversas, acadêmicas e algumas vezes políticas, cujos conteúdos sempre estimulavam minha reflexão. Ao professor Reinaldo Lohn pela disponibilidade em participar do exame de qualificação e pelas sugestões feitas nesta e em outras oportunidades. Ainda no ambiente universitário, agradeço ao professor Joel Pellerin e ao Laboratório de Geoprocessamento (LABGEOP), do departamento de Geociências, pela elaboração e concessão do mapa presente nesta dissertação. Sou grato, principalmente, ao meu orientador, Rogério Luiz de Souza, pelas conversas, disponibilidade, leitura atenta e minuciosa daquilo que escrevia. Com ele entendi com mais clareza o papel do orientador: abrir possibilidades, sugerir caminhos, alertar os desvios e incorreções, dialogar e, sobretudo, oferecer as condições para que o trabalho pudesse ser feito da melhor maneira possível.

No âmbito das minhas relações pessoais, foram muitos aqueles com quem convivi durante estes anos. Cada um com um jeito e formas diferentes de agir (algumas um tanto esquisitas), porém todos fundamentais para a minha construção enquanto pessoa e, conseqüentemente, para a elaboração desta pesquisa. Agradeço ao Wladi, amigo de longa data (praticamente um irmão), parceiro de viagens e companheiro nas lutas políticas por uma sociedade mais justa. Pereira (Rafael), pela parceria e amizade a toda hora, além de ser o melhor elaborador de títulos e frases de efeito que conheci (os Agradecimentos de sua dissertação me serviram de inspiração). Filhote (Rafael da Cunha), parceiro de boteco e notável historiador, futuro doutor pela Unicamp. Marcão, presença constante nos debates realizados na mesa do bar, onde geralmente compartilhamos opiniões semelhantes: Brahma Extra é a melhor cerveja e o Zinedine Zidane joga muito. Morris (alguns chamam de Maurice, mas seu nome oficial é Maurício) idealizador das atitudes mais infundadas, como sair ao final da noite para procurar o último bar aberto, das quais sou seu maior incentivador. Dismael, meu amigo mais teimoso, com o qual compartilho uma paixão: o Clube de Regatas do Flamengo. Gafanhoto, que por ter, assim como eu, o joelho lesionado, assumiu o cargo de técnico do nosso time de “futebol”, o Cavuco F.C. Martoca, grande amiga e madrinha com quem passei ótimos momentos durante a vida de universitário, hoje na longínqua Minas Gerais. Cabeção (Rodrigo), Marx (Gustavo), Engels (Maria Fernanda), Yan, Koreano

(Daniel Boeira), Juliana (DOPS), Jana, Vic, Celso, Eduardo Paegle e todos os outros com quem tive bons convívios ao longo destes anos de Universidade Federal de Santa Catarina, muito obrigado.

Gostaria de agradecer a todos os integrantes do bloco de carnaval Universitárias Peludas pela descontração e incontáveis histórias, agora registradas em DVD. Ao Caio e Simone, amigos de festas e detentores do carro mais charmoso de Florianópolis: o Tink Wink. Leandro, Arthur, Cunha e Rafinha, com quem dividi a angústia de torcer para o Avaí. Maycon, único torcedor do “time” do Figueirense dessa turma. Aos parentes, avô, avós, tios, tias, primos pelos bons momentos vividos em família, como no Natal, na “Feijoada da Dolo”, em Medianeira e em Joinville. Cabe lembrar que as homenagens feitas aos amigos e parentes se estendem, evidentemente, aos seus pares.

Agradeço ao grupo de professores e à coordenação pedagógica dos colégios Elias Moreira e Bom Jesus, ambos de Joinville, por facilitar a elaboração desta dissertação.

Não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que me concederam entrevistas e ao compartilhar suas histórias permitiram que esse trabalho fosse realizado. Muito obrigado ao Seu Teco (João Ferreira de Souza), Maria de Lurdes da Costa Gonzaga, Abelardo Henrique Blumemberg (Avez-vous ou Aevú), Monsenhor Agostinho Staehelin, Vera Lúcia Veloso, Vidomar Leopoldo Carlos, Elizabete Ferreira, Iolida Rosa, Olavo Manoel Zeferino Cardoso, Carlos Agostinho Cardoso. Presto homenagem também ao padre Vilson Groh, residente no Morro da Caixa d'Água (atualmente chamado de Mont Serrat), que forneceu os documentos da irmandade local e cujo trabalho social serve de inspiração para aqueles que sonham com uma sociedade sem exclusão.

Por fim e mais importante, agradeço à Graci. Por me aturar nos dias em que tudo parecia dar errado, seja nas três cirurgias no joelho, nas tardes em que a escrita do trabalho parecia empacar, nos domingos em que o Flamengo perdia e eu contagiava a casa com o meu mau-humor ou que o Avaí frustrava mais uma vez seus torcedores ao não conseguir o acesso à Série A. Por estar ao meu lado enfrentando essa nova vida, em outra cidade, distante dos pais e dos amigos, permeada pelas decepções de conviver com a iniciativa privada e sua lógica produtivista, porém imersa na felicidade das experiências que traçamos em nossa caminhada a dois. Em suma, por todo o bom-humor, companheirismo, conversas, risadas, enfim, pelo amor que construímos cotidianamente. Obrigado!

Resumo

Florianópolis iniciava seu processo de urbanização durante os anos 1950 quando algumas famílias oriundas do Alto Biguaçu (região próxima a Florianópolis, atual município de Antônio Carlos) estabeleceram residência no Morro da Caixa d'Água, localidade próxima ao centro da capital do estado de Santa Catarina. Naquele momento, a cidade mostrava-se dividida politicamente entre os dois maiores partidos políticos catarinenses: o Partido Social Democrático (PSD), comandado pela oligarquia Ramos, e a União Democrática Nacional (UDN), representada pela família Konder-Bornhausen. Os embates travados refletiam o interesse em controlar o executivo local e, desse modo, erigir os projetos para a cidade que melhor favoreceriam seus correligionários. À medida que os jornais dedicavam mais espaço para cobrir os embates políticos e informar sobre os empreendimentos imobiliários que passavam a crescer na cidade, emergiam os grupos populares, artífices da urbanização e “modernização” em seus ofícios de pedreiros, carpinteiros, construtores de ruas e prédios.

A construção da cidade de Florianópolis, portanto, está envolvida numa complexa rede de relações na qual interagem trabalhadores, grupos políticos, instituições. Os sonhos de explorar um suposto potencial turístico e as disputas pelo controle, permeados pelos discursos desenvolvimentistas e de solidarismo social vinculados após a II Guerra Mundial, fomentaram uma “cultura assistencial” em Florianópolis que procurava perceber as classes populares como destinatários da caridade dos mais abastados. Distribuição de alimentos, doação de cobertores eram algumas das ações assistenciais capitaneadas por instituições religiosas, esposas de políticos e personalidades notórias da cidade.

Entretanto, os grupos empobrecidos não se portavam como espectadores passivos desta conjuntura. A própria noção de “cultura assistencial” implica a perspectiva de que os atos de caridade se transformavam em uma arena de negociação onde as deferências, assim como a extensão dos benefícios, eram continuamente negociadas. Dessa forma, procurou-se, neste trabalho analisar os espaços de sociabilidade construídos pelos moradores do Morro da Caixa d'Água, seja no trabalho, nas fontes onde se lavavam roupas, nos mutirões para construção das casas dos novos moradores, nas festas religiosas, percebendo as relações com as questões urbanas da capital do estado e as conexões com o contexto estadual e nacional.

Abstract

Florianópolis began its urbanization process during the 1950's when some families from Alto Biguaçu (a region near Florianópolis, now in the municipality of Antônio Carlos) established residence in the Morro da Caixa d'Água neighborhood, on a hillside located near the center of the capital of Santa Catarina State. At the time, the city was politically divided between two large political parties: the Social Democratic Party (PSD) led by Ramos oligarchy, and the National Democratic Union (UDN) represented by the Konder-Bornhausen family. The struggles reflected the interest in controlling the local executive branch and in this way, undertaking projects for the city that would best favor their fellow party members. As newspapers dedicated more space to covering the political conflicts and reporting on the real estate developments that were rising in the city, popular groups emerged, the laborers of urbanization and "modernization" in their trades as masons and carpenters and the builders of roads and buildings.

The construction of the city of Florianópolis, therefore, is involved in a complex network of relations in which interact workers, political groups and institutions. Dreams of investing in the supposed tourist potential and disputes for control permeated the developmentalist and social solidarity discourses that emerged after World War II. This fomented a "welfare culture" in Florianópolis, which sought to perceive the popular classes as recipients of charity from wealthier classes. Distribution of food and donations of blankets were some of the assistance actions led by religious institutions, politicians' wives and famous personalities in the city.

Nevertheless, the poorer groups did not behave as passive spectators in this situation. The very notion of a "welfare culture" implied the perspective that the acts of charity were transformed into an arena of negotiation where deference, as well as the extension of benefits, were continually negotiated. In this light, this study analyzes the spaces of sociability built by the residents of Morro da Caixa d'Água, whether at work, at the springs where they washed clothes, in the community work projects to build homes for new residents or at religious festivals, identifying the relationships with the urban issues of the state capital and the connections with the state and national context.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. A cidade em construção: urbanização e política em Florianópolis.	29
1.1 A vida no Alto Biguaçu e a migração para o Morro da Caixa d'Água	33
1.2 A cidade de Florianópolis e o Morro da Caixa d'Água	39
1.3 Uma cidade dividida: as disputas UDN x PSD.....	51
2. Pobre Florianópolis: a distância entre o ideal e o real na cidade dos anos 1950 e 1960.	66
2.1 Assistencialismo, política e classes populares.....	75
3. Morro da Caixa d'Água: política, religião e sociabilidades	94
3.1 Igreja, comunismo e anticomunismo	98
3.2 Cotidiano, lazer e trabalho no Morro da Caixa d'Água	121
3.3 Religião, caridade e hierarquia social.....	133
Considerações finais: pobre coitado ou pobre bandido?	157
Fontes	164
Referências Bibliográficas	166

Introdução

Gostaria de iniciar esta introdução, isto é, este “texto ordinariamente breve com intuito de apresentar a obra ao leitor”, explicando a história que culminou nesta dissertação. Ao terminar meu Trabalho de Conclusão de Curso, em que estudei a participação de um padre e as formas de organização da comunidade do Mont Serrat (Morro da Caixa d’Água), em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, a partir dos anos 1980, tinha a consciência de que havia mais elementos a explorar daquela localidade.¹ Entretanto, se o local a ser estudado já estava definido, o filão a ser analisado ainda era uma incógnita. Inicialmente, direcionei meu olhar para a igreja local e suas formas de diálogo e interação com a Arquidiocese, para tentar entender quais eram as táticas e estratégias utilizadas naquele espaço que permitia uma experiência pastoral tão desvinculada aos pressupostos apregoados pela hierarquia institucional. Neste primeiro eixo de análise, concentrava-me cronologicamente nos anos 1980 e 1990, ou seja, no período de atuação do padre que havia estudado na minha monografia de graduação. Entretanto, ao olhar alguns registros da comunidade e algumas entrevistas feitas para o trabalho, deparei-me com a história de um padre que surgia como um precursor dos trabalhos daquele clérigo estudado no meu TCC.

O padre que servira de objeto de análise na graduação, de nome Vilson Groh, formou-se no alvorecer dos movimentos sociais do período chamado de abertura política, final dos anos 1970 e anos 1980. Defensor da teologia da libertação, filiado ao Partido dos Trabalhadores, presente nas ações populares pela anistia, Diretas-Já, Vilson Groh fazia da igreja do Morro da Caixa² um espaço de celebração e organização comunitária. Já o padre do período anterior, Agostinho Staehelin, que atuou no morro entre os anos de 1954 e 1968, era lembrado como o precursor de Vilson Groh, engajado socialmente, organizador de mutirões e hortas comunitárias e, de acordo com o registro de memórias feito pelos moradores em 1992, formador de uma célula comunista naquela área.³

Aparecia então não uma *nova* (no sentido de algo nunca antes visto) possibilidade de pesquisa – porque aquelas evidências estavam ali, eu que nunca as

¹ Para ver localização do Mont Serrat (antigo Morro da Caixa d’Água) em relação ao centro da cidade e às demais localidades que compõem o Maciço do Morro da Cruz, consultar mapa ao final desta introdução, página 28.

² A localidade passa a se chamar Mont Serrat, em homenagem à padroeira da localidade, Nossa Senhora de Mont Serrat, após a chegada de Vilson Groh.

³ Esta história iremos explorar com mais detalhes no decorrer da dissertação. O registro onde aparece a menção da célula comunista é o seguinte: **Memórias**. Comunidade do Mont Serrat: Florianópolis, 1992.

tinha reparado – mas um indício através do qual poderia guiar minhas preocupações. Entender de fato quais foram as ações desenvolvidas por Agostinho Staehelin, tirando o foco exclusivamente da análise institucional da Igreja Católica, para compreender como elas se inseriam na vida da localidade e no contexto urbano local passava a ser uma de minhas preocupações. A segunda preocupação imediata foi tentar descobrir as razões que levaram os moradores a recordar (e registrar em um livrete de memórias) de Agostinho Staehelin como um padre comunista.

Não podemos, neste caso, desvincular a memória individual da memória coletiva, daquela elaborada pelo grupo. O ato de recordar, como Éclea Bosi nos alerta, não significa reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Qual seria então a relação entre o padre do presente e o padre do passado lembrado pelos moradores? Esta questão só poderia ser respondida se houvesse a consciência de que o lugar de onde é puxada a memória (o presente) participa decisivamente na reconstrução do passado. “A ‘pressão dos preconceitos’ e as ‘preferências da sociedade dos velhos’ podem remodelar seu passado e, na verdade, recompor a sua biografia individual ou grupal seguindo padrões e valores que, na linguagem corrente de hoje, são chamados de ‘ideológicos’.”⁴

Éclea Bosi se baseia nos estudos de Halbwachs para afirmar que a memória é um fenômeno social. Neste sentido, não se pode esperar que a recordação traga à tona o passado “puro”, tal qual ele foi vivido e experimentado. O ato de narrar o passado, parafraseando Portelli, é sobretudo o ato de interpretar. Conseqüentemente, o contexto social influencia o sujeito na seleção de lembranças, assim como os preconceitos e os padrões da sociedade atual podem modelar as versões sobre o passado. Neste sentido, a formulação em meados dos anos 1990 da memória de um padre comunista indica a influência da subjetividade na construção da narrativa, incita um caminho a ser traçado pelo historiador e revela o horizonte de possibilidades que perpassam as representações que os moradores do morro fazem, em um determinado momento, de seu passado.⁵

Entretanto, os problemas não cessariam. Afinal, foi justamente no período de atuação do padre Agostinho Staehelin, nos anos 1950 e 1960, que se verificou o maior

⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994. p. 63.

⁵ Sobre a questão da subjetividade inserida na narração e representação do passado, ver as seguintes obras: PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política e senso comum. In: FERREIRA, Marieta Morais. AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130; PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, dez. 1996. p. 59-72.

aumento demográfico no Morro da Caixa d'Água. A maioria dos habitantes que chegaram à localidade naquele período eram parentes daqueles já estabelecidos, muitos dos quais, por sua vez, possuíam alguma relação de parentesco e eram provenientes da região do Alto Biguaçu (aproximadamente 30 quilômetros de Florianópolis). Ademais, não seria possível pensar a igreja desvinculada do cotidiano dos moradores do morro, assim como a migração e a ocupação da localidade não poderia ser estudada desconectada do contexto social local. Procurou-se, portanto, a começar dos indícios iniciais, analisar os diversos espaços de sociabilidade do Morro da Caixa e, a partir de suas experiências, tecer as redes que os conectam com os dilemas urbanos e, por extensão, que os inserem nos debates políticos e nos conflitos por direitos e cidadania.

No entanto, traçar trajetórias e experiências de uma localidade pobre de Florianópolis nos anos 1950 e 1960 não seria tarefa simples. Primeiro porque seria complicado encontrar referências específicas à localidade nas fontes comumente pesquisadas, como jornais e documentos oficiais de instituições públicas ou da Igreja Católica. Tentou-se pesquisar no arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis na busca de informações, cartas ou correspondências trocadas entre o arcebispo ou algum representante da hierarquia e o padre Agostinho Staehelin, com objetivo de perceber o relacionamento entre eles e se as práticas do clérigo estava de acordo com as aspirações da hierarquia eclesiástica. Seguindo esta lógica, procurou-se também no arquivo da paróquia Nossa Senhora do Desterro - Catedral. Estas tentativas, entretanto, esbarraram no grande receio que a Igreja tem de abrir indiscriminadamente seus arquivos. Não era possível embrenhar-se nos documentos, fuçar, procurar as pistas ou indícios que comprovassem ou desmentissem minhas hipóteses. De acordo com os procedimentos dos arquivos da Igreja, o pesquisador deveria dizer o que procurava, o objetivo da pesquisa e para qual finalidade o documento iria servir então, em seguida, o responsável pelo arquivo procuraria e entregaria o documento, o qual deveria ser lido e tomado nota na presença do responsável. O resultado foi que na maioria das vezes o responsável pelo arquivo não achava o documento solicitado.

A tarefa tornava-se mais difícil ao verificar que a maioria das organizações do morro não deixou (pelo menos não foram encontrados) registros de suas ações. As obras organizadas pelos moradores junto com o padre Agostinho Staehelin não foram registradas, assim como (e isto parece um tanto óbvio) os favores prestados em épocas de eleição pelos cabos eleitorais locais. Todavia, o bom relacionamento com o capelão local possibilitou-me o acesso a documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Mont

Serrat – os quais estiveram guardados com Antônio Agenor Pereira, que fora durante décadas o primeiro secretário, e, nos anos 1980, retornaram aos armários da capela local. Através das cartas enviadas e das atas de reuniões da irmandade foi possível compreender algumas questões internas e externas da localidade, como, por exemplo, a composição social dos quadros da instituição e suas afinidades políticas.

Contudo, dificilmente seria possível fazer certas análises caso não fossem utilizadas as entrevistas. A história oral foi, neste caso, fundamental para tentar destrinchar o emaranhado de informações captadas nas fontes escritas, bem como para analisar as interpretações dos moradores sobre seu passado. As tensões internas, os espaços de sociabilidade e as conexões políticas estabelecidas no cotidiano dos habitantes foram elucidados graças às entrevistas.

Ademais, foram consultados jornais da época para tentar entender quais eram os pontos de vista sobre a sociedade, a conjuntura política catarinense, de modo geral, e de Florianópolis, em particular. Nos três periódicos pesquisados – “O Estado”, “A Gazeta” e “A Verdade” – havia perspectivas diferentes as quais pressupunham afinidades políticas distintas. Também foram consultados documentos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para tentar conectar as divergências políticas que permeavam a cidade, expressas nos jornais, com as localidades empobrecidas da cidade, em especial o Morro da Caixa d’Água. Neste caso, percebeu-se que, a despeito de possuir um acervo muito bem organizado, nem todos os documentos existentes estavam catalogados, o que impossibilitou o acesso a alguns dados relativos a mapas eleitorais de eleições do final dos anos 1950 e início dos anos 1960. É importante também registrar que parte das dificuldades encontradas em coletar informações deu-se devido à ausência de registros e documentos históricos em algumas instituições, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e da escola de samba Embaixada Copa Lord. Entretanto, procurou-se coletar e examinar o maior número de documentos de modo a embasar as análises a serem desenvolvidas ao longo do trabalho.

Para iniciar tal empreitada, enfim, era necessário um ponto de partida. Dos muitos possíveis, optou-se por Zeferino Joaquim Cardoso. Florianópolis iniciava o século XX quando Zeferino Joaquim Cardoso fez suas primeiras incursões à região central da cidade. A Ilha de Santa Catarina, por não possuir ainda acesso direto, atravancava a vida dos comerciantes vindos de cidades limítrofes.⁶ Será, no entanto,

⁶ A ponte Hercílio Luz, principal acesso entre a ilha e o continente, será construída somente na segunda década do século XX.

neste início de século XX, permeado de dificuldades, que as idas e vindas do pequeno produtor e comerciante Zeferino oferecerão o conhecimento dos morros próximos ao centro, principalmente o Morro da Caixa d'Água. Zeferino não era diferente de muitos outros habitantes e produtores do Alto Biguaçu⁷ que vinham a Florianópolis para vender seus produtos no mercado local. E justamente por ser uma pessoa como as outras, sua história não é apenas individual, mas emblemática para se entender o processo de ocupação dos morros da cidade pelas classes populares advindas dos arredores da capital de Santa Catarina.

Pouco sabemos sobre Zeferino, e o que nos chega é mediado pela memória de seus netos e bisnetos, os quais muitos, inclusive, não o conheceram. Ora, por que então estamos mencionando uma pessoa cujas informações são escassas e pouco seguras? Porque boa parte dos moradores do Morro da Caixa d'Água, local de onde partem nossas preocupações e questionamentos, são descendentes dele. Entretanto, este não pretende ser um estudo de uma pessoa ou de uma família, mas um trabalho que procura tomá-los como ponto de partida para uma análise das classes populares em Florianópolis nos anos 1950 e 1960.

Sabemos que o Morro da Caixa d'Água foi ocupado por famílias negras, muitas delas advindas da região do Alto Biguaçu a partir do final dos anos 1920. Contudo, seu maior crescimento populacional dar-se-á nos anos 1950 e 1960, momento o qual a cidade passa por uma série de intervenções urbanas, pautadas por projetos de futuro, arquitetadas pelos grupos políticos locais.⁸ Essa história, portanto, não é somente a história de um grupo, de uma família ou de um dos muitos morros existentes na capital de Santa Catarina, é um estudo das formas de inserção e atuação das classes populares florianopolitanas frente às condições urbanas que se estabeleciam.

Os primeiros parentes de Zeferino chegam ao morro no final dos anos 1920. Lá chegando, deparam-se com uma localidade inóspita, de difícil acesso, com aclive acentuado e ausência de ruas adequadas. No entanto, apesar dos entraves, os migrantes do Alto Biguaçu não foram os primeiros a se estabelecer naquela região. Existia algumas famílias, dentre elas uma de origem européia, provavelmente polonesa, cujos membros eram donos da maioria daquelas terras e fundadores da capela local: os

⁷ Atual município de Antonio Carlos, criado em 1963 ao se separar do município de Biguaçu.

⁸ Para maiores informações sobre os projetos e disputas que envolviam o futuro da cidade, ver: LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970.** Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Kincheski. A família Kincheski, desse modo, desempenhava papel proeminente nas relações sociais do morro desde os seus primórdios.

Após a vinda dos primeiros migrantes do Alto Biguaçu para o Morro da Caixa d'Água, outros filhos, cunhados, sobrinhos de Zeferino Joaquim Cardoso vêm para a localidade. Todavia, o período de maior afluxo de migrantes e crescimento populacional da localidade dar-se-á nos anos 1950 e 1960. Neste sentido, não podemos explicar o aumento demográfico no morro se não entendermos o contexto político e urbano da cidade de Florianópolis neste período.

A despeito de ser uma cidade pequena e sem uma economia forte – a economia florianopolitana dependia de sua função administrativa de capital do estado – os anos 1950 marcam a tentativa explícita de grupos políticos e econômicos da cidade em desenvolvê-la. Assim, iniciam-se a elaboração de projetos sobre o seu futuro e planos para desenvolver sua economia e tirá-la do “marasmo” em que se encontrava. Em alguns projetos vislumbrava-se uma cidade industrial, com um porto e um setor empresarial forte; em outros, sonhava-se com uma capital turística, com grandes empreendimentos, rede hoteleira e exploração de suas belezas naturais. Evidentemente, estes projetos antagônicos refletiam um confronto político-partidário estabelecido entre os dois partidos mais influentes do estado: a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD).

Neste contexto de disputas pelo futuro da cidade, emergiam os grupos populares, artífices da “modernização” em seus ofícios de carpinteiros, pedreiros, construtores de ruas e prédios. As tentativas de se urbanizar a capital de Santa Catarina impulsionavam a migração de trabalhadores oriundos das regiões limítrofes para a cidade, os homens geralmente operários da construção civil e as mulheres, na maioria dos casos, lavadeiras. Estas pessoas, por sua vez, escolhiam residir nos morros próximos ao centro da cidade, entre eles o Morro da Caixa d'Água. Florianópolis, então, começava a vivenciar um dos mais comuns paradoxos urbanos: à medida que se construía materialmente a “cidade moderna”, instalavam-se localidades cujas características destoavam dos ideais de progresso.

Para Lefebvre, projetos de urbanismo orientam projetos de sociedade. Neste sentido, as periferias aparecem como partes constitutivas de cidades que se erguem como centros comerciais, espaços de consumo privilegiados e ambientes de poder. Os locais de moradia da população empobrecida, dessa forma, circundam estes locais mostrando uma “urbanização desurbanizada”. De acordo com Lefebvre, o processo de

constituição do ambiente urbano tem em si incutido a preocupação com a coação dos trabalhadores que o constituem: “Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço.”⁹

Isso não significa, entretanto, que possamos afirmar uma dominação unilateral e sem mediações dos grupos que planejam o futuro da cidade junto às populações empobrecidas. A constituição do espaço urbano reforça as contradições inerentes ao sistema capitalista, como a concomitância entre desenvolvimento, modernidade e a precariedade das condições de vida dos trabalhadores urbanos. Dessa forma, partimos do pressuposto que a interação entre classes é continuamente negociada, pensando as camadas populares como capazes de ação autônoma e conscientes dos jogos de poder e disputas que estão sendo travados no contexto da urbe.

Neste sentido, podemos perceber uma complexa teia de relações que permeia a cidade de Florianópolis nos anos 1950 e 1960. Evidencia-se, em âmbito nacional, um discurso desenvolvimentista que busca incentivar o país a “avançar rumo ao progresso”¹⁰; localmente, tem-se a tentativa de se materializar a “modernidade” através de empreendimentos ligados à construção civil e que, para erigir estes projetos urbanos, são necessários trabalhadores que passam a residir nos morros próximos e compor o cenário social da cidade. Além disso, há também disputas políticas que permeiam o estado de Santa Catarina de uma forma geral e a capital de forma particular. Assim, as experiências dos trabalhadores e moradores do Morro da Caixa não podem ser pensadas apenas sob o ponto de vista local, mas inseridas nas redes sociopolíticas regionais, nacionais e (por que não?) globais.

O processo de construção de identidades coletivas, assim como os artifícios de diferenciação dentro do grupo, está, desse modo, imerso nos diálogos com os grupos políticos e com as instituições que permeiam o cotidiano da localidade. Isso indica que a

⁹ LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. p. 25, 26.

¹⁰ O Estado aparece, neste contexto, como agente impulsionador do “progresso” e desenvolvimento. Seria a partir de suas ações que a modernização se erigiria. Obras vistosas, como a construção de Brasília e o surgimento das indústrias automobilísticas, marcaram este período da história política nacional onde se defendia que ao Estado caberia dar os rumos que levariam o Brasil à industrialização, mesmo que ancorado ao capital internacional. Segundo Antonio Luigi Negro, o final do segundo governo de Getúlio Vargas e, principalmente, o governo de Juscelino Kubitschek estabeleceram a aproximação entre Estado e investidores privados, nacionais e internacionais. No que tange à indústria automobilística, em 1956, durante o governo Kubitschek, é criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia), “quando têm início as avaliações dos projetos de produção de autos nacionais por firmas estrangeiras”. NEGRO, Antonio Luigi. Automóveis 100% nacionais para Argentina e Brasil. Parceria desenvolvimentista no além-mar. In: FORTES, Alexandre (et. al). **Na luta por direitos**: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 137.

configuração social do morro só pode ser entendida se analisarmos os variados espaços por onde passam as interações sociais de seus habitantes, como as festas, a igreja, as ações coletivas, o trabalho e os conchavos políticos. Ao analisarmos estes aspectos em nosso trabalho, procuramos constantemente circunscrever as experiências dos grupos empobrecidos na arena de interesses políticos existente.

Se, como mencionado acima, os diferentes projetos para a cidade refletiam um antagonismo político entre os partidários do PSD e da UDN, não podemos pensar que as classes populares florianopolitanas ficavam à margem destas disputas. E como a implantação de determinado projeto, seja imobiliário ou industrial, depende do controle do executivo, local e estadual, a empatia dos “pobres” vai ser cobiçada por ambos os grupos. Percebe-se, pois, que a afinidade entre político e moradores das áreas empobrecidas poderia pender a balança favoravelmente a um dos partidos. Dessa forma, instituir-se-á uma ampla rede de benefícios de modo a angariar a simpatia popular, como entrega de cobertores, distribuição de alimentos e doações para as festas das localidades.

Construía-se, na Florianópolis dos anos 1950 e 1960, uma *cultura assistencial* na qual os trabalhadores eram vistos em seus locais de moradia como receptores dos donativos e das intervenções caritativas dos grupos abastados da cidade. UDN, PSD e até mesmo outros políticos desvinculados das duas maiores agremiações partidárias do estado – como é o caso de Manoel de Menezes, dono do jornal “A Verdade” e candidato pelo pouco expressivo PTN (Partido Trabalhista Nacional) – disputavam os pobres da cidade através das ações assistenciais, no intuito de cabalar votos para suas candidaturas.

Não se pretende, contudo, construir uma idéia de vocação dos pobres urbanos para as políticas assistencialistas e de dependência social. Ao contrário, superar essa noção, muitas vezes lançada de antemão ao se estudar esse tipo de problema, é essencial para compreendermos as classes populares como capazes de ação autônoma, e não apenas como massa de manobra de uma elite opressora. Nesse caso, utilizar termos como “assistencialismo”, “clientelismo”, “paternalismo” ou mesmo “populismo” pensando-os como conceitos auto-explicativos tenderia equivocadamente a direcionar o olhar do historiador para a supressão dos conflitos sociais em nome de uma suposta “ordem sociológica auto-reguladora”¹¹

¹¹ Thompson argumenta sobre a substituição de termos imprecisos, como “feudal” e “burguês”, por outros cujas objeções são praticamente as mesmas, como “paternalismo” e “modernização”. Ao defender que

Dentro desta perspectiva, o termo “cultura assistencial” pretende abarcar a complexa rede de relações que se tecem na conjuntura específica de Florianópolis naqueles anos 1950 e 1960. Esse termo, portanto, não pode ser entendido aprioristicamente, mas inserido nas práticas cotidianamente vivenciadas por homens e mulheres residentes nas localidades empobrecidas e em suas interações com os grupos políticos e demais habitantes da urbe. Em outras palavras, cultura está mais relacionada às práticas sociais, suscetível a múltiplas interpretações e, por conseguinte, seus significados são constantemente redefinidos.

Sendo assim, cultura não pode ser vista como algo consensual. Ao afirmarmos a existência de uma “cultura assistencial” na cidade de Florianópolis nos anos 1950 e 1960, não estamos presumindo que exista um ato de subordinação das classes populares pela intervenção caritativa de instituições e grupos políticos. A cultura, grosso modo, deve ser entendida como um conjunto de normas que empresta sentido às práticas dos atores históricos. Assim, se cultura está diretamente relacionada à experiência, presume-se que ela possa oferecer significados distintos de acordo com os espaços sociais ocupados pelos sujeitos. A concepção do conflito social não pode ser ludibriada pela idéia da assimilação passiva das classes populares às intervenções de uma “elite dirigente”. Ao constatarmos redes assistenciais amparadas por autoridades religiosas e partidos políticos, devemos procurar como essas relações são apropriadas, recriadas, ressignificadas mediante negociações entre classes.

A noção de teatro, usada por Thompson para compreender as relações sociais em torno dos costumes na Inglaterra do século XVIII, é profícua para analisarmos como o ato de caridade torna-se um campo de disputa, no qual seu significado é constantemente negociado. De acordo com o historiador inglês: “Em todas as sociedades, naturalmente, há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo.”¹² O autor

cada termo acima mencionado deve ser entendido a partir do contexto específico que se está sendo analisado, o autor critica sua utilização irrestrita. “Com um cientificismo enganador, esses termos se apresentam como se não contivessem julgamentos de valor. Também possuem uma estranha falta de temporalidade.” Para Thompson, esses termos são demasiados amplos para permitir uma análise detalhada, uma vez que eles poucos nos dizem sobre “a natureza do poder e do Estado, sobre as formas de posse de propriedade, sobre a ideologia e a cultura, e é mesmo por demais ineficiente para distinguir entre modos de exploração...” THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 27, 29.

¹² THOMPSON, Edward Palmer. Op. Cit. 2001. p. 239, 240.

também afirma como a doação pode ser um “terreno fértil” para o receptor da dádiva auferir vantagens sem, no entanto, se sentir em obrigação para com o doador:

O pedinte ou o pobre podem visar extrair dos ricos tudo o que é possível; eles sabem que a recusa da dádiva provoca a culpa em quem nega e que esta é terreno fértil para semear ligeiras insinuações represálias físicas ou mágicas. O beneficiado com as ofertas não precisa sentir-se em obrigação com o doador nem reconhecer seu prestígio (salvo os tributos necessários de uma presumível deferência) – e o grau de subordinação assegurado pela caridade pode depender de um cálculo das vantagens em jogo.¹³

Dessa forma, se existe uma “cultura assistencial” em Florianópolis nos anos 1950 e 1960, resta-nos entender como estão se dando as relações entre instituições, grupos políticos e classes populares e quais são os diversos significados por eles atribuídos às ações que realizam. O conflito social, neste caso, não fica restrito ou se expressa somente através dos movimentos organizados de trabalhadores, mas é componente contínuo da rede social por onde se entrelaçam as disputas eleitorais, os atos caritativos e a negociação de direitos. Serão nestes processos de constantes embates que os antagonismos de classe podem ser mais claramente percebidos.

Thompson, ao desvincular a análise do conflito social da relação base-superestrutura adotada por marxistas enquadrados como ortodoxos, deu uma percepção diferente à conhecida expressão “luta de classes”. Muitos intelectuais marxistas defendiam que bastava localizar as classes de acordo com o lugar que ocupavam em relação aos meios de produção para, em seqüência, colocá-los em combate. Para entender as “lutas de classes”, neste caso, enfatizava-se a importância da palavra “classe”. O historiador inglês, de modo vário, ao pensar a luta de classes, afirma que classe é uma categoria histórica e, por isso, não pode ser entendida desvinculada do contexto e das expectativas sociais e culturais dos homens e mulheres de determinado período. Mais importante do que teorizar modelos e estruturas que deveriam supostamente proporcionar os determinantes objetivos da “classe”, Thompson procura salientar o processo de *luta* da expressão “luta de classes”. Afinal, são através das lutas que as “classes” se tornam classes. O autor, neste sentido, pensa a “luta de classes” como processo e relação, ou seja, mediada pelas experiências comuns, “herdadas ou partilhadas”. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e,

¹³ Ibid. p. 245, 246.

ao final, esta é a sua única definição.”¹⁴ Em outras palavras, as classes não lutam porque existem, e sim existem e tem seus contornos definidos através das lutas.

Além disso, Thompson contesta a teorização excessiva da “classe” sem prestar a devida atenção à “lutas de classes”. Em sua opinião, as classes não existem como entidades separadas que se encontram em uma sociedade estruturada e começam a lutar. Ao contrário, segundo Thompson:

... las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, en relaciones de producción), experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas cuestiones y en el proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de clase. La clase y la conciencia de clase son siempre las últimas, no las primeras, fases del proceso real histórico.¹⁵

Se, portanto, adotamos a concepção thompsoniana de que as lutas de classe devem ser situadas em seu contexto histórico, as redes assistenciais existentes na capital de Santa Catarina nos anos 1950 e 1960 aparecem como espaços onde, provavelmente, as tensões e conflitos são mascarados pelos ritos da caridade e da deferência. Dessa forma, é necessário desestabilizar o paradigma que entende as relações entre políticos e classes populares estabelecidas nesse período como “populista”, indicando cooptação das classes populares por líderes carismáticos.

A expressão “populismo”, dentro destas análises, não pode ser entendida como uma explicação em si mesma. As trajetórias deste conceito são tão diversas quanto as perspectivas de intelectuais sobre o período em que ele é identificado, 1930-1964. No início dos anos 1950, um grupo de intelectuais do chamado grupo de Itatiaia fundou o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), cujas publicações serão consideradas o “berço da ideologia nacional-desenvolvimentista que cresceria no decorrer da década”¹⁶. Este mesmo grupo publica, em 1954, um ensaio intitulado “O que é ademarismo?”, procurando formular as variáveis conjunturais que explicassem a

¹⁴ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 12.

¹⁵ THOMPSON, Edward Palmer. ¿Lucha de clases sin clases? In: **Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2 ed. Barcelona: Crítica, 1984. p. 37.

¹⁶ Este grupo será fundador, mais tarde, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Participavam do grupo, dentre outros, nomes como Cândido Mendes Lima, Ignácio Rangel e Hélio Jaguaribe. Para maiores informações ver: GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 22, 23.

ascensão do político do Partido Social Progressista. Em sua análise, o grupo do IBESP afirmava que a liderança de Adhemar de Barros era um caso típico do populismo. Basicamente por adotar uma prática clientelística e ter sua liderança assentada em carisma pessoal e não no partido.

Estes intelectuais ainda procuraram explicar as razões histórico-sociológicas da emergência do populismo. Segundo eles, o referencial populista baseava-se em três condições: a inexistência de consciência e sentimento de classe por parte dos trabalhadores, fazendo do populismo uma política que se aproveita da proletarianização destes; a crise na classe dirigente que teria perdido sua representatividade, deixando de criar valores que orientassem a vida e os valores da sociedade; e o surgimento do líder populista, um homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e manter a ordem social. O populismo dos anos 1940 a 1960, segundo essas análises, teria uma face econômica, traduzida pelo processo de industrialização; e uma face política, complexa e ambígua, materializada pela experiência democrática, exemplificada pelos anos JK.¹⁷

Entretanto, o intelectual que será considerado o mais importante teórico do populismo escreverá suas primeiras reflexões nos anos 1960: Francisco Weffort. Alguns intelectuais já analisaram os estudos de Weffort de forma minuciosa, portanto, suas idéias não serão esmiuçadas neste trabalho.¹⁸ Em poucas palavras, de acordo com Ângela de Castro Gomes, o populismo para Weffort era produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, iniciado após a Revolução de 1930, e que se manifestava através de uma forma de governo e uma política de massas. Nesta análise, o Estado teria um duplo compromisso: com os grupos dominantes de forma a construir o equilíbrio social, mesmo que sustentado pelo poder pessoal do líder; e com os grupos populares que passariam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. O cientista político, embora em alguns momentos afirme a ambigüidade da manipulação dos líderes populistas sobre os trabalhadores, enfatiza sua cooptação pelo Estado que,

¹⁷ Ibid. p. 24.

¹⁸ Como exemplo destes estudos temos a coletânea organizada por Jorge Ferreira: FERREIRA, Jorge. . (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Além de estudos sobre o período entre 1945-1964, como por exemplo: FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas; DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973**. Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

em virtude da incapacidade da burguesia nacional em se estabelecer como classe hegemônica e pela ausência de um proletariado organizado, ocupa o vazio de poder deixado no país após 1930.¹⁹

Em uma análise dos recentes estudos que procuraram abordar o período intitulado de “populista”, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa afirmam que parte da história social do trabalho tem procurado observar as ambigüidades concernentes aos sistemas normativos, destacando a pluralidade de interpretações possíveis e as lutas em torno de recursos simbólicos e materiais. O populismo, segundo eles, contém uma “simultaneidade paradoxal” de apresentar, ao mesmo tempo, um movimento que prega a harmonia de classes e procura subordinar os interesses dos trabalhadores a interesses mais gerais (da nação, por exemplo), e o surgimento de uma cultura da resistência por parte da classe operária. De acordo com os autores:

o populismo visto pelos trabalhadores era não raras vezes diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis, impondo ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas.²⁰

No caso de Florianópolis, entendemos que a existência de uma “cultura assistencial”, a qual compreenderia redes de auxílio aos pobres comandadas por senhoras da alta sociedade, grupos políticos, Igreja ou outras instituições, não implica subordinação do receptor, nem mesmo reconhecimento ou gratidão. Observaram-se inclusive casos em que as ações assistenciais foram reconfiguradas e transformadas em direitos, levando muitos a se dirigirem ao benfeitor reivindicando a extensão da dádiva. Não podemos, contudo, pensar as relações estabelecidas na cidade de Florianópolis, em particular no Morro da Caixa d’Água, através da dicotomia aquiescência e conflito. Os diálogos são ambíguos e as transgressões muitas vezes sub-reptícias.

Ao estudarmos o Morro da Caixa d’Água nos anos 1950 e 1960, percebemos que as políticas de assistência possuíam, na grande maioria das vezes, interesses políticos eleitorais. Isto é, em épocas de eleição, os pobres entravam em disputa. O leitor atento perceberá que a frase anterior, assim como o título deste trabalho, possui

¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit. p. 32; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. Op. Cit. p. 33.

²⁰ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. Op.cit. p. 217, 225.

uma intencional ambigüidade. Podemos entender, primeiramente, que os pobres eram disputados pelos diversos mecanismos de assistência. Ou seja, a contenda era em torno do reconhecimento de sua condição de receptor do ato de caridade e sua conseqüente retribuição ao benfeitor feita através do voto. Em segundo lugar, a frase permite entender que os pobres disputavam entre si algo – que ainda não foi abordado.

Ora, a cidade de Florianópolis vive, naqueles anos 1950 e 1960, os antagonismos políticos refletidos nos diferentes projetos para o futuro da cidade, o paradoxo da urbanização associada ao crescimento demográfico nos morros, além da existência de um discurso caritativo, no qual os pobres aparecem como alvos de intervenções assistenciais. Indubitavelmente, todos estes dilemas irão se refletir nas periferias e nas formas como os diversos sujeitos reagirão a eles, fazendo-os se posicionarem, muitas vezes – a despeito de se localizarem em uma mesma disposição em relação aos meios de produção – em posições contrárias.

As disputas político-eleitorais não ficavam circunscritas aos grupos mais abastados economicamente da cidade, afinal, as redes assistenciais necessitavam, muitas vezes, de interlocutores nos morros. Dessa forma, os diversos eventos e espaços de sociabilidade existentes nas localidades não expressavam necessariamente harmonia ou coesão interna. Os mutirões para construção de casas e para o melhoramento das ruas, as festas religiosas, os encontros nos bares, a horta comunitária, a ocupação das fontes do morro pelas lavadeiras devem ser pensados como situações permeadas tanto pela consolidação de solidariedades como pela intensificação dos conflitos.²¹ Afinal, muitos moradores eram cabos eleitorais de diferentes políticos e buscavam, através das práticas de assistência, cabalar votos para os seus candidatos. Verifica-se, portanto, que as rivalidades políticas chegavam ao morro onde, através da ação dos cabos eleitorais, seus moradores se deleitavam com o banquete assistencial. Se, por um lado, não havia fartura na quantidade de alimentos recebidos, eles ao menos poderiam selecionar, entre os mediadores da relação entre políticos e classes populares e distribuidores dos benefícios, aquele que mais lhes agradasse ou mesmo servir-se do benefício de mais de um cabo eleitoral. Exemplo disso é o caso de Maria da Silva Cardoso que era eleitoralmente fiel

²¹ Perspectiva similar é adotada por Maria Clementina Pereira Cunha ao analisar as festas como momentos em que as tensões e conflitos se expressam conjuntamente às manifestações de alegria. De acordo com a historiadora: “Apurando o ouvido, será capaz de captar manifestações de dor, revolta, alegria, presentes nos dias de festa como nos dias comuns, e testemunhar reconciliações ou desentendimentos que, para o historiador, têm sempre um gosto único e inconfundível.” CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de história social da cultura. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, 2002. p. 12.

ao udenista Irineu Bornhausen, mas não se constringia em requisitar alimentos ou dinheiro aos cabos eleitorais do PSD.

Exemplos, como o de Maria da Silva Cardoso, reiteram a percepção de que as relações sociais estabelecidas entre as classes populares e os políticos, em especial no que diz respeito ao voto, envolvem sociabilidades internas, cotidianas, que acentuam seu caráter dialógico. Nesta perspectiva, o voto não é necessariamente uma retribuição ao benefício, é antes de tudo uma troca, resultado de um acordo bem sucedido onde ambas as partes se sentem contempladas. No caso particular de Florianópolis nos anos 1950 e 1960, há um componente que torna mais complexa a análise.

Como foi mencionado, havia redes assistenciais mediadas por moradores que desempenhavam o papel de cabos eleitorais. Portanto, a maioria dos políticos não subia aos morros, deixando a função de conquistar a simpatia dos eleitores para seus correligionários. Assim, resta-nos saber como as personalidades notórias da localidade, como o padre “comunista” Agostinho Staehelin e Pedro Kincheski, dono da venda, se comportavam neste contexto.

Essa espécie de “clientelismo urbano”, parafraseando Alba Zaluar, deve ser pensada “dentro do código social da amizade que está longe de ser o da heteronomia e da deferência”. A imagem do político é ambígua: por um lado traduz igualdade ao ser pensado, devido às doações, como amigo e interessado no bem-estar da população; por outro reflete desigualdade porque é visto como rico e poderoso. Assim como a distância social pode gerar desconfiança nos eleitores, a proximidade e a amizade impõem exigências que devem ser atendidas. No caso do Morro da Caixa, a existência de lideranças intermediárias complica o processo de influência política. A partir do momento em que sua posição de destaque do morro garante favorecimentos materiais e políticos do candidato e que, com isso, ele passa a ser visto em um grau hierárquico superior aos demais moradores, seu prestígio é abalado pela falta de reconhecimento da base em seu papel de líder.

Desse modo o voto, além de seu caráter contratual, que implica a satisfação dos anseios do eleitor, também está embrenhado nas relações internas da localidade, envolvidas nas hierarquizações construídas dentro do morro e nas experiências vividas no cotidiano dos moradores. Portanto, aquilo que muitas vezes é pensado como estratégia para angariar eleitores gera, caso não contemple as expectativas dos beneficiários, antipatias, exigência para ampliação da assistência e reivindicações intermináveis. De acordo com Alba Zaluar: “... o clientelismo urbano, que toma os

pobres como alvo de sua estratégia, acaba por criar a decepção e o descontentamento entre os supostos ‘clientes’ pobres. Além disso, a própria barganha estimula a cobiça e eleva as apostas nesse jogo de tome-leve. Os pedidos tornam-se intermináveis também por essa razão.”²²

O processo eleitoral, o discurso colocando o pobre enquanto merecedor da caridade de uma elite econômica solidária e as ações assistenciais desenvolvidas em Florianópolis são alguns elementos que conectam a cidade, em processo de “modernização”, aos morros. Procurou-se, neste trabalho, entender as configurações urbanas que a capital de Santa Catarina começa a delinear nos anos 1950 e 1960, a partir da análise de uma localidade próxima ao centro da cidade, o Morro da Caixa d’Água, procurando entender os processos e as relações sociais que a engendrou. Adotou-se, assim, a perspectiva de que a análise processual – a qual procura compreender o conjunto de relações entre os indivíduos e o mundo que os circunda – preponderou sobre a análise normativa – na qual a vida social é governada por normas exteriores e o comportamento individual é analisado pela adesão ou recusa a estas normas.

Nesse sentido, devemos ressaltar a importância da mudança na escala de análise para entender as práticas sociais que permeiam as relações das classes populares florianopolitanas. Mudar a objetiva e aumentar o objeto de observação possibilita o aparecimento de outras tramas impossíveis de serem vistas pela macroanálise histórica. Entretanto, esta perspectiva não é evidente para todos e durante muito tempo foi submetida a críticas e zombarias. Muitos eram defensores convictos de que importância de um fenômeno é proporcional às suas dimensões e, portanto, a microanálise seria uma forma de “se trancar voluntariamente dentro de um ‘armário de vassouras’ ou, pior ainda, de ‘dar um microfone às formigas’.”²³

A contribuição da microanálise é fornecer novos olhares para velhos fenômenos a partir da mudança na escala da observação. No nosso caso, podemos perceber que termos utilizados para designar um conjunto específico de relações sociais como “populismo” e “assistencialismo”, ganham novas formatações se tentamos apreendê-los através de estratégias individuais, das trajetórias biográficas, das análises familiares.

²² ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 237.

²³ Para uma análise geral dos percursos e embates travados em torno da microanálise histórica, ver: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Podemos, então, pensar a história sob a metáfora do palimpsesto²⁴, ou seja, entender que os objetos de análise podem ser continuamente reinterpretados e que a mudança de escala permite a visualização de fenômenos antes não registrados, relacionados aos processos históricos e às experiências dos homens e mulheres do tempo. De acordo com o historiador italiano Edoardo Grendi: “a escolha essencial de uma escala de observação se baseia na convicção central de que ela oferece a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental.”²⁵

A confluência da perspectiva thompsoniana com a micro-história italiana incide no entendimento de que “o indivíduo pode ser visto como um ser racional e social que persegue objetivos; as regras e limites impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações sociais que ele mantém.”²⁶ Procuramos, portanto, pensar Florianópolis e o Morro da Caixa d’Água nos anos 1950 e 1960 a partir das redes de obrigações, expectativas e reciprocidades que permeiam a vida social. Buscou-se, desse modo, verificar as interações individuais nos diversos contextos sociais. Os espaços de sociabilidade dos moradores do Morro da Caixa d’Água tornavam-se, no ponto de vista do processo social, territórios de diálogo nos quais eram tecidas as redes de relacionamento, solidariedades assim como as divergências internas e os conflitos de classes.

Neste sentido, o presente trabalho não procura simplesmente contar a história de uma localidade cujos eventos ficam circunscritos a ela. A análise e interpretação das relações interpessoais e configurações sociais do morro no período de estudo permitem-nos entender como se travam os diálogos urbanos na construção da cidade de Florianópolis e como seus moradores, especialmente os habitantes dos morros, atribuíam significados às suas formas de ação e de sociabilidade e, a partir destas experiências, construíam suas noções de cidadania e direito.

Para atingir estes objetivos, este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado “A cidade em construção: urbanização e política em Florianópolis”, procurou-se abordar a concomitância entre os diferentes projetos urbanos para a cidade e a migração de trabalhadores para o Morro da Caixa d’Água. É analisada a trajetória

²⁴ Palimpsesto: Antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, usado, em razão de sua escassez ou alto preço, duas ou três vezes [duplo palimpsesto] , mediante raspagem do texto anterior. **Dicionário Aurélio eletrônico**. Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999. 1 CD-ROM.

²⁵ GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). Op. Cit. p. 262.

²⁶ CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). Op. Cit. p. 189.

das primeiras famílias, a expansão demográfica do morro nos anos 1950 e 1960 e suas relações com as tentativas de “modernizar” a cidade. Na parte final do capítulo, é feita uma análise dos embates políticos entre os dois principais partidos do estado, UDN e PSD, e como eles se estendiam aos órgãos de imprensa e à população de modo geral.

O segundo capítulo, intitulado “Pobre Florianópolis: a distância entre o ideal e o real na cidade dos anos 1950 e 1960”, tem como objetivo principal discutir as discrepâncias entre os projetos para o futuro da capital de Santa Catarina e seu contexto social. A partir de então, verifica-se como se dá o discurso assistencial, revelando a pobreza e miséria de boa parte da população, ao mesmo tempo em que se projetam investimentos imobiliários e se aposta no potencial turístico da cidade. Aparece também a atuação curiosa de políticos e sua aproximação junto aos pobres, especialmente do jornalista Manoel de Menezes, desvinculado dos dois grandes partidos e dono do jornal “A Verdade”.

Para o terceiro e último capítulo, foi dado o título “Morro da Caixa d’Água: política, religião e sociabilidades”. Nesta parte final da dissertação, procurou-se verificar os espaços de sociabilidade do morro, relacionando as ações do padre que celebrava as missas na capela local e, em virtude de um certo engajamento social, era lembrado por muitos como “comunista” com o contexto mais amplo. Em seguida, verificou-se como se criavam solidariedades e divergências internas em locais cotidianos da localidade como os bares, o time de futebol, as festas religiosas e de que forma estas experiências se articulavam e reinterpretavam a “cultura assistencial” presente na cidade.

Portanto, partiu-se do pressuposto que as configurações sociais devem ser analisadas de forma processual, procurando sinais, indícios e singularidades de um local específico, como o Morro da Caixa d’Água, para entender seus significados à luz de seu próprio contexto. Desse modo, pode-se averiguar a pluralidade de pontos de vista que tornam os sistemas fluidos e abertos e as mudanças, oriundas de estratégias e escolhas minuciosas e infinitas, que se operam nas frestas destes sistemas normativos contraditórios. Finalizo esta apresentação com uma citação do historiador italiano Giovanni Levi que, ao meu entender, ilustra a perspectiva que procurei adotar neste trabalho: “Os indivíduos constantemente criam suas próprias identidades, e os próprios

grupos se definem de acordo com conflitos e solidariedades, que contudo não podem ser presumidos *a priori*, mas resultam das dinâmicas que são o objeto da análise.”²⁷

²⁷ LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 152. (grifos do autor).

Comunidades do Maciço Central de Florianópolis



- 1 - Mont Serrat
- 2 - Nova Descoberta
- 3 - Morro da Mariquinha
- 4 - Morro do Mocotó
- 5 - Tico-Tico
- 6 - Morro do Duduco
- 7 - Ângelo Laporta
- 8 - Morro do Ceú
- 9 - Nova Trento
- 10 - Nova Palestina
- 11 - Morro do 25
- 12 - Sta. Vitória
- 13 - Morro do Horácio
- 14 - Penitenciária
- 15 - Caieira
- 16 - Alto da Caieira
- 17 - Serrinha
- 18 - Morro da Queimada
- 19 - Saco dos Limões
- 20 - Prainha
- 21 - José Mendes

Prof. Joel R.G.M. Pellerin
 LABGEOP
 UFSC - Geociências

Capítulo 1: A cidade em construção: urbanização e política em Florianópolis.

Em meados das décadas de 1920, ocorreu um processo migratório de famílias oriundas das regiões adjacentes a Florianópolis para a capital do estado de Santa Catarina. Entre essas regiões podemos destacar Biguaçu e Alto Biguaçu, atualmente os municípios de Biguaçu e Antônio Carlos²⁸ respectivamente, cujos habitantes, muitos negros, tentarão se estabelecer em localidades da capital como o Morro da Caixa d'Água, Morro do Chapecó, Morro da Mariquinha, Morro do Mocotó e Coloninha. Embora algumas destas localidades tenham mudado de nome com o passar dos anos – como por exemplo o Morro da Caixa d'Água, chamado hoje de Mont Serrat, e o Morro do Chapecó, chamado de Morro do 25 – a maioria ainda é reconhecida pelas mesmas denominações. Evidentemente, a migração de parte dos moradores de regiões próxima para a cidade não ficará resumida ao estabelecimento nas localidades citadas, entretanto, é importante mencioná-las devido às suas relações com o objeto de estudo deste trabalho: o Morro da Caixa d'Água.

Acredita-se que os primeiros moradores do Morro da Caixa d'Água tenham se estabelecido por volta de fins do século XIX. No entanto, as famílias oriundas de Biguaçu e Alto Biguaçu mais antigas fixarão suas residências no final dos anos 1920, anos 1930 e início dos anos 1940. Apesar de ter uma ocupação antiga, o número de habitações no Morro da Caixa era, nessa época, ainda incipiente. A utilização dos espaços do morro e o aumento populacional se darão somente a partir da década de 1950, ganhando vulto nas décadas subseqüentes com o crescimento urbano da cidade.

A Florianópolis dos anos 1930 e 1940, apesar de não ter uma vida urbana consolidada nos moldes idealizados pelos urbanistas das décadas seguintes, era tida como um ponto de referência para os moradores das regiões limítrofes. Os municípios no entorno da cidade eram geralmente rurais, desse modo, seus habitantes tiravam sua subsistência do cultivo e venda dos produtos agrícolas de suas terras. No entanto, esta produção não deve ser pensada dentro de uma lógica mercantil de produção de excedente. As dificuldades no cultivo da terra eram grandes e, portanto, a produção era

²⁸ O município de Antônio Carlos foi criado em 1963. Anteriormente, era uma parte do município de Biguaçu (fundado em 1833) conhecido como Alto Biguaçu. Ver: Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991. p. 10, 11.

voltada primeiramente para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, sendo comercializado apenas o pouco que excedia. Nesse caso, a capital do estado era o local onde muitos destes trabalhadores vinham vender os seus produtos, sendo o mercado público municipal o principal ambiente no qual esse comércio se realizava.

Florianópolis, como mencionado, ainda não se apresentava como referência de modernidade e urbanização. Ao contrário, era permeada de chácaras e possuía uma população que também dependia da lavoura de subsistência e da venda do pequeno excedente. As possibilidades de trabalho das camadas menos favorecidas da sociedade florianopolitana, portanto, estavam assentadas na agricultura de subsistência, no pequeno comércio de excedentes e no trabalho de frete com galeotas²⁹ nos arredores do mercado público.

O movimento portuário, que no século XIX fora um dos importantes propulsores da economia da cidade através do transporte marítimo e do comércio exportador, desaparecia paulatinamente com o passar do século XX. A proibição da entrada de navios de grande calado nas baías florianopolitanas, assim como a pequena navegação costeira que também foi inviabilizada, diminuiu as atividades econômicas e comerciais da cidade fato este que, nas décadas seguintes, será considerado pelos urbanistas como responsável pelo marasmo em que se encontrava a cidade.³⁰ Percebe-se, desse modo, que Florianópolis possuía pouca expressão econômica no cenário nacional, mas, por outro lado, era considerada pelos trabalhadores das regiões adjacentes um importante centro comercial para a venda de seus produtos. Pensar Florianópolis apenas a partir de sua representação econômica no cenário nacional é, portanto, ignorar experiências e expectativas de pessoas comuns, trabalhadores rurais e urbanos, tanto da cidade quanto de outros municípios, que enxergavam o centro da capital do estado como um ambiente pulsante de comércio, diferente de seus locais de moradia e de suas referências bucólicas.

Não é tarefa fácil descobrir como era a vida das pessoas nestes municípios próximos. Primeiro devido aos poucos estudos sobre essas localidades³¹, o que

²⁹ Galeotas eram espécies de carrinhos utilizados para transporte de mercadorias. Segundo o Dicionário Aurélio: “4. Carrocim constituído de uma caixa inclinável para carga e descarga, duas rodas e um varal central, e que se usa, puxado a braço, em trabalhos de terraplenagem manual, para transportar o material escavado”. **Dicionário Aurélio eletrônico**. Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999. 1 CD-ROM.

³⁰ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970**. Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 29, 84.

³¹ Não foram encontrados estudos produzidos em âmbito acadêmico que abordassem diretamente este assunto. Verificou-se as obras de: KREMER, Rogério. **Datas históricas de Antônio Carlos : 1830-1992**.

impossibilita análises comparativas entre diferentes interpretações. Segundo em virtude da perspectiva de análise de certas obras, que buscam uma relação lógica entre causas e conseqüências almejando, através do encadeamento de fatos, uma linearidade histórica que explique a situação presente do município. Estudos desse tipo, muitas vezes financiados com objetivos político-eleitorais, merecem uma observação atenta uma vez que ressaltam o olhar anacrônico, obscurecendo muitas vezes contingências inerentes aos acontecimentos vividos. De qualquer forma, as dificuldades não inviabilizam a análise histórica, mas fazem do ofício do historiador um meticuloso exercício de tornar a realidade menos opaca através da decifração dos indícios e sinais que nos aparecem no presente.

Sendo assim, procuraremos nas linhas seguintes entender como era a vida das pessoas das regiões limítrofes da cidade de Florianópolis, em especial da região do Alto Biguaçu. Não se pretende aqui desconsiderar as experiências de outras localidades como Tijucas, Tijuquinhas, Três Riachos, Itajaí que também compuseram o contingente de imigrantes para a capital do estado. Contudo, os limites e os objetivos deste trabalho não nos permite estender as análises sob o risco de reduzir e simplificar as experiências e especificidades dessas pessoas.

A imigração de trabalhadores da região do Alto Biguaçu para Florianópolis e, no nosso caso, para o Morro da Caixa d'Água não foi obra do acaso. Obviamente, nem todos os migrantes da região se alocaram neste morro e é justamente essa questão (quem são as pessoas que vêm para o Morro da Caixa?) que nos ajudará a explicar algumas práticas entre seus moradores nos anos 1950 e 1960.

O Alto Biguaçu era uma região de características rurais, seus moradores extraíam da terra a maioria dos artigos necessários à subsistência e o que não se produzia, geralmente, ou era conseguido através de trocas com vizinhos ou comprado na capital. Habitada por famílias negras – dentre as quais estão os Cardoso, os Veloso, os Barbosa, os Farias, os Cristóvão, os Rosa e os Pereira - e brancas, muitos destes descendentes de alemães, a localidade foi, segundo Rogério Kremer, pesquisador da história do município de Antônio Carlos, um reduto de quilombos nos tempos de

escravidão: “Durante o período escravista, o Alto Biguaçu foi uma das regiões próximas da Ilha e do Desterro que concentrava o maior número de quilombos”.³²

Dentre estas famílias negras, duas terão importante participação na ocupação do Morro da Caixa d’Água e na sua futura organização, as famílias Cardoso e Veloso. Segundo relatos orais, os primeiros teriam origem na região do Alto Biguaçu enquanto os segundos seriam provenientes de Florianópolis³³. Isto posto, falaremos um pouco sobre estas famílias cuja história com o Morro da Caixa começa no início do século XX, com Zeferino Joaquim Cardoso. Antes, porém, de tentar reconstruir a vida de Zeferino, cabe aqui destacar o caminho percorrido a partir do qual deduzimos seu suposto período de nascimento, premissa importante para a elaboração dessa história.

Percebeu-se, primeiramente, ao menos entre alguns membros da família Cardoso, o costume de colocar, no segundo nome do filho, o prenome do pai. Por exemplo, o pai de Carlos Agostinho Cardoso (um dos entrevistados) se chamava Agostinho Manoel Cardoso, cujo pai era Manoel Zeferino Cardoso. Zeferino Joaquim Cardoso é, conseqüentemente, pai de Manoel Zeferino e bisavô de Carlos Agostinho. Provavelmente, o pai de Zeferino se chamava Joaquim – nome de origem portuguesa, o que talvez indique o relacionamento entre um homem branco e uma escrava como marco inicial dos Cardoso. No entanto, nosso propósito não é buscar as origens da família Cardoso, mas descobrir os primeiros contatos entre Zeferino Joaquim Cardoso e o Morro da Caixa d’Água.

Para deduzirmos a época do nascimento de Zeferino partimos de uma informação e, em seguida, estabelecemos uma série de suposições que acreditamos ser coerentes. Carlos, bisneto de Zeferino, nos informou em entrevista que nasceu em janeiro de 1948 e que é o terceiro dos quatro filhos de Agostinho. A partir disso, desenvolvemos algumas hipóteses: possivelmente, uma vez que era recorrente na época, Agostinho teve filhos cedo, talvez com 25 anos já os tivesse todos. Se Carlos nasceu em

³² Entrevista com Rogério Kremer, realizada em novembro de 1996. Apud. MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)**. Florianópolis, 1997. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 49.

³³ As informações sobre as origens das famílias Cardoso e Veloso estão baseadas em entrevistas. Não é proposta deste trabalho reconstruir a árvore genealógica destas famílias no intuito de comprovar a veracidade da informação. Sabemos que a tradição oral está permeada por questões do presente que reavivam e reconstróem, a seu modo, as lembranças do passado. Todavia, ciente dos riscos, utilizaremos esta versão da história, deixando a contenda para os historiadores que, no futuro, desejem trabalhar com o tema. Ver: Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005. Entrevista com Maria de Lurdes da Costa Gonzaga concedida a Camilo Buss Araujo, em 21 de janeiro de 2005.

janeiro de 1948 e é o segundo mais novo, supusemos que Agostinho o teve com a idade entre 22 a 25 anos. Partindo desta premissa, Agostinho provavelmente nasceu entre os anos de 1923 a 1925, ou seja, década de 1920. Sendo assim, se conjecturarmos que Manoel teve Agostinho com aproximadamente 20 anos, aquele supostamente nasceu nos primeiros anos do século XX. Ao estender esta análise a Zeferino, ou seja, que ele teve seu filho Manoel com aproximadamente 20 anos, concluiremos que ele deve ter nascido na década de 1880, senão antes.

Esta análise encontra respaldo em algumas informações que afirmam que Zeferino conheceu o Morro da Caixa em suas andanças por Florianópolis na década de 1910, segundo nosso raciocínio, com a idade aproximada entre os 20 e 30 anos. Dessa forma, ele provavelmente foi a pessoa que inaugurou o contato entre os futuros imigrantes do Alto Biguaçu e o morro, dando origem às famílias mais numerosas da localidade, famílias Cardoso e Veloso.

1.1 A vida no Alto Biguaçu e a migração para o Morro da Caixa d'Água³⁴

Zeferino Joaquim Cardoso era homem trabalhador, casado com Maria Damecia da Conceição Barbosa, teve com ela nove filhos, seis mulheres e três homens. Dono de algumas terras na região do Alto Biguaçu, sua sobrevivência dependia da plantação, da modesta criação de gado e do fabrico de farinha de mandioca e açúcar. O produto do seu trabalho era vendido em Florianópolis, no mercado público municipal, e nos lugarejos próximos.

A necessidade de vender o excedente produzido fez Zeferino vir inúmeras vezes à capital do estado. Ao se estabelecer no mercado público, à medida que negociava a venda de seus produtos, conversava, trocava informações, conhecia pessoas e foi provavelmente numa dessas experiências que começou seu relacionamento com a família Veloso. Sendo assim, o mercado público municipal não era apenas uma referência comercial para os moradores da cidade e de cidades vizinhas, mas aparecia

³⁴ As informações narradas a seguir foram extraídas das seguintes entrevistas: Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005; Entrevista com Maria de Lurdes da Costa Gonzaga concedida a Camilo Buss Araujo, em 21 de janeiro de 2005; Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em 28 de agosto de 2001; Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005. E do livrete produzido pelos moradores do Morro da Caixa d'Água em 1992: **Memórias**: comunidade do Mont Serrat. Florianópolis, 1992. p. 7, 19, 20, 21.

enquanto espaço de sociabilidade das camadas populares, onde havia, além das trocas comerciais, diálogos e interações os quais influenciavam a vida daqueles que o freqüentavam.

De acordo com a tradição oral, a família Cardoso estava assentada a mais tempo no ambiente rural, diferente da família Veloso que seria proveniente da região urbana de Florianópolis, tendo migrado para o Alto Biguaçu e depois retornado. Segundo esta memória, Zeferino, em suas idas e vindas para a capital, teria conhecido uma pessoa que o ajudara no transporte das mercadorias e, a partir de então, construiu uma relação de amizade e confiança com ele. Dono de uma quantidade razoável de terras, Zeferino convidou-o para trabalhar no Alto Biguaçu e foi daí que se estabeleceram os primeiros contatos entre os Cardoso e os Veloso. Nas palavras de Carlos, “a família Veloso, segundo meu pai falava, é de quando o meu bisavô vinha fazer comércio aqui no mercado público. E mercados sempre têm aqueles carregadores, um vende, outro troca, aquela coisa toda. Ele, então, levou uma dessas pessoas para trabalhar com ele lá em Antonio Carlos, era o início da relação com os Veloso”.³⁵

Em um livrete produzido pelos moradores do Morro da Caixa, ao relatar a vida de Zeferino Joaquim Cardoso, afirma-se que ele levou algumas pessoas para trabalhar em suas terras no Alto Biguaçu: “Nestas andanças fez muitas amizades e as pessoas sem terra que encontrava costumava levar para a sua propriedade. Agasalhava a todos e construía casa de estuque para suas moradias”³⁶. Evidentemente, essa afirmação isolada parece pouco confiável devido ao romantismo da descrição. Cabe-nos, desse modo, relevá-la uma vez que foi escrita por moradores da localidade no intuito de registrar as suas histórias, ou seja, valorizá-las. No entanto, ao cruzarmos estas informações com o depoimento de Carlos, poderemos assumir a possibilidade da relação entre os Cardoso e os Veloso serem originárias destas experiências no mercado público e, em seqüência, no Alto Biguaçu. Por outro lado, não podemos idealizar que Zeferino, como homem de bom coração, trazia as pessoas para sua propriedade, agasalhava-os, dava-lhes moradia simplesmente por questões filantrópicas. Ele era produtor e, se tinha realmente a quantidade de terras relatadas, nada mais lógico do que procurar braços para ajudá-lo no cultivo e realização de seus produtos.

³⁵ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

³⁶ **Memórias**: comunidade do Mont Serrat. Florianópolis, 1992. p. 7.

Acredita-se que foi também nestas viagens comerciais para Florianópolis que Zeferino conheceu o Morro da Caixa d'Água e adquiriu terras por lá. Possivelmente, Zeferino teve relações com a família Kincheski e através dela soube da existência do morro.

Os Kincheski são uma família de descendência européia³⁷, reconhecidos pelos moradores como comerciantes e donos da maioria das terras do morro. Não se sabe a data exata de sua chegada na localidade, o registro mais antigo encontrado, uma ata da Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat de 2 de outubro de 1929, já apresenta o nome de Cassemiro Kincheski na direção da irmandade, como mesário.³⁸ Em outro livro da irmandade, com a data de entrada dos “irmãos”, verifica-se que Cassemiro Kincheski é irmão-fundador da irmandade, tendo se filiado em 9 de julho de 1927. Além disso, o livro de registro da Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat nos evidencia a grande presença da família Kincheski no morro desde pelo menos os anos 1920. Associam-se à irmandade, no final dos anos 1920 e começo da década de 1930, Albertina, Maria, Francisco, Estelano, Francisco Neto, Antonio e Weniceslau Kincheski, revelando uma hegemonia numérica da família naquela entidade.³⁹

Por ter entre seus membros comerciantes, podemos supor que Zeferino Joaquim Cardoso tenha conhecido alguém da família Kincheski em seus dias de labuta na capital do estado, visto que o espaço do centro da cidade e do mercado público era um ambiente relativamente pequeno e, portanto, permitia que as pessoas convivessem próximas e se conhecessem. Não é improvável, por conseguinte, que o chão comprado por Zeferino no Morro da Caixa tenha sido vendido por alguém dos Kinchesk, em virtude do contato no ambiente de comércio e devido ao fato da família ser proprietária de terras no local. Mesmo assim, apesar da aquisição de terra no Morro da Caixa por parte de Zeferino ter se dado aparentemente no final da década de 1910 e início dos anos 1920, a imigração dos primeiros membros das famílias Cardoso e Veloso acontecerá apenas no final desta década, supostamente devido a dificuldades enfrentadas no Alto Biguaçu.

³⁷ No morro são chamados de polacos, no entanto não se tem a confirmação sobre a origem, se é polonesa mesmo ou é apenas uma expressão para designar pessoas de cor branca e fenótipo europeu.

³⁸ Irmandade de Nossa Senhora de Mont Serrat. **Ata da sessão n° 1, realizada no dia 2 out. 1929.** Livro: Guia de Despesas. Nota: Apesar de aparecer como ata número 1, esta não é a primeira reunião da irmandade tampouco sua ata de fundação. Em seus escritos não aparece qualquer menção à fundação, ao contrário, remete-se a encontros anteriores. Ademais, existe também uma ata de número 1 no livro de atas de 1938.

³⁹ Irmandade de Nossa Senhora de Mont Serrat. **Livro de Registro de Irmãos.** p. 4, 5.

Entretanto, segundo Maria das Graças Maria, “o êxodo das populações negras do Alto Biguaçu para a região urbana de Florianópolis iniciou-se antes da década de 20”. De acordo com a autora, a questão de terras no pós-abolição foi um dos principais fatores que favoreceram a imigração. Na sua visão, a maioria das terras pertencentes aos negros eram impróprias para o plantio, sendo assim, muitos se associavam aos brancos. A falta de terras para todas as famílias, agregada aos poucos recursos, fez com que muitos se deslocassem para outras regiões, entre elas Florianópolis.⁴⁰

Este não parece ser o caso de Zeferino que, segundo relatos, não irá para o Morro da Caixa junto com os primeiros imigrantes do Alto Biguaçu. Ele, talvez por possuir terras produtivas, “só carne não tinha com fartura”, migrará para o morro somente quando idoso, juntando-se aos filhos já estabelecidos.⁴¹ Ademais, para o caso do Morro da Caixa, as informações coletadas indicam que os primeiros imigrantes vieram no final da década de 1920 e início dos anos 1930, conseqüentemente, não parece, ao menos neste caso, existir uma ligação direta entre a questão de terras no pós-abolição e a imigração quase quarenta anos depois.

As dificuldades relacionadas à terra e ao cultivo dos produtos parecem, portanto, ter sido um dos principais fatores que impulsionaram a imigração para a região urbana de Florianópolis. Marta Magda Antunes Machado, em sua dissertação de mestrado sobre a participação feminina na organização do Morro da Caixa, relata um pouco da história da localidade, utilizando o folhete “Memórias” e algumas entrevistas. Segundo seu ponto de vista, o êxodo daqueles trabalhadores para o morro é atribuído ao domínio territorial e econômico dos descendentes de alemães, moradores da região, que os fizeram buscar outros espaços de sobrevivência.⁴²

É complicado, no entanto, explicar a imigração de uma parcela da população do Alto Biguaçu para Florianópolis a partir de uma diferença étnica. Percepções deste tipo podem, muitas vezes, induzir-nos um pensamento de homogeneidade, camuflando diferenças dentro de um mesmo grupo, e reduzir a complexa rede de relações sociais a uma dicotomia estabelecida entre cores diferentes de pele. Sem dúvida, as questões raciais devem ser levadas em conta, mas devem ser analisadas e compreendidas em seu

⁴⁰ MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Florianópolis, 1997. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 49, 51.

⁴¹ **Memórias**: comunidade do Mont Serrat. Florianópolis, 1992. p. 7.

⁴² MACHADO, Marta Magda Antunes. **Palavra feminina na periferia da Igreja**: a participação das mulheres na organização da comunidade "Mont Serrat", Morro da Caixa d'Água, em Florianópolis/SC. 1999. 328 f. Dissertação (Mestrado) - Ciências da Religião, PUC/SP, São Paulo, 1999.

contexto específico e não como uma explicação em si mesma. Como foi mencionado, Zeferino, negro, possuía terras produtivas e não migrou junto com a primeira leva de trabalhadores do Alto Biguaçu; por outro lado, nada nos indica que não pudesse haver descendentes de alemães com terras pouco férteis e que estes tenham imigrado também, em um dado momento, para a região urbana da capital. Importante é, nesse caso, saber quem veio para o Morro da Caixa d'Água e por quê, quais relações estabeleceram ao chegar na região, para podermos entender as formas de sociabilidade dos moradores nos anos 1950 e 1960.

Neste sentido, os primeiros imigrantes do Alto Biguaçu chegaram ao Morro da Caixa por volta de 1928, final dos anos 1920.⁴³ Estas pessoas eram, em sua maioria, membros das famílias Cardoso e Veloso, entre as quais havia um passado de convivência comum e cujas relações de parentesco muitas vezes se imbricavam. Ao saírem de suas moradias no Alto Biguaçu, muitos deles virão para o Morro da Caixa fixar residência na região do Pastinho, localizado um pouco acima da igreja. Maria de Lurdes Gonzaga conta: “Minha mãe veio de Biguaçu, uma das primeiras pessoas que vieram, juntamente com outras famílias, morar no Morro da Caixa na localidade que hoje é chamado Pastinho. Veio o meu avô, Bilé, e a família Veloso”⁴⁴.

Para entendermos melhor essa ocupação, observaremos os relacionamentos intrafamiliares, entre Cardoso e Veloso, de modo a tentarmos entender o grande número de pessoas ligadas por relações de parentesco de algum tipo nos anos 1950 e 1960. Neste período, o número de habitantes do Morro da Caixa irá aumentar significativamente devido a vinda de outros membros das famílias acima mencionadas, moradores até então de outras localidades, bem como de algumas famílias oriundas de distintas regiões. O morro, desse modo, será lembrado pelos moradores como composto por poucas grandes famílias, percepção decorrente deste tipo peculiar de ocupação.

O caso de Bilé e Bertolina nos parece emblemático para entendermos como se deram os relacionamentos entre as famílias e, conseqüentemente, a composição do Morro da Caixa d'Água. Bertolina Cardoso, irmã de Zeferino Joaquim Cardoso – aquele que tinha terras no Alto Biguaçu e adquiriu um espaço no morro –, casou-se com Bilé, da família Veloso, quando ainda moravam no Alto Biguaçu. Tiveram filhos, entre

⁴³ Podemos estabelecer tal afirmação visto que, segundo o livro de memórias, uma das primeiras famílias, a de dona Otília Veloso Cunha, nascida em 1923, veio morar no morro quando esta possuía cinco anos de idade. **Memórias**: comunidade do Mont Serrat. Florianópolis, 1992. p. 20.

⁴⁴ Entrevista com Maria de Lurdes da Costa Gonzaga concedida a Camilo Buss Araujo, em 21 de janeiro de 2005

eles Otília Veloso e Angelina Veloso, sendo uma das primeiras famílias a vir para o morro. Tanto Otília quanto Angelina casaram, adotando os sobrenomes Cunha e Costa, respectivamente, e suas filhas, por sua vez, também adotaram os sobrenomes dos maridos, como é o caso de Elisabete Ferreira, filha de Otília e moradora do morro, e Maria de Lurdes Gonzaga, filha de Angelina, também moradora e uma das primeiras professoras do morro.

Essas relações intrafamiliares, todavia, não ficam limitadas a essa experiência, segundo João Ferreira de Souza: “O número maior [dos habitantes do Morro da Caixa d’Água] veio de Biguaçu, foram onde é conhecido como Pastinho. Lá era a turma do sangue azul porque casavam primo com primo, era difícil entrar as famílias de fora”⁴⁵. Nas palavras de Carlos Cardoso: “Porque os Cardoso casavam com os Veloso, ali havia uma grande mistura entre Veloso e Cardoso, que são as famílias base do Morro da Caixa. Até por eles se conhecerem, já tinham histórias lá de Antonio Carlos, ou já se conheciam por essa relação de parentesco e isso facilitou a nossa sociabilidade”⁴⁶. Este relacionamento entre Cardoso e Veloso, ou mesmo entre outras famílias oriundas da região do Alto Biguaçu, fez com que grande parte do Morro da Caixa tivesse algum tipo de relação de parentesco.⁴⁷

Por conseguinte, a escolha do Morro da Caixa como local de habitação de algumas famílias imigrantes não foi casual. Bertolina, irmã de Zeferino – o qual já havia em tempos passados feito contato com pessoas ligadas ao morro, provavelmente os Kincheski, e adquirido terras na região – casou-se com Bilé e, junto com outras famílias, migraram para o Morro da Caixa. Provavelmente existiu algum tipo de conversa, indicação ou mesmo cessão de terreno por parte de Zeferino, que os levaram ao Morro da Caixa. Talvez, devido ao suposto relacionamento passado entre Zeferino e os Kincheski, seu cunhado Bilé tenha assumido abandonar as adversidades do Alto Biguaçu, enfrentar as incertezas da vida urbana justamente no Morro da Caixa e trabalhar, inicialmente, com a família dona do maior volume de terras do morro.⁴⁸ Bilé,

⁴⁵ Entrevista com João Ferreira de Souza, concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, 28 de agosto de 2002.

⁴⁶ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

⁴⁷ Por exemplo, dos entrevistados, Carlos Agostinho Cardoso, Maria de Lurdes Gonzaga, Elisabete Ferreira, Vera Lúcia Veloso e Marli Belarmino Veloso são parentes, mesmo que distantes. É bom ressaltar que as relações de parentesco não foram usadas nesta pesquisa como critério na seleção dos entrevistados.

⁴⁸ As razões exatas que levaram homens e mulheres das famílias Cardoso e Veloso a migrarem para o Morro da Caixa não foram objetos de nossa investigação. Pode-se supor que houve problemas relativos à escassez de terras, fomentando assim a migração para a capital de Santa Catarina.

segundo o livro de memórias, ao chegar na localidade, trabalhou com Cassimiro Kincheski: “...Bilé, com um cavalinho, começou a trabalhar com Seu Cassimiro que era comerciante”⁴⁹. Este será, no entanto, apenas um dos benefícios oferecidos dentro da ampla economia de favores estabelecida nas relações entre a família Kincheski e os demais moradores da localidade, abordada de forma minuciosa no decorrer deste trabalho.

Pode-se perceber, portanto, que a composição do morro não é casual assim como as relações estabelecidas não o são, suas historicidades são reveladas na medida em que analisamos as trajetórias de alguns de seus moradores. Será, então, a partir desta formação que tentaremos analisar as experiências e os espaços de sociabilidade dos trabalhadores residentes no Morro da Caixa d’Água durante os anos 1950 e 1960.

O morro, desta forma, não vai ser a primeira nem a única opção dos moradores do Alto Biguaçu, ele será opção para alguns moradores cujos relacionamentos e trajetórias de vida nos ajudam a explicar suas opções. Entretanto, muitos parentes destes primeiros imigrantes escolherão, inicialmente, outras regiões da cidade para fixar sua residência, juntando-se, anos depois, aos seus familiares no Morro da Caixa. Com essa característica, de um morro composto por algumas famílias e que com o passar dos anos aumenta sua população com a vinda de outros parentes, é que ele vai ser lembrado por seus habitantes enquanto uma localidade permeada por relações de parentesco. Assim, muitas famílias migrarão para a localidade nas décadas de 1950 e 1960, época de acontecimentos marcantes na história do Morro da Caixa d’Água e na da capital do estado.

1.2 A cidade de Florianópolis e o Morro da Caixa d’Água

Carlos Agostinho Cardoso, filho de Agostinho Manoel Cardoso e Maria da Silva Cardoso, nascido em 1948 no município de Biguaçu, mais especificamente na região de Canudos, no Alto Biguaçu, é o terceiro dos quatro filhos que compõem a família. Seu pai trabalhava como carpinteiro, mas logo nos primeiros anos de vida de Carlos, quando

⁴⁹ **Memórias:** comunidade do Mont Serrat. Florianópolis, 1992. p. 20.

este atingia seus cinco anos de idade, pais e filhos saem da região e vão para o município de São José, na grande Florianópolis, nas imediações da Colônia Santana.⁵⁰

Os motivos da imigração para a região da Colônia Santana se vinculam a razões pessoais e familiares; a esposa de Agostinho, Maria da Silva Cardoso, possuía parentes naquela região. Aquela era, assim como o Alto Biguaçu, uma área rural e os avós de Carlos por parte de mãe, junto com outros parentes, retiravam seu sustento daquelas terras. O meio rural agradava a Maria, bem como a proximidade com os parentes. Agostinho, por sua vez, não gostava daquela vida e, tão logo se estabeleceram na Colônia Santana, arrumou o emprego de carpinteiro na construção civil em Florianópolis. Nos tempos do Alto Biguaçu, Agostinho trabalhara de servente em um grupo escolar da localidade. Não gostava do trabalho rural e incentivava seus filhos a estudarem, não desejava aquela faina para seus descendentes.

No entanto, Agostinho dormia pouco em casa. A distância entre o centro da capital do estado, onde ficavam as principais construções da época, e as imediações da Colônia Santana impediam-no de vir em casa todos os dias. Dessa forma, Agostinho dormia durante a semana na construção, indo encontrar mulher e filhos no sábado à tarde e retornando para a labuta já no domingo ao entardecer. Esta fatigante rotina durou aproximadamente cinco anos, até a família de Carlos decidir sair da Colônia Santana e se juntar ao seu avô por parte de pai, Manoel Zeferino Cardoso, e demais parentes no Morro da Caixa d'Água.

O exemplo da família de Carlos não foi único, durante as décadas de 1950 e 1960 a população do morro aumentou com a vinda de parentes dos moradores já estabelecidos, habitantes de outras regiões da cidade ou de fora dela, como foi o caso de Olavo Manoel Zeferino Cardoso. Olavo, irmão de Agostinho, filho de Manoel Zeferino Cardoso, foi um dos últimos da família Cardoso a chegar ao morro, em meados da década de 1960. Nascido em 1922, chegou à localidade por volta dos quarenta anos de idade.

Olavo nasceu no Alto Biguaçu e lá residiu até os dezoito anos de idade, década de 1940, quando veio para Florianópolis morar no bairro Saco Grande. Veio para o morro casado, quando seus pais, irmãos, tios e tias já o habitavam.⁵¹ Dessa forma, percebe-se que tanto Olavo quanto Agostinho não escolheram o Morro da Caixa como

⁵⁰ As informações que seguem estão baseadas na seguinte fonte: Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

⁵¹ Entrevista com Olavo Manoel Zeferino Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 3 de agosto de 2005.

primeira opção de moradia, ambos optaram por morar em outras regiões ao saírem do Alto Biguaçu. Entretanto, os dois irão para o Morro da Caixa no final dos anos 1950 e início dos 1960, juntando-se aos demais parentes já estabelecidos na localidade.

Verifica-se, portanto, que os motivos da imigração e do crescimento populacional do morro nos anos 1950 e 1960 estão amparados em aspectos conjunturais mais amplos, como econômicos e políticos, mas também se vinculam às experiências de sociabilidade específicas. Não podemos entender trajetórias pessoais exclusivamente através de razões macro-explicativas, o Morro da Caixa se constitui a partir de relações interpessoais cuja lógica não está assentada em referências globais ou nacionais.

Parece evidente que tanto Agostinho quanto Olavo escolherão morar no Morro da Caixa por possuírem parentes naquela região. Como foi mencionado, o morro não era a única opção possível, no entanto, as pessoas que o compuseram e a forma como foi habitado nos ajudam a explicar por que Agostinho, Olavo e outros moradores escolheram-no para fixar suas residências. No caso de Agostinho e Olavo, o grande número de parentes facilitaria a adaptabilidade ao novo local de moradia, bem como ajudaria a superar as dificuldades inerentes a uma localidade pobre do centro da capital em meados dos anos 1950, como o Morro da Caixa d'Água. Carlos Agostinho Cardoso lembra que a mudança de sua família ficou no início do morro, onde hoje é a sede da escola de samba Embaixada Copa Lord, devido à precária infra-estrutura a qual não permitia que o caminhão de mudança subisse além daquele ponto. Segundo Carlos, os parentes já alocados auxiliaram no carregamento dos pertences do ponto no qual foi deixada a mudança até a residência de Manoel Zeferino Cardoso, local onde a família de Agostinho iria inicialmente morar: “A nossa mudança ficou abaixo de onde hoje é a sede do Copa Lord. Não subia o carro até lá em cima na Caixa. (...) A estrada era terrível, tudo ficava embaixo do Copa Lord, as coisas eram levadas nas costas desde lá de baixo. Ainda bem que havia uma solidariedade muito grande porque a maioria era parente, um ajudava o outro”. A escolha de morar na capital do estado implicava, portanto, dificuldades, obstáculos dificilmente transponíveis caso não houvesse auxílio de moradores da localidade, em sua maioria parentes.

A busca do referencial familiar era preponderante na escolha do local de moradia do migrante e fundamental para a boa adaptação na cidade. A opção por locais onde estas referências já existiam não eram, no entanto, exclusivas dos homens e mulheres que chegavam ao Morro da Caixa d'Água nos anos 1950 e 1960. Éder Sáder, ao analisar as experiências dos trabalhadores de São Paulo entre 1970 e 1980, ressaltou

a importância da família na estruturação de valores simbólicos e afetivos que ajudam os indivíduos a construir suas identidades e, por extensão, se inserirem na dinâmica social urbana.

Os grupos de migrantes ao chegarem procuram um lugar onde já estejam estabelecidos familiares, conhecidos seus ou ao menos conterrâneos, que os ajudam na informação – e às vezes mesmo na recomendação – para obtenção do emprego, da documentação legal, para o conhecimento dos itinerários, para identificar as oportunidades e os percalços da vida urbana. (...) A colaboração se manifesta ainda no alojamento dos que chegam ou no mutirão para a construção da casa.⁵²

Por outro lado, não podemos analisar a história de uma localidade apenas a partir de sua dinâmica interna. Pensá-la somente enquanto expressão dos acontecimentos ocorridos em seu cotidiano significa incorrer no mesmo equívoco de analisá-la como simples manifestação de uma conjuntura regional e nacional. Adriano Duarte, ao estudar as formas de organização dos moradores do bairro da Mooca em São Paulo entre 1942-1973, reflete sobre os problemas em analisar os acontecimentos de uma localidade desvinculados da vida da cidade. O estudo do bairro⁵³, nesse caso, não pode ficar restrito ao seu espaço geográfico, visto que as relações sociais forjadas em seu bojo transcendem seus limites formais. Analisar um bairro, ou uma localidade, implica inseri-lo nos acontecimentos da cidade, perceber a teia de relações que conecta seus moradores com as questões do município e entender como se dão os diálogos e as disputas dentro desta conjuntura. Segundo Adriano Duarte:

... o bairro também não pode ser pensado como uma *unidade periférica* e secundária oposta ao *centro* do qual emanariam *as questões* determinantes para a sua vida cotidiana. A relação dos bairros entre si e destes com o *centro*, seja administrativo, seja político, seja religioso, ou de qualquer outro tipo, seria melhor representada pela imagem de uma teia, na qual todos os fios estão conectados entre si e se movem simultaneamente quando um de seus nós é tensionado. (...) Pensar o bairro é pensar as

⁵² SÁDER, ÉDER. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 95.

⁵³ Cabe destacar aqui que o Morro da Caixa d'Água apesar de ser um espaço definido geograficamente e reconhecido pelos moradores enquanto habitantes daquele espaço não é juridicamente um bairro, mas uma localidade pertencente ao bairro do Centro.

suas relações com a cidade, é inseri-lo na própria dinâmica dos conflitos que a definem como tal, é inscrever a cidade no contexto do país e este no jogo internacional.⁵⁴

Neste sentido, a imigração de trabalhadores para o Morro da Caixa não pode ser explicada exclusivamente por uma relação de parentesco. As mudanças no cenário urbano da capital do estado, bem como a conjuntura dos anos 1950 e 1960 nos ajudam a entender os motivos que levaram Agostinho e Olavo, entre tantos outros, a imigrarem para o Morro da Caixa d'Água.

Florianópolis, no começo da quinta década do século XX, apesar de ser a capital do estado de Santa Catarina, era uma cidade com características mais rurais do que urbanas. Sem contar com grandes indústrias ou mesmo um porto eficiente para escoar a produção, sua dinâmica econômica se apoiava, principalmente, na função administrativa de capital do estado. Neste sentido, segundo alguns políticos, a “sonífera” cidade de Florianópolis dos anos 1950 não possuía os requisitos necessários para ser a principal cidade de Santa Catarina, sendo inclusive defendida a tese de mudança da capital.

Os argumentos utilizados por aqueles que desejavam a mudança da capital do estado baseavam-se na inferioridade econômica da cidade em relação aos municípios de colonização alemã, como Joinville e Blumenau, e o crescimento da cidade de Criciúma, com a exploração do carvão. Ademais, a perda da importância do porto, que não conseguia oferecer escoamento à principal atividade exportadora do estado naquele momento, a exploração madeireira, associada à posição geográfica que não favorecia a “interiorização” de Santa Catarina reforçavam a idéia de transferência da capital para o interior, visando aproximá-la da maioria dos municípios.⁵⁵

Os debates sobre o destino de Florianópolis, no entanto, estavam carregados de conotações políticas. As divergências refletiam, na verdade, a dicotomia política e a aguçada rivalidade entre duas linhas oligárquicas estaduais, os Ramos e os Konder-Bornhausen. Os primeiros, originários de Lages, estiveram no poder durante o Estado Novo, tendo como figura proeminente o então interventor federal Nereu Ramos. Já os segundos, oriundos da região do Vale do Itajaí, eram compostos pelo grupo que foi destronado do poder a partir de 1930, cuja personalidade notória era Adolfo Konder, ao

⁵⁴ DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973.** Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 266.

⁵⁵ LOHN, Reinaldo. Op. Cit. p. 69, 70.

qual se vinculavam por laços familiares os Bornhausen. Estas famílias disputavam o controle político no estado abrigando-se, respectivamente, nas legendas do PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional).⁵⁶

Sendo assim, por trás dos argumentos em favor ou contra a transferência da capital havia questões políticas as quais fundamentavam e explicavam tais posicionamentos. Apesar de ser procedente do planalto catarinense, a família Ramos tinha grande influência na capital do estado e, assim como as cidades do Vale do Itajaí eram vistas como redutos do udenismo, Florianópolis era considerada por muitos “curral eleitoral” do PSD. Entretanto, a partir dos anos 1950 houve a alternância de poder em âmbito estadual, os udenistas afastados do poder desde 1930 retomaram o controle do executivo estadual com a eleição de Irineu Bornhausen para governador, e algumas vozes, até então pouco ouvidas, começavam a falar alto nos debates políticos catarinenses.

Com o enfraquecimento do PSD no estado, os grupos que defendiam a mudança da capital ganharam força e tentaram aproveitar o momento para efetivar a proposta. No entanto, tiveram que enfrentar a oposição da imprensa local a qual procurava defender a cidade, desqualificando os autores de tal projeto e suas idéias. Políticos florianopolitanos também ficaram alertas para eventuais tentativas de retirar da cidade órgãos públicos, afinal, estes eram importantes mecanismos de controle político através da ocupação de cargos e distribuição de empregos. Era mister, portanto, que a cidade se desenvolvesse para aplacar os anseios daqueles que pretendiam a mudança da capital. Foi, então, no âmago destes debates, que os projetos para o futuro da cidade começaram a ser concebidos.

Apesar de o PSD ser predominante, com a eleição de Irineu Bornhausen para governador o prefeito da capital passava a ser o udenista Paulo Fontes, isso porque os prefeitos de Florianópolis e São Francisco do Sul eram, naquela época, de livre nomeação do governador.⁵⁷ E foi na gestão de Paulo Fontes, em 1952, que a prefeitura contratou uma equipe de arquitetos e urbanistas para elaborar o primeiro plano diretor da cidade. Cabe ressaltar que, a despeito de Florianópolis ser conhecida como reduto dos pessedistas, a UDN tinha influência na cidade, contando com jornal, rádio e

⁵⁶ Ver: CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79)**. Florianópolis, 1988. 278 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) -, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina. p. 44, 45, 51, 52; LOHN, Reinaldo. Op. Cit. p. 37, 38.

⁵⁷ LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina (1945-1960)**. Florianópolis, 1985. 336 f. Dissertação (mestrado em História) -, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina. p. 184.

políticos que a apoiavam. O PSD, nesse caso, possuía uma preponderância instável, que precisava ser reforçada cotidianamente visto que a ameaça udenista era constante. O futuro da cidade era, conseqüentemente, um campo de disputas onde forças políticas duelavam para decidir quem iria tutelar o vir a ser da capital do estado.

O Plano Diretor elaborado em 1952 procurava oferecer respostas àquele estado em que se encontrava a cidade e elaborar uma série de medidas para tirá-la do atraso. Para tanto, um grupo de arquitetos de Porto Alegre foi contratado e no mesmo ano apresentava um relatório. O primeiro diagnóstico do Plano era que as dificuldades apresentadas por Florianópolis eram oriundas de um fraco desenvolvimento econômico, do baixo poder aquisitivo de sua população e, por conseguinte, dos reduzidos recursos da administração municipal. Em vista disso, seria necessário criar um fator positivo de modo a transformar o desenvolvimento econômico da cidade: a criação de um moderno porto.⁵⁸

O porto seria, para os elaboradores do Plano Diretor, a alavanca para progresso da cidade, responsável por dinamizar a economia local. Localizado no bairro do Estreito, na parte continental da cidade, o porto seria o espaço onde a partir do qual o desenvolvimento da cidade realizar-se-ia, uma vez que tanto o turismo quanto a universidade, na visão dos planejadores, seriam apenas apêndices em relação à função portuária. Ao Estado, conseqüentemente, caberia a função de investir prioritariamente em infra-estrutura garantindo assim a industrialização, discurso este que estava em consonância com o ideário desenvolvimentista dos anos de 1950.

Além disso, para que o Plano fosse bem sucedido, era preciso identificar os fatores que provocavam o atraso econômico da cidade e encontrar formas de suplantá-los. Segundo Lohn, a idéia de atraso foi uma das mais importantes invenções e um dos conceitos utilizados com mais freqüência no período, procurando separar uma parte do país que estaria avançando rumo ao progresso, de um outro Brasil, engatinhando no processo de “evolução” social e econômica. Dentro destes princípios, Florianópolis se enquadrava na parte atrasada, sendo necessária, portanto, a entrada no mundo industrial e a transformação em um grande centro urbano, como meios de pavimentar seu caminho em direção ao progresso.⁵⁹

⁵⁸ SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano**. A via de contorno Norte-Ilha. São Paul, 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. p. 63, 64.

⁵⁹ LOHN, Reinaldo. Op. Cit. p. 81.

A existência de chácaras no perímetro urbano, os casebres nos morros e a ausência de indústrias, segundo os urbanistas incumbidos da elaboração do plano diretor de 1952, eram fatores responsáveis pelo atraso econômico da cidade:

Estes núcleos, que tomam conta de Florianópolis, como em outras cidades brasileiras (Rio, Recife, Porto Alegre, etc.) com a feição de *verdadeiros aldeamentos primitivos*, são a mais viva *expressão urbanística de nosso atraso econômico* (...) [Também a] ausência de indústrias modernas e a natureza das ocupações da população florianopolitana explica o *ritmo relativamente lento* de vida que, por sua vez, nas circunstâncias acima mencionadas, concorre *para a dispersão das habitações* e a baixa densidade do conjunto urbano.⁶⁰

Os planejadores defendiam ainda que nem o turismo nem uma possível função universitária de Florianópolis poderiam ser efetivados sem que, antes, se viabilizasse sua industrialização. Essas afirmações confrontavam interesses de alguns que atribuíam a um ou a outro o fator fundamental do progresso futuro da cidade. A estas pessoas, Edvaldo Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, elaboradores do Plano Diretor de 1952, afirmavam que pensar no desenvolvimento de Florianópolis a partir de um centro essencialmente universitário seria inviável, visto que as condições sociais da cidade e do estado não ofereciam esta oportunidade. Com relação ao turismo, o grupo de planejadores urbano argumentava que a função turística dependeria de um fluxo regular de turistas vindos de lugares próximos, uma vez que o turista estrangeiro ou aquele que viajava longas distâncias pelo Brasil para conhecer as praias da Ilha de Santa Catarina não poderia ser visto como uma garantia de mercado turístico para Florianópolis. Para finalizar, os urbanistas ainda diziam que as regiões vizinhas não possuíam número nem poder aquisitivo suficiente para suprir a cidade com um tipo de turista que viesse a ser uma fonte única e capaz de determinar o progresso de uma cidade com mais de cinquenta mil habitantes.⁶¹

O Plano Diretor elaborado em 1952 teve sua versão final aprovada pela Câmara Municipal em 1955, transformada na Lei n. 246/55. No entanto, poucas das propostas

⁶⁰ PAIVA, Edvaldo. et al. Florianópolis: Plano Diretor. Florianópolis: IOESC, 1952. Apud. RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao planejamento urbano**: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis, 1950-1990. Florianópolis, 1993. 181 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 20.

⁶¹ PAIVA, Edvaldo. et al. Florianópolis: Plano Diretor. Florianópolis: IOESC, 1952. Apud. LOHN, Reinaldo. Op. Cit. p. 275, 276.

apresentadas pelo Plano foram aplicadas, ao contrário, suas diretrizes centrais não foram levadas à frente pelo novo prefeito da cidade, Osmar Cunha do PSD, que assumiu o executivo municipal no final de 1954. Concomitantemente aos sonhos de construção do porto e da industrialização de Florianópolis, planejavam-se outros projetos para o futuro da cidade nos quais o turismo, idéia relegada a segundo plano pelos elaboradores do Plano, seria o elemento promotor do progresso.

Urbanizar-se era preciso, porém uma intensa disputa era travada entre grupos políticos da cidade para definir quem daria as rédeas do processo de modernização. O devir da capital de Santa Catarina, portanto, estava impregnado pelo discurso da modernidade, legitimado pelo ideário nacional-desenvolvimentista o qual previa a substituição do arcaísmo social do presente pelo projeto reformador do futuro sem, no entanto, mudanças nas estruturas de dominação e opressão da sociedade. Dessa forma, o futuro da cidade começava a ser traçado com projetos que incluíam modernos balneários, restaurantes e hotéis luxuosos, como o Dunas Hotel – na Lagoa da Conceição, parte leste da Ilha -, indicando que grandes empreendimentos como este, em breve, seriam a tônica do desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina. Um dos jornais da cidade, ao mencionar tal empreendimento, concluía: “Acreditem no futuro da ILHA, porque ele é certo”.⁶²

Ao Estado caberia, neste caso, investir em infra-estrutura de forma a oferecer os requisitos necessários para a “nova” Florianópolis que estava por vir. Assim sendo, nos anos 1950 é inaugurada, de forma tímida inicialmente, a verticalização da cidade com a construção de prédios, os maiores edificados pelo poder público. Alguns deles já marcavam a paisagem urbana desde a década de 1940, como a sede do Banco do Brasil, na Praça XV de Novembro, e a sede do IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado), na Praça Pereira Oliveira, este último com cinco pavimentos.⁶³

Entretanto, nem todas as idéias do Plano Diretor de 1952 foram descartadas. As propostas do Plano de fortalecimento do sistema viário da Ilha coadunavam-se com as

⁶² MENEZES, Manuel. Um comerciante comprou 200 ações do Dunas Hotel. **A Verdade**, Florianópolis, 06 de agosto de 1956. O jornal A Verdade, de propriedade do jornalista Manoel de Menezes, faz propaganda do Dunas Hotel durante todo o ano de 1956, especialmente no mês de agosto.

⁶³ FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Florianópolis, 1997. 186 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 28, 30.

iniciativas do poder público de investimentos na área norte da península⁶⁴ a qual, aos poucos, caracterizava-se como área residencial da população mais abastada da cidade. Tendo isto em vista, os investimentos do Estado nos anos 1950 e 1960 corroboraram para a valorização da área e para a promoção da verticalização do centro de Florianópolis. Exemplos disso é a implantação das dependências do 5º Distrito Naval nos anos 1950, a construção da casa oficial do governador (1954), a Maternidade Carmela Dutra (1955) e o Hospital Celso Ramos (1966).⁶⁵

Ademais, na década de 1950 foram construídas as avenidas Othon Gama D'Eça e Osmar Cunha, que faziam o trajeto norte-sul da península, ligando aquela área residencial, onde começavam a se estabelecer as pessoas de maior renda, ao centro da cidade. Segundo Sugai, a construção destas avenidas foi importante para garantir o reloteamento das áreas centrais da península, onde se situavam antigas chácaras ainda não desmembradas. “Com estas duas avenidas criou-se uma maior acessibilidade dentro da península, em especial na sua área norte. Este corredor viário norte-sul, que seccionou e modificou as características do setor residencial previsto no Plano, estimulou o desenvolvimento comercial e a verticalização da área”.⁶⁶

Percebe-se, portanto, uma série de investimentos do poder público no sentido de promover a expansão urbana da cidade. Embora houvesse divergências entre intelectuais e grupos políticos sobre quem iria orientar o desenvolvimento urbano era consenso que o Estado deveria ser o grande impulsionador deste processo. Foi então, nos anos 1950 e 1960, que Florianópolis passou a ganhar, timidamente, feições de uma cidade urbanizada, com alargamento de algumas ruas, prédios e hotéis.

Ao olharmos a cidade neste momento e relacioná-la com as informações já mencionadas sobre o Morro da Caixa d'Água, podemos tentar refletir sobre as razões que levaram à imigração de famílias para o morro e, conseqüentemente, o aumento de seu contingente populacional. Torna-se, contudo, perigoso explicar este acontecimento somente a partir das referências familiares que já habitavam a localidade, ou seja,

⁶⁴ A “península” mencionada neste trabalho se refere à área mostrada no mapa da página 28. Assim, a área norte da península seria aquela que compreende a atual Avenida Beira-Mar Norte e imediações.

⁶⁵ Segundo Sugai, existe uma proximidade geográfica entre instituições hospitalares e as áreas residenciais da população de mais alta renda. Segundo a autora, há o interesse por parte das elites em permanecer próximo ou ter acessibilidade a esses equipamentos. Nos anos 1960 existiam 9 hospitais no município de Florianópolis, 8 na Ilha e apenas 1 no continente, todos os 8 se localizavam na península. Destes 8, 5 estavam situados na orla norte: Hospital Celso Ramos (1966), Maternidade Carmela Dutra (1955), Hospital Nereu Ramos (1943), Casa de Saúde São Sebastião (1941) e Hospital Naval (posteriormente transferido). Ver: SUGAI, Maria Inês. Op. cit. p. 69.

⁶⁶ Ibid. p. 71.

pensar que trabalhadores irão para o Morro da Caixa somente porque alguns parentes seus já moravam ali. Esta pode ser parte da resposta, mas não esclarece a questão completamente. Cabe ao historiador compreender por que determinadas pessoas, como Agostinho e Olavo, imigraram para um determinado lugar, o Morro da Caixa d'Água, em uma determinada época, anos 1950 e início dos anos 1960? Com relação à primeira parte da pergunta, os laços familiares entre os novos moradores e os antigos conseguem, de certa forma, explicar satisfatoriamente. No entanto a segunda parte insiste em destoar, não sendo contemplada pela explicação anterior. Os motivos que levaram pessoas, como Agostinho e Olavo, a fixarem residência no morro nas décadas de 1950 e 1960 parecem estar também relacionados aos planos e idéias de uma Florianópolis moderna e urbana, que tentavam sair do papel naquele momento.

Se pegarmos o caso de Agostinho, poderemos tentar responder o porquê da expansão do número de moradores do Morro da Caixa nas décadas de 1950 e 1960. Como mencionado, Agostinho após sair do Alto Biguaçu fixa residência no município de São José, na região da Colônia Santana. A permanência da família naquela localidade será de aproximadamente cinco anos quando, pela ausência do progenitor da casa – que dormia durante a semana na construção –, irá ao encontro de Manoel Zeferino Cardoso, estabelecendo-se no Morro da Caixa d'Água. Evidentemente, o fato de Manoel Zeferino Cardoso, pai de Agostinho, ter residência na localidade vai influenciar na opção pelo Morro da Caixa. Entretanto, a vinda de Agostinho e sua família em fins da década de 1950 está também relacionada ao crescimento da construção civil na cidade e com as iniciativas do poder público de urbanizar a capital do estado.

Apesar da resistência de Maria, sua esposa, que gostava da vida rural que levava na região da Colônia Santana, Agostinho não enxergava perspectivas para ele e seus filhos caso permanecessem. A rotina dos cinco anos em que residira ali havia sido fatigante, dormir durante a semana na obra em Florianópolis e ver mulher e filhos no final de semana. Além disso, Agostinho queria que seus filhos estudassem e naquela região agrícola só havia até o quarto ano do primário.⁶⁷ Todavia, embora as questões familiares tenham pesado na hora de optar pela saída de São José, parece óbvio que o crescimento urbano da capital do estado – com obras financiadas pelo poder público e os planos de construção de hotéis e loteamentos, elaborados por empresários – ampliou

⁶⁷ Informações extraídas do seguinte documento: Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

as perspectivas de trabalho relacionadas à construção civil. Agostinho, carpinteiro deste ramo de atividade, foi evidentemente influenciado pela conjuntura.

O Morro da Caixa, portanto, não será escolhido local de moradia apenas pela presença de parentes, mas também por sua localização geográfica, próximo ao centro, onde se concentravam a maioria das obras. Não é mera coincidência que o Morro da Caixa d'Água é habitado nesse período, segundo seus moradores, por homens e mulheres trabalhadores da construção civil e lavadeiras, respectivamente. Em outras palavras, acredita-se que o aumento no número de habitantes do morro se deu influenciado pela expansão urbana da cidade, devido às construções que brotavam no centro e tentavam tirar a sonolenta Florianópolis de seu marasmo. A partir de então é que aparecem os diálogos interfamiliares, nos quais os membros residentes em outras localidades, da cidade ou fora dela, irão contactar parentes residentes no morro e migrarão, almejando a possibilidade de morar próximo ao local de trabalho. Desta forma, estas pessoas inserir-se-ão na vida urbana como trabalhadores assalariados das atividades em expansão, ou seja, aquelas ligadas à construção civil. Cabe ressaltar, contudo, que este processo era incipiente, não havia ainda neste período uma "indústria" da construção civil, a qual aparecerá de forma pungente na paisagem florianopolitana no período seguinte, final dos anos 1960 e década de 1970.

Percebe-se, dessa forma, que as mudanças ocorridas no espaço de moradia não estão desconectadas das transformações ocorridas na esfera do trabalho, ou seja, o cotidiano da pequena localidade do Morro da Caixa está umbilicalmente ligado a um contexto mais amplo, regional e nacional. Neste sentido, o aumento populacional na região, absorvendo trabalhadores que irão se vincular à construção civil nas funções de pedreiros, serventes, carpinteiros, pintores em um momento no qual grupos políticos antagônicos disputam a coordenação das transformações urbanas da cidade, incutem questões relacionadas às formas de diálogo entre políticos e classes populares. Se as questões políticas, como foi visto, estão fortemente presentes nos debates em torno da urbanização da cidade, a emergência de novos atores no cenário social implica também alguma forma de relacionamento entre esses grupos que se arvoram líderes do processo de modernização e as classes populares da cidade. Planos e idéias estão sendo projetados para o futuro da capital do estado, ao mesmo tempo, inicia-se um processo de urbanização e verticalização o qual passa a incorporar trabalhadores, alocando-os no processo de materialização da Florianópolis ideal, moderna, limpa, branca e isenta de conflitos sociais.

Parece paradoxal que a construção da cidade ideal, na óptica dos grupos políticos, passasse pela inserção de trabalhadores cujas habitações e modos de vida simbolizavam o atraso, o passado que se pretendia superar. Jornalistas da cidade, em jornais como O Estado e semanários como O Tempo, descreviam a situação da população empobrecida que, “apesar de morar há muitos anos em áreas como o Morro do Mocotó ou o Morro da Caixa d’Água, não tinha sua situação regularizada, ficando à mercê da caridade e do populismo de determinados políticos...”, esses morros, segundo eles, “eram habitados por crianças de cabeças grandes, ventres crescidos e de pés descalços”.⁶⁸

A citação acima nos evidencia o contra-senso: as pessoas que executavam os planos de modernização da capital de Santa Catarina eram as mesmas responsáveis pelo seu atraso. Em outras palavras, as ações de pessoas no ambiente de trabalho, como Agostinho (carpinteiro), Olavo (pedreiro), Vidomar (pintor), Armandino (pedreiro) e muitos outros moradores das regiões empobrecidas da cidade, como o Morro da Caixa d’Água, urbanizava a cidade em direção ao “progresso”, ao mesmo tempo em que seus locais de moradia apareciam como entraves a este mesmo processo e referência de um passado que se pretendia superar.

A cidade precisava de braços para ser construída, porém uma vez edificada, estes mesmo braços ficariam alheios aos planos para o futuro da urbe, vistos como elementos dentro de uma orquestra que insistem em desafinar, uma dissonância que perturba e atrapalha as orientações do maestro. Caberia aos políticos da cidade, portanto, dissolver as cacofonias e, para isso, recorria-se comumente a medidas assistencialistas as quais geravam eficientes resultados eleitorais. Ao mesmo tempo em que era uma presença indesejada, as classes populares de Florianópolis eram alvos de práticas caritativas, disputadas voto a voto pelos políticos locais. Estas disputas, por sua vez, não era uma peculiaridade local, mas uma extensão, resguardadas as suas especificidades, das disputas que aconteciam em âmbito estadual e nacional, cujos protagonistas procuraremos mostrar a seguir.

1.3 Uma cidade dividida: as disputas UDN x PSD

⁶⁸ O Estado. Florianópolis, 06/04/1954, 11.865, ano XL, p. O Tempo: semanário independente. Florianópolis, 27/10/1952, n. 6, ano I, p. 16. Apud: LOHN, Reinaldo. Op. Cit. p. 104.

Nos anos após II Guerra Mundial e Estado Novo, a partir de 1945, apareceram novas delimitações políticas em Santa Catarina. Com a chamada redemocratização do país, a oligarquia Ramos, abrigada na legenda do Partido Social Democrático (PSD) e que comandara a política catarinense desde 1930, ganhava um grande adversário político, a oligarquia Konder-Bornhausen, situada na legenda da União Democrática Nacional. O retorno das eleições diretas colocarão frente a frente estas linhas oligárquicas que já se confrontavam em torno do poder catarinense desde a República Velha, restabelecendo uma rivalidade silenciada durante os anos em que Getúlio Vargas estivera no poder.

A União Democrática Nacional (UDN) é fundada em 1945 composta por pessoas que faziam oposição à Vargas. Em Santa Catarina, entre seus primeiros fundadores estão Adolfo Konder, Aristiliano Ramos e Henrique Rupp Júnior – ex-membros dos extintos Partido Republicano Catarinense, Partido Liberal e Legião Republicana respectivamente, correntes que foram destituídas do poder em 1930. Mais tarde aparecerá a figura de Irineu Bornhausen, casado com Marieta Konder e cunhado de Adolfo e Vitor Konder. O objetivo comum que unia remanescentes dos extintos partidos da chamada República Velha era retomar o poder local e a máquina administrativa das mãos dos beneficiários do Estado Novo.⁶⁹ O Partido Social Democrático, também formado em 1945, por sua vez, pode ser visto como herdeiro do regime estado-novista, congregando interventores e pessoas que participaram do governo Vargas. No estado de Santa Catarina, a figura proeminente era Nereu de Oliveira Ramos, interventor federal responsável por organizar o partido composto a partir da máquina burocrática estadual e por empresários, comerciantes, donos de terras beneficiados com a política do Estado Novo.⁷⁰ Nas eleições presidenciais de 1945, a UDN apoiará a candidatura de Eduardo Gomes, enquanto o PSD, coligado com o PTB, apoiará Eurico Gaspar Dutra, vencedor do processo eleitoral.

A primeira eleição para o executivo estadual no período chamado de redemocratização, em 1947, também apresentará vitória do PSD, na eleição de Aderbal Ramos da Silva como governador do Estado. Do total de 185.087 votos, Aderbal Ramos da Silva fez 95.740, mais de dez mil votos a frente de seu adversário, o udenista Irineu

⁶⁹ LAUS, Sônia Pereira. Op. Cit. p. 49.

⁷⁰ Para informações sobre a cronologia dos fatos e datas de fundação dos partidos em âmbito nacional ver: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para Desenvolvimento da Educação, 2000. p. 571. Para informações gerais sobre os partidos políticos em Santa Catarina ver: PIAZZA, Walter. (org.). **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

Bornhausen que fez 81.313, e do candidato do Partido de Representação Popular (PRP), Carlos Sada, que fez míseros 2.538 votos.⁷¹

As campanhas políticas, tanto do PSD quanto da UDN, utilizavam-se da máquina administrativa, da imprensa e práticas clientelistas as mais variadas. No caso das eleições de 1947, por exemplo, menciona-se o pesado jogo político de Nereu Ramos, até então interventor federal do estado, em favor de seu sobrinho, Aderbal Ramos da Silva. Segundo Carreirão, Nereu Ramos, em seu discurso de encerramento de campanha, afirmara que caso Irineu Bornhausen vencesse as eleições ele, enquanto presidente do senado, negaria qualquer empréstimo a governos adversários. O autor cita também represálias aos correligionários da UDN após as eleições, como demissão de funcionários públicos e remoção de professores.⁷²

Entretanto, as disputas políticas estaduais que começavam a se delinear a partir de 1945 não podem ser vistas como uma divergência pautada em diferenças ideológicas. Os principais partidos de Santa Catarina naquele momento estarão disputando o poder regional, a capacidade de investimento em áreas e setores de seus interesses e o controle dos destinos dos cidadãos do estado. A luta pelo poder, neste sentido, não se reduzia aos dias de eleição, cada um dos partidos tratava de elaborar mecanismos que expusessem os erros e defeitos do outro, bem como meios que os colocassem no papel de guardiões dos interesses do povo catarinense. As disputas, os projetos, a política de forma geral alcançava o cotidiano da população catarinense travestida de denúncias, festejos e atos de caridade.

A União Democrática Nacional, liderada por Adolfo Konder, a partir de 1945 começa a fazer planos para tomar o poder dos pessedistas. Percebe-se no decorrer do período o deslocamento da liderança, tanto da UDN quanto da própria oligarquia Konder-Bornhausen, de Adolfo Konder para seu cunhado Irineu Bornhausen, que já em 1947 assume a presidência do partido e é lançado como candidato ao governo estadual. À medida que Irineu Bornhausen ganha espaço internamente, outras lideranças do partido como João Colin, Aristiliano Ramos, além é claro de Adolfo Konder, serão afastados do comando partidário.⁷³

As eleições de 1945 (para presidência da república, senado e câmara federal) e de 1947 (para senado, câmara federal e governo do estado) tiveram resultados eleitorais

⁷¹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Resenha eleitoral**: nova série. Florianópolis: TRESA, 2001. p. 117.

⁷² CARREIRÃO, Yan de Souza. Op. Cit. p. 48, 49.

⁷³ CARREIRÃO, Yan de Souza. Op. Cit. p. 53, 54.

favoráveis ao PSD. A coligação PSD/PTB rendeu a presidência da república com Eurico Gaspar Dutra e, no plano estadual, a eleição dos dois senadores, Nereu de Oliveira Ramos e Ivo d'Aquino Fonseca, ambos do PSD. Já nas eleições de 1947, a coligação PSD/PTB foi novamente bem sucedida, elegendo o governador do estado, Aderbal Ramos da Silva, e os senadores, Francisco Benjamim Galotti e Lúcio Corrêa, ambos também do PSD.⁷⁴

O resultado das eleições de 1947 acendeu o sinal de alerta entre os partidários da UDN que viam suas aspirações de chegar ao poder naufragarem nas articulações políticas feitas pelos pessedistas. Era necessário, portanto, um plano mais eficiente do que os realizados anteriormente para se chegar ao poder e é neste contexto que Irineu Bornhausen irá abrir espaço entre as lideranças udenistas.

As articulações políticas visando a sucessão estadual iniciaram-se no último ano do governo de Aderbal Ramos da Silva. Chefiado por Nereu Ramos, o PSD, em convenção estadual realizada em junho de 1950, decidiu lançar o nome do ex-interventor federal Udo Deeke para o governo do estado e Nereu Ramos e João David Ferreira Lima (suplente) para o senado. Por outro lado, a UDN, derrotada nas duas eleições anteriores, assumia que deveria partir para coligações eleitorais mais ousadas caso pretendesse ser vitoriosa nas eleições de 1950. Durante todo o governo pessedista, a UDN manteve uma postura de feroz oposição e, após sua convenção estadual em julho de 1950, lançou o nome de Irineu Bornhausen para o governo do estado. Na análise dos udenistas, o PTB aparecia como fiel da balança, ou seja, aquele que, através de seu apoio, poderia transformar favoravelmente o equilíbrio de forças entre UDN e PSD. Entretanto, o PTB inclinava-se a disputar a eleição estadual com candidato próprio e escolheu em sua convenção estadual o nome de Carlos Gomes de Oliveira.

A partir do resultado das convenções estaduais, a UDN passou a flertar com o PTB buscando desestabilizar uma possível aliança deste com o PSD. Em cartas trocadas pelos presidentes dos partidos, articulava-se o apoio da UDN à candidatura de Carlos Gomes de Oliveira para o senado e, em troca, o apoio do PTB a Irineu Bornhausen. Em carta enviada a Saulo Ramos, presidente do PTB, o presidente em exercício da UDN, Paulo Fontes, indicava o apoio de seu partido ao candidato do Partido Trabalhista Brasileiro: "... o Diretório Estadual da UDN, na secção de Santa Catarina resolveu não apresentar candidato ao cargo de Senador e apoiar nas urnas a 3 de outubro, o nome do

⁷⁴ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. Op. Cit. p. 51, 65, 117, 133, 134

ilustre catarinense Dr. Carlos Gomes de Oliveira digno candidato do PTB.” A respostas dos petebistas coroou as pretensões de Irineu Bornhausen e seus correligionários:

Penhorados por esse alto gesto da UDN e dos demais partidos coligados, não poderíamos deixar de corresponder a essa demonstração de simpatia com uma atitude de idêntica cordialidade. Assim, temos o prazer de comunicar a Vossa Excelência que a Comissão Executiva, após ter ouvido a Direção Nacional do PTB, resolveu recomendar também, aos sufrágios dos trabalhistas o nome do digno Sr. Irineu Bornhausen aquele cargo. (...) o mesmo diretório resolveu não apresentar candidato ao cargo de suplente ao senado, a fim de que possa a UDN com os demais partidos coligados indicar o respectivo nome que também sufragaremos.⁷⁵

As eleições de 1950 marcaram a chegada ao poder da oligarquia Konder-Bornhausen e a derrota do PSD e da família Ramos. Irineu Bornhausen venceu Udo Deeke no pleito estadual e, nas eleições para o senado, Carlos Gomes de Oliveira bateu Nereu Ramos. A UDN alcançava finalmente o objetivo que planejara, o controle do executivo estadual – que perduraria durante os anos 1950, sendo suplantado em 1960 com a eleição de Celso Ramos (PSD) para o governo do estado.

A busca exacerbada pelo poder não era sem razão. A ocupação dos cargos públicos não era almejada somente pelos candidatos que disputavam as eleições. Por detrás dos candidatos dos dois grupos políticos havia pessoas diretamente interessadas no pleito e que seriam favorecidas caso seu candidato fosse vencedor. No caso das eleições de 1950, outros fatores além das coligações eleitorais podem ser mencionados como favoráveis à eleição da UDN, entre eles está a utilização dos recursos do Banco Indústria e Comércio de S.C, o chamado banco Inco. De acordo com Carreirão, o banco Inco fora fundado em 1935 por Irineu Bornhausen, pelo Cônsul Carlos Renaux e por Genésio Miranda Lins “... num momento em que S.C. dispunha de uma rede bancária muito limitada: algumas filiais do Banco do Brasil e do Banco Nacional do Comércio em algumas das principais cidades do Estado, e mais uns poucos bancos de âmbito municipal”.⁷⁶ Segundo Sônia Pereira Laus, a campanha udenista foi realizada de forma

⁷⁵ As cartas foram publicadas no jornal “Diário da Tarde”, de propriedade de Adolfo Konder. O jornal era neste período o principal transmissor das idéias udenistas no estado. Fonte: Diário da Tarde. Florianópolis, 04.09.1950. p. 1; Diário da Tarde. Florianópolis, 14.09.1950. p. 1. Apud. LAUS, Sônia Pereira. Op. Cit. p. 179-181.

⁷⁶ Ver nota número 38. CARREIRÃO, Yan de Souza. Op. Cit. p. 153.

que “... a máquina do banco Inco foi colocada a todo vapor na cabala dos votos para Irineu Bornhausen e os candidatos udenistas”.⁷⁷

Em uma análise detalhada, Carreirão demonstra como se dava a relação entre instituições bancárias e o poder no estado de Santa Catarina, entre 1945 e 1955, a partir da observação do saldo do Tesouro do Estado depositado nestas instituições. A proporção do saldo do Tesouro do Estado depositado no banco Inco durante o governo do PSD, com Aderbal Ramos da Silva, entre 1947 e 1950, não chega a 5%. No entanto, a partir do governo Irineu Bornhausen, a proporção aumenta vertiginosamente até chegar a 69% em 1955, ano em que é eleito o novo governador do estado, Jorge Lacerda, do PRP (Partido de Representação Popular), candidato da coligação UDN/PRP/PSP/PDC.⁷⁸

Ademais, o banco Inco aparece como instituição que catapultou Irineu Bornhausen a líder da UDN em Santa Catarina. Além de sua participação na tomada do poder pelos udenistas, muitos administradores do banco tornaram-se prefeitos, deputados e ocuparam cargos no governo estadual, sempre associados ao partido de Irineu. O crescimento do banco Inco na administração de Irineu Bornhausen, portanto, aumentou o alcance dos favorecimentos e auxiliou na manutenção de seu poder. Contudo, Carreirão avalia que o PSD também parece ter manipulado os depósitos do Tesouro do Estado. Nos anos 1949 e 1950, últimos anos de governo pessedista, a Casa Bancária Hoepcke – a qual estava vinculado Aderbal Ramos da Silva – surge como depositária do Tesouro, chegando a ter quase 20% do saldo do Tesouro do Estado no ano de 1950. Este percentual cai nos anos seguintes, a partir da eleição de um governador da UDN (Irineu Bornhausen).⁷⁹

Pode-se perceber conseqüentemente, que o aparelho estatal era utilizado por udenistas e pessedistas para favorecer seus apoiadores, de modo que esta rede beneficiária se estendia desde o oferecimento de empregos a correligionários até aplicação de dinheiro público em instituições financeiras atreladas ao grupo político estabelecido no poder. As diferenças não estavam, nesse caso, no plano ideológico, mas nas pessoas que teriam seus interesses satisfeitos a partir do uso e controle da máquina

⁷⁷ LAUS, Sônia Pereira. Op. Cit. p. 184.

⁷⁸ As siglas correspondem respectivamente: União Democrática Nacional/ Partido de Representação Popular/ Partido Social Progressista/ Partido Democrata Cristão.

⁷⁹ CARREIRÃO, Yan de Souza. Op. Cit. p. 55-58. O autor menciona os nomes de Hercílio Deeke e Afonso Guizzo – o primeiro da região de Blumenau, o segundo da região de Araranguá – como exemplos de pessoas que eram vinculados ao banco Inco e que ocuparam cargos públicos diversos durante o governo da UDN.

pública. Pensadas dessa forma as disputas políticas faziam sentido, tanto para o banqueiro quanto para o operário que prometia entregar seu voto em troca de um emprego público. Em outras palavras, a forma como era conduzida a administração do Estado incitava a busca por eleitores e reforçava discursos assistencialistas que transmitiam a imagem de políticos e administradores públicos enquanto protetores do bem-estar da população.⁸⁰

Em Florianópolis, capital de Santa Catarina e centro administrativo do estado, apesar do predomínio do PSD, as disputas políticas eram acirradas.⁸¹ A cidade era dividida e os grupos políticos locais utilizavam-se dos meios existentes para desprestigiar seus adversários e conquistar a empatia da maioria da população. O PSD, detentor de pequena hegemonia na capital do estado, tinha como figura proeminente na cidade o ex-governador Aderbal Ramos da Silva que, por sua vez, era ligado a dois meios de comunicação de massa, a rádio Guarujá e o jornal “O Estado”. A UDN, por seu turno, também possuía seus veículos de comunicação como a rádio Diário da Manhã, ligada à Irineu Bornhausen, o jornal “Diário da Tarde”, fundado por Adolfo Konder, e a partir de 1951 o jornal “A Gazeta” que, apesar de se apresentar como “sem ligações partidárias”, era visto como um jornal governista, apoiara o PSD enquanto este estava no poder e passou a defender a UDN quando esta alcançou o executivo estadual.⁸²

Entretanto, a disputa pela prefeitura da capital do estado só começou em 1954, quando ocorreu a primeira eleição para prefeito, sendo eleito o pessedista Osmar Cunha. Isso porque até então Florianópolis, assim como São Francisco do Sul, tinha seu prefeito nomeado pelo governador. Ou seja, entre os anos de 1947 e 1951, período em que Aderbal Ramos da Silva governou o estado, o prefeito da cidade foi Adalberto Tolentino de Carvalho, após a chegada da UDN ao poder estadual com Irineu Bornhausen, o prefeito da cidade passou a ser Paulo de Tarso da Luz Fontes (1951-

⁸⁰ Existe, evidentemente, uma fronteira entre a imagem que se pretende transmitir e a forma como se interpreta esta imagem, mas essa relação entre os grupos políticos e classes populares será abordada mais adiante.

⁸¹ Para se ter uma idéia, nas eleições de 1959 para prefeito da cidade os candidatos Oswaldo Machado e Fernando Viegas, PSD e UDN respectivamente, tiveram uma votação muito próxima com pequena vantagem do primeiro. Na soma dos votos das 42 seções eleitorais que compunham a 12ª Zona Eleitoral de Florianópolis, Oswaldo Machado obteve 3.095 votos contra 2.857 de Fernando Viegas, uma diferença de apenas 238 votos. Fonte: ARQUIVO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/SC. **Mapa de apuração para prefeito – Florianópolis – 1959. Doc. 23 A.**

⁸² Ver: CARREIRÃO, Yan de Souza. Op. Cit. p. 50; PIAZZA, Walter. (org.). Op. Cit. p. 589.

1954)⁸³. Verificam-se em seguida, durante a gestão de Osmar Cunha, rixas entre os órgãos de imprensa partidários do PSD e da UDN, especialmente os jornais “O Estado” e “A Gazeta”. Os ataques por parte de “O Estado” concentravam-se em críticas à administração anterior do udenista Paulo Fontes e procuravam contrastá-las com as realizações do novo prefeito. Já “A Gazeta” não poupava Osmar Cunha de críticas, mas as estendia também aos outros nomes do PSD estadual, como Aderbal Ramos da Silva e Nereu Ramos.

A imprensa, portanto, não disfarçava o apoio a determinado grupo político. As pessoas da cidade sabiam que ao lerem “A Gazeta” veriam críticas ao PSD e seus correligionários, por sua vez quem lesse “O Estado” sabia que o jornal era vinculado à principal personalidade pessedista da cidade, Aderbal Ramos da Silva, e, por conseguinte, conteria críticas picantes aos seus adversários políticos. Da mesma forma, os principais clubes da população abastada da cidade, o Lira Tênis Clube e o Clube Doze de Agosto, também eram identificados pelos moradores da cidade como locais de convívio de udenistas e pessedistas respectivamente. Nas palavras de Abelardo Henrique Blumemberg: “O Lira Tênis Clube era praticamente o ponto de encontro dos ex-udenistas, e o Clube Doze de Agosto do PSD”.⁸⁴

Como se pode observar, a cidade de Florianópolis dividia-se entre os partidários da UDN e do PSD e, apesar de não podermos estender essa rixa a todos os moradores da cidade, a rivalidade não ficava restrita a um pequeno círculo de intelectuais e a elite econômica da capital do estado. Estas disputas chegavam aos morros, às pessoas de baixa renda, aos cidadãos que muitas vezes se transformavam em cabos eleitorais de ambos os partidos. Carlos Agostinho Cardoso relembra o clima da cidade em épocas de eleição, quando havia comícios dos partidos e como o morro participava destes eventos: “Tinham comícios com muita gente. A cidade fervia entre as figuras da UDN e PSD. Os comícios eram grandes, terminava um comício começava o outro, a cidade praticamente parava. Esse pessoal do morro descia tudo, a minha mãe sempre ia nesses grandes comícios”.⁸⁵ Abelardo Blumemberg, morador do centro e conhecido carnavalesco da cidade a partir dos anos 1950, lembra da rivalidade entre udenistas e pessedistas em Florianópolis a qual acabava muitas vezes em trocas de agressões entre seus cabos

⁸³ Galeria de ex-prefeitos. Disponível em < http://www.pmf.sc.gov.br/?link=ex_prefeitos>. Acesso em 25 de abril de 2005.

⁸⁴ Entrevista com Abelardo Henrique Blumemberg concedida a Camilo Buss Araujo, em 12 de maio de 2005.

⁸⁵ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

eleitorais: “Em Florianópolis, naquela época, todo mundo se conhecia. O pau só quebrava no dia dos comícios. Chegava dia de comício, vinha um pessoal da UDN e se localizava naquela pracinha, onde tem um estacionamento ao lado das Lojas Americanas. Ali era o largo da carioca, Praça Pio XII. E o PSD se localizava ali no calçadão, acabava o comício tinha uma turma que ia pra lá e aí [movimento de soco], se chocavam com pau.”⁸⁶

É pouco provável que esta rivalidade – a qual extrapolava os limites das disputas por poder entre dois pequenos grupos da classe mais abastada da cidade – tenha chegado aos morros e à população florianopolitana em geral a partir do esclarecimento destes trabalhadores em torno das propostas de ambos os partidos e, em seguida, de uma escolha político-ideológica do candidato. Mas é indubitável que a política saía dos gabinetes e das salas de jantar da alta sociedade, indo embrenhar-se nos bairros, nas vilas afastadas do centro, nos morros, atingindo de uma forma ampla os habitantes da urbe. Resta-nos saber sob quais formas a política chega à vida dos moradores de Florianópolis dos anos 1950 e 1960? Respondendo esta pergunta talvez possamos desvendar as respostas de outras questões de modo a entender o processo de construção da cidade de Florianópolis e suas relações de inclusão-exclusão.

Os jornais, a imprensa escrita de modo geral, fornecem informações para um público seletivo, letrado, a minoria da sociedade florianopolitana dos anos 1950 e 1960. Contudo, a mídia impressa nos oferece uma idéia de como os debates políticos entre pessedistas e udenistas se davam na cidade, as formas de confrontos e ataques que eram utilizados para desqualificar o rival. “O Estado” e “A Gazeta”, neste sentido, trocavam farpas, agrediam-se explicitando claramente os grupos políticos que defendiam.

O pessedista Osmar Cunha, primeiro prefeito eleito da cidade, assumiu o mandato em 15 de novembro de 1954. Menos de dois meses depois, no dia 6 de janeiro de 1955, “O Estado” exaltava o novo administrador da cidade, criticando seu antecessor, Paulo Fontes, da UDN:

A atividade realizadora do prefeito Osmar Cunha está incomodando a politicagem udenista. Depois de demagogia pasmacenta e inútil do ex-prefeito, que prometeu, no seu discurso de posse, nada menos de 16 grandes realizações e não realizou uma só, o povo está vendo **algo novo**. E lamenta o tempo perdido, com o sr.

⁸⁶ Entrevista com Abelardo Henrique Blumemberg concedida a Camilo Buss Araujo, em 12 de maio de 2005.

Paulo Fontes, suas birras, sua incapacidade, sua demagogia e o dinheiro perdido em **presentes nababescos ao Estado**. (Grifos do jornal)⁸⁷

“O Estado” já mostrava seu apoio ao novo prefeito eleito e, como se pôde perceber na notícia, criticava a proximidade entre a antiga administração municipal e o executivo estadual – o que era compreensível uma vez que o prefeito, até 1954, era nomeado pelo governador. O jornal “A Gazeta”, por seu turno, criticava veementemente as ações do prefeito pessedista, colocando-se contra as obras e qualificando Osmar Cunha de megalomaniaco, por suas realizações de alto custo orçamentário. Ao noticiar a inauguração de uma obra de pavimentação concebida pela prefeitura, “A Gazeta” criticou a solenidade e contestou o modo como o jornal adversário, “O Estado”, veiculou a notícia. Observando a exposição do assunto, pode-se verificar as divergências existente entre os dois meios de comunicação:

Desastre – Bulhenta a inauguração, sábado último, dos poucos metros de via asfáltica que a megalomania sr. Osmar Cunha nos impingiu a peso de ouro. Doze discursos – o prefeito falou duas vezes – comemoraram a inauguração dessa obra improvisada, que nos custou mais de 1.500 contos. E ao fim de tudo, nas medrosas entrelinhas de oradores, transpirou a confissão do desastre: terminou ali o decantado asfaltamento da ‘Estrada da Base’.

Em seguida, o artigo cita a forma como “O Estado” noticiou tal evento na edição do dia anterior:

Lá está O Estado de ontem que “... esse grande melhoramento será seguido de outros trechos asfaltados, como várias ruas da capital e num futuro bem próximo, até a aprazível localidade da Lagoa, que se tornará um maravilhoso centro de turismo”, cortina de fumaça que pretende encobrir, pelo menos até as eleições, o fracasso de iniciativa não-planificada, de finalidades puramente demagógicas. (...) Como arremate lamentável de fim de festa – afinal todos contribuímos para pagar aquilo – surge a notícia contristadora: 48 horas após a espalhafatosa inauguração dessa obra, vedaram-na ao tráfego, tais os defeitos que apareceram.⁸⁸

⁸⁷ Nótulas. **A Gazeta**, Florianópolis, 06 jan. 1955.

⁸⁸ Estilhaços. **A Gazeta**, 31 ago. 1955.

Ao observarmos as notícias, fica evidente que os jornais defendem lados opostos, porém nem sempre foi assim. Como já mencionado em linhas anteriores, “A Gazeta” era vista como um jornal governista, que trocara de lado quando a UDN assumiu o poder em 1951, antes disso o jornal havia apoiado o partido da oligarquia Ramos, o PSD. A partir do governo Irineu Bornhausen (1951-1955), “O Estado” e “A Gazeta” passaram a ter posturas cada vez mais antagônicas. A eleição para o governo do estado de 1955, na qual rivalizaram Jorge Lacerda e Francisco Benjamim Galotti, das coligações “Frente Democrática” e “Aliança Social Trabalhista” respectivamente⁸⁹, colocou frente a frente os jornais, disputando quem iria auferir os benefícios de ser aliado dos detentores da máquina pública estadual. Nesse período as injúrias, as acusações desferidas um contra o outro, tornaram-se componentes permanentes do cardápio de notícias de ambos os jornais. “A Gazeta”, por exemplo, ao retrucar uma acusação de “O Estado” sobre sua mudança de postura política após a vitória udenista, denuncia a influência de Aderbal Ramos da Silva na linha editorial do jornal:

Começam por partir de uma errada premissa, de que à ‘A Gazeta’ e ao ‘O Estado’ cabiam, em 1950, iguais atitudes. ‘A Gazeta’ jamais teve, integrando seu capital de empresa gráfica, um ceutil de qualquer líder pessedista. ‘O Estado’ era e é de propriedade do sr. Aderbal Ramos da Silva. Os nossos colegas são empregados de um capitalista político. No dia em que não se afinarem pelos seus desejos, estarão despedidos do emprego.

No mesmo artigo ainda, o jornal revela os motivos que o levaram a “ser independente”, lembrando que a mudança havia se dado a partir do retorno do diretor de redação, irmão do diretor-proprietário, afastado “durante largos anos de ditadura e de pessedismo”:

Em 1950 o seu irmão, o diretor-proprietário de ‘A Gazeta’, chamou-o porque quinze anos ou mais, de apoio ao situacionismo, haviam arrasado a economia do jornal, então inteiramente desaparelhado. Na mesma ocasião era adquirido uma linotipo para

⁸⁹ Os partidos que compunham a “Frente Democrática” eram: União Democrática Nacional/ Partido de Representação Popular/ Partido Democrata Cristão/ Partido Social Progressista. A “Aliança Social Trabalhista” era composta pelos seguintes partidos: Partido Social Democrático/ Partido Trabalhista Brasileiro.

‘O Estado’, sem sombra de dúvidas com muito, muito menos serviços prestados à causa. ‘A Gazeta’ foi inteiramente abandonada pelos que lhe sugaram o sangue, durante tanto tempo. (...) Nessa contingência, o diretor-de-redação de ‘A Gazeta’ aconselhou a linha de independência assumida pelo jornal. Dentro dessa linha, nenhum compromisso, inclusive os de ordem moral, ata-nos ao pessedismo e aos seus líderes.

A notícia termina se referindo às eleições para presidente e governador marcadas para o dia 3 de outubro daquele mesmo ano. “A Gazeta” afirmava que o resultado do pleito iria derrubar os candidatos do PSD e que “o povo desancará, de uma vez para sempre, gente tão mofenta.”⁹⁰

Percebe-se claramente o antagonismo entre os dois jornais o que, por sua vez, refletia a rivalidade entre os grupos políticos locais. “A Gazeta” atacava as relações de Aderbal Ramos da Silva com “O Estado”, acusando-o de interferência no trabalho dos jornalistas da empresa em favor de seus objetivos políticos. Entretanto, na continuação da notícia a própria “A Gazeta” explicita o relacionamento quase que umbilical entre imprensa e grupos políticos, afirmando que sua mudança de postura deveu-se à falta de retorno que “os quinze anos ou mais de apoio ao situacionismo” lhe renderam. Enquanto “era adquirido um linotipo para ‘O Estado’”, “A Gazeta” “foi inteiramente abandonada pelos que lhe sugaram o sangue”. Em outras palavras, a notícia descreve com rara precisão a interconexão entre a imprensa florianopolitana e os grupos políticos da cidade e do estado no período de redemocratização. Isso porque antes, durante o Estado Novo, o poder estava nas mãos da oligarquia Ramos e, como o próprio jornal mencionou, as relações eram diferenciadas uma vez que o grupo estabelecido poderia coagir e repreender jornalistas que não se adequassem às normas impostas pelos governantes – tal qual o fez com relação ao irmão do diretor-proprietário de “A Gazeta” por suspeitar que ele fosse de oposição.

Portanto, pode-se perceber, durante o período de retorno das eleições, que os administradores públicos criaram vínculos e redes beneficiárias que lhes rendiam elogios e apoio dos meios de comunicação. Em contrapartida, os discursos de louvor só poderiam ser prestados caso os detentores da máquina pública cumprissem com suas

⁹⁰ O macaco, a sua cara e o seu rabo. **A Gazeta**, 3 jul. 1955. Obs: Linotipo, segundo o Dicionário Aurélio é: “Compositora (3) mecânica provida de teclado mediante o qual se reúnem as matrizes que, dispostas nos canais de um ou mais magazines, são levadas sucessivamente ao componedor, onde formam a linha, ao molde, onde é fundida a linha-bloco, e ao distribuidor, por onde retornam ao magazine.” **Dicionário Aurélio eletrônico**. Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999. 1 CD-ROM.

obrigações assistencialistas, sendo que a ausência destes compromissos poderia resultar na mudança de posicionamento do veículo de comunicação, como foi o caso de “A Gazeta”.⁹¹ Os relacionamentos na cidade se davam a partir de noções de direitos e deveres onde o Estado aparecia como demiurgo das relações sociais, dissolvendo conflitos e criando um estado de bem-estar embasado em relações clientelistas.

A palavra “redemocratização” parece, neste momento, invocar outras formas de negociação entre Estado e população. Se durante a ditadura tem-se a imposição de normas e a ausência de diálogo, a partir do retorno das eleições a soberania passa a ser consentida, ou seja, é necessário a aprovação eleitoral de uma maioria da população, pois só assim o político galgará o posto de condutor dos desígnios do povo. Se, portanto, o controle político não se dá mais pela força, a política tem que atingir de alguma forma os habitantes da cidade, e ao chegar instaura-se a fase de negociação. Os jornais da cidade esperavam ser favorecidos caso apoiassem os administradores do Estado, estes, por sua vez, condicionavam o oferecimento de benesses àqueles que se mostrassem fiéis. Esta relação, portanto, era continuamente negociada por ambos os lados, uma relação de troca, benefício por apoio, na qual seus comerciantes procuravam fazer o melhor negócio possível. Se, como foi colocado, jornais e políticos entendiam suas relações enquanto trocas, podemos supor que as noções de “melhor negócio possível” não era consenso entre as partes, ou seja, o “bom negócio” de uma não implicava necessariamente que a outra estivesse sido contemplada. Por isso podemos entender que os relacionamentos tecidos na cidade pautavam-se na negociação onde cada um dos lados procurava aumentar seus ganhos, alargar as fronteiras de benefícios possíveis dentro da economia moral de favores existentes. Neste processo de articulação os limites eram mutáveis, com ambos os lados procurando auferir ganhos, mas sempre pautados na busca de uma solução consensual.

Não podemos, de acordo com essa lógica, pensar que as articulações elaboradas pela classe política ficavam restritas aos meios de comunicação. A política precisava alcançar também o cidadão comum, e os conflitos entre manifestantes de UDN e PSD nos dias de comício bem como a presença da população florianopolitana nestes eventos demonstram que, de alguma forma, as divergências partidárias não ficavam restritas aos círculos de amizade da classe mais abastada da cidade. De algum modo as disputas políticas chegavam ao moradores dos morros e periferias que, assim como a imprensa,

⁹¹ Talvez, se lhe tivessem dado a linotipo, as coisas poderiam ter sido diferentes...

deveriam ser conquistados, afinal, os políticos precisavam de votos para alcançar o controle da máquina pública.

Em tese de doutorado, Reinaldo Lohn analisa as relações de poder e a cultura urbana na cidade de Florianópolis entre 1950 e 1970. Em sua pesquisa, o autor procura perceber a existência de uma rede assistencialista na capital de Santa Catarina capitaneada por Aderbal Ramos da Silva, segundo ele, o grande chefe político local. Apesar de priorizar a investigação sobre os planos para o futuro da cidade que estavam se construindo naquele momento, o autor afirma que os políticos chegavam aos morros e partes periféricas através de uma rede de distribuição de recursos, favores e caridade, oferecendo alternativas às difíceis condições de vida da população. O líder do PSD na cidade, Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos e casado com herdeira do maior grupo empresarial da cidade, o Hoepcke, segundo ele, “... era o principal beneficiário e condutor de um mecanismo de dominação e controle social que se constituía através de práticas caritativas, redes de interesses entre políticos e empresários e utilização intensa de recursos dos fundos públicos, reproduzindo e mantendo relações de poder que eram uma grande máquina eleitoral.”

Ainda de acordo com Reinaldo Lohn, esta rede assistencialista contemplava os interesses das classes populares garantindo, conseqüentemente, a manutenção daquelas relações. “Junto aos grupos populares esse mecanismo atuou com certa eficiência, pois dadas as difíceis condições de vida que eram submetidos, a rede de amparo social e a possibilidade de obter favores do poder público surgia como uma alternativa de sobrevivência.”⁹²

Florianópolis se erguia permeada de ambigüidades, de um lado disputas entre grupos políticos visando a reprodução do poder e a construção da cidade moderna, limpa e urbanizada; de outro, trabalhadores se inserindo na vida da cidade enquanto operários, lavadeiras compondo a gama de pessoas empobrecidas que ao mesmo tempo em que construía a Florianópolis planejada, suas habitações e modos de vida simbolizavam o atraso que se pretendia superar. Além disso, o controle político da cidade estava endemicamente relacionado à conquista das classes populares, que precisavam acreditar nas promessas feitas pelos candidatos e confiar-lhes a incumbência de zelar pelo bem-estar da população através do voto. Para isso, da mesma forma que acontecia com a imprensa, era necessário negociação.

⁹² LOHN, Reinaldo. Op. Cit. p. 39.

A pergunta, no entanto, não está respondida. Afinal, como a política chega ao morro? Como as classes populares reagiam a essa suposta rede assistencialista? Reinaldo Lohn em sua tese mostra as evidências, todavia, como seu eixo de análise estava centrado em outras questões, não esgota completamente as dúvidas. Resta-nos descobrir como a cidade olhava para as populações empobrecidas e quais eram as formas de diálogo entre a classe política e os trabalhadores de Florianópolis. É isso que procuraremos analisar nas páginas a seguir.

Capítulo 2: Pobre Florianópolis: a distância entre o ideal e o real na cidade dos anos 1950 e 1960.

Florianópolis nos anos 1950 e 1960 era ainda uma cidade pacata. A ausência de grandes indústrias, o ocaso de seu porto no decorrer do século XX foram fatores que garantiram o ritmo lento de vida da capital do estado, tanto criticado naqueles anos. Entretanto, como foi visto no capítulo anterior, procuraram-se alternativas para colocar a cidade na rota do desenvolvimento e da modernização, como foi o caso do primeiro Plano Diretor elaborado para a cidade, em 1955, e as primeiras idéias de explorar seu suposto potencial turístico. As idéias do Plano Diretor de 1955, baseadas no crescimento econômico a partir da implantação de um moderno porto, que impulsionaria a industrialização da cidade, foram paulatinamente colocadas de lado. No entanto, vender as belezas naturais da capital de Santa Catarina através do turismo, com a construção de rede hoteleira, loteamentos, pavimentação de rodovias, parecia ser, na visão dos interessados no futuro da cidade, uma maneira eficiente de alavancar a economia florianopolitana, gerando investimentos e fomentando o “progresso”. O turismo, dessa forma, tornar-se-ia o principal propulsor da modernização, através da associação de realizações dos poderes públicos com empreendimentos particulares.

Todavia, a escolha do turismo, ao invés da industrialização, como meio de gerar riquezas e desenvolver Florianópolis não foi casual. O Plano Diretor de Florianópolis, elaborado em 1952, quando o prefeito era o udenista Paulo Fontes, foi aprovado em 1955, início da gestão de Osmar Cunha, do PSD, e sua execução foi suplantada por outras idéias de desenvolvimento. Naquele momento, UDN e PSD disputavam o controle político da cidade e as decisões sobre os rumos que iriam ser tomados interessavam aos partidários de ambos os grupos. Sendo assim, a opção por outra forma de desenvolvimento, contrária àquela indicada pelo Plano Diretor, satisfazia determinados interesses, beneficiados com as escolhas tomadas pelos dirigentes políticos.

A nova Florianópolis que se pretendia construir basearia seu desenvolvimento vendendo aquilo que, na visão dos defensores do potencial turístico, era o seu diferencial: as belezas naturais. Para isso, procurou-se trazer figuras notórias para conhecer a capital de Santa Catarina e dar respaldo a este projeto, como o arquiteto Oscar Niemeyer – já famoso naquele momento por projetar a capital da república, Brasília, em construção. É importante mencionar que entre os principais patrocinadores

destas viagens estava a Empresa T.A.C (Transportes Aéreos Catarinenses S.A), cujos sócios majoritários eram vinculados à família Hoepcke.⁹³

Em 1956, O Estado, jornal ligado ao PSD, publicava a notícia sobre a visita de uma comitiva de empresários para conhecer as belas paisagens da cidade e concluía: “imprensa, rádios e outros meios de divulgação estão, agora, vivamente empenhados em mostrar Florianópolis ao resto do Estado e ao País, pois os ilhéus se convenceram de que as belezas de sua terra podem ombrear às mais decantadas maravilhas de outras bandas”.⁹⁴ Sendo assim, os órgãos de comunicação juntavam-se aos líderes políticos na epopéia desenvolvimentista da cidade, calcada no turismo e nos investimentos imobiliários.

A prefeitura municipal parecia também empenhada naqueles anos em promover loteamentos e incentivar o setor de imóveis. Em abril de 1956, Osmar Cunha organiza o loteamento das terras pertencentes ao município no balneário de Canasvieiras, situado na parte norte da Ilha. A iniciativa colocou lotes à venda aos interessados e foi, segundo Mara Rúbia Sant’Anna, “a primeira iniciativa municipal na área da especulação imobiliária de cunho turístico em Florianópolis”.⁹⁵

Na mesma perspectiva, de investimentos visando fomentar o turismo na cidade, houve o alargamento e a retificação da estrada em direção à Lagoa da Conceição e a construção de uma ponte naquelas imediações. O jornal O Estado exaltava a realização do prefeito com a manchete “Grande contribuição do prefeito para o desenvolvimento do turismo”, citando passagens do discurso de Osmar Cunha na construção da obra. O jornal A Verdade, de propriedade do jornalista Manoel de Menezes, ferrenho opositor à administração de Osmar Cunha, por sua vez, também elogiava a obra empreendida pela prefeitura municipal. A notícia descrevia a necessidade da obra e que aquela seria “uma grande atração para quantos que forem visitar a Lagoa da Conceição”.⁹⁶

A cidade crescia e este crescimento estava calcado na abertura de ruas, na construção de prédios, em sua maioria públicos, nos loteamentos, e na mudança da

⁹³ Cabe lembrar que ao grupo Hoepcke está ligado um dos principais políticos da cidade, Aderbal Ramos da Silva (ver capítulo 1 desta dissertação, página 36). SANT’ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder: novas sociabilidades urbanas em Florianópolis, de 1950 a 1970.** Porto Alegre, 2005. 696 f. Tese (doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 166.

⁹⁴ Personalidade em Florianópolis. **O Estado**, 26 jan. 1956. Apud: Ibid. p. 167.

⁹⁵ SANT’ANNA, Mara Rúbia. Op. Cit. p. 167.

⁹⁶ Grande colaboração do prefeito para o desenvolvimento do turismo. **O Estado**. 15 nov. 1957. Apud: Id.; Ponte Aderbal Ramos da Silva. **A Verdade**, 28 mai. 1956.

paisagem urbana.⁹⁷ Neste sentido, a valorização de determinadas áreas e a conseqüente desvalorização de outras dependia da aplicação dos recursos públicos, ou seja, de decisões políticas. É nesta conjuntura que os planos para o futuro são disputados e os confrontos entre grupos políticos estão inseridos. É neste cenário que o jogo da disputa de poder está sendo jogado e os investimentos em imóveis e a especulação imobiliária são concebidos.

Em 1957, tomou-se conhecimento de um plano para a criação de um balneário na parte norte da cidade. O empreendimento, que foi noticiado como “um dos mais completos balneários do país”, teria ainda um hotel luxuoso, muita arborização e “arruamentos em moldes semelhantes ao da revolucionária cidade balneária de Cabo Frio”. Tanto o hotel quanto o balneário, obras da recém criada Imobiliária Jurerê, seriam projetados pelo já famoso arquiteto Oscar Niemeyer, o qual conheceu a cidade nas viagens patrocinadas mencionadas alguns parágrafos acima. A evidência peculiar neste fato, no entanto, refere-se ao diretor-presidente da imobiliária: o conhecido líder pessedista da cidade, Aderbal Ramos da Silva.⁹⁸ O colunista Osvaldo Melo, do jornal O Estado, veículo propagador das idéias e empreendimentos ligados à família Ramos e do PSD, exaltava a “majestosa iniciativa de Aderbal Ramos da Silva” que junto com “amigos da cidade”, “todos de grandes recursos financeiros”, fizeram com que o turismo em Florianópolis tivesse dado um passo decisivo.⁹⁹

Pode-se perceber, portanto, que a urbanização de Florianópolis, símbolo de futuro e progresso, aparecia atrelada a velhas lideranças, beneficiadas pelas decisões do poder público, cuja função seria investir em infra-estrutura a fim de oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento da capital. Assim, os desejos desenvolvimentistas e modernizadores carregavam consigo a reprodução de relações historicamente construídas. Além disso, a suposta vocação turística tornava-se, neste caso, um engodo para encobrir a associação entre o poder público e os interesses privados.

O caso do empreendimento localizado no balneário de Jurerê é emblemático para observarmos a relação entre os projetos políticos e os investimentos imobiliários. Percebe-se que há uma sucessão de medidas, tanto por parte do poder público quanto

⁹⁷ A partir de 1954 a paisagem urbana florianopolitana começa a apresentar grandes construções como os edifícios do Banco Nacional do Comércio, da Caixa Econômica Federal e do Palácio das Diretorias. LOHN, Reinaldo Lindolfo. Op. Cit. p. 260.

⁹⁸ Ibid. p. 74.

⁹⁹ Oscar Niemeyer em Florianópolis visita o local ‘Praia do Forte’. **O Estado**. 24 abr. 1957. Apud: SANT’ANNA, Mara Rúbia. Op. Cit. p. 167.

dos investidores privados, visando valorizar a área norte da Ilha de Santa Catarina. As ações da prefeitura do PSD loteando terras em Canasvieiras direcionavam a expansão imobiliária para aquela parte da cidade, confluindo com os desígnios de correligionários políticos cujos empreendimentos voltavam-se para aquelas cercanias. Aderbal Ramos da Silva, que era tido por muitos como o principal responsável pela eleição de Osmar Cunha a prefeito, foi, neste caso, visivelmente beneficiado pelo executivo municipal.¹⁰⁰

Verifica-se, portanto, que investimentos públicos e especulação imobiliária estavam relacionados. As imediações de Jurerê, neste período, apresentavam características rurais, sendo que boa parte da área planejada para a construção do loteamento era terras comunais, onde os moradores criavam gado e tinham pequenas plantações. Segundo Nazareno Campos, com a iniciativa da Imobiliária Jurerê a população foi impedida de utilizar os campos comuns e aqueles que moravam dentro da área foram expulsos de suas residências.¹⁰¹

A área pleiteada para a construção do loteamento era, dessa forma, um espaço pouco explorado e visitado pelos moradores do centro da cidade. Nessa época, as praias mais freqüentadas pelos florianopolitanos eram o Balneário da Ponta do Leal e a Praia da Saudade, em Coqueiros, localizadas na parte continental de Florianópolis e geograficamente próximas ao Centro. Jurerê, assim como as outras localidades situadas na parte norte da Ilha, era pouco conhecida e pouco freqüentada por banhistas.¹⁰² No entanto, foi naquela área que um grupo de investidores resolveu aplicar seus recursos, acabando com práticas tradicionais da população local, expulsando moradores, na busca de ganhos financeiros através da especulação imobiliária. Concomitantemente, jornais

¹⁰⁰ O jornal *A verdade* afirmava: “Ninguém ignora que a eleição de Osmar Cunha para a Prefeitura Municipal foi devida exclusivamente ao prestígio e ao dinheiro do sr. Aderbal Ramos da Silva”. Fonte: Aderbal levou a melhor. **A Verdade**. 11 fev. 1957.

¹⁰¹ “Em 1957, surgiu a Jurerê Imobiliária. Aderbal Ramos era seu principal acionista. Ela passou a dominar toda a área, encerrando qualquer possibilidade da população continuar usufruindo, mesmo que fosse só para retirada de lenha”. CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Ed./Ed. da UFSC, 1991. p. 145.

¹⁰² De acordo com Sérgio Ferreira, o Balneário da Ponta do Leal (depois conhecido apenas como Balneário) abrigava casas de veraneio de ilustres personalidades da cidade, como Aderbal Ramos da Silva e Adalberto Tolentino de Carvalho (casado com a irmã de Aderbal Ramos da Silva e prefeito da cidade entre 1947 e 1951, nomeado por seu cunhado que, na época, era governador). Já na Praia da Saudade, em Coqueiros, foi fundado o Coqueiros Praia Clube, primeiro clube da sociedade florianopolitana fora da ilha. Percebe-se, portanto, que os locais de veraneio dos habitantes da capital do estado, particularmente os membros mais abastados da sociedade, concentravam-se no continente e não na ilha, em uma faixa que se estendia da Ponta do Leal, ao norte, à praia do Abraão, ao sul. Dessa forma, em 1944, o Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu Ramos, assinou um decreto que desmembrava esta área do município de São José passando a pertencer, a partir daquele momento, ao município de Florianópolis. FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998. p. 84-87.

louvavam a iniciativa, colocando-a como símbolo do progresso e de evolução para uma nova fase da cidade, turística e moderna.

Entende-se, conseqüentemente, porque as disputas políticas partidárias eram tão acirradas, afinal, quem detinha o controle da máquina pública poderia gerenciar seus recursos em favor de seus aliados políticos. Isso ajuda a explicar a opção pela não implementação do Plano Diretor e os investimentos feitos na gestão de Osmar Cunha (PSD) em obras que valorizassem o setor imobiliário. Aos poucos, Florianópolis ia alargando seu perímetro urbano, oferecendo “ótimos lotes nas praias de Itaguaçu e Balneário” e, segundo jornalistas, se desenvolvendo através de “realizações arrojadas e progressistas dos poderes públicos associadas ao dinâmico impulso dos empreendimentos particulares”.¹⁰³ Em outras palavras, a proclamação da vocação turística de Florianópolis favorecia personalidades umbilicalmente ligadas à administração pública – como foi o caso do ex-governador e líder do PSD local, Aderbal Ramos da Silva.

Todavia, o caso da imobiliária Jurerê e os conflitos com a população local evidenciam a discrepância entre a cidade idealizada e a cidade real. Embora existissem projetos e planos para o futuro de Florianópolis, estas idéias desconsideravam as condições de existência de parte dos habitantes da capital do estado, ignorando as desigualdades sociais e a miséria presentes na cidade. Na visão de cronistas e intelectuais, havia “inimigos do progresso”, que deveriam ser combatidos uma vez que lidar com o novo e adaptar-se a uma pretensa modernidade eram as exigências colocadas para a inserção social.¹⁰⁴ Por conseguinte, na percepção dos defensores da urbanização, a sociedade florianopolitana deveria se unir para realizar a empreitada em direção do progresso, dissolvendo potenciais conflitos latentes, pois só assim Florianópolis cresceria oferecendo benefícios para todos os seus cidadãos.

No entanto, a Florianópolis sonhada esbarrava na Florianópolis real, pobre, sem industrialização, amparada nos recursos vindos da administração pública. Neste sentido, os planos de construir uma cidade em sintonia com as “metrópoles modernas” apareciam timidamente na prática. A mão-de-obra necessária para verticalizar e

¹⁰³ O Estado. Florianópolis, 01/07/1956, n.º. 12.488, ano XLIV, p. 7. Apud: LOHN, Reinaldo Lindolfo. Op. Cit. p. 260, 261.

¹⁰⁴ Osvaldo Melo, colunista do O Estado, foi um dos cronistas que defendia a urbanização afirmando que existiam, de um lado, pessoas que incentivavam e faziam acelerar o progresso e, de outro, sujeitos que o atravancavam. Ver: SANT’ANNA, Mara Rúbia. **Parecer estar novo, estar apto – desafios à Florianópolis dos anos 1950 e 1960.** Comunicação apresentada no simpósio temático “Passagens urbanas” – X Encontro Estadual de História. Florianópolis, julho de 2004.

urbanizar a cidade, que, como vimos, já migrava em meados dos anos 1950, não conseguia ser totalmente absorvida, gerando um quadro de miséria a qual contrastava com a paisagem da bela Florianópolis turística propalada pelos órgãos de imprensa. Florianópolis era pobre, uma realidade que os principais jornais da época, preocupados em propagar iniciativas empreendedoras e cobrir debates políticos, insistiam em ocultar.

Jornais como O Estado e A Gazeta preenchiam a maioria de suas páginas com notícias nacionais e discussões políticas locais. O primeiro, dirigido por Rubens de Arruda Ramos, posicionava-se politicamente em favor do Partido Social Democrático, procurando exaltar as realizações de políticos alinhados e repudiar administrações e políticos adversários. O segundo desempenhava papel semelhante, porém enquanto órgão vinculado à União Democrática Nacional. Sua linha editorial procurava criticar administrações e políticos pessedistas, noticiar acontecimentos nacionais e internacionais e elogiar aliados políticos.¹⁰⁵

Percebe-se, então, que é tarefa árdua descobrir o cotidiano da cidade observando apenas os dois principais jornais da cidade. Sabe-se que existiam pessoas vivendo em difíceis condições materiais, como é o caso dos moradores do Morro da Caixa d'Água, contudo, suas experiências de vida passam alheias aos olhares destes dois veículos de comunicação. Um outro jornal, entretanto, nos fornece algumas informações sobre o cotidiano de Florianópolis, dando-nos uma dimensão da pobreza nela existente. O jornal A Verdade, cujo proprietário é o jornalista Manoel de Menezes, tem um perfil diferente dos outros dois, é voltado para o relato do dia-a-dia dos moradores, pincelado por denúncias e críticas aos inimigos políticos de seu mantenedor.

Diferentemente de A Gazeta e O Estado, A Verdade, assim como seu dono, não é alinhada a nenhum partido político. Manoel de Menezes desfere críticas a políticos partidários de UDN e PSD com a mesma facilidade que, em outros momentos, os elogia. Contraditório? Se observarmos alguns exemplares do jornal e relacionarmos com as ambições políticas de seu dono, poderemos observar uma postura nada contraditória.

Manoel de Menezes fora candidato a prefeito nas eleições de 1954 e 1959 pelo pouco expressivo PTN (Partido Trabalhista Nacional), conseguindo em ambas menos votos do que os candidatos de UDN e PSD. Dono de um jornal que se propunha combater as injustiças, julgava ter certo prestígio entre as populações menos favorecidas

¹⁰⁵ Para informações mais detalhadas destes jornais, ver o primeiro capítulo, parte 1.3, “Uma cidade dividida: as disputas UDN x PSD”.

da sociedade, suposição que não se concretizou no pleito eleitoral.¹⁰⁶ Neste sentido, a linha editorial seguida por *A Verdade* parece ser construída a partir de afinidades e desavenças pessoais que seu dono possuía, e não orientada por opções partidárias. Por exemplo, Manoel de Menezes criticava e acusava diariamente o prefeito Osmar Cunha, mas elogiava muitas vezes (não sempre) Aderbal Ramos da Silva. Verifica-se também que ele concedia espaço em seu jornal para Abelardo Blumemberg descrever a preparação da escola de samba Embaixada Copa Lord para o carnaval. Estas personalidades citadas eram conhecidas na cidade, especialmente os dois primeiros, por suas afinidades com o PSD. Por outro lado, o dono de *A Verdade* elogiava o governador Jorge Lacerda (apoiado pela UDN), porém criticava o antigo prefeito udenista Paulo Fontes.¹⁰⁷ Deste modo, alianças, críticas, denúncias, no caso do jornal de Manoel de Menezes, eram pautadas mais em interesses pontuais do que regidas pela cartilha de algum partido político.

Manoel de Menezes, portanto, faz de seu jornal um instrumento político, mas não o vincula a partido algum, denunciando ou aplaudindo de acordo com as suas conveniências. A linha jornalística de *A Verdade*, neste sentido, procura priorizar acontecimentos cotidianos, descrever situações de miséria ou divulgar campanhas assistencialistas, transmitindo a imagem de defensor dos interesses das classes populares. Dessa forma, para se colocar enquanto protetor dos pobres da cidade, o jornal retrata uma cidade distante das imagens forjadas por *O Estado* e *A Gazeta* – preocupados em transmitir as idéias da Florianópolis turística, moderna e urbanizada – mostrando as difíceis condições de vida de parte da população florianopolitana.

Isso nos coloca diante de um quadro que, caso analisado criticamente, observando os interesses em jogo do mantenedor do jornal, pode ser elucidativo para a compreensão das condições de vida e das formas de ação das classes populares em Florianópolis neste período. Certamente este posicionamento de *A Verdade* tem interesses eleitorais, afinal, seu dono era aspirante ao cargo de prefeito e responsável

¹⁰⁶ Nas eleições de 1954, Manoel de Menezes obteve cerca de um terço dos votos do prefeito eleito Osmar Cunha (PSD) e pouco mais da metade dos votos do candidato udenista, João José de Souza Cabral. Nas eleições de 1959, o jornalista ficou muito próximo dos dois grandes partidos da cidade, além de ter conseguido votos expressivos em algumas seções eleitorais. Fonte: *A Gazeta*. Florianópolis, 12 out. 1954; **Mapa de apuração para prefeito 1959**. (Doc. 23 A). Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral – SC.

¹⁰⁷ Pode-se perceber este perfil em grande parte dos seus exemplares. Por exemplo, nas seguintes reportagens: Ponte Aderbal Ramos da Silva. *A Verdade*. Florianópolis, 28 mai. 1956; Rua para o honesto: Paulo Fontes (coveiro da UDN) quer enterrar o governador. *A Verdade*. Florianópolis, 17 out. 1956.

pela linha editorial adotada. Neste sentido, Manoel de Menezes usava o jornal para divulgar idéias, atacar adversários e chegar mais perto dos eleitores. A Verdade é, dessa forma, tão político quanto os órgãos oficiais de UDN e PSD. Entretanto, a estratégia política adotada procurava acalmar os anseios das classes populares, dando um caráter quase messiânico ao provedor deste veículo de comunicação.

Nesta perspectiva, A Verdade lançava campanhas de arrecadação de alimentos e dinheiro, manifestando a intenção de diminuir o sofrimento dos pobres da cidade. Para cada campanha havia um beneficiário distinto, crianças passando fome, homens ou mulheres desempregados, pessoas portadoras de deficiência física. Manoel de Menezes, nesses casos, elogiava as figuras ilustres da cidade que contribuía para que sua campanha desse certo e criticava aqueles que se recusavam a participar. Sua postura procurava passar a imagem de líder, perante o qual as classes populares da cidade se identificariam. Seria, portanto, o condutor dos anseios do povo, aquele que ofereceria a salvação, tiraria-os da miséria e os elevaria a um estado de bem-estar coadunado com o progresso e desenvolvimento daqueles tempos.

Em uma de suas campanhas, o jornal procurou arrecadar fundos para uma família que passava fome em um dos morros da cidade. Durante a campanha, A Verdade publicava uma lista daqueles que doaram recursos e reafirmava sua intenção de “lutar em defesa dos pobres da cidade”. Segundo Manoel de Menezes, “gente pobre e rica souberam compreender nosso cruciante apelo e por isso estiveram em nossa redação trazendo contribuições. (...) Como se vê os nossos leitores continuam atendendo aos nossos apelos, porque provado está que A VERDADE é o único jornal nesta terra que luta em defesa dos desgraçados.”¹⁰⁸

A redação de A Verdade tornava-se, nestas campanhas, ponto de arrecadação de donativos no qual os interessados encaminhavam os recursos ou alimentos a serem doados. Era esta a imagem, de um órgão de comunicação comprometido com os anseios dos trabalhadores empobrecidos, que o jornal procurava transmitir. Isto, supostamente, poderia render uma relação de cumplicidade entre classes populares e liderança populista.¹⁰⁹ No entanto, a complexidade de relações que se tecem cotidianamente produzem resultados ilógicos, muitas vezes contraditórios e distantes dos planos

¹⁰⁸ Manoel de Menezes. Obrigado, leitores!. **A Verdade**. Florianópolis, 27 nov. 1956.

¹⁰⁹ Afinal, parece ser este o termo que traduz as ambições de Manoel de Menezes, um dono de jornal com aspirações políticas, que procura angariar o apoio das classes populares através de campanhas de assistência aos necessitados. Notoriamente, o termo “liderança populista” é vago e impreciso, devendo ser entendido não como uma explicação em si mesmo, mas inserido dentro das relações sociais e compreendido em sua especificidade histórica.

previamente elaborados. Em outras palavras, o fato de Manoel de Menezes procurar construir uma identificação entre ele e os pobres, demonstrada nas páginas de seu jornal, não significa que seus objetivos tenham sido alcançados. Os resultados eleitorais nos sugerem que as pessoas favorecidas pelas campanhas de assistência não vinculavam o recebimento dos benefícios à obrigatoriedade do voto, ou seja, os interesses eleitorais dos políticos nem sempre eram correspondidos no pleito. Caso contrário, endossaremos a percepção que prevê a cooptação e subordinação dos grupos populares a lideranças carismáticas, ocultando as formas de negociação, barganha e autonomia que permeiam estas relações.

Sendo assim, percebe-se que a realidade social de Florianópolis é mais complexa do que simples relatos em torno da especulação imobiliária e dos projetos de enriquecimento e controle político de algumas pessoas da cidade. Existe uma gama de trabalhadores vivendo em situações consideradas indignas. Desse modo, ao mesmo tempo em que se pedia aos comerciantes que enfeitassem seus estabelecimentos com luminosos, visando garantir um aspecto moderno ao centro, apareciam críticas a “maconheiros” que povoavam a Praça XV e “vagabundos” que circulavam pelo mercado público com comportamentos inapropriados para a cidade que se edificava.¹¹⁰

Estas situações, portanto, nos retratam uma Florianópolis que vivia sob a lógica de ter que regulamentar comportamentos através dos dispositivos instituídos na sociedade, valorizando o trabalho em oposição à vagabundagem, e, ao mesmo tempo, recorrer a estratégias assistencialistas de modo a minorar as deploráveis condições de sobrevivência dos pobres da cidade. A valorização moral do trabalho e da categoria trabalhador enquanto impulsionadores do progresso e a adoção de medidas assistencialistas, na pretensão de diminuir conflitos que seriam suprimidos futuramente com a chegada da modernização, fazem parte da contraditória realidade social que vivia a capital de Santa Catarina nos anos 1950 e 1960.

Todavia, Manoel de Menezes, a despeito de suas campanhas junto às classes populares, não obteve o resultado almejado no pleito eleitoral. Uma consequência pouco lógica caso analisemos as relações sociais sob o prisma do controle institucional e da subordinação dos sujeitos aos desígnios das lideranças políticas. O dono de A Verdade

¹¹⁰ Os jornais da época relatavam em suas páginas a presença indesejada de uma “turma de desocupados” que estavam “perturbando a ordem no Mercado Municipal” com “ditinhos e piadas inconvenientes” às senhoras que iam efetuar suas compras. Em outra reportagem afirma-se a presença de “delinquentes” jogando “baralho e outros jogos em plena calçada da Praça XV”, o jornalista coloca que “nunca se viu tanto maconheiro em uma ilha tão pequena”. Fonte: Voltará ao mercado a patrulha do DOPS. **A Gazeta**, Florianópolis, 09 de setembro de 1955; A vagabundagem. **A Verdade**, Florianópolis, 16 jan. 1956.

encabeça junto com seu jornal inúmeras campanhas procurando beneficiar pessoas pobres da cidade e nem por isso é alçado ao controle do executivo municipal. Ao contrário, fica atrás de candidatos do PSD e da UDN. Isso nos evidencia dois aspectos nestas relações os quais iremos analisar a seguir: 1. Que as classes populares definem suas relações a partir de parâmetros e interesses locais que nem sempre correspondem aos anseios dos grupos abastados com quem entram em contato. 2. Que não era apenas Manoel de Menezes que adotava medidas assistencialistas como forma de angariar votos. Havia uma disputa pelos pobres, e esta era uma prática comumente usada pelos candidatos a cargos públicos em Florianópolis neste período.

Neste sentido, resta-nos olhar para as diversas faces que compõem as práticas assistencialistas da cidade, prestar atenção nas relações de reciprocidade e nas negociações daquilo que era politicamente possível. Para ser mais claro, é necessário destrinchar a especificidade histórica de Florianópolis pensando as classes populares como atores dentro da realidade contraditória e conflitante da cidade, desestabilizando termos como cooptação, tutela e subordinação, muitas vezes utilizados para designar relações sociais durante o chamado período de redemocratização, entre 1945 e 1964.

2.1 Assistencialismo, política e classes populares

As evidências de ações assistencialistas nos induzem a enxergar uma Florianópolis diferente daquela cidade permeada por loteamentos e pela especulação imobiliária. Auxiliar os necessitados parecia ser não só necessário mas também conveniente, uma vez que remediava as difíceis condições de sobrevivência e procurava criar vínculos paternalistas e político-eleitorais com a parcela mais pobre da população. Pôde-se perceber algumas características dos relacionamentos entre os grupos mais abastados e as classes populares em uma das campanhas assistencialistas realizadas, na qual se procurou socorrer um deficiente físico.

No dia dois de julho de 1956, Manoel de Menezes estampava a reportagem escrita por ele intitulada “Feito um rato”, na qual tratava de um homem com problemas físicos e que vivia em condições miseráveis. Conta o jornalista que estava tomando sua “vitamina matinal” no Bar Danúbio quando percebeu o olhar de “um homem de faces encaveiradas e olhos profundamente tristes. Coitado, apoiado por duas muletas, parecia querer dizer-me algo”. Seguindo o relato: “Ao sair, dei-lhe cinco cruzeiro, e em lugar de

ouvir ‘Deus lhe pague’, senti que seus lábios tremiam impulsionados por um desejo de pedir alguma coisa a mais, que não o dinheiro dado”. Segundo a narrativa de Manoel de Menezes, “o homem criou coragem (...) [e] falou: ‘Eu já conheço o senhor, seu Menezes. Estava aqui olhando o senhor, aguardando a sua saída para fazer um pedido’. ‘Pois fale, (...) estou às ordens’.”

O homem necessitado, então, puxou alguns papéis que contavam sua sofrida história e a seqüência da reportagem transcrevo aqui:

“Depois de ler a odisséia do homem em versos, devolvi os papéis. Seu dono, então, num arroubo de coragem, assim se expressou: ‘Eu queria que o senhor me desse de presente um carrinho para que terminasse o tormento a que me obrigam estas muletas’.

- Mas o senhor devia – disse eu – procurar o governador do Estado, o prefeito, que tem verbas para socorrê-lo.

- Qual nada, retrucou o paralítico. Fui várias vezes ao governador mas não me deixaram falar com ele. O prefeito, estive com ele duas vezes, porém, virou-me as costas. O sr. sabe, seu Menezes, como eles fazem com a gente, na hora que o pobre precisa. Dão as costas e nada fazem’.”

O dono de A Verdade relata que, no dia seguinte, juntamente com seu fotógrafo, foi ao local de moradia daquele homem e assim o descreveu:

“Vive o nosso homem dentro de uma toca, como um animal, junto com a esposa. Afim de uma cadeira de rodas e passando privações, uma vez que está impossibilitado de trabalhar e não tem arrimo. (...) Gostaria, portanto, que meus caros leitores colaborassem comigo nesta campanha de aquisição do aparelho que o pobre homem necessita. Já tomei a iniciativa de cobrir as despesas da confecção das 3 rodas e para as ferragens da armação do carro. Gostaria que meus amigos enviassem roupas para o paralítico, dinheiro e mesmo colchão velho, em desuso, pois com um farrapo como roupa, e tendo por cama dois pedaços de tábuas, numa toca, não é preciso levar em conta nem o frio para dar uma idéia da desdita deste infeliz. Conto com todos os leitores de A Verdade. Sempre me ajudaram e não falharão agora.”¹¹¹

Primeiramente, é necessário pedir desculpas por uma citação tão extensa. Entretanto, o trecho acima, apesar de longo, nos permite analisar alguns aspectos das relações estabelecidas entre os pobres da cidade e as campanhas beneficiárias que os

¹¹¹ MENEZES, Manoel de. Feito um rato: o infeliz paralítico vive com sua mulher dentro de uma toca de pedra!. **A Verdade**. Florianópolis, 02 jul. 1956. (Grifos meus).

circundavam, especialmente aquelas promovidas por Manoel de Menezes. Reportagens desta espécie dificilmente são achadas em jornais como A Gazeta e O Estado. Este teor de crítica social, clamando para os bondosos corações dos leitores no sentido de um pacto pela diminuição da pobreza, é uma marca registrada dos escritos do mantenedor de A Verdade.

Os pobres, nesta perspectiva, saem dos bastidores e ganham visibilidade, mas como objetos de caridade de figuras notórias da urbe e não como sujeitos. Surgindo como intrusos no cenário da “bela e moderna Florianópolis”, construído por cronistas e poder público. Aquilo que os elaboradores do Plano Diretor de 1952 definiam como “a mais viva expressão do nosso atraso urbanístico” era, na realidade, uma dissonância dentro de uma orquestra que insistia em se intitular harmônica. E para tentar solucionar o imbróglio, adotava-se o discurso do solidarismo social, no qual os pobres apareciam como receptores passivos dos donativos de uma minoria possuidora de bens.

Ações deste tipo não aconteceram somente em Florianópolis. A conjuntura nacional e internacional no pós II Guerra Mundial mostrava uma orientação não só do estado brasileiro, mas de outras nações no sentido da edificação de uma nova sensibilidade social e humana. A sociedade puramente técnico-científica, regida pelo avanço cumulativo da razão em direção à perfeição, resultara numa hecatombe cujos emblemas foram as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Segundo Rogério Luiz de Souza, o período após a II Guerra Mundial apresentava “uma emergência histórica que impunha novos paradigmas explicativos e uma nova racionalidade”.

Dinastias eram destronadas, regimes fascistas e autoritários eram subjugados, o discurso keynesiano de pleno emprego entrava em voga e um novo modelo econômico, capitaneado pelo Estado, que exigia uma ética solidária entre os povos e uma organização internacional da produção e do mercado, passava a ser construído. Em suma, “assumia-se uma dinâmica orgânico-internacional ao tentar viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional ancorado na intervenção do Estado e respaldado no solidarismo social”.¹¹²

A humanização do capitalismo, procurando diminuir a distância entre ricos e pobres sem que fosse necessário nenhum tipo de revolução proletária, pautava muitas das ações de cunho assistencialista promovidas no Brasil. Para empenhar este processo,

¹¹² SOUZA, Rogério Luiz de. **A reforma social católica e o novo limiar capitalista (1945-1965)**. Curitiba, 2001. Tese (doutorado em história) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. p. 13, 19.

procurou-se conjugar desenvolvimento econômico com pressupostos éticos e morais. Neste sentido, apesar de ações e projetos de sociedade distintos, aparecia o assistencialismo do Estado, incumbido da expansão econômica e do discurso desenvolvimentista, e o assistencialismo católico, regido por pressupostos humanitários e éticos, extraídos do referencial cristão, visando garantir um pacto social no qual os conflitos de classe pudessem ser diluídos. O assistencialismo, a despeito de suas diferentes facetas e suas aplicações nos diversos contextos sociais, não era uma peculiaridade local ou regional, mas uma postura encampada nacionalmente.

Percebe-se, portanto, que as medidas assistencialistas em Florianópolis nos anos pós-guerra não estão em desacordo com uma conjuntura mais ampla, nacional e internacional. No entanto, existem especificidades no caso florianopolitano que só podem ser entendidos se analisados os jogos de força locais. Desse modo, alguns aspectos da reportagem de Manoel de Menezes citada alguns parágrafos atrás merecem uma observação mais minuciosa.

Primeiramente devemos analisar quem escreve tal reportagem e de onde. Ora, os objetivos políticos e as formas de atuação de Manoel de Menezes, criticando inimigos políticos e buscando apresentar a imagem de protetor dos pobres, já foram relatados neste trabalho. É necessário, portanto, compreender de que forma o jornalista, assim como outras figuras ilustres da cidade, procura chegar às classes populares. Em suma, quais são as artimanhas utilizadas para tentar controlar os grupos economicamente marginalizados e as razões que as levam ao sucesso ou ao fracasso.

Manoel de Menezes inicia sua narrativa contando que observara um homem paraplégico, apoiado por duas muletas, enquanto tomava sua vitamina matinal. O jornalista, então, ao sair, deu-lhe cinco cruzeiros, mas o homem, não contente, fez um pedido. Segundo o diálogo contado pelo narrador, o homem afirma que o conhecia e o esperava do lado de fora do bar para pedir um carrinho, de modo a não precisar usar mais muletas. A narrativa nos mostra, inicialmente, que o sujeito da ação não é Manoel de Menezes, mas o “pobre homem aleijado”. É ele que vai ao encontro do jornalista com um objetivo específico: um carrinho para poder se livrar das muletas. A clareza de seu objetivo o permite não se satisfazer apenas com os cinco cruzeiros doados pelo ilustre dono de jornal. Além disso, o fato de Manoel de Menezes procurar uma identidade de protetor dos pobres e guardião dos anseios populares, tornava-o alvo dos pedidos dos grupos empobrecidos. A manutenção desta identidade implicava, portanto,

a constância de campanhas assistenciais criadas, não de forma voluntária, mas sob pressão dos próprios pobres da cidade.

Percebe-se, por conseguinte, uma coerência e uma lógica nas ações do pedinte. O homem poderia se satisfazer com os cinco cruzeiros doados e partir comemorando aqueles trocados conseguidos. Entretanto, ele percebia que os limites daquela “negociação” poderiam ser estendidos, ou seja, que poderia conseguir mais do que meros cinco cruzeiros. Isto evidencia que o homem possuía uma estratégia de ação direcionada. Provavelmente, caso um transeunte qualquer lhe doasse cinco cruzeiros, ele sairia plenamente satisfeito. Porém, ele sabia que estava pedindo para Manoel de Menezes, como o trecho da reportagem indica: , “o homem criou coragem (...) [e] falou: ‘Eu já conheço o senhor, seu Menezes...’.” Esta passagem denota a racionalidade na ação daquele homem que, sabendo que pedia para o jornalista que se intitulava defensor dos pobres, estendia a fronteira daquilo que era possível pedir. Nesta perspectiva, a liderança política não manipula, mas é pressionada pelo pobre para que este tenha suas aspirações contempladas. O líder, desse modo, para ser de fato uma liderança, precisa do reconhecimento dos seus subordinados tendo, conseqüentemente, que compartilhar valores e fazer concessões. Sendo assim, o homem joga com aquilo que é politicamente possível, demonstrando uma clara compreensão da conjuntura social existente na cidade.

Nossa tentativa aqui não é acatar a história de Manoel de Menezes, pensando que sua narrativa descreve os acontecimentos exatamente da forma como ocorreram. O objetivo dessa história não é descobrir o que realmente se passou no diálogo entre Manoel de Menezes e o homem paraplégico, mas perceber como se produziu determinada versão, procurando nas entrelinhas indícios que nos possibilitam compreender as relações sociais em Florianópolis naquele período.

Na parte final da reportagem, podemos verificar como Manoel de Menezes procura se colocar como salvador dos pobres, solicitando ajuda dos leitores em sua cruzada contra as agruras vividas por parte da população da cidade. Segundo seu relato, após o homem pedir-lhe o carrinho, o jornalista afirmou que aquele tipo de pedido deveria ser remetido à prefeitura ou ao governo do estado, órgãos encarregados destas funções. No entanto, ainda segundo o relato de Manoel de Menezes, o pedinte retrucou-lhe dizendo que não o deixaram falar com o governador e o prefeito havia virado-lhe as costas. Na seqüência, o pedinte afirmou que os políticos eram assim, na hora que o pobre precisava eles não ajudavam.

As afirmações acima parecem ter saído mais da cabeça do jornalista do que da boca do homem com problemas físicos. Fica implícito o objetivo do dono de A Verdade de não ser considerado político, demarcando uma fronteira clara entre aqueles que detinham o controle dos órgãos públicos, os políticos, e aqueles que lutavam por melhores condições de vida para os pobres da cidade, ele. Como se seus atos não fossem políticos, como se não fizesse política. Neste sentido, o jornalista, em sua narrativa, procura deixar claro que a função de oferecer o carrinho para o homem aleijado é das autoridades públicas. Entretanto, devido ao descaso dos dirigentes políticos e sensibilizado com as privações que passava aquela pessoa, toma “a iniciativa de cobrir as despesas da confecção das 3 rodas e para as ferragens da armação do carro”. Nesta parte da reportagem, Manoel de Menezes indica qual posição pretende ocupar na disputa pelos pobres, colocando-se como defensor do povo contra políticos que, aparentemente, nada fazem pela população empobrecida. Ele pretende ser, portanto, o defensor, o protetor, estabelecendo uma relação quase paternal de vínculo e assistência.

Esta parece ser uma decisão racionalmente tomada pelo jornalista, visto que não se atrelava nem ao Partido Social Democrático, nem à União Democrática Nacional. Dessa forma, colocava-se como diferente, menos preocupado com as disputas políticas travadas pelos dois maiores partidos da cidade, e atento ao drama dos grupos menos favorecidos. Sua estratégia política, amparada mais no prestígio pessoal do que na associação a um grande partido político, criticando os políticos que “nada fazem pelo povo”, contudo, não era inédita. Em São Bernardo do Campo, nos anos 1940, uma mulher ganhou notoriedade na cidade ao se aproximar do “povo” e fazer um discurso “não classista, que lançava o povo contra os vilões”.

Segundo John French, Tereza Delta iniciou sua trajetória política organizando uma passeata contra o prefeito de São Bernardo do Campo em 1946. A partir de então, passou a receber o apoio de pessoas mais humildes, como os operários migrantes construtores da Via Anchieta, projeto rodoviário que ligaria São Paulo a Santos, alvos do desprezo dos habitantes mais antigos. Ela tinha, portanto, ligação com os “desclassificados sociais”, como os envolvidos com o jogo-do-bicho e outros repudiados pelo discurso moral firmado na cidade. Segundo French, no entanto, sua ação política não criticava o sistema, mas a ação de determinados atores sociais: “Ao mesmo tempo que evitava qualquer crítica ao sistema, centrava seus ataques contra comerciantes muito mais do que contra empregadores. Essa estratégia evitava toda

ênfase na luta de classes, em benefício de uma mobilização baseada na população geral de consumidores.” No final de 1946, Adhemar de Barros, político do PSP e futuro candidato ao governo do estado de São Paulo, procurou o apoio de Tereza Delta e garantiu em troca, caso fosse eleito, sua nomeação como prefeita de São Bernardo do Campo.¹¹³

A despeito de não se vincular a nenhum dos grandes partidos da cidade, Manoel de Menezes tinha suas preferências políticas, e isso fica sutilmente explicitado na reportagem. Ao observar a fala do pedinte, percebe-se que o mesmo procura eximir o governador do estado de culpa. Ele fora várias vezes ao governador, porém algumas pessoas não permitiram a audiência: “não me deixaram falar com ele”. Por outro lado, o prefeito da cidade não é poupado de críticas, uma vez que ouviu o pedido e “virou-me as costas”. O trecho extraído parece aparentemente desprezencioso, mas revela, através da suposta fala do paraplégico, o apoio do jornalista ao governador Jorge Lacerda e a crítica ao prefeito Osmar Cunha. A observação de outros exemplares do jornal *A Verdade* denotam que Manoel de Menezes nutria uma aversão política ao prefeito pessedista Osmar Cunha e uma afinidade com o governador. Em notícia do dia sete de março de 1957, cuja manchete era “Nota do gabinete do prefeito ladrão”, Osmar Cunha é acusado pelo jornal de utilizar operários, máquinas e instrumentos da prefeitura na construção de sua casa. Em outra notícia, do dia nove de julho de 1956, comentava-se que milhares de pessoas haviam ido ao aeroporto comemorar a vitória de Jorge Lacerda na eleições estaduais do ano anterior. O título da reportagem era: “O punhal que ia golpear Lacerda será usado para retalhar seus indecentes e mesquinhos adversários!”¹¹⁴ Dessa forma, a narrativa do jornalista e a reconstrução do diálogo travado com o homem que lhe pedira um carro estão imbuídas de interesses políticos, estrategicamente camuflados pelo mantenedor do jornal.

Entretanto, como mencionado, as campanhas assistenciais com intuito de angariar apoio popular não podem ser entendidas sob o paradigma da manipulação dos pobres através do oferecimento de benesses. Os “presentes” nem sempre são vistos por aqueles que os recebem enquanto presentes. Neste sentido, a reprodução da conversa

¹¹³ FRENCH, John D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo-São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. p. 200.

¹¹⁴ Não devemos pensar, entretanto, que o jornalista era udenista. Seus apoios e conflitos eram relacionados mais a divergências pessoais do que a embates ideológicos ou político-partidários. Nota do gabinete do prefeito ladrão. **A Verdade**. Florianópolis, 7 mar. 1957; O punhal que ia golpear Lacerda será usado para retalhar seus indecentes e mesquinhos adversários!. **A Verdade**. Florianópolis, 9 jul. 1956.

entre o jornalista e o homem paraplégico apresenta alguns elementos que precisam ser mais bem observados.

Manoel de Menezes cita em sua história que o homem o abordou e assim se expressou para pedir um carrinho: “Eu queria que o senhor me desse de presente um carrinho para que terminasse o tormento a que me obrigam estas muletas”. Seria esta frase a fiel reprodução da manifestação do pedinte, ou seria apenas a manifestação da visão do jornalista em sua versão datilografada? Provavelmente nem uma, nem outra, talvez um pouco de ambas. A resposta exata desta questão dificilmente saberemos, mas a partir da análise deste trecho da reportagem podemos levantar duas suposições: a primeira é que Manoel de Menezes pensa realmente estar oferecendo um presente ao pobre homem necessitado e, ao oferecê-lo, estabelece uma relação de cumplicidade com aquela pessoa; a segunda é que o pobre sabe qual tipo de discurso encontra ressonância nas classes abastadas e se utiliza dele para conseguir os donativos. Sendo assim, os desdobramentos da história do carro para o paraplégico nos ajudam a compreender as relações sociais estabelecidas na Florianópolis do período estudado.

Quatro semanas após a notícia sobre homem paraplégico que vivia em uma toca e pedia por um carro para poder aposentar as muletas, dia trinta de julho de 1956, A Verdade publica a seguinte notícia: “O aleijado está me deixando maluco!”. Nela, Manoel de Menezes afirma que muitos leitores do jornal mandaram pacotes de roupas e dinheiro para ajudar o necessitado, somando a quantia de 300 cruzeiros. No entanto, o pobre, não satisfeito, queria que se fizesse uma campanha para colocar motor no carrinho para que pudesse ir a Itajaí. O tom da reportagem desta vez não é de ajuda, mas de indignação:

Nosso jornal mandou fazer um carro de três rodas para aquele pobre homem. Acontece que o desgraçado, além de paraplégico das duas pernas, parece que não regula muito bem das faculdades mentais, pois cismou que queria a referida cadeira dentro de dois dias. (...) E tem mais. Depois disso, veio até a redação para exigir um motor para o tal carrinho de três rodas. Queria ele ir a Itajaí buscar um saco de feijão naquela cadeira mesmo.

Seguindo a reportagem, o jornalista ainda afirma seu aborrecimento com as campanhas que promove com “a finalidade de minorar os problemas alheios”. Ao final,

conclui: “Todavia, resta-me o consolo de ter feito alguma coisa por muita gente que vive por aí a sofrer.”¹¹⁵

Os desdobramentos da campanha para doação de recursos ao homem paraplégico elucidam não só aspectos dos diálogos entre Manoel de Menezes e os pobres, mas dizem respeito às relações sociais estabelecidas entre classes populares e grupos políticos da cidade como um todo. Certamente, a doação do carro para o homem paraplégico é vista pelo dono de *A Verdade* como um presente oferecido. Como ele mesmo ressalta na notícia, a obrigação seria do prefeito ou do governador, portanto, aquilo seria apenas uma dádiva. Por outro lado, o recebimento da doação por parte do pedinte não o coloca em uma relação de obrigação ou subordinação para com o jornalista. Ao contrário, o sucesso obtido no pedido o motiva a pedir mais, a estender a amplitude dos benefícios adquiridos.

Percebe-se, por conseguinte, que existem tentativas de manipulação de ambos os lados, tanto por parte dos políticos e personalidades influentes, como Manoel de Menezes, quanto por parte das classes populares. Ambos tentam, ao seu modo, auferir vantagens utilizando diferentes estratégias de convencimento. Ora, não é improvável que o homem paraplégico, ao solicitar ajuda do jornalista para o carro, tenha pedido o objeto como se fosse um presente – “eu queria que o senhor me desse de presente um carrinho...”. Assim como não parece ser inverídico que, ao ganhar o referido presente, o homem tenha se dirigido ao jornal reivindicando motor para o mesmo. A revolta de Manoel de Menezes não é, desse modo, injustificada, afinal, ele foi, de certa forma, manipulado pelo “pobre homem”. Isto é, o pedinte percebia a estratégia do jornalista de buscar apoio popular através de doações e se utilizou deste discurso para auferir benefícios pessoais. Pedir o presente e depois reivindicar a ampliação do benefício como se fosse um direito demonstra a clara percepção da conjuntura de negociações e disputas que compunham a cidade de Florianópolis nos anos 1950 e 1960. Procuramos, assim, redefinir a percepção de cooptação e subordinação das classes populares por políticos e personalidades influentes, enfatizando o aspecto da negociação, no qual ambos são sujeitos conscientes que procuram atingir seus objetivos das mais variadas formas.

Talvez este seja o exemplo que expresse com maior clareza aquilo que entendo por “cultura assistencial”. Cultura, nesta perspectiva, está diretamente ligada à prática,

¹¹⁵ MENEZES, Manoel de. O aleijado está me deixando maluco!. *A Verdade*. Florianópolis, 30 jul. 1956.

isto é, um conjunto de normas que empresta sentido às experiências. Assim, ela não é uma estrutura que interfere e normatiza as condutas individuais, mas um espaço no qual aparecem os múltiplos significados dados às ações dos diferentes sujeitos. A relação estabelecida entre o jornalista e o homem paraplégico evidencia que dentro da economia de favores aparecem territórios de diálogo, onde através da negociação ambos os lados procuram auferir maiores benefícios.

A análise, neste sentido, não pretende buscar a explicação do sucesso eleitoral de determinadas lideranças carismáticas, como alguns estudos procuraram fazer¹¹⁶, e sim mostrar as ambigüidades que permeiam as relações entre classes.¹¹⁷ Desse modo, antes de partir do pressuposto da manipulação das classes populares pelos dirigentes políticos, é importante compreender quais os referenciais que permitiam aos pobres da cidade se comportarem da maneira como o homem paraplégico agiu.

Os mais céticos podem, no entanto, afirmar que o exemplo citado é uma exceção, corresponde a um caso isolado e não pode ser utilizado como objeto de análise do comportamento dos grupos populares de Florianópolis. Contudo, se observarmos os acontecimentos que sucederam a história do homem com deficiência física, descobriremos que os pobres da cidade não esperavam em suas casas a ação piedosa das personalidades ilustres. Ao contrário, eles utilizavam as brechas deixadas pelas ações assistenciais para abrir espaços de diálogo e reivindicação, como noticiou o jornal *A Verdade* alguns meses depois.

Quatro meses após os acontecimentos envolvendo o homem paraplégico, o jornal *A Verdade* noticiava o grande número de pedintes aglomerados na porta da redação do jornal. Manoel de Menezes, redator da matéria, afirmava: “Nossa redação virou um verdadeiro inferno. Ninguém mais consegue trabalhar porque a fila de pedintes é enorme. Criem vergonha e procurem os políticos.” Na matéria, o jornalista aponta para uma manobra de adversários políticos que, por saberem dos benefícios oferecidos aos necessitados, passaram a encaminhar os miseráveis da cidade para a

¹¹⁶ Desde os anos 1950, intelectuais procuraram explicar o fenômeno denominado “populismo”, buscando explicações para aquilo que eles caracterizaram como manipulação através da cooptação política e da demagogia eleitoral de líderes carismáticos. Para uma análise historiográfica destes estudos, ver: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹¹⁷ Ao mencionar “classe”, seguimos o referencial thompsoniano o qual pretende entendê-la como processo e relação, situada e definida historicamente, e não como um conceito estanque, previamente teorizado para, em seguida, ser inserido na análise histórica. Ver: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, Edward Palmer. ¿Lucha de clases sin clases? In: **Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2 ed. Barcelona: Crítica, 1984.

redação do jornal. O dono de A Verdade assim se expressou: “Pago pelo crime de ter sido apelidado de ‘homem de bom coração’ e por isso muito dos leitores, que são meus inimigos gratuitos, resolveram, de uns tempos para cá, mandar aqui para o jornal uma média de 20 necessitados por dia”.

A citação acima revela que as campanhas assistenciais geraram resultados diferentes daqueles planejado por seu idealizador. Os donativos oferecidos acarretaram uma gama de pessoas empobrecidas solicitando as mesmas benesses. Diferentes pessoas com diferentes histórias passaram a ir ao jornal A Verdade em busca de alguma ajuda. Manoel de Menezes relata na notícia o aparecimento de pessoas com feridas incuráveis, uma mãe com oito filhos para sustentar, a mulher cujo marido sofre de tuberculose ou mesmo outros, “mais ignorantes”, que “cismam de tossir em cima da minha cara para que eu veja o sangue sair pela boca”.

Percebe-se, portanto, que da mesma forma como o homem com deficiência física procurou auferir ganhos na relação com o jornalista, e nem por isso sentiu-se em dívida para com ele, inúmeras pessoas empobrecidas da cidade procuraram-no em busca de benefícios ao saber de sua disposição em atender os menos favorecidos. Propagar a imagem de “homem de bom coração” não resultou em um vínculo político-eleitoral, mas transformou-o, aos olhares da população, na autoridade responsável por minorar a situação dos pobres da cidade. Chegando ao fim da notícia o redator afirma: “Mandam as pessoas aqui somente para que depois saiam dizendo bárbaros desaforos, porque na realidade pouca coisa me é possível fazer.” O jornalista, diante dos fatos, ainda revela sua mudança de estratégia: “Alguns têm levado 100 ou 200 cruzeiros. Agora, porém, por estarem comparecendo em média de 15 a 20 por dia, resolvi, de uma vez por todas, não dar mais um centavo sequer.”¹¹⁸

Percebe-se, neste caso, a inversão, na perspectiva das classes populares, do sentido atribuído pelo jornalista às doações e campanhas assistenciais. Aquilo que era para ser visto como caridade, foi transformado em obrigação, a ponto do cidadão, ao ter o benefício negado, sair “dizendo bárbaros desaforos”. Os pobres de Florianópolis, dessa maneira, utilizaram de maneira consciente e racional os canais de negociação abertos por essa cultura assistencial, subvertendo a lógica imposta pelo líder carismático e pressionando pela aquisição do presente, como se este fosse um direito. Manoel de

¹¹⁸ MENEZES, Manoel de. Ninho de bordejós. **A Verdade**. Florianópolis, 09 nov. 1956.

Menezes, por sua vez, ao encampar ações de assistência visando a promoção pessoal, constatou que os resultados obtidos ficaram aquém do esperado.

Não podemos, portanto, pensar que a realidade social de Florianópolis se compõe de uma classe dominante a qual exerce, sem mediações, sua autoridade por meios econômicos e políticos. As tentativas de controle e manipulação das classes populares parecem estar mais vinculadas à “noção de teatro” elaborada por Thompson, na qual o controle e a subordinação são rituais teatralizados, que encobrem negociações e conflitos latentes. O ato de doar, neste sentido, não revela cooptação, mas uma tentativa de se esvaziar o conflito social, nem sempre bem sucedida. O pedinte – no caso o homem paraplégico – não precisa sentir-se em obrigação com o doador nem reconhecer seu prestígio. Como foi visto, o grau de subordinação assegurado pela caridade dependia de um acordo bem sucedido entre as partes.¹¹⁹

Os acontecimentos relatados no jornal A Verdade revelam, conseqüentemente, o assistencialismo florianopolitano como um campo de disputa, uma arena de negociações na qual os conflitos e tensões são componentes constantes. As ações assistenciais, no entanto, não foram exclusividade do dono de A Verdade. Os pobres da cidade eram disputados pelos mesmos grupos que colidiam durante o pleito eleitoral. Neste sentido, as classes populares, beneficiadas pelas medidas assistenciais, criavam, no bojo dessas experiências, noções próprias de cidadania e direito. Essas noções, forjadas no cotidiano, era o que embasava pessoas pobres a irem ao jornal reivindicar doações e atos de caridade. Neste sentido, a luta pela supremacia política e a constituição das ações assistenciais na cidade talvez possam explicar o fracasso eleitoral de Manoel de Menezes.

Reinaldo Lohn, em estudo sobre a urbanização e os projetos para o futuro de Florianópolis, indica, como pudemos ver no final do primeiro capítulo, a existência de uma rede assistencialista capitaneada pela família Ramos. Segundo ele, políticos procuravam construir imagens paternais e caridosas que esvaziassem o conflito social e tutelassem as reivindicações dos pobres. A construção de uma rede de favorecimentos e o apelo à solidariedade foram instrumentos usados tanto por políticos e empresários, como Manoel de Menezes, quanto pelos administradores públicos, no intuito de diminuir o sofrimento dos humildes.

¹¹⁹ Para mais informações ver: THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 239-246.

No caso do Partido Social Democrático, ainda de acordo com Lohn, a articulação de favores que o beneficiou fora criada nos tempos do Estado Novo, quando o controle político estadual esteve nas mãos dos aliados da família Ramos. De acordo com o autor, a rede de distribuição de recursos criada estabelecia a aproximação entre Estado e Igreja, firmando uma aliança que procurava garantir apoio eleitoral e controle social. Nas palavras de Lohn: “Os grupos dirigentes esforçaram-se por manter relações sólidas com a Cúria Metropolitana, reproduzindo práticas assistencialistas, nas quais estavam envolvidos os setores mais tradicionais da elite florianopolitana, as esposas de políticos e empresários, as autoridades eclesiásticas e figuras com reconhecimento público notório.”¹²⁰

Sendo assim, Florianópolis procurava se modernizar adotando um discurso que já era encampado nacionalmente, relacionando progresso com solidariedade social. Entretanto, a capital de Santa Catarina apresentava uma conjuntura peculiar, na qual personalidades influentes da cidade controlavam um conjunto de instituições responsáveis por apaziguar os anseios populares. Dentro desta perspectiva, Manoel de Menezes não inventou as campanhas assistenciais promovidas por seu jornal, mas procurou se inserir nas intensas disputas pelos pobres já travadas na cidade.

Em seu trabalho sobre os menores abandonados em Florianópolis nos anos 1930, Silvia Arend analisa a rede de amparo criada pela oligarquia Ramos na cidade e a relação entre suas ações e o controle social dos pobres urbanos. Para a historiadora, as famílias abastadas procuravam, muitas vezes, acolher os desamparados em suas residências para trabalharem nos serviços domésticos e atuavam no sentido fornecer proteção “nos planos materiais e simbólicos a essa população”. Neste contexto, a família Ramos era a principal responsável por gerenciar entidades católicas e outras organizações beneficentes que visavam oferecer auxílio aos necessitados. De acordo com a autora, os Ramos “compunham o quadro administrativo das Irmandades Católicas e de outras associações beneficentes da cidade controladoras da distribuição das benesses materiais que garantiam a sobrevivência dos desvalidos.”

Nos anos 1940, instituições como a Irmandade do Divino Espírito Santo e a União Beneficente Recreativa Operária tinham como presidentes, respectivamente, J. Otaviano Ramos e Alcimiro Silva Ramos, ambos parentes do Interventor Federal Nereu Ramos. Outra instituição, a Assistência aos Lázarus e Combate à Lepra, tinha como

¹²⁰ LOHN, Reinaldo Lindolfo. Op. cit. p. 41.

presidentes de honra o político Nereu Ramos, sua esposa Beatriz Pederneiras Ramos, o arcebispo de Florianópolis D. Joaquim Domingues de Oliveira, o então prefeito Mauro Ramos e sua esposa Dulce Ramos. Além disso, a primeira dama do estado procurava patrocinar anualmente festas para angariar fundos para as crianças carentes.¹²¹

Percebe-se, dessa forma, a relação visceral entre famílias ilustres e entidades beneficentes ou organizações de trabalhadores. Os políticos da cidade procuravam, através dos mecanismos de auxílio aos pobres, estabelecer-se enquanto líderes das classes populares, de modo a receber o bônus das ações assistenciais realizadas por suas esposas e correligionários. Entretanto, não podemos presumir que esta ligação entre personalidades conhecidas na vida política local e instituições implique a cooptação destes por aqueles. Ao convidar uma pessoa ilustre para apadrinhar uma entidade popular, estabelecia-se uma relação que muitas vezes transcendia o apadrinhamento, criavam-se conexões de onde poderiam provir mais facilmente os benefícios. Não é o objetivo deste trabalho detalhar estas conexões, as quais só podem ser comprovadas através de um estudo de caso. De qualquer forma, cabe-nos apontar que estas relações, não foram inauguradas nos anos 1950. A oligarquia Ramos, detentora do controle político estadual a partir de 1930, procurou estabelecer, desde aquela época, uma rede beneficiária que abarcava instituições religiosas, políticos e empresários. Esta aproximação entre pretensões religiosas e interesses políticos transformou as ações sociais capitaneadas por seus aliados em uma grande e eficiente máquina eleitoral.¹²²

Após a II Guerra Mundial, a Igreja procura assumir um papel diferente do desempenhado até então. Diante das atrocidades provocadas pela guerra, era mister a construção de novos paradigmas explicativos da realidade, uma vez que a crença no capitalismo liberal e no avanço cumulativo da razão tinha produzido resultados desastrosos. Nesta conjuntura surgem os ideais de democracia cristã, onde a Igreja procurava adequar o sistema capitalista aos pressupostos éticos do cristianismo. Não se tratava, portanto, de negar o capitalismo, mas adaptá-lo como forma de responder à crise política e econômica que vivia.

¹²¹ AREND, Sílvia Maria Fávero. **Filhos de criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Porto Alegre, 2005. 446 f. Tese (doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 198.

¹²² Para mais informações sobre a proximidade entre o arcebispo D. Joaquim Domingues de Oliveira e o interventor federal Nereu Ramos, ver: SOUZA, Rogério Luiz. **A construção de uma nova ordem**: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945). Florianópolis, 1996. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

No Brasil, a Igreja procurou conciliar os planos desenvolvimentistas aos discursos de amor ao próximo e de um pacto social contra a pobreza. As desigualdades existentes deveriam ser resolvidas através de um capitalismo solidário, mais humano, preocupado com o bem-estar social. Neste sentido, a Igreja se aproveitava de uma lacuna deixada pelo capitalismo liberal e se inseria no jogo político, no intuito de promover o desenvolvimento sob a égide dos princípios cristãos, visando solapar qualquer possibilidade de expansão das idéias comunistas no país.

Embora nem sempre confluentes, o discurso católico neste período muitas vezes se associou ao ideário desenvolvimentista. A Igreja, então, procurou adentrar na realidade social, de modo a minorar os problemas sociais. No seu entender, uma visão dicotômica entre capital e trabalho engendraria situações de conflito social, assim como o empobrecimento exacerbado da maioria da população acarretaria a dissolução dos laços sociais e harmônicos da sociedade. A Igreja, então, lança-se em direção ao povo, propondo um projeto de diminuição das diferenças sociais e procurando adaptar aquela pretensa massa desordenada ao desenvolvimento econômico. Neste sentido, os grupos populares não eram vistos como sujeitos, mas objetos de caridade que deveriam se adaptar aos planos e projetos elaborados pelos setores mais abastados da sociedade. Na visão de Rogério Luiz de Souza:

A ação solidária em direção ao bem-estar social deveria quebrar o gelo da relação capital/trabalho e inaugurar um novo paradigma social, reconhecidamente cristão, onde a nação pudesse espelhar-se e objetivar sua trajetória política e econômica. Propunha-se um novo modelo de cristandade, ao sabor das encíclicas papais e da filosofia humanista cristã, onde a Igreja influenciaria as esferas de decisão pública e assumiria a execução de um projeto social em conjunto com o Estado brasileiro.¹²³

Sendo assim, em Florianópolis, as organizações ligadas à Igreja faziam um dupla função: a de inserção nos morros e demais localidades empobrecidas através das campanhas de assistência, e de promoção de políticos e personalidades associados aos pressupostos católicos junto à população. A Igreja, portanto, entrava no mercado eleitoral com uma proposta de desenvolvimento – distante tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo – negociando seu apoio em troca da assunção de seus projetos. Nesse caso, a articulação bem sucedida entre interesses políticos e a simbologia da ética

¹²³ SOUZA, Rogério Luiz. Op. cit. p. 116, 117.

e da moral cristã poderia garantir a expansão do cabedal eleitoral de personalidades como Aderbal Ramos da Silva, Irineu Bornhausen e outros candidatos que satisfizessem os anseios políticos da instituição religiosa, atrelados aos dois maiores partidos da cidade.

A capital de Santa Catarina chega aos anos 1950, então, como uma cidade repleta de ambigüidades. Planos para modernizar e urbanizar a capital, investimentos privados e incentivos do poder público em ações visando fomentar a especulação imobiliária contracenavam com a pobreza e as difíceis condições de vida de uma parcela considerável da população, lembrando que a cidade real estava ainda distante da cidade ideal. A concomitância entre modernização e atraso, no entanto, revelava-se conveniente, uma vez que eram as mesmas pessoas que lideravam ambos os processos.

Apesar de parecer paradoxal, os discursos que previam mudanças sociais na cidade eram proferidos pelas mesmas lideranças políticas que se beneficiavam das campanhas de assistência à pobreza. Os investimentos imobiliários de Aderbal Ramos da Silva no norte da Ilha, o loteamento das terras da prefeitura em Canasvieiras, o direcionamento da expansão urbana para o setor imobiliário, ao contrário do que os jornais procuravam propagar, não indicavam mudanças, mas a manutenção de relações sociais historicamente construídas. Afinal, o predomínio eleitoral do PSD na cidade deveu-se, em grande parte, à eficiente rede de amparo construída no período anterior, a qual contava com apoio do arcebispo local e de parte dos setores mais abastados da sociedade. Portanto, se por um lado as ações do poder público visando urbanizar a cidade eram economicamente lucrativas, por outro, a pobreza e a adoção de medidas assistenciais eram convenientes do ponto de vista eleitoral.¹²⁴

Tendo isto em vista, podemos compreender as dificuldades de candidatos desligados das redes beneficiárias em emplacar eleitoralmente, como foi o caso de Manoel de Menezes. Ao encabeçar campanhas desvinculadas dos órgãos de caridade, o jornalista procurou direcionar as glórias do assistencialismo para sua pessoa. Esta estratégia, contudo, obteve reações inesperadas, mobilizando os pobres da cidade a irem pedir auxílio na porta de seu jornal, e resultados frustrantes, uma vez que a existência de

¹²⁴ Não estamos com esta frase presumindo que as classes populares aderiam fielmente às orientações dos grupos políticos. Entendemos que nesta relação estão presentes elementos como o aliciamento, a negociação e a barganha. Entretanto, disputar os pobres através de ações caritativas era, de certa forma, favorável àqueles que possuíam uma rede beneficiária mais ampla, ou seja, aos grupos políticos hegemônicos.

uma rede mais antiga e abrangente de distribuição de recursos subtraiu muitos de seus possíveis votos.

Não podemos, no entanto, pensar que só o PSD possuía uma rede de benefícios e socorro às populações empobrecidas. A UDN também se organizava para cabalar votos para seus candidatos, construindo um sistema de auxílio aos pobres similar ao de seu adversário. Menciona-se em reportagens de *A Verdade* pessoas ligadas aos candidatos, não só do PSD, que, durante o período eleitoral, subiam os morros seduzindo eleitores com doações de alimentos. Em uma destas reportagens, relatam-se as ações de esposas de políticos nos morros em épocas de eleição: “tive o intuito, isso sim, de endereçar a crítica àquelas senhoras de políticos que dias antes das eleições percorrem os morros com saquinhos de farinha de 3ª qualidade, de feijão bichado e outras coisas, para enganar os humildes. Enderecei a pergunta a todas aquelas damas, sejam do PSD, PTB ou UDN que só lembram da existência do pobre quando as eleições estão às portas.”¹²⁵

O trecho relatado acima pelo jornalista Manoel de Menezes revelam aspectos ausentes no estudo de Maria Victória Benevides sobre a UDN e o chamado “udenismo”. De acordo com a autora, a União Democrática Nacional caracterizou-se por ser um partido ligado às elites, proprietários de terra ou grandes industriais, mas que construía uma auto-imagem de partido ligado às classes médias. Nessa auto-imagem, enfatizava-se, principalmente, o caráter moral do partido muitas vezes definido pelas expressões “o partido dos homens de bem”, “o partido da ordem” e “o glorioso pedaço de chão limpo da pátria”. Sendo assim, esse “moralismo” udenista procurava se opor ao getulismo e às práticas clientelistas por ele utilizadas. Benevides afirma:

O moralismo – marca registrada do partido, interna e externamente – corresponde, por um lado, ao ascetismo tático no combate à corrupção (via indireta do ataque ao getulismo) e, por outro, ao compromisso com a moralização desejada pelas classes médias, que a UDN pretendia representar. Corresponde, igualmente, à ótica udenista derivada de sua auto-imagem da “pureza dos princípios”, inspiradora da idéia de que “o poder corrompe”.¹²⁶

Segundo Benevides, portanto, a UDN trazia consigo princípios, como o liberalismo, o elitismo e o bacharelismo, os quais a definia enquanto partido que não estabelecia concessões ou doações junto às classes populares almejando dividendos

¹²⁵ MENEZES, Manoel de. Vai acabar a fome. *A Verdade*. Florianópolis, 26 out. 1956.

¹²⁶ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 149.

eleitorais. De acordo a autora, as “práticas populistas” eram marcas do regime de Getúlio Vargas, do qual a UDN era fiel opositora. Benevides, ainda, coloca o moralismo udenista como símbolo do partido, com intuito de mobilizar a classe média e os bacharéis com o discurso da retidão pública e política. Segundo ela, mesmo a campanha de Jânio Quadros, caracterizada como “populista”, estava cercada do aspecto de insatisfação moral e que, portanto, caberia ao candidato limpar a promiscuidade da vida política brasileira, era a célebre “campanha da vassoura”.

O estudo de Maria Victória Benevides contrasta com as evidências encontradas em Florianópolis. É verdade que a autora salienta a existências de diversas UDNs em todo o Brasil, com práticas políticas distintas umas das outras. Todavia, o caso florianopolitano, ao que tudo indica, demonstra uma disputa pelos pobres encabeçada pelos dois maiores partidos do estado, UDN e PSD. Isto é, apesar da afinidade com intelectuais e as classes médias, os quais repudiavam as ações caritativas em troca de voto, a União Democrática Nacional, assim como os outros partidos, participou da luta política pelos votos das classes populares. Ao lançar mão de artifícios muitas vezes contestados nos discursos em âmbito nacional, a UDN construiu, na capital de Santa Catarina, uma rede assistencial que garantia sua inserção entre os pobres da cidade.

Todavia, como se pôde perceber, a campanha não se dava apenas às vésperas da eleição. Durante todo ano havia campanhas de arrecadação de recursos promovidas pelos diversos órgãos assistenciais da cidade que, por sua vez, eram, em sua maioria, vinculados a algum partido político. A diferença, portanto, entre o ardil utilizado por Manoel de Menezes daqueles usados por políticos dos grandes partidos estava na abrangência da rede assistencial. Tanto PSD quanto UDN possuíam cabos eleitorais e correligionários na maioria das associações e irmandades religiosas, garantindo a extensão e capilaridade das ações assistenciais. Assim, os políticos dos grandes partidos, neste contexto, não precisavam subir os morros, visto que contavam com cabos eleitorais e organizações que lhes captavam votos.

Podemos perceber, portanto, que o assistencialismo existente na Florianópolis dos anos 1950 constituía-se a partir da associação entre interesses do poder público, religiosos e eleitorais. Dessa forma, a amplitude das redes beneficiárias e a quantidade de campanhas de socorro aos pobres nos oferecem uma noção, apesar dos discursos modernizadores, de como a cidade era pobre. As evidências aqui relatadas nos revelam como a política subia o morro, no entanto, não nos esclarece como os grupos populares atuavam neste cenário. As formas pelas quais operários da construção civil, lavadeiras,

desempregados elaboravam suas solidariedades, suas afinidades e divergências pessoais e, conseqüentemente, definiam seu voto. Se, por um lado temos a indicação de que esposas de políticos, organizações ligadas à Igreja, meios de comunicação e órgão públicos procuravam atingir o povo com medidas assistencialistas as quais, por sua vez, tinham interesses eleitorais, resta-nos descobrir as relações de fidelidade, barganha e negociação travadas entre estes atores.

No Morro da Caixa, por exemplo, houve um padre que celebrou missas naquela localidade entre 1954 e 1968. De acordo com a memória dos seus moradores, o sacerdote possuía uma postura de engajamento social e preocupação com a vida das pessoas do morro que o fez ser até hoje muito bem lembrado. Segundo o livro de memórias elaborado pelos moradores em 1992, as atividades desenvolvidas pelo padre “resgatavam o compromisso da Igreja com o povo e foram consideradas pela ditadura como uma ‘pequena célula comunista’.”¹²⁷

Esta afirmação, entretanto, não nos parece verossímil. Quais atividades o referido padre desenvolveu na localidade? Teria ele alguma relação com comunistas? Como, em uma localidade composta majoritariamente por trabalhadores da construção civil e lavadeiras, se estabeleceram as relações entre população e Igreja e sob quais formas estas relações se inserem na conjuntura mais ampla da cidade? Como as relações assistencialistas chegavam ao Morro da Caixa, através de quais sujeitos, e como os moradores atuavam frente às redes beneficiárias? Estas entre outras questões tentarão ser respondidas no capítulo seguinte.

¹²⁷ **Memórias.** Comunidade do Mont Serrat: Florianópolis, 1992. p. 27.

Capítulo 3: Morro da Caixa d'Água: política, religião e sociabilidades

Em 1992, a comunidade do Mont Serrat, antigamente chamada de Morro da Caixa d'Água, lança uma espécie de livrete intitulado “Memórias: a caminhada de gente que faz e conta a sua história”.¹²⁸ Nesta obra, organizada pelas principais lideranças do morro, procurava-se, através das lembranças dos moradores, reconstruir a história daquela localidade. O livrete foi elaborado em um momento no qual a comunidade passava por um processo de reorganização social, inspirado pelos movimentos sociais dos anos 1980.¹²⁹

A partir do final dos anos 1970, um grupo de moradores do Mont Serrat começa a contestar antigas lideranças e reivindicar uma outra forma de ação social. Este novo grupo, então, em meados dos anos 1980, passa a controlar Conselho Comunitário e, junto com o padre local, desenvolver uma série de ações visando amenizar as dificuldades financeiras e materiais dos moradores. Constrói-se uma padaria comunitária, fábrica de sabão, peixaria comunitária – em associação com os pescadores do norte da Ilha – e desenvolvem-se projetos de formação de crianças e jovens visando a inserção no mercado de trabalho.

Estes projetos coroam a bem sucedida articulação entre Igreja e movimentos sociais que nos anos 1980 fomentou as ações das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). No caso do Mont Serrat, a inserção de um padre com idéias inspiradas na teologia da libertação promoveu a interlocução entre o grupo que estava assumindo o Conselho Comunitário e as propostas de desconstrução do sistema capitalista a partir da ação do próprio “povo oprimido”, pregada pelos adeptos da ala chamada de “progressista” da Igreja¹³⁰. O espaço eclesiástico, então, a partir de 1983, data de

¹²⁸ O termo comunidade pode nos induzir a uma concepção errônea de consenso. Tomar uma determinada localidade como “comunidade” pode nos levar a romantizar o conjunto de relações sociais vividos por seus membros, camuflando tensões e fissuras internas. No entanto, a adoção deste termo por pessoas que habitam um espaço geográfico comum nos fornece indícios para investigar as formas pelas quais se constrói um suposto consenso e descobrir por entre as brechas deixadas os antagonismos e as contingências que perpassam o cotidiano de uma “comunidade”. Para uma análise sobre os usos e abusos do termo comunidade, ver: DUARTE, Adriano Luiz. Os sentidos de comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade cultural. *Trajeto*, Fortaleza, vol. 1, n° 2, 103-114, 2002.

¹²⁹ Mont Serrat é como passou a ser chamado o Morro da Caixa d'Água a partir do final dos anos 1980. Sendo assim, quando mencionarmos o período do padre Agostinho Staehelin usaremos o nome de Morro da Caixa d'Água, quando nos referirmos ao período do padre Wilson Groh usaremos Mont Serrat.

¹³⁰ A palavra “progressista” foi colocada entre aspas por entendermos que a utilização irrestrita de termos generalizantes pode camuflar comportamentos ambíguos, dando uma falsa impressão de homogeneidade de concepções entre os simpatizantes da teologia da libertação.

chegada do padre à localidade, tornou-se ponto de referência para a discussão dos problemas cotidianos, relacionando as mensagens do evangelho com os problemas sociais existentes.¹³¹

Aparentemente, o breve relato acima nada tem a ver com a Florianópolis dos anos 1950 e 1960 e, menos ainda, com o padre mencionado no final do capítulo anterior. Entretanto, não podemos deixar de considerar que as afirmações feitas sobre o padre – de que ele teria organizado uma célula comunista no morro, e que este seria o motivo por ele ter sido transferido da localidade – foram elaboradas em uma conjuntura histórica específica. Ora, o livrete produzido a partir da memória dos moradores do morro deve ser analisado enquanto parte de um conjunto de acontecimentos e como produto de um momento histórico peculiar. A memória não é, neste sentido, a expressão da consciência imediata, autêntica e fiel à experiência histórica. Trabalhar com lembranças implica a percepção de que elas são remodeladas e transformadas a partir dos acontecimentos presentes.¹³²

O que pretendemos dizer com isso? Buscamos não apenas contestar a afirmação elaborada pelos moradores da comunidade, mas também entendê-la. Primeiramente temos a lembrança da atuação de dois padres, o primeiro entre 1954 e 1968, chamado Agostinho Staehelin, e o segundo, morando no morro desde 1983, chamado Vilson Groh. A despeito de viverem em épocas distintas, ambos os religiosos são lembrados como tendo atuações muito parecidas. Agostinho teria sido impedido pela ditadura militar de celebrar no Morro da Caixa porque estaria formando uma célula comunista no morro. Vilson, por sua vez, celebrando em um período de efervescência dos movimentos sociais no Brasil e de aproximação destes com a Igreja, estaria “resgatando” o trabalho de seu antecessor em um momento de abertura política.

O livrete, desse modo, trata de afirmar a diferença na atuação dos padres que sucederam Agostinho e antecederam Vilson: “A partir deste afastamento, a continuidade das atividades da Igreja foram fragmentadas, pois os religiosos que sucederam Pe. Agostinho deram maior ênfase ao processo de sacramentalização

¹³¹ Para mais informações sobre a emergência da teologia da libertação na América Latina e de uma Igreja comprometida com a mudança social e crítica ao capitalismo, ver: LOWY, Michael. . **A Guerra dos Deuses**. Petrópolis: Vozes, 2000. Para saber mais sobre o processo organização social no Mont Serrat nos anos 1980 e 1990, ver o trabalho de conclusão de curso “O povo tomando posição: a participação do padre Vilson Groh na construção dos movimentos sociais da comunidade do Mont Serrat”, publicado em livro sob a seguinte referência: ARAUJO, Camilo Buss. **A sociedade sem exclusão do padre Vilson Groh: a construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat**. Florianópolis: Insular, 2004.

¹³² Para saber mais, ver: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

abandonando por completo a relação com o social”.¹³³ No registro de memórias da comunidade, portanto, os trabalhos dos sucessores de Agostinho são lembrados como ações eclesiais desvinculadas do social, até a chegada de Vilson e o estabelecimento de um novo grupo na direção do Conselho Comunitário, como podemos perceber na seguinte citação: “Ressurgindo a atividade comunitária, que a princípio foi incentivada por Pe. Agostinho, a comunidade retoma a participação e construção de sua organização criando o Conselho Comunitário em 1978”¹³⁴.

A retomada de um passado combativo e engajado socialmente parece incutir uma conotação política nas afirmações do livrete que pretende ser a “memória” da “comunidade”. Temos, no início dos anos 1980, um padre engajado, com uma postura de contestação tanto de um modelo tradicional de Igreja – restrito às questões do sacerdócio e vinculado às elites política e econômica – quanto das desigualdades promovidas pelo sistema capitalista. No morro, temos a emergência de novas lideranças, e a tentativa de serem reconhecidas neste papel, ao passo que antigas figuras notórias da comunidade eram colocadas de lado. Percebe-se, então, no caso das ações no Mont Serrat, dois movimentos: o primeiro que busca ocupar um espaço político na comunidade, procurando veicular suas ações enquanto novas, em oposição ao trabalho dos padres e das lideranças do passado recente do morro; e o segundo que pretende “resgatar” um passado distante, glorioso e combativo, no qual houvera um padre engajado e moradores organizados. O grupo que estava assumindo o controle das principais instituições locais procurou, neste segundo momento, reconstruir um passado que se assemelhasse à conjuntura social e política interna do presente, de modo a legitimar as ações desse novo grupo estabelecido.

O artifício utilizado pelos moradores que assumiam as rédeas das entidades localizadas no morro, no entanto, não era uma peculiaridade local. O sindicalismo surgido em fins dos anos 1970 procurou, de forma análoga, criticar os sindicatos do período populista estabelecendo uma fronteira em relação aos seus predecessores. De um lado, haveria o passado, o velho sindicalismo manipulado por grupos políticos representados por lideranças carismáticas, de outro estaria o novo, com lideranças de dentro da própria classe, mostrando que agora os operários estavam conscientes do lugar que ocupavam frente aos meios de produção. Nesse momento, passa-se a estudar o movimento operário na Primeira República, os anarquistas em particular, pensando-os

¹³³ **Memórias.** Comunidade do Mont Serrat: Florianópolis, 1992. p. 27.

¹³⁴ Id.

como portadores de concepções libertárias as quais o “novo” sindicalismo procurava “resgatar”. Jorge Ferreira, em coletânea que procura rever as abordagens tradicionais sobre o populismo, relembra as aproximações entre os movimentos operários da Primeira República e os “novos movimentos sociais” feitas pelos intelectuais dos anos 1980, contrapondo-os ao sindicalismo do período populista: “ambos, libertários no passado pré-1930 e operários do ABCD paulista pós-1978, surgiam como atores combativos, sem ilusões com as ‘ideologias dominantes’ e, sobretudo, imbuídos de práticas autonomistas.”¹³⁵

Da mesma forma que aconteceu no exemplo acima, a procura de um passado que legitimasse as ações do novo grupo que se afirmava também ocorreu no Mont Serrat dos anos 1980 e 1990. Era necessário procurar uma raiz mítica, contestadora, para balizar as ações do presente. O estabelecimento de um novo grupo no controle das ações sociais da comunidade, e a conseqüente suplantação de velhas lideranças, precisava de alguma história comum, algum acontecimento do passado que demarcasse as novas ações. A história de um padre comunista em meados dos anos 1950 e 1960 no morro, neste sentido, tem coerência se pensarmos a memória enquanto fenômeno social e a memória coletiva enquanto uma formalização legítima e significativa, mediada por ideologias, política, linguagens, senso comum e instituições. No entanto, do ponto de vista histórico, pensar o padre Agostinho Staehelin como comunista parece-nos inverossímil.

Neste caso, como nos alerta Portelli, o ato de recordar e narrar é também o de interpretar. A motivação em fazer um livrete com histórias da comunidade incide em expressar os significados das experiências vividas através de fatos. Desse modo, a subjetividade, ou o processo pelo qual os moradores constroem e atribuem significado às suas experiências, não se apresenta como uma interferência na objetividade factual do testemunho. Ao contrário, é justamente a subjetividade que, caso devidamente analisada, nos oferece uma compreensão das tramas em jogo. Segundo Portelli, o historiador não deve considerar as interpretações como algo patogênico, cujo tratamento consistiria na separação entre os fatos relatados e as suas explicações, fornecidas pelo entrevistado. Sobre a questão da subjetividade nas análises históricas, ele afirma: “nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la, mas (sobretudo quando constitui o argumento e a

¹³⁵ FERREIRA, Jorge. Introdução. In: FERREIRA, Jorge. Op. cit. p. 11.

própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la.”¹³⁶

Segundo Portelli, a análise sobre o processo de construção da memória deve levar em consideração a subjetividade, afinal, um testemunho ou uma história como a do padre comunista no morro pode não ter acontecido verdadeiramente, mas está, seja diante de um gravador ou no livrete, contado de modo verdadeiro. Assim, o ato interpretativo, ou seja, os significados que a comunidade do Mont Serrat¹³⁷ deu às ações do padre Agostinho entre 1954 e 1968, quer sejam verdadeiros ou equivocados, constituem o ato fundamental da narrativa a ser analisado.¹³⁸ Cabe-nos, portanto, verificar as informações do livrete e tentar entender o papel do padre Agostinho Staehelin no morro nos anos 1950 e 1960.

3.1 Igreja, comunismo e anticomunismo

Vimos no segundo capítulo que a emergência de um novo paradigma social após a Segunda Guerra Mundial afetou também a Igreja Católica. O empenho religioso na revisão das estruturas sociais propunha uma ação organizada de toda a sociedade, de modo a assegurar, concomitantemente, o nível do sistema produtivo e o bem-estar da população. Verifica-se, neste momento, a marcha da Igreja em direção ao povo através do engajamento social, a fim de dissolver disparidades e antagonismos desintegradores que pusessem em xeque seu projeto de desenvolvimento da nação.

Neste sentido, as ações da Igreja Católica procuravam se localizar no meio termo entre o capitalismo liberal e o comunismo. Em outras palavras, a movimentação da Igreja em direção aos pobres pretendia oferecer uma alternativa ao capitalismo sem que fosse necessária a mudança estrutural no sistema produtivo, defendida pelos partidários do regime soviético. Propunha-se, então, uma nova ética, baseada nos princípios cristãos da solidariedade, do equilíbrio econômico entre os povos e da ajuda mútua. O engajamento social católico e o direcionamento de suas ações para a periferia, através de movimentos laicos (com alguns clérigos) ativos entre a juventude estudantil e nas

¹³⁶ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, dez. 1996. p. 63, 64.

¹³⁷ Cabe lembrar que ao mencionarmos a comunidade como um todo estamos cientes de que o livro de memórias foi construído apenas por uma parcela de seus habitantes e que nem todos se sentem representados por aquelas lembranças.

¹³⁸ PORTELLI, Alessandro. Op. cit. p. 68.

comunidades mais pobres, serviam às propostas reformistas da Igreja. Em suma, os movimentos religiosos, que no final dos anos 1960 irão engendrar a radicalização da cultura católica latino-americana, foram propostos, inicialmente, com intuito de dissolver desavenças, procurando a humanização do sistema econômico vigente.

De acordo com Lowy, a formação do chamado cristianismo da libertação na América Latina não começou de cima para baixo, nem de baixo para cima, mas da periferia para o centro, ou seja, do engajamento social e da reinterpretação de leigos e clérigos sobre o evangelho a partir de sua experiência. “Movimentos católicos laicos, tais como a Juventude Universitária Católica, a Juventude Operária Católica e a Ação Católica, ou os movimentos populares educacionais (Brasil), comitês para a promoção da reforma agrária (Nicarágua), federações de camponeses cristãos (El Salvador) e, acima de tudo, as comunidades de base, eram, no início dos anos 60, a arena social na qual os cristãos se comprometeram ativamente com as lutas populares, reinterpretaram o Evangelho à luz de sua prática e, em alguns casos, foram atraídos pelo marxismo.”¹³⁹ Portanto, aquilo que fora pensado como um amenizador de conflitos transformou-se, a partir da ressignificação das diretrizes eclesiais, no âmbito da práxis, em movimentos contestadores do sistema econômico e simpáticos ao marxismo. Todavia, a despeito dos desdobramentos que esta marcha em direção aos pobres irá provocar, é importante frisar que, inicialmente, as propostas de engajamento buscavam solucionar os problemas sociais, colocando a Igreja como condutora rumo a um capitalismo mais humanitário. Verifica-se, portanto, que o projeto da Igreja para a sociedade pautava-se em ações cujos resultados não foram aqueles previamente idealizados. Ao incentivar a inserção de religiosos nas periferias, pretendia-se dirimir insurgências colocando a ética católica como motor do bem-estar social – proposta diferente daquela elaborada pela teologia da libertação no final dos anos 1960 e nos anos 1970. Percebe-se, pois, que havia na Igreja, ao incentivar a marcha em direção aos excluídos, o intuito de “adequar os regimes políticos aos interesses da ética cristã e de realizar uma reforma social a partir da redefinição das condutas e da correção dos sujeitos envolvidos na produção da existência material.”¹⁴⁰

Em Florianópolis, estudantes da Faculdade de Serviço Social, muitos deles ligados à Igreja Católica, se inseriram nos bairros e comunidades de periferia nos anos 1950 e 1960, procurando realizar trabalhos de promoção social junto às populações

¹³⁹ LOWY, Michael. op. cit. p. 71.

¹⁴⁰ SOUZA, Rogério Luiz. op. cit. 2001. p. 28.

menos favorecidas. Dentre suas concepções, verifica-se o apelo à solidariedade humana como forma de acabar com as desigualdades existentes. Neste sentido, a religião católica apresentava-se como uma espécie de terceira via pela qual se poderia caminhar distante tanto do comunismo soviético quanto da avidez do capitalismo liberal, rumo ao desenvolvimento econômico e à prosperidade social.

Esta perspectiva é demonstrada pela estudante Leonia Capaverde em seu Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social defendido em 1962. Em seu trabalho, a autora expressa a necessidade de um pacto social para a diminuição da pobreza criticando a falta de consciência “daqueles que tudo possuem”. Segundo ela, “a mensagem cristã através do mandamento do amor é eminentemente civilizadora, apresentando-se como uma resposta ao egoísmo reinante, que está destruindo as civilizações. Se os povos que se proclamam cristãos pusessem em prática essa mensagem, o mundo inteiro seria transformado”.¹⁴¹

Segundo a estudante, os problemas da sociedade seriam superados a partir do apelo à solidariedade humana, cujos pilares deveriam ser erigidos pela ética e moral cristãs. Nesta perspectiva, a relação entre Igreja e Serviço Social era fundamental para a construção de uma sociedade sem conflitos, na qual as mudanças estruturais previstas pelo comunismo estariam descartadas, assim como o contraste entre riqueza e miséria inerentes ao sistema capitalista seria camuflado.

Na prática, estudantes de Serviço Social procuraram, deliberadamente, atuar na periferia de Florianópolis no final dos anos 1950 e nos anos 1960, de forma a estabelecer um plano piloto o qual obedecesse aos princípios do Serviço Social e, ao mesmo tempo, seguisse as diretrizes da Doutrina Social da Igreja. Estas ações eram, geralmente, desenvolvidas em comunidades paroquiais onde as estudantes se inseriam e interagem, a partir da Igreja, com os moradores da localidade. Dessa forma, associavam-se ações visando o bem-estar material e influência religiosa sem, no entanto, fazer menção a mudanças estruturais na sociedade ou qualquer alusão ao comunismo. Segundo a estudante Zulamar Maria de Bittencourt e Castro, graduada em Serviço Social em 1963, o objetivo do plano elaborado era “fazer da Paróquia uma Comunidade de fé, Caridade e Bem-Estar, aliando a promoção do desenvolvimento espiritual dos paroquianos ao desenvolvimento sócio-econômico da Comunidade para

¹⁴¹ CAPAVERDE, Leonia. **Uma experiência de desenvolvimento e organização de comunidade numa paróquia**. Florianópolis, 1962. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Introdução (sem numeração de página).

satisfação das necessidades materiais, educacionais, sociais e culturais de seus membros”¹⁴².

Através da análise de alguns trabalhos desenvolvidos por estudantes do curso de Serviço Social, pôde-se perceber como as orientações da Igreja foram incorporadas e colocadas em prática na Florianópolis dos anos 1950 e 1960. O principal objetivo, nestes casos, era a busca de uma “comunidade cristã”, isto é, a união das pessoas pela ética religiosa. Dessa forma, os trabalhos das graduandas em Serviço Social pesquisados tinham como ponto de partida a paróquia, a identificação de seus problemas para, em seguida, elaborar, junto com a comunidade, meios para se solucionar as adversidades. Entre as funções das estagiárias estava o trabalho junto aos moradores, estudando conjuntamente os problemas e recursos da localidade. Em seguida, desenvolver-se-iam planos de trabalho na busca da resolução das dificuldades que atravancavam “o progresso do bairro”, procurando incentivar a organização dos moradores e a criação de conselhos e núcleos de desenvolvimento na própria comunidade. A paróquia tornar-se-ia, nesta perspectiva, o centro irradiador do qual emanariam ações junto às populações mais necessitadas.¹⁴³

Desse modo, os relatórios pesquisados são materiais que podem fornecer ao historiador importantes descrições das condições de vida das populações empobrecidas da cidade, bem como nos indicar os procedimentos adotados pelos religiosos, fornecendo-nos elementos para que possamos entender melhor as ações do padre “comunista” Agostinho Staehelin. Assim, poder-se-ão comparar as diversas ações encabeçadas pela Igreja, observando semelhanças, diferenças e suas relações com as propostas advindas da hierarquia católica.

¹⁴² CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e. **O Serviço Social em uma comunidade paroquial**. Florianópolis, 1963. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Conclusões (sem numeração de página).

¹⁴³ MARTINS, Valda Maria. **O processo de desenvolvimento e organização de comunidade na promoção do bem-estar social**. Florianópolis, 1966. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. p. 150.

Esta espécie de afinidade eletiva¹⁴⁴ que se estabelece entre catolicismo e Serviço Social é sinalizada a partir do direcionamento da Igreja para as questões sociais. Neste caso, os dois se complementariam, a religião – que cuidaria das “necessidades espirituais da criatura humana, abrindo-lhe as fontes da graça” – e as obras das assistentes sociais – as quais auxiliariam o trabalho espiritual “ajudando a vencer os obstáculos naturais à recepção da graça”. Desse modo, as ações sociais, quando promovidas por pessoas ligadas à instituição religiosa eram, como afirma a estudante Leonia Capaverde, realizadas sob a orientação do pároco local.¹⁴⁵ Presume-se, por conseguinte, que ao abordarmos as ações promovidas pelo Serviço Social nas paróquias católicas devemos considerá-las enquanto medidas arbitradas pela doutrina social da Igreja e pelo projeto de engajamento social cristão. Isso não quer dizer que não possam haver práticas destoantes, entretanto, a existência de um coordenador eclesial para as ações sociais nas paróquias indicam a provável aproximação entre o projeto católico e a prática de assistência aos pobres.

Esse impulso de religiosos aos morros e comunidades empobrecidas de Florianópolis nos anos 1950 e 1960 conjugam com os ideais promulgados pelos discursos de Pio XII e pela busca do solidarismo cristão.¹⁴⁶ Todavia, em momento algum menciona-se a aproximação entre engajamento social cristão e os preceitos do comunismo. Ao contrário, a bibliografia consultada e a análise dos trabalhos desenvolvidos por estes religiosos sugerem que a marcha da Igreja em direção aos pobres se dá com intuito de desarticular as ações dos comunistas em comunidades empobrecidas e apresentar-se como um projeto alternativo de sociedade, pautado numa estrutura capitalista, mas com viés humanitário. Os indícios, pois, não nos levam a crer que, como as memórias do morro afirmam, o padre Agostinho Staehelin estaria

¹⁴⁴ O conceito de afinidade eletiva é trabalhado por Max Weber ao defender uma espécie de “antipatia cultural” entre catolicismo e capitalismo. Segundo ele, a doutrina católica partiria do pessoal, de um ser humano para outro, enquanto o capitalismo implicaria relações racionais, comerciais, impessoais, não abrindo espaço para uma inclinação caritativa. Portanto, afinidade eletiva seria, a seu ver, quando duas estruturas culturais distintas, a partir de certas bases, analogias, afinidades, entram – dependendo das circunstâncias históricas – em um relacionamento de atração, de seleção mútua. Evidentemente, somente um estudo detalhado poderia estabelecer a extensão e os limites dessa aproximação entre Igreja e Serviço Social, porém cabe-nos indicar a aproximação entre estas duas organizações. Para uma análise sobre o conceito de afinidade eletiva entre protestantismo e capitalismo ver: WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Para uma interpretação deste conceito na relação entre a teologia da libertação latino-americana e o marxismo, ver: LOWY, Michael. **A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁴⁵ CAPAVERDE, Leonia. Op. Cit. p. 5, 6.

¹⁴⁶ Segundo Pio XII: “o bem-estar material deve ser consequência de sincera colaboração de todos no bem geral e deve servir de apoio a valores mais altos, os da cultura e, acima de tudo, a união indefectível das almas e dos corações.” Discurso de Pio XII à Organização Internacional do Trabalho. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 15, fasc. 02, junho de 1955, p. 464. Apud: SOUZA, Rogério Luiz de. Op. Cit. p. 83.

implantando uma célula comunista no Morro da Caixa d'Água. Contudo, uma análise de sua trajetória de vida pode nos elucidar melhor estas questões.

Nascido em setembro de 1924, na localidade de São Pedro de Alcântara, à época pertencente ao município de São José (próximo à capital do estado), Agostinho Staehelin é o oitavo filho dos dezesseis que seus pais, João Staehelin e Cecília Schappo Staehelin, tiveram. Desde pequeno, Agostinho ajudava o padre da localidade como coroinha, no entanto, em decorrência das dificuldades financeiras de sua família, seu desejo de se tornar padre parecia pouco factível. Foi quando aos catorze anos, após uma conversa entre o padre local e seu pai, Agostinho é encaminhado para o seminário de Azambuja, localizado na cidade de Brusque - SC, onde poderia receber a formação necessária para ingressar na vida eclesiástica.

Durante os anos de 1938 a 1944, Agostinho Staehelin estudou no seminário em Brusque partindo, dois anos mais tarde, para a complementação da sua formação em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, e, finalmente, ordenando-se padre no ano de 1952. Entre as funções acumuladas ao longo de seus 15 anos de formação estão as de leitor, ostiário, exorcista e acólito, em São Pedro de Alcântara, as de subdiaconato e diaconato, em Azambuja-Brusque, e a de presbítero em Florianópolis.¹⁴⁷ No final de 1952, Agostinho vem para a capital do estado auxiliar nas atribuições do padre Francisco Bianchini, fixando residência na Catedral Metropolitana. Em janeiro de 1953 é nomeado coadjutor da paróquia Nossa Senhora do Desterro – Catedral – e, então, inicia-se o contato com o Morro da Caixa d'Água, o qual perduraria até 1968, quando o clérigo será nomeado pároco da Paróquia de São João Batista, em Itajaí. Mas qual seria o interesse de Agostinho Staehelin no Morro da Caixa? Quais seriam as razões de sua inserção em direção àquelas pessoas?

Como já mencionado, existia, em nível nacional e também na cidade de Florianópolis, um discurso que buscava a modernização e o desenvolvimento enquanto, concomitantemente, a Igreja tentava assumir a liderança de um projeto no qual os pobres seriam vistos como alvos de intervenções a fim de realizar o bem-estar social.¹⁴⁸ Neste sentido, o contraste social precisava ser diluído, ou ao menos camuflado, porém a proximidade geográfica da catedral metropolitana proporcionava o encontro entre os

¹⁴⁷ Estas informações foram extraídas da seguinte fonte: CÚRIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. **Curriculum Vitae do Monsenhor Agostinho Staehelin**. Florianópolis, 1998. Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis.

¹⁴⁸ As ações da Igreja Católica não se restringiam à caridade, havia intervenções no campo educacional, na formação para o trabalho, ética comportamental, códigos familiares e higiênicos.

moradores pobres do morro e as famílias mais abastadas da cidade durante as missas dominicais. Se os pobres deveriam ser os receptores das ações assistenciais, isso não significava que a coexistência de classes nas missas matinais de domingo na catedral não provocasse ojeriza entre os frequentadores com um poder aquisitivo maior. A presença de fiéis, em um mesmo espaço, com aparências físicas – brancos e negros – e condições sociais – ricos e pobres – tão diferentes, estampava uma realidade em desarmonia com os projetos futurísticos alardeados pelos interessados na especulação imobiliária, e inconveniente aos distintos cavalheiros e damas que se dirigiam todos os domingos ao espaço de celebração.

Para sanar este constrangimento, incumbiu-se o mais novo coadjutor da paróquia a subir o morro e celebrar, nas tardes de domingo, a missa para os moradores da localidade. Desse modo, a ação atendia a um duplo interesse: a inserção social de religiosos na periferia, propagada pela Igreja, e o afastamento dessa mesma periferia do espaço público de culto das pessoas abastadas da cidade e do próprio trânsito das ruas e praças do centro. Segundo Agostinho Staehelin, seu trabalho social se originou deste movimento: “Eu comecei a celebrar todo domingo à tarde. Porque achei que era uma comunidade que precisava, era pobre, não tinha condições de se misturar com o povo mais rico, que vinha na catedral. Eu me identifiquei a isso e comecei a fazer trabalhos sociais com eles.”¹⁴⁹

A partir do suposto desconforto provocado pela ocupação do espaço católico destinado aos membros mais seletos da cidade, é que se dará a inserção daquele que atualmente é lembrado como o padre comprometido com os problemas sociais do Morro da Caixa, “comunista”. A ida de Agostinho em direção às populações empobrecidas, nesse caso, não indica um rompimento com a hierarquia católica e com uma concepção “conservadora” ou “reformista” de Igreja, como a expressão “padre comunista” parece sugerir. Ao contrário, sinaliza uma obediência aos desígnios da hierarquia que, para evitar constrangimentos por parte de figuras notórias da cidade, encaminha seu mais novo coadjutor para celebrar na igreja de uma das localidades empobrecidas próximas à catedral. A medida, portanto, pretendia separar classes e garantir a exclusividade da “elite florianopolitana” na ocupação do principal espaço sacramental da cidade, “preservando-os” do contato com moradores do morro, de aparência e poder econômico diferente. Ademais, esta ação corrobora com os ideais de

¹⁴⁹ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araujo no dia 25 de maio de 2005.

engajamento social cristão promulgados pela Igreja, no qual clérigos adentram às periferias visando minorar as dificuldades dos pobres e reduzir o risco de conflito social. Evitar contrastes, esvaziar conflitos, reforçar a utopia de uma modernidade capitalista sem exclusão são, entretanto, apenas alguns elementos que nos instigam a tentar entender as práticas sacerdotais do padre mais lembrado da história do Morro da Caixa d'Água.

Do ponto de vista jurídico, a pequena igreja do morro na qual Agostinho passará a celebrar missas dominicais é considerada uma capela, ligada à paróquia Nossa Senhora do Desterro – Catedral.¹⁵⁰ Isto significa que as ações desenvolvidas pelo sacerdote deveriam passar pelo crivo do pároco da época, Monsenhor Frederico Hobold. Evidentemente, este vínculo jurídico não significa necessariamente uma obediência prática. Todavia, Agostinho residiu na catedral durante todo o período de atuação no Morro da Caixa d'Água, próximo tanto do pároco como do arcebispo metropolitano. Sendo, portanto, pouco provável o desvirtuamento das orientações da hierarquia. Ainda assim, se o suposto posicionamento comunista do padre fosse exequível e ele estivesse realmente formando uma “célula bolchevique” no morro, dificilmente contaria com a condescendência de seus superiores, sendo provavelmente transferido ou tolhido de suas funções – o que não aconteceu até 1968, quando o padre deixará a função de coadjutor da paróquia Nossa Senhora do Desterro para ser pároco em Itajaí, ascendendo hierarquicamente na instituição. Além disso, as funções exercidas durante os anos em que residiu na capital do estado denotam a confiança dos superiores no seu trabalho. Durante os 15 anos como coadjutor, Agostinho foi assistente eclesiástico do Círculo Operário Católico, participou das reuniões da Juventude Operária Católica, bem como frequentou encontros de outras organizações operárias e sindicais do período. Ações estas respaldadas pela hierarquia católica, especialmente pelo arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, como afirma o próprio Agostinho ao ser perguntado se o seu trabalho eclesiástico teve o apoio da arquidiocese: “teve todo o apoio. Eles deixaram eu trabalhar porque era um trabalho diferente, que não tinha até então, um trabalho junto aos pobres.”¹⁵¹

¹⁵⁰ MATOS, Enio de Oliveira. **Arquidiocese de Florianópolis**: preservando sua história. Florianópolis: Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, 1996. p. 49.

¹⁵¹ Ao ser perguntado sobre sua relação com o arcebispo da época, Monsenhor Agostinho Staehelin assim respondeu: “No início foi com D. Joaquim, eu tinha muito boa relação, o D. Afonso foi em 1966. Com o D. Joaquim eu tinha muito boa relação”. Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araujo no dia 25 de maio de 2005.

Agostinho Staehelin é lembrado entre os moradores do Morro da Caixa principalmente por seu trabalho de incentivo à organização da localidade, pela forma como procurava ouvir e buscar soluções para os problemas materiais existentes. O padre, em mais de uma década de atuação, tornou-se uma espécie de referência para os moradores mais humildes e encampou obras como a horta comunitária, o mutirão para construção de casas e calçamento da rua, o incentivo à escola de samba e as festas religiosas daquele lugar. No entanto, a despeito do público muitas vezes não ser o mesmo, não se pode desvincular as ações sociais do clérigo em uma das áreas empobrecidas da cidade de sua atuação nos espaços de organização dos trabalhadores urbanos de Florianópolis. Isto porque tanto no espaço de moradia quanto nas associações operárias, a atuação do clérigo será mediada por suas concepções, por sua compreensão de Igreja e por seu posicionamento diante da conjuntura social e política da cidade.

Neste sentido, os indícios de uma postura voltada para o social, sua aproximação junto aos moradores do morro e sua atuação próxima às organizações operárias se alinham a uma Igreja que pretendia desarticular as propostas do comunismo. Ao criticar a avidez do capitalismo liberal e direcionar a intervenção direta de clérigos junto aos pobres, a Igreja procurava frear a expansão da ideologia comunista, afirmando valores como solidariedade, ética, igualdade, cooperação, bem-estar social enquanto valores cristãos. Assim, a instituição pretendia exercer papel proeminente na condução de uma sociedade capitalista assentada nos pressupostos católicos, como a reportagem de “A Gazeta” de 1957 indica:

... o papa pronunciou um discurso no qual expôs uma vez o ponto de vista da sobre a questão das relações empregadores e empregados. (...) Disse Pio XII que o trabalho deve fornecer a cada um o meio de cumprir com suas obrigações morais, pessoais, familiares e sociais. “Se o interesse dos empregadores é tratar seus empregados como homens – acrescentou – não deveriam contentar-se com considerações utilitárias: a produtividade não é um fim em si”¹⁵².

Podemos perceber, por enquanto, que a construção da memória de um “padre comunista” no Morro da Caixa parece ser mais fruto de uma conjuntura política local do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, onde as ações de Agostinho Staehelin são

¹⁵² Fonte: Pio XII: homens iguais perante Deus, também o devem ser em suas relações. **A Gazeta**. Florianópolis, 7 fev. 1956.

reinterpretadas e ressignificadas, do que produto da análise dos fatos históricos. Mas continuemos com a nossa análise.

O comunismo era visto, desde o fim da II Guerra Mundial e o período de redemocratização do país, como uma ameaça tanto pela Igreja quanto pelos grupos que contavam com o aliciamento das classes populares para fins políticos. Nas eleições de 1947, a primeira para os cargos de governador e deputado, o Partido Comunista do Brasil (PCB), sem candidato ao governo, conquistou para a Assembléia Legislativa 2.544 votos, 5,7% do eleitorado catarinense. Se observarmos apenas os números, tendemos a concluir que o PCB teve nesta eleição uma participação quase irrelevante. No entanto, o desempenho obtido em Florianópolis foi de 8,6%, ou 47% do total de votos na legenda em todo o estado. Estes dados mostram que se havia alguma cidade onde a ideologia vermelha poderia preocupar, esta era a capital do estado.¹⁵³

Em seu livro de memórias, Manoel Alves Ribeiro, conhecido como Mimo, uma liderança comunista da cidade neste período, destaca o engajamento de partidários do PCB em organizações operárias e em algumas áreas da capital. Segundo ele, havia um reduto comunista na cidade localizado no Morro do Céu, de onde partiram uma série de movimentos populares nos anos 1940, 1950 e 1960, como foi o caso do movimento pela paz na segunda metade da década de 1940. Lembra Mimo que após a II Guerra Mundial os Estados Unidos haviam saído fortalecidos e com o exército quase intacto. Dessa forma, um conflito entre as duas principais potências daquele momento, Estados Unidos e União Soviética, poderia sepultar o sonho de construção do socialismo. Sendo assim, a ameaça de um ataque americano motivou o grupo comunista do Morro do Céu a fazer um trabalho de recolhimento de assinaturas pela paz. De acordo com o militante do PCB, a Igreja naquele momento se colocou contra a iniciativa: “os capitalistas no governo, ligados à Igreja reacionária, benzedoura da espada e do canhão, desencadeou uma campanha, através da imprensa e do rádio, taxando de comunista a luta pela paz. Hoje, essa gente, que viu não surtir efeito sua campanha, virou pacifista”¹⁵⁴.

Ainda segundo as lembranças de Mimo, os comunistas saíram do Morro do Céu dando a volta pelos demais morros e bairros próximos, como Agrônômica, Centro, Trindade, Carvoeira e Saco dos Limões, recolhendo assinaturas. Muitas famílias, no entanto, não assinaram o manifesto pacifista, seguindo orientações do padre local. De

¹⁵³ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Resenha eleitoral**: nova série. Florianópolis: TRESA, 2001. p. 181; MARTINS, Celso. **Os comunas**: Álvaro Ventura e o PCB catarinense. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995. p. 179.

¹⁵⁴ RIBEIRO, Manoel Alves. **Caminho**. 2 ed. Florianópolis: Guarapuvu, 2001. p. 56.

acordo com o militante, muitas vezes ele e seus camaradas tiveram que entrar no mato devido a hostilidade de alguns, todavia, cerca de 80% dos moradores assinaram. A maior receptividade, contudo, se dava em residências de operários: “quando se tratava de residência de operário, era toda a família e toda a vizinhança. (...) Nós, lá no morro, não tivemos nenhum problema. Éramos todos operários, desde estivadores até barbeiros, garçons, tipógrafos, padeiros. Éramos, enfim, homens e mulheres de todas as profissões e a adesão à campanha era maciça”¹⁵⁵.

De acordo com os relatos do militante comunista, as influências dos partidários do PCB se davam principalmente entre as pessoas de baixa renda, entre os operários e moradores dos morros. Podemos perceber, desse modo, a ressonância dos discursos comunistas principalmente entre os trabalhadores florianopolitanos. Não parece ser coincidência que Agostinho Staehelin, em seus anos de trabalho na capital do estado, levará a Igreja a ocupar justamente estes espaços, das organizações operárias, através do Círculo Operário e da Juventude Operária Católica, e da moradia, através das celebrações e das ações sociais no Morro da Caixa. Entretanto, a postura de Agostinho de inserção no mundo das classes populares florianopolitanas não é uma ação isolada. Há indícios, nos anos 1950 e 1960, de outras ações de padres e religiosos que buscaram o engajamento social como forma de desarticular a influência comunista nas localidades empobrecidas. Em um destes trabalhos, desenvolvido na paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luís, uma estudante de Serviço Social ligada à Igreja Católica informa algumas ações assistenciais e a tentativa de se organizar uma comunidade empobrecida a partir do ambiente eclesial.

A paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luís localizava-se no bairro Pedra Grande, atual Agrônômica, próximo ao centro da cidade (2850 metros), apresentando, em 1962, uma população de 11.283 pessoas aproximadamente.¹⁵⁶ Entre as instituições existentes na área de abrangência da paróquia estão o Abrigo de Menores (gerenciado por padres católicos), três escolas estaduais (uma delas localizada no Morro do Céu), as faculdades de Serviço Social e Medicina, a Assistência Social São Luís (também administrada pela Igreja), a Sociedade dos Atiradores de Florianópolis e fábricas de sapatos e chinelos, móveis e encadernação, localizadas no Abrigo de Menores.

Dentre as áreas de atuação da paróquia, uma recebeu atenção especial de estudantes do Serviço Social: o Morro do Céu. De acordo com a avaliação dos

¹⁵⁵ Ibid. p. 57.

¹⁵⁶ Estas informações foram extraídas de: CAPAVERDE, Leonia. Op. Cit. p. 9-17.

problemas mais sentidos pelos moradores da localidade, constatou-se que faltava luz em certas casas e ruas, faltava rede de esgoto, havia desalinhamento das ruas e a necessidade de uma escola para atender as crianças do morro. A partir destas observações iniciais, as estudantes de Serviço Social começaram a fazer reuniões para tentar organizar e resolver os problemas daquelas pessoas. A organização material não se dava, contudo, sem a pregação religiosa.

Em 1960, organizaram-se novos centros de catecismo nos morros da cidade, entre eles o Morro do Céu, e visitas às casas para transmitir as idéias que embasavam o engajamento social cristão. “Foi uma forma de ir ao encontro das almas, de fazer apostolado em domicílio. Reunidos os convidados, havia uma meditação sobre a mensagem cristã”. De acordo com a estudante, as atividades eram “grandes e firmes passos para o advento de uma comunidade cristã, viva e operante, neste século de descristianização da sociedade.”¹⁵⁷

Este impulso da Igreja em desenvolver ações assistenciais no Morro do Céu talvez fique mais bem explicado se compararmos com os relatos sobre o morro feitos por Manoel Alves Ribeiro, o Mimo. De acordo com o militante comunista, a organização de base do PCB em Florianópolis situava-se naquela localidade. “Lá nunca houve lugar para fascistas e entreguistas”. Segundo Mimo, era deste morro que se irradiavam as campanhas dos comunistas em Florianópolis, como os abaixo-assinados em favor da paz. Ali seria o reduto da esquerda na cidade: “o Morro do Céu, no tempo da escravidão negra era um esconderijo dos escravos. Posteriormente, foi desbravado e povoado por operários, entre eles José Verzola, o seu Pepe que, com sua alta consciência de classe, herdada de seus pais na Itália, trouxe para ali a ideologia da classe operária, transformando-a na trincheira da liberdade.”¹⁵⁸

Devemos, obviamente, relativizar os relatos de Mimo. Afinal, as ações encabeçadas pela Igreja no morro evidenciam que aquela localidade não era formada apenas por comunistas. Todavia, a presença da “ideologia vermelha” no morro talvez seja a razão da especial dedicação das estudantes em desenvolver cursos de catecismo, celebrações do natal cristão e outras ações ligadas à Igreja. “Ir ao encontro das almas”, desenvolver o “apostolado em domicílio” que garantisse uma “comunidade cristã, viva e

¹⁵⁷ Ibid. p. 26, 27 (grifos da autora).

¹⁵⁸ RIBEIRO, Manoel Alves. Op. Cit. p. 57. Não se têm comprovações materiais sobre as origens dos moradores do Morro do Céu, sendo, portanto, difícil afirmar a veracidade das informações relatadas pelo autor. Entretanto, nosso interesse está no fato do Morro do Céu ser lembrado como uma “trincheira de liberdade” por um militante comunista, ao mesmo tempo em que se relatam trabalhos assistenciais liderados pela Igreja Católica na mesma localidade.

operante”, seria, portanto, uma possível solução para a preocupante “descristianização da sociedade”, descrita pelos religiosos e possivelmente observada cotidianamente nas ações dos comunistas no morro.

As preocupações com as iniciativas dos partidários do PCB, no entanto, não se restringiam à Igreja. Observa-se a declarada repulsa dos meios de comunicação e a iniciativa de conhecidos membros da sociedade catarinense em estabelecer uma “cruzada anticomunista” no estado, como a notícia do jornal *A Gazeta*, do dia 26 de janeiro de 1955 evidencia. A reportagem destaca o novo presidente da “Cruzada Anti Comunista” em Santa Catarina, Julybio Jupy Barreto, e seu principais apoiadores, o General Paulo Webe Vieira da Rosa e o Capitão Waldemar Cordeiro, “elementos reconhecidamente anti-comunistas (sic), que tendo aceito o convite, serão de grande valia para a Cruzada Anti Comunista em Santa Catarina, pois muito poderão auxiliar no combate à ideologia vermelha em nosso país.”¹⁵⁹

Em períodos eleitorais, o apoio do PCB para determinado candidato era inclusive utilizado pela imprensa adversária para desqualificar seu opositor. Nas eleições de 1955, o Comitê Regional Catarinense do Partido Comunista do Brasil, ao declarar apoio às candidaturas de Francisco Galotti e Miranda Ramos, da Aliança Social Trabalhista (PSD/PTB), para o plano estadual, foi alvejado pelo jornal ligado à “Frente Democrática”. *A Gazeta* informava que, após o comando nacional do PCB declarar apoio às candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart, o seu comitê estadual concentrou críticas ao presidenciável udenista, Juarez Távora, chamado de “general fascista” e “conhecido serviçal dos monopólios norte-americanos”. O apoio, pois, dos comunistas ao candidato pessedista se dava, segundo *A Gazeta*, pelo fato de que com Juarez na presidência “haverá paz e tranquilidade”, não havendo espaço então “para a exploração comunista”. A notícia termina concluindo a razão do apoio do PCB aos candidatos da coligação PSD/PTB, tanto no plano nacional quanto estadual:

Então porque o apoio vermelho às suas candidaturas? Puro pretexto que insulta a lógica e a razão. É que os bons candidatos, os que querem trabalhar honestamente pelo povo, nunca darão azo aos comunistas, para que prossigam em sua campanha negativa, perturbando a produção, fomentando greves, criando o tal clima de “miséria e desespero”. Por isso, os vermelhos escolhem sempre os maus candidatos, na esperança de que vençam e de que errem

¹⁵⁹ Cruzada anti-comunista. *A Gazeta*. Florianópolis, 26 jan. 1955.

clamorosamente, incitando a intranqüilidade e a revolta. E então haverá para eles bastante “material de propaganda”.¹⁶⁰

Percebe-se, neste contexto, que havia um esforço, tanto da sociedade civil quanto dos grupos políticos, em desqualificar as ações comunistas e desestruturá-las, como as duas notícias acima comprovam. Não podemos pensar, portanto, que a influência das práticas dos “militantes vermelhos”, principalmente entre os grupos empobrecidos, era insignificante. Eles, os comunistas, adentravam em espaços, como bairros populares e organizações operárias, que a maioria dos políticos não freqüentava. Seus discursos, assim, ganhavam capilaridade e repercussão justamente entre o operariado – aqueles que, como muitos acreditavam, seriam os protagonistas do colapso da sociedade capitalista vigente. Desse modo, o projeto político e de engajamento social da Igreja, posto em prática no pós-guerra, procurará disputar os ambientes de sociabilidade onde os partidários do PCB têm mais influência.

A Igreja, neste caso, desempenha a função de ocupar os espaços de inserção dos comunistas entre as classes populares, apresentando-se como alternativa. Igreja e comunismo são, neste momento, forças antagônicas que disputam os pobres da cidade. Neste sentido, a ação do principal religioso da paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luís nos ajuda a entender como essas tensões se estabeleciam. Mimo relembra que o pároco local fazia um discurso que prejudicava a recepção das idéias pregadas por ele e seus camaradas, principalmente entre as famílias mais religiosas, como denota a seguinte afirmação sobre os abaixo-assinados feitos no morro: “De vez em quando esbarrávamos em casas de famílias muito ligadas à Igreja, que ameaçavam chamar a polícia, pois o padre da paróquia lhes havia dito que aquilo era comunismo, e quem assinasse seria excomungado”¹⁶¹.

Entretanto, nem os relatórios apresentados pelo Serviço Social indicam explicitamente a presença de comunistas no morro, nem as histórias do militante do PCB evidenciam o Morro do Céu como um campo de disputas entre religiosos e defensores do regime soviético. Segundo Mimo, aquela localidade era o reduto comunista da cidade, local onde a ideologia vermelha preponderava aparentemente sem conflitos. Não há, nestes casos, menção de trabalhos análogos sendo desenvolvidos concomitantemente naquela área. O cruzamento das informações, no entanto, nos evidencia que naquela região travava-se uma disputa pelos pobres, estabelecida entre

¹⁶⁰ Galotti e os comunistas. **A Gazeta**. Florianópolis, 01 out. 1955.

¹⁶¹ RIBEIRO, Manoel Alves. Op. Cit. p. 57.

comunistas e religiosos. Estes, procurando seguir as orientações institucionais e se inserir de forma mais enfática nas questões materiais da sociedade, inclusive no jogo político; aqueles, procurando expandir progressivamente sua influência, conquistando os espaços de sociabilidade dos trabalhadores – que seriam, em suas análises, os mais prejudicados com a ordem social vigente e, por conseguinte, com maior potencial revolucionário.

Ao analisarmos o trabalho das estudantes do Serviço Social realizado na paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luís observamos que ele se iniciou em uma entrevista com o pároco, o qual indicou nomes de “alguns líderes da comunidade” com os quais elas poderiam entrar em contato.¹⁶² Antes de continuarmos a descrição, cabe apenas destacar a orientação epistemológica do trabalho, desenvolvida por estas estudantes, no qual o encaminhamento da pesquisa bem como a seleção dos entrevistados são definidos pela autoridade religiosa. A partir deste primeiro contato e analisando as fichas familiares e a pesquisa médico-social realizadas nos anos 1959 e 1960, respectivamente, concluiu-se, inicialmente, que “faltava o pensamento de comunidade sobre os seus problemas”¹⁶³. Estas considerações preliminares nos incitam a fazer alguns apontamentos.

Primeiramente, os trabalhos das estudantes partem do pároco, isto é, tem na figura religiosa o seu referencial, e as entrevistas assim como o trabalho realizado se desdobram a partir de orientações preliminares dadas no ambiente eclesial. Podemos deduzir, notoriamente, a aproximação entre os trabalhos desenvolvidos e as idéias defendidas pelo clérigo. No entanto, este mesmo pároco é criticado por Manoel Alves Ribeiro, em passagem já mencionada neste trabalho, por ameaçar de excomunhão aqueles que se solidarizassem com as ações promovidas pelos comunistas do Morro do Céu. As influências dos religiosos, dessa forma, não se limitavam aos abaixo-assinados. Em outra passagem, é mencionada a interferência dos padres da paróquia no período eleitoral. Segundo Manoel Alves Ribeiro, faltando alguns dias para a eleição de 1958 o presidente do Tribunal Eleitoral suspendeu a ordem que impugnava sua candidatura para a câmara de vereadores. Contudo, conta ele que na seção do Abrigo de Menores, controlada por religiosos, devido às divergências existentes entre o PCB e a Igreja, a

¹⁶² Os trabalhos aos quais nos referimos são: CAPAVERDE, Leonia. Op. Cit. e CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e.

¹⁶³ CAPAVERDE, Leonia. Op. Cit. p. 77.

papeleta da impugnação fora mantida: “só lá no Abrigo de Menores, residência dos padres, é que se esqueceram de cumprir...”¹⁶⁴.

Podemos observar, neste caso, que a Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes e São Luís, e especialmente o Morro do Céu, não é tão homogênea quanto se descreve. O morro não parece ser nem um reduto comunista numa cidade de capitalistas, nem um ambiente cuja população empobrecida espera a intervenção de assistentes sociais imbuídos dos preceitos católicos. A iniciativa da Igreja de fazer um trabalho junto àquelas pessoas no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 amparava-se numa evidência: “faltava o pensamento de comunidade sobre os seus problemas”. Mas afinal, qual seria o pensamento de “comunidade” desejado que o morro não estaria conseguindo atingir?

Uma das preocupações mencionadas pela estudante Leônia Capaverde era a grande extensão territorial das paróquias, nas quais um pároco ficava responsável pela salvação de cerca de “quarenta mil almas”. Essa amplitude dificultava o controle do trabalho apostólico, sendo necessária, assim, a colaboração de leigos que garantissem a penetração da ética católica em lugares pouco explorados. Todavia, mais agudos do que o tamanho das paróquias eram os “graves problemas religiosos e sociais” encontrados nestas áreas. A autora não explicita quais seriam estes problemas, mas observando as tensões internas do Morro do Céu presumimos que a inserção de partidários do PCB entre os menos favorecidos pode ser um deles.

Neste sentido, a noção de comunidade projetada pela Igreja significaria uma ação conjunta de todos os moradores em busca de um bem comum – elaborado e proposto previamente através dos discursos da hierarquia católica. Desse modo, não poderia haver dissidências, todos os habitantes de determinada localidade deveriam se unir em torno do ideário cristão e, a partir dele, buscar soluções para seus dilemas materiais e espirituais. No Morro do Céu, lideranças ligadas à Igreja encamparam, através da associação religiosa local, trabalhos junto aos demais moradores. Fomentar o sentimento de “comunidade” significava desestabilizar os alicerces daqueles cujas obras destoassem dos projetos católicos, procurando camuflar divergências e silenciar oposições as quais, neste caso, pareciam estar bastante presentes no seu cotidiano.

O Morro do Céu, portanto, desvela-se como campo de conflito entre comunistas e religiosos, onde de um lado estaria uma célula organizacional do PCB na cidade e de

¹⁶⁴ RIBEIRO, Manoel Alves. Op. Cit. p. 106.

outro algumas lideranças apoiadas pela Igreja Católica. No caso das ações religiosas, elas partiriam da paróquia, reverberando no morro através da Associação do Senhor Bom Jesus, composta por algumas personalidades influentes da localidade, entre eles o dono do armazém local. Podemos perceber, conseqüentemente, que as tramas e tensões que envolvem a inserção de religiosos nas periferias vão além do mero assistencialismo e passam longe de um apostolado libertador e de esquerda, como o livrete de memórias escrito pelos moradores do Mont Serrat nos faz acreditar. As questões envolvendo a inserção de religiosos entre as populações empobrecidas, seja no espaço de moradia, seja no espaço de trabalho, são, sobretudo, políticas, donde se irradiam as relações sociais na cidade de Florianópolis.

Ciente das tensões envolvendo comunistas e religiosos nos anos 1950 e 1960, podemos, enfim, analisar com mais propriedade as atuações do padre Agostinho Staehelin. Se a cada nova informação que é trazida à tona a possibilidade de um padre comunista em Florianópolis celebrando entre pessoas empobrecidas torna-se mais inverossímil, resta-nos compreender afinal, como foi e quais interesses atendia o ministério sacerdotal do coadjutor da paróquia Nossa Senhora do Desterro-Catedral, padre Agostinho Staehelin?

Os dois coadjutores da paróquia com sede na Catedral, padre Agostinho Staehelin e padre Francisco Salles Biachini, atuavam em diferentes espaços da cidade, cada um com um público alvo específico. O primeiro atuava junto aos movimentos e organizações operárias da cidade, já o segundo cuidava das organizações estudantis. Dessa forma, Agostinho era o assistente eclesiástico do Círculo Operário, observava as ações da Juventude Operária Católica, enquanto o padre Biachini cuidava principalmente da Juventude Estudantil Católica e da Juventude Universitária Católica.¹⁶⁵ Sendo assim, para que possamos analisar com mais propriedade a inserção de Agostinho Staehelin junto aos moradores do Morro da Caixa, é mister compreendermos as formas de atuação do clérigo na coordenação das organizações ligadas aos operários da cidade, principalmente o Círculo Operário.

Desde o final da década de 1930, os ideólogos católicos, percebendo a impossibilidade da criação de sindicatos cristãos, planejaram a criação de círculos operários com o objetivo de garantir a realização do programa católico no campo

¹⁶⁵ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araújo, dia 25 de maio de 2005.

econômico-social, por parte do operariado.¹⁶⁶ Inspirado pela doutrina social da Igreja, cujas bases se fortalecem, como vimos, principalmente após a II Guerra Mundial, o movimento circulista pregava a harmonia entre classes e os acordos como principal meio de se solucionar eventuais divergências entre patrões e empregados. Ligados quase sempre à classe patronal, os círculos operários prestarão serviços assistenciais aos trabalhadores, como auxílio médico, jurídico e odontológico, procurando esvaziar o poder reivindicatório dos sindicatos.

Segundo Adriano Duarte, os círculos operários procuravam se estabelecer como principal espaço de reivindicação e busca de melhorias das condições do bairro. Nesse sentido, tanto o poder público quanto os donos de empresas apoiavam as ações encabeçadas por esta organização. “Quanto mais o círculo crescia, mais estreitos tornavam-se os seus laços com o poder público instituído, tanto pelas reivindicações de melhorias para o bairro, como pela constatação de que ele desempenhava um papel fundamental na organização político-social do local”. Ademais, o crescimento do movimento circulista objetivava enfraquecer a influência do PCB entre os trabalhadores, não sendo portanto incoerente sua estreita relação com o empresariado.

Desde sua fundação, o Círculo Operário Cristão de Vila Prudente contou com os recursos providos das duas maiores fábricas instaladas no bairro: a Fábrica de Louças da família Zappi e o Capeliffício da família Crespi. Em 1945, coincidindo com o crescimento da atuação do PCB, os irmãos Zappi doaram ao Círculo Operário uma área de 2.000 m² junto à fábrica; mais que isso, toda a assistência médica fornecida aos operários era prestada pelo círculo, o que forçava a associação dos funcionários. O que fica evidente é o estreitíssimo vínculo do círculo com as empresas locais, trocando serviços por recursos. Por isso, as suas atividades assistenciais cresceram rapidamente, fornecendo o caminho mais curto para se chegar aos trabalhadores do bairro.¹⁶⁷

¹⁶⁶ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. p. 208, 209.

¹⁶⁷ O autor ainda menciona a ligação entre círculos operários e empresas como forma de desarticular o comunismo: “O recurso aos Círculos Operários Cristãos como instrumento de contenção do movimento operário parece ter sido uma prática constante até 1964. Na Cia Siderúrgica Nacional, por exemplo, a direção da empresa, diante do crescimento do sindicalismo vinculado ao PCB, estimulou o desenvolvimento interno do círculo operário (aliás, um dos poucos círculos existentes dentro das fábricas)”. DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra**: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 136, 137, nota n° 71.

Paulo Fontes, ao estudar o bairro de São Miguel Paulista na cidade de São Paulo, verificou que a criação do Círculo Operário local, em 1946, foi uma reação à greve ocorrida na Nitro Química, principal empresa daquela área, e à ascensão da influência comunista entre os operários. Segundo Fontes, “o círculo contou com imenso apoio da diretoria da empresa, tornando-se paulatinamente, um verdadeiro apêndice do serviço social da companhia.”¹⁶⁸ Desse modo, o Círculo Operário de São Miguel pregava a paz no mundo do trabalho e o estabelecimento de relações harmoniosas entre empregados e patrões.

De acordo com a bibliografia consultada, portanto, os círculos operários aparecem como organizações ligadas à Igreja e diretamente vinculadas à classe patronal. A organização de atividades de lazer e educacionais, bem como assistência médica e odontológica atendia aos interesses tanto do poder público como da iniciativa privada que ambicionavam, assim, esvaziar os sindicatos e desarticular a influência comunista entre os trabalhadores. John French, ao estudar o Círculo Operário de Santo André, no ABC paulista, afirma: “Diferentemente dos sindicatos, o COSA (Círculo Operário de Santo André) não dava ênfase aos salários, condições de trabalho ou reclamações individuais dos operários, mas sim centrava suas atividades no oferecimento de serviços médicos, farmacêuticos e educacionais a seus membros.”¹⁶⁹

Em Florianópolis, as ações desenvolvidas pelo Círculo Operário, organizado pelo padre Agostinho Staehelin, eram similares às desenvolvidas em bairros e cidades paulistas. O Círculo Operário de Florianópolis localizava-se próximo onde atualmente se encontra o Instituto Estadual de Educação (centro da cidade, próximo às encostas dos morros) dispondo de alguns serviços assistenciais para seus filiados, principalmente assistência médica gratuita. De acordo com Agostinho Staehelin, nove estudantes do curso de Medicina ofereciam uma hora de atendimento gratuito, comandados pelo Dr. Homero de Miranda Gomes, que hoje dá o nome ao Hospital Regional de São José, na região metropolitana da capital do estado. “Eu consegui naquele tempo do Círculo Operário com que nove médicos trabalhassem de graça, comandados pelo Dr. Homero de Miranda Gomes (...) Eu convidei e ele me arrumou estudantes de Medicina que atendiam durante uma hora de graça os pobres do Círculo Operário, onde tinha principalmente gente do morro”.

¹⁶⁸ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. Op. Cit. p. 209.

¹⁶⁹ FRENCH, John. **O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950.** São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995. p. 84

O assistente eclesiástico do Círculo ainda afirma que o órgão possuía uma pequena farmácia, montada através de doações de médicos, e contava com o trabalho de uma secretária, designada pela Secretaria de Educação e Saúde, para auxiliar os profissionais que prestavam serviços à organização. “Eu arrumei uma funcionária da Secretaria de Educação e da Saúde que ficava lá ajudando o médico a fazer o atendimento. Ele ia receitando o remédio e nós tínhamos uma pequena farmácia com remédios que eu ia ganhando dos médicos para prestar assistência.”¹⁷⁰ Sendo assim, apesar de escassas, as evidências sobre o Círculo Operário de Florianópolis nos permite fazer alguns apontamentos sobre sua dinâmica e o trabalho de Agostinho Staehelin.

Se, ao final do primeiro capítulo, a pergunta que nos fazia refletir era como os políticos e suas ações assistencialistas chegam aos pobres de Florianópolis. Neste momento, observações sobre o trabalho do movimento circulista na cidade podem nos esclarecer alguns destes aspectos. Como foi visto nos capítulos anteriores, a capital de Santa Catarina não contava com um potencial industrial forte, e os planos para o futuro da cidade amparavam-se, principalmente, no seu suposto potencial turístico. Desse modo, o setor que empregava grande parte do operariado e que estava em ascensão naqueles anos de 1950 e 1960 era o da construção civil. Portanto, diferentemente dos círculos operários paulistas estudados pelos autores referenciados, onde as atividades operárias e sindicais se estabeleciam a partir de grandes indústrias, a dinâmica urbana da capital de Santa Catarina projetava um trabalhador desvinculado do chão da fábrica.

No entanto, o Círculo Operário de Florianópolis também prestava auxílio médico e contava com o apoio do poder público e da sociedade civil. Ora, a fala de Agostinho deixa explícita sua função de receptor e distribuidor de remédios oferecidos pela classe médica, bem como suas ligações políticas ao conseguir que uma funcionária pública fosse designada para trabalhar no Círculo. Ademais, sua proximidade geográfica com os morros onde moravam grande parte dos operários da cidade denota o intuito de seu organizador de prestar assistência aos pobres daquelas áreas. Agostinho, em entrevista não relaciona estas ações com uma possível desarticulação das ações dos comunistas, todavia, estas ações assistenciais não parecem estar separadas da proposta católica de oposição aos “militantes vermelhos”.

Ao confrontarmos os relatos de Agostinho Staehelin com o livro de memórias de Manoel Alves Ribeiro, conseguimos tirar algumas conclusões esclarecedoras. Segundo

¹⁷⁰ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araújo, dia 25 de maio de 2005.

Mimo, o sindicato dos trabalhadores da construção civil era, nos anos 1950 e 1960, o maior e mais revolucionário dos sindicatos da capital do estado.¹⁷¹ Segundo ele, a maioria dos operários militantes do PCB e a organização dos atos que diziam respeito aos trabalhadores partiam dali. O Círculo Operário de Florianópolis, nesse contexto, da mesma forma como o movimento circulista nos bairros paulistanos e nas cidades paulistas mencionados, surgiu com intuito de enfraquecer o sindicato da construção civil e a influência dos comunistas junto à classe trabalhadora.

A Igreja, que tinha um posição reacionária e anti-sindical, fundou uma sociedade paralela, chamada de Círculo Operário, com objetivo de esvaziar os sindicatos e dividir os trabalhadores, principalmente os da construção civil. (...) Essa associação não tinha só o patrocínio da Igreja, era ajudada pelo patrões, que lhes davam dinheiro, sede própria e todo o apoio. Os trabalhadores a ela filiados estavam de acordo com as reivindicações econômicas, desde que fossem conquistadas através de diálogos com os patrões, mas no sentido político eram fortes adversários dos sindicatos. Doutrinados pelos padres, muitos deles de tendência fascista, eram anticomunistas e, como para a burguesia exploradora e ignorante qualquer operário que não rezasse pela cartilha da classe dominante era tachado de comunista, ficava difícil a união com eles.¹⁷²

Podemos verificar, neste momento, que algumas facetas do padre Agostinho Staehelin desvelam-se, revelando não um padre comunista, mas, ao contrário, um clérigo designado para uma importante missão: desarticular os partidários do PCB e enfraquecê-los junto às camadas pobres da cidade. Isso não significa que o religioso tenha uma “tendência fascista”, como o relato apaixonado de Manoel Alves Ribeiro sugere. Contudo, as iniciativas por ele encabeçadas enquanto organizador do Círculo Operário nos dão uma dimensão das suas posturas no jogo de forças travado na cidade. Dessa forma, o Círculo Operário aparece, entre outras atribuições, como uma reação não só da Igreja, mas de empresários e políticos, a um operariado organizado que começava a querer utilizar o espaço sindical para reivindicar direitos.¹⁷³ Era necessário, portanto, esvaziar os conflitos de classe, desarticular os idealizadores deste discurso

¹⁷¹ Procurou-se os registros do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Florianópolis, no entanto, segundo informações dos atuais líderes sindicais, não há mais nenhum documento da época.

¹⁷² RIBEIRO, Manoel Alves. Op. Cit. p. 89.

¹⁷³ Cabe ressaltar que os Círculos Operários não tinham como objetivo fundamental a desarticulação do comunismo, o combate à “ideologia vermelha” fazia parte de uma nova ética católica que procurava se apresentar como alternativa tanto à avidez do capitalismo quanto às mudanças estruturais defendidas pelo comunismo. Esta ética, na qual estava incutido o projeto de bem-estar social católico, implicava diluir os conflitos entre classes, higienizar os espaços, mudar hábitos e doutriná-los para o trabalho como forma de ordenar o capitalismo liberal.

(comunistas) e incutir nos grupos populares a noção de que as mazelas sociais seriam resolvidas a partir de intervenções de uma elite política e econômica local.

As funções acumuladas por Agostinho Staehelin eram, nesse caso, de confiança do arcebispo metropolitano. Além de coordenar o Círculo Operário, participava também de diversas reuniões organizadas pelos sindicatos da cidade, nas quais, em muitas delas, havia a presença de comunistas. De acordo com as lembranças do clérigo, reuniões assim aconteciam no segundo andar de uma casa localizada na avenida Felipe Schmidt, no centro da cidade. Conta ele que conhecidos comunistas como Ferrão, Mimo, Batista participavam, assim como ele, destas reuniões: “...eles sabiam que eu era padre e eu sabia que eles eram comunistas. (...) eu participava desses movimentos quando eles se reuniam à noite, os sindicatos, eu sei até que os comunistas – aqueles que eram conhecidos como comunistas – quiseram me atacar na rua e não tiveram coragem, porque eu me dei muito com eles”¹⁷⁴.

Não nos resta dúvida de que Agostinho Staehelin era declaradamente anticomunista. Suas ações apostólicas, inclusive, parecem ter se regido pela inserção em espaços em que os militantes do PCB atuavam. Não é de se estranhar, pois, que muitos dos companheiros de Manoel Alves Ribeiro quisessem atacá-lo na rua, afinal, muitas das reuniões sindicais realizadas nos dias da semana à noite contavam com sua presença. Entretanto, se a sua agenda da semana era repleta de reuniões sindicais e usada para organizar o Círculo Operário, os finais de semana eram reservados para os trabalhos no Morro da Caixa d’Água. Quais trabalhos seriam estes? Como os moradores do morro reagiam a eles? A sua inserção nesta localidade estava também imbuída das idéias anticomunistas? A história a seguir talvez seja um bom início de resposta.

O PCB, declarado ilegal desde 1947, continuava, como pudemos ver, atuando em diversas cidades do país, inclusive na capital de Santa Catarina. Sua participação nas eleições, no entanto, dependia da filiação em outra legenda. No caso de Santa Catarina, os comunistas conseguiram se abrigar no Partido Social Progressista (PSP) e, nas eleições de 1954, elegeram Genésio Leocádio da Cunha como vereador. Nas eleições seguintes, o PCB definiu que era importante a manutenção daquela tribuna e indicou para candidato Manoel Alves Ribeiro. Segundo seus relatos, os padres católicos fizeram uma intensa campanha para descredenciá-lo, assim como o também candidato Nereu do Vale Pereira, do Partido Democrata Cristão (PDC). “...a reação contou com a

¹⁷⁴ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araújo, dia 25 de maio de 2005.

colaboração do também candidato Nereu do Vale Pereira, que com seu ato recebeu muitos votos dos padres.” De acordo com Mimo, “os púlpitos das Igrejas foram transformados em tribunas político-eleitorais; foram instalados alto-falantes nas portas das igrejas e por elas despejavam-se injúrias e calúnias contra o candidato comunista Manoel Alves Ribeiro, o Mimo, como eu era conhecido”.¹⁷⁵

Como os relatos anteriormente mencionados do militante comunista indicam, e como a reação articulada pelo padre Agostinho Staehelin no Círculo Operário e nas reuniões sindicais comprovam, a influência do PCB dava-se, sobretudo, entre as classes populares. Seria, então, nos morros que os candidatos comunistas arrebanhariam mais votos. Agostinho, que celebrava no Morro da Caixa, então, tratou de articular uma forma de evitar a proliferação de votos para o candidato comunista e, conseqüentemente, solapar a candidatura de Mimo. Nas suas próprias palavras: “O Mimo se apresentou como candidato a vereador, e ele tinha muita assistência naquele morro do Mont Serrat. O que foi que eu fiz? Eu chamei o Pedro Kincheski e o Nereu do Vale Pereira e falei: ‘Nereu, tu vais ser candidato a vereador. Meta-te nisso, nós vamos trabalhar por ti’. E eu fiz campanha pra ele e o Nereu ganhou estourado no morro, e o Mimo perdeu.”¹⁷⁶

Na realidade, Manoel Alves Ribeiro elegeu-se nesta eleição conquistando 354 votos, sendo o menos votado dos vereadores eleitos. Nereu do Vale Pereira, por sua vez, foi o vereador mais votado com 934 votos, quase o triplo dos votos do militante comunista.¹⁷⁷ O padre, dessa forma, aparece como influente personagem dentro das relações internas do morro. Ao articular a reação à candidatura comunista, Agostinho Staehelin menciona que chamou, além de Nereu do Vale Pereira, Pedro Kincheski, e o trabalho feito por eles entre os habitantes do morro cabalou os votos necessários para a eleição do candidato do PDC. Fica evidente, neste caso, a forte influência de Pedro Kincheski e Agostinho Staehelin junto aos moradores da localidade, entretanto, torna-se inviável uma análise específica utilizando somente estas informações. Somente uma análise das questões internas do Morro da Caixa d’Água, seu cotidiano e suas formas de

¹⁷⁵ RIBEIRO, Manoel Alves. Op. Cit. p. 105.

¹⁷⁶ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araújo, dia 25 de maio de 2005.

¹⁷⁷ Fonte: http://www.cmf.sc.gov.br/leg_4.htm. Site da Câmara Municipal de Florianópolis. Não foi encontrado no arquivo do TRE o mapa de apuração por seção eleitoral desta eleição. Todavia, alguns indícios que elencaremos no decorrer deste trabalho nos fazem crer que Nereu do Vale Pereira teve expressiva votação entre os moradores do Morro da Caixa.

sociabilidade poderão esclarecer como se tecem os relacionamentos entre seus moradores.

3.2 Cotidiano, lazer e trabalho no Morro da Caixa d'Água

A ocupação do Morro da Caixa d'Água é caracterizada pela existência de poucas grandes famílias. A maioria dos seus habitantes é originária da região do Alto Biguaçu, atual município de Antonio Carlos, e passa a fixar residência no morro principalmente nos anos 1950 e 1960. Entretanto, como foi visto no primeiro capítulo, os primeiros migrantes negros chegam ao morro no final da década de 1920. Estes, então, passam a construir suas moradias, trabalhar e se estabelecer no local. A partir do estabelecimento destes primeiros moradores é que os demais membros da família irão escolher o Morro da Caixa para residir, aumentando, assim, sua densidade populacional.

Esse processo de ocupação dos morros da cidade, em especial o Morro da Caixa, como mencionado anteriormente, está diretamente vinculado aos planos de modernização e urbanização da cidade de Florianópolis, impulsionados pelos projetos desenvolvimentistas a partir dos anos 1950. Nesse caso, as disputas travadas pelos grupos políticos em torno dos projetos para o futuro da cidade, a opção de modernização assentada numa suposta vocação turística da capital do estado e a expansão da construção civil refletem-se na dinâmica urbana e na adoção das medidas assistencialistas direcionadas às classes empobrecidas.

No entanto, para entendermos como estas medidas assistencialistas são interpretadas pelos moradores do morro e quais resultados geram, é necessário observar como se produz as relações de sociabilidade na localidade. Percebendo as ações cotidianas, os espaços de relacionamento, os vínculos e tensões entre seus moradores, poder-se-á, então, entender como as classes populares se inserem no jogo político e assistencial da capital de Santa Catarina.

Na Florianópolis dos anos 1950, cafés e bares eram os locais onde se conversavam sobre as mudanças na paisagem urbana e os cidadãos comuns debatiam a política local. Os estabelecimentos no entorno da Praça XV de Novembro eram os mais freqüentados. Bares como o Bar Rosa, Bar do Foguinho, Bar Miramar, Bar Príncipe – conhecido como “o mais popular e sempre agitado pelos debates políticos” e pela

movimentação em suas mesas onde “era acertada a aposta no jogo do bicho”¹⁷⁸ – faziam parte da diversão noturna dos habitantes da cidade.

Entre os programas preferidos também estavam o cinema. Sessão das moças ou bang-bang, nos cines Roxy ou Odeon (atualmente Teatro Álvaro de Carvalho), atraíam os jovens nos sábados à tarde. Os jovens dos morros, apesar das dificuldades materiais, também freqüentavam estes espaços, quando as condições financeiras permitiam. João Ferreira de Souza, morador do Morro da Caixa, lembra que, para conseguir uma renda extra e poder ir ao cinema, catava ferro, vidros e vendia para o Pantaleão. “Pantaleão era um grego que comprava ferro-velho, no centro da cidade”. Outras vezes, ia até o Largo da Carioca (atual Praça Pio XII, ao lado das Lojas Americanas), onde havia uma fonte de água, e carregava baldes para as senhoras que iam ali abastecer: “já existia a Caixa aqui mas não tinha pressão pra abastecer toda a cidade. (...) A gente ganhava um tostão pra carregar água”¹⁷⁹. Inventando seu cotidiano das mais variadas formas, os jovens do morro encontravam meios de acesso ao lazer. Todavia, não podemos pensar que as atividades lúdicas se limitavam aos espaços existentes no centro da cidade e destinados a um público com poder aquisitivo mais elevado. O Morro da Caixa d’Água vai estar permeado de ambientes de sociabilidade, nos quais seus moradores se encontravam e ali estabeleciam relações de amizade, solidariedade, assim como as tensões e os conflitos.

Grande parte da população do morro, como foi visto, é oriunda do Alto Biguaçu, sendo as famílias Cardoso e Veloso as mais numerosas. Ao chegarem na localidade, no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, estas famílias foram se estabelecendo na região do Pastinho, uma das áreas do morro. Ao passo que outros familiares se estabelecem, o Pastinho vai se constituindo como reduto dos Cardoso e Veloso, e muito das relações interpessoais ficará restrito a estas famílias. No primeiro capítulo, como vimos, João Ferreira de Souza utilizou o termo “turma do sangue-azul” para nomear os moradores do Pastinho os quais, na maioria das vezes, casavam entre si. Carlos Cardoso confirma este tipo de prática, afirmando: “Namorar? Eu vou ser claro e franco. O pessoal namorava com as mesmas meninas ali e os relacionamentos se davam por ali, casamento muitas vezes entre parentes. Se tinha pouco relacionamento com pessoas de outros espaços.” Maria de Lourdes da Costa Gonzaga, da família Veloso, corrobora com

¹⁷⁸ SANT’ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder**: novas sociabilidades urbanas em Florianópolis, de 1950 a 1970. Porto Alegre, 2005. 696 f. Tese (doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 132, 133.

¹⁷⁹ Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

esta opinião: “formavam um gueto. Era primo casando com primo, são todos parentes.”¹⁸⁰

Percebe-se, nesse caso, que a população do Morro da Caixa não é tão homogênea como se pensa. Ao olharmos superficialmente a história de ocupação do morro, tendemos a pensar que uma localidade habitada por poucas grandes famílias proporcionaria um ambiente de coletividade e sem conflitos. No entanto, os casamentos entre os membros das duas maiores famílias do morro estabeleciam uma separação entre eles e os demais moradores. Além disso, verificam-se também rixas entre as próprias famílias Cardoso e Veloso, como afirma um dos entrevistados: “meu pai também falava que eles eram mais bagunceiros. Naquela época se bebia muita cachaça, era uma coisa comum, e os Veloso eram os que mais bebiam, faziam confusão.”¹⁸¹

O dia-a-dia do morro, dessa forma, era permeado de rixas entre seus moradores, rusgas cotidianas estabelecidas nas experiências e sociabilidades por eles vivenciadas. O bar aparece, nesse contexto, como espaço de integração dos moradores do morro, mas também como lócus de conflitos entre seus freqüentadores, especialmente após a ingestão de bebidas alcoólicas. No caso do Morro da Caixa, o principal bar freqüentado pelos seus habitantes era o Bar do Tazo, de propriedade de Secondino Lemos, localizado no pé do morro, próximo à avenida Mauro Ramos. Ali era o ponto de encontro após o trabalho, onde os homens tomavam cachaça, faziam samba e conversavam durante toda a noite. Abelardo Blumemberg, conhecido como Aevú, um dos fundadores da escola de samba Embaixada Copa Lord com sede no Morro da Caixa, conta que, apesar de não ser morador da localidade, era freqüentador assíduo do bar do “seu Secondino”: “era praticamente a minha segunda moradia. Saía do trabalho, ia em casa, almoçava e depois ia lá para aquela área. Lá a gente trocava idéia, tocava samba, fofocava. (...) A gente ficava até meia-noite, uma hora, batendo papo furado, fazendo roda de samba, cantando.” João Ferreira de Souza também lembra como a mistura de samba e cachaça era apreciada pelos freqüentadores do bar: “O bar ficava lá, eles ficavam aqui, era o bar do Tazo, eles iam lá, pegavam uma garrafa de cachaça, botavam

¹⁸⁰ Entrevista com João Ferreira de Souza, concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, 28 de agosto de 2002; Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005; Entrevista com Maria de Lurdes da Costa Gonzaga concedida a Camilo Buss Araujo, em 21 de janeiro de 2005.

¹⁸¹ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

aqui, ficavam fazendo um som, quando acabava aquela garrafa um pagava outra, fazendo samba e tal.”¹⁸²

Os bares e botecos tomam-se, nesta perspectiva, catalisadores das relações sociais. Isto é, da mesma forma como o ambiente do bar fomenta a criação de solidariedades – onde se conversa sobre o trabalho, as pessoas, inspiradas pelos goles de cachaça ou cerveja, são mais afetivas umas com as outras, fortalecendo laços de amizade -, a vida boêmia do botequim também acirra conflitos – seja numa discussão sobre futebol, política, nas rivalidades entre escolas de samba, pagamento de dívidas ou qualquer outra querela que os freqüentadores destes espaços procuram resolver no momento mais inoportuno, quando estão já alcoolizados. Segundo Duarte, “beber juntos é expressão de camaradagem, coleguismo, funciona como uma espécie de conagração, aproximando e consolidando as solidariedades, atenuando as convenções sociais. Paradoxalmente, ao aproximar, potencializa o surgimento de tensões que, por vezes, desembocam num conflito violento.”¹⁸³

No caso do Morro da Caixa d'Água, fica claro que as conversas no Bar do Tazo aproximavam trabalhadores, nos jogos ou nas rodas de samba, mas também eclodiam conflitos e tensões, como as rixas entre Cardoso e Veloso contadas por um dos entrevistados. Entretanto, as solidariedades entre os moradores do morro não se expressavam somente no espaço do bar. As precárias condições materiais existentes, ausência de luz elétrica, água encanada, ruas sem calçamento, transformavam a vida em uma luta diária pela sobrevivência. Para vencer os obstáculos, uns ajudavam os outros, os já estabelecidos ajudavam a carregar a mudança daqueles que chegavam, havia mutirões para a construção de casas. É preciso, no entanto, ter cuidado para não romantizar estas relações. Como vimos, práticas de socorro e ajuda mútua não tornavam os conflitos inexistentes, mesmo porque, muitas vezes, pelo fato de já haver familiares morando no morro, o auxílio na mudança e o mutirão para construção da casa partiam da própria família.

De qualquer forma, a vida nos morros da capital não era fácil. No Morro da Caixa, as primeiras instalações elétricas aparecem em meados dos anos 1950, e, apesar

¹⁸² Entrevista com Abelardo Henrique Blumemberg concedida a Camilo Buss Araujo, em 12 de maio de 2005; Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

¹⁸³ DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusão**: Brasil 1937-1945. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 271. Sobre os botequins, Sidney Chalhoub, ao analisar o cotidiano operário no Rio de Janeiro do início do século XX, afirma: “era ali, nos papos da hora de descanso, que se afogavam as mágoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano”. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 257.

de possuir um reservatório que abastecia boa parte do centro da cidade, só vai haver água encanada no início dos anos 1980. As crianças aproveitavam a ampla área verde para brincar nas bananeiras e pegar frutas, soltar pipa, jogar bolinha de gude, borra¹⁸⁴ e, quando anoitecia, o passatempo predileto era o esconde-esconde e o pega-pega, do qual participavam inclusive os adultos. Contudo, esta não era a única diversão a qual os mais velhos participavam. Nos anos 1960, homens e mulheres se encaminhavam para a venda do “seu Júlio” (Júlio Sebastião da Costa) para assistir naquela que era a única televisão do morro a consagrada novela “O direito de nascer”¹⁸⁵. O dono da pequena venda colocava um alto falante do lado de fora do estabelecimento para aqueles que não conseguissem entrar pudessem, ao menos, ficar do lado de fora ouvindo. Maria de Lourdes Gonzaga, conhecida no morro como Uda, sua filha, lembra: “quando dava 6 horas você tinha que passar por cima das pessoas pra conseguir um lugarzinho melhor”.¹⁸⁶

Os mutirões para a construção de casas também serviam como espaço de interação e divertimento dos moradores. Cada etapa de trabalho concluída gerava uma festa na casa em construção, com dança e música. Na primeira etapa os mais velhos esquadrejavam, depois chegava a madeira, colocava-se o assoalho na casa e tinha início a festa: “lixava o assoalho e nós sabíamos que domingo à tarde já tinha onde brincar... Tinha o Seu Júlio que tinha gaita, meu tio tocava violão, outro tocava banjo, outro pandeiro, e domingo à tarde a gente ia pra lá”. Levantavam-se então as paredes, o último baile era feito e depois se entregava a casa aos futuros moradores: “vinham as divisões, cobrir a casa e pronto, ninguém ia mais”.¹⁸⁷

Desse modo, o processo coletivo de construção da moradia transformava-se em evento social, envolvendo mais de uma família e promovendo o contato entre os

¹⁸⁴ Borra era uma brincadeira comum entre as crianças do morro nos anos 1940 e 1950. Furava-se um pau de embaúva, que na maioria das vezes era oco, pois era uma madeira mole e dava muita formiga, era então fincado uma outra madeira no chão e depois brincava-se de girar. “Então a gente furava no meio dela, fincava o pau no chão e então a gente rodava em volta, parecido com pião”. Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

¹⁸⁵ Após o estrondoso sucesso como radionovela no início dos anos 1950, “O direito de nascer” foi adaptado para a televisão nos anos 1960. Escrita pelo cubano Félix Caignet, “O direito de nascer” atingiu a maior audiência da história do rádio, influenciando o cotidiano das pessoas. Fonte: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/comunica/radio/caudi/apresent.htm>. Acesso em 17/02/2005.

¹⁸⁶ Entrevista com Maria de Lourdes da Costa Gonzaga concedida a Camilo Buss Araujo, em 21 de janeiro de 2005. João Ferreira de Souza também lembra dos encontros na venda para assistir a novela: “a gente também vinha assistir aquela novela, ‘O direito de nascer’, então o pai da Uda botou um alto-falante no lado de fora e nós sentávamos todos ali para assistir a novela”. Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

¹⁸⁷ Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

habitantes da localidade. Nestas operações, não se fazia somente a casa, mas se construía uma noção de coletividade a partir das experiências compartilhadas, dos diálogos, das refeições em conjunto, das danças. Carlos Cardoso, cuja história foi contada no primeiro capítulo, lembra que sua casa foi produto destes folguedos. Ao chegar no morro, em 1958, Agostinho Cardoso, pai de Carlos, junto com parentes e outros moradores, iniciou o processo de construção de sua casa: “a minha casa foi uma que aconteceu isso. Nesse ponto o pessoal era muito solidário.”¹⁸⁸

No entanto, os bailes e festas não ficavam restritos às casas em construção. As domingueiras, bailes realizados em casas de moradores aos domingos, eram oportunidades de encontro e para formação de casais. Os bailes na casa do “seu Olavo” eram os mais cobiçados por aqueles jovens que já haviam “descido a bandeira” e se arrumavam para encontrar seu par.¹⁸⁹ Outros bailes freqüentados pelos jovens do Morro da Caixa eram os na sede do Vera Cruz, clube de futebol da localidade, e os da União Recreativa 25 de Dezembro, localizada no Morro do Chapecó (atual Morro do 25).

A União Recreativa 25 de Dezembro era um espaço destinado aos negros da cidade, vindos de outros morros (como o Morro da Caixa d’Água) e mesmo de outros bairros. De acordo com Maria das Graças Maria, “aquele local foi, durante muito tempo, espaço exclusivo de diversão dos negros, e onde não era permitida a entrada de pessoas brancas na pista de dança, sendo permitida a sua presença apenas no bar.” Era estabelecido também normas de conduta e exigências quanto aos trajes utilizados por rapazes e moças nos bailes de gala: os homens deveriam usar sapatos envernizados, e as mulheres vestidos longos com adereços apropriados ao traje.¹⁹⁰ Muitas vezes estes bailes rendiam a formação de casais, vigiados de perto pelos parentes da moça:

A turma toda desceu a bandeira daí a gente vinha pra cá, namorava e tal, mas era assim, tinha o pai e a mãe. A mãe ficava de olho espiando a gente. Tem uma história do tempo lá do 25 que quando chegava a época de 25 de dezembro, era aniversário deles, daí a gente fazia assim: as moças de lá levavam doce e nós, homens daqui da

¹⁸⁸ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

¹⁸⁹ A expressão “descer a bandeira” era, segundo João Ferreira de Souza, utilizada para designar quando a pessoa já podia namorar. “Bandeira pra gente é porque nós usávamos calça curta, e quando a gente botava calça cumprida é porque a gente desceu a bandeira, aí já dava pra namorar”. Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

¹⁹⁰ MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)**. Florianópolis, 1997. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 178, 187.

comunidade que freqüentavam lá, dávamos a bebida. Naquele tempo era gasosa, não era Pureza, era gasosa mesmo, gasosa e guaraná, e a cervejinha. Nós formávamos aquela mesa e as mães ficavam sentadas nos bancos atrás de onde nós estávamos, cuidando da gente. A minha atual mulher ia dançar no 25. Eram oito moças, então iam duas senhoras pra cuidar delas. Elas só iam pro baile se essas duas senhoras fossem. E outra coisa, elas tinham que vir na frente das duas, não ficava ninguém atrás. Podia vir com o namorado, mas na frente. Chegava na frente do portão: “Vão pra dentro, vocês se mandam.” E tinha que se mandar mesmo porque elas botavam as gurias pra dentro.¹⁹¹

O comportamento dos casais preocupava inclusive a administração da união recreativa, que estabelecia normas reguladoras para além do espaço do clube. “Os casais que fossem surpreendidos ‘namorando’ nas redondezas dessas associações recreativas também podiam ser enquadrados nas punições previstas no regimento daquela entidade.”¹⁹² Nesse sentido, zelar por condutas e comportamentos adequados, dentro dos espaços recreativos e nas redondezas, era uma prática das associações e um desejo de pais e familiares preocupados com o que poderia acontecer naqueles ambientes.

Para os que preferiam diversão dentro da comunidade, havia os bailes aos sábados à noite e aos domingos após a missa na sede do Vera Cruz. O time de futebol Vera Cruz, do Morro da Caixa, tinha uma sede localizada em frente à igreja, em um terreno doado por Casemiro Kincheski. Ali também se faziam as festas da igreja local, com a montagem de barraquinhas e venda de comidas e bebidas. A importância do Vera Cruz para os moradores do morro não se restringia, contudo, às festas organizadas em sua sede. O futebol era uma das principais diversões dos homens do morro e fator de integração (muitas vezes de brigas) com outras localidades.

Os confrontos entre os times de localidades diferentes serviam tanto para estabelecer laços de afinidade como para aguçar rivalidades. Próximos ao Vera Cruz havia o Campos Novos, na atual rua Nestor Passos, e o Vendaval, na atual rua General Vieira da Rosa. Ainda na região do centro, tinha times como o Juventude, da rua Monsenhor Topp, e o Jabaquara, caracterizado por admitir apenas jogadores negros. O presidente do Jabaquara era um conhecido cuiqueiro das rodas de samba da cidade, Juventino, conhecido como Nego Querido, que atualmente dá o nome à passarela de samba onde se fazem os desfiles do carnaval. Segundo Abelardo Blumemberg: “o presidente do Jabaquara era um cuiqueiro, o Nego Querido, que tem o nome da

¹⁹¹ Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

¹⁹² MARIA, Maria das Graças. Op. Cit. p. 187.

passarela, ele era o goleiro do time e eu era o centroavante.” Todavia, apesar de comparecer frequentemente ao Bar do Tazo e conhecer os moradores do Morro da Caixa, Abelardo Blumemberg, conhecido como Avez-vous (Avevú), jamais jogou no Vera Cruz. “Nunca deixaram eu jogar no Vera Cruz, meus dois irmãos mais moços do que eu jogavam e eram os cobras do Vera Cruz, comigo era antipatia. Tinha uma turma que não me tolerava, negócio de briga, de bebida, e a gente de vez em quando se pegava no pau. Aí o presidente do Vera Cruz não gostava de mim.”¹⁹³

Verifica-se, portanto, que nos jogos de futebol afluíam-se rixas criadas em outros ambientes, como bares e botecos, assim como eram criadas redes de sociabilidade entre os boleiros. Afinal, numa cidade pequena como a Florianópolis dos anos 1950 e 1960, certamente as pessoas que jogavam em times e disputavam campeonatos se conheciam ao menos de vista. Dessa forma, convidava-se aquele bom centroavante para fazer parte do time fazendo com que, muitas vezes, o jogador não tivesse apenas uma equipe. Esses vínculos criados a partir do futebol desdobravam-se para outras áreas de lazer, como é o caso do samba.

A escola de samba Embaixada Copa Lord, do Morro da Caixa d'Água, foi fundada a partir de uma conversa de bar entre alguns amigos, dois deles que se conheceram nas peladas de fim de semana, Abelardo Blumemberg (Avevú) e Nego Querido. Avevú, conhecido sambista da cidade, havia, no ano de 1954, feito o bloco de carnaval para o lançamento do jornal *A Verdade*, do jornalista Manoel de Menezes (ver capítulo 2). Um ano depois, estavam sentados no muro da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em frente ao Bar do Tazo, Nego Querido, Jorginho, Lô e Avevú. Os quatro amigos, entre um gole de cachaça e outro, comentavam que o carnaval florianopolitano estava desanimado, com apenas uma escola de samba, a Protegidos da Princesa, que estava de fora naquele ano, e só com o bloco dos marinheiros que saíam todos os dias. Decidiram, então, montar uma escola de samba, a Embaixada Copa Lord.

Desde o início a Copa Lord tem uma rivalidade com a Protegidos da Princesa. Esta, localizava-se na rua Nestor Passos, ao lado da subida para o Morro da Caixa, e era uma agremiação da qual faziam parte principalmente membros da marinha. Sendo assim, se estabelecia uma rivalidade que era uma consequência das diferenças sociais entre os moradores das localidades que compõem o Maciço Central do Morro da Cruz. Avevú comenta: “Os caras da marinha, os marinheiros, eles se consideravam superiores.

¹⁹³ Entrevista com Abelardo Henrique Blumemberg concedida a Camilo Buss Araujo, em 12 de maio de 2005.

Mais grana, as meninas olhavam mais para eles, sargento da marinha. E a rivalidade começou assim, o nosso negócio era samba, samba e guerra. Nós dizíamos: ‘a gente não é inferior a ninguém então vamos disputar o carnaval, ganhou, ganhou, perdeu, perdeu e não tem essa.’” João Ferreira de Souza confirma esta distinção entre Protegidos da Princesa e Copa Lord:

Então existia uma diferença entre a Copa Lord e a Protegidos, tinha a turma do passa bem e a turma do passa mal. O pessoal do passa bem só tomava cerveja, quando fazia piquenique, ia pra praia, que era a turma da Protegidos, eles só iam de ônibus. E a turma do passa mal era turma da Copa Lord que só tomava cachaça, só andava de caminhão, pra ir para a praia, pra essas coisas só ia de caminhão.¹⁹⁴

Samba, futebol e boteco eram importantes elementos do cotidiano das classes populares da cidade. Nestas relações se fortaleciam amizades, construía-se identidades e criavam-se rivalidades e disputas. Diferenças sociais entre moradores próximos, como era o caso dos adeptos da Protegidos da Princesa e da Copa Lord, apareciam nos espaços comuns como bares, futebol e se fortaleciam quando as escolas disputavam o carnaval, gerando uma tensa rivalidade e muitas brigas. As tensões aconteciam nos encontros no centro, nos ensaios ou mesmo após o resultado, quando a vencedora saía provocando a escola que perdeu. Abelardo Blumemberg lembra: “elas passavam gilete e cortavam as fantasias das rivais, das meninas que passavam fantasiadas.” Carlos Cardoso, um dos poucos torcedores da Protegidos da Princesa no Morro da Caixa, comenta sobre as brigas familiares que tinha quando a Protegidos vencida o carnaval: “Se eu comemorasse a vitória da Protegidos o pau pegava, brigava mesmo. (...) Eu subia o morro comemorando praticamente sozinho e já começava briga e confusão com os próprios parentes, isso causou alguns transtornos para o meu pai. Uma vez fiz uma briga com os meus primos que eram tudo Copa Lord, tive que sair de casa, fui morar com a minha avó uma semana”.¹⁹⁵

¹⁹⁴ Entrevista com Abelardo Henrique Blumemberg concedida a Camilo Buss Araujo, em 12 de maio de 2005; Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

¹⁹⁵ Aevú conta ainda sobre uma briga que aconteceu entre integrantes da Copa Lord e da Protegidos da Princesa no ginásio da FAC (Federação Atlética Catarinense), atual Instituto Estadual de Educação. Segundo ele, era dia de ensaio da Copa Lord e a Protegidos havia marcado ensaio para o mesmo horário: “O ensaio era meu e a Protegidos cismou de ensaiar naquele dia, peguei e falei: ‘Não vai ensaiar, de jeito nenhum’. Mas eu tava em menor número, tinha eu e mais dois arrumando a bateria, botando a bateria no lugar pro pessoal quando chegasse encontrasse tudo em ordem. De repente chega os meus guerreiros, meu pessoal. Pensei: ‘Agora ficou melhor, dá pra dividir’. Eu falei: ‘Bom, agora vocês vão sair. Vamos turma, entra’. Quando entrou um cara lá me xingou, mandei a mão. Não quis nem saber, como vem, ele leva. Dei-lhe mais um cacete. Daí entra cada um pesadão, a Protegidos tinha uma patrulha que era tudo negão

Não era, entretanto, somente nos espaços de lazer que as disputas entre os “pobres” aconteciam. O ambiente de trabalho também era permeado de tensões e de solidariedades. Se, como vimos, a maioria dos homens eram trabalhadores da construção civil e freqüentadores dos bares das cercanias, no caso das mulheres, a maioria era de lavadeiras. Além de cuidar da casa e dos filhos, as mulheres do Morro da Caixa nos anos 1950 e 1960 lavavam roupas das famílias mais abastadas residentes no centro da cidade, complementando, assim, a renda familiar. Nesse caso, os espaços de moradia e trabalho se imbricavam, uma vez que as fontes de água existentes no morro eram os locais utilizados para lavar roupas.

A maioria das crianças do Morro da Caixa passou a infância ajudando suas mães, tias e primas mais velhas a carregar trouxas de roupas.¹⁹⁶ Cada lavadeira tinha sua fonte e o espaço de trabalho deveria ser respeitado. Faziam-se então várias fontes acompanhando a trajetória da água, cavava-se e depois se fazia uma pequena represa com pedras, para não deixar a água sair. Cada lavadeira tinha sua fonte e a obrigação de mantê-la limpa. Aqueles que moravam na rua geral, chamada na época de Rua Lages (atual rua General Vieira da Rosa), utilizavam a nascente do alto do morro (onde hoje se localiza a escola Lúcia do Livramento Mayvorne). As lavadeiras que moravam abaixo da Igreja, assim como aquelas moradoras do Pastinho, subiam a rua do Encano, desciam e utilizavam as águas da atual região da Caieira. A Invernada, um terreno pertencente ao Estado (onde atualmente se localiza a creche), era outro ponto muito utilizado para construir fontes.

Dessa forma, a produção da existência das trabalhadoras do morro dependia de uma relação direta com o meio ambiente, afinal, seu ofício se baseava na utilização das fontes de água. É difícil separar, neste caso, moradia e trabalho, aquilo que era serviço doméstico – criar os filhos, lavar e passar a roupa de casa, varrer, limpar – da atividade profissional – lavar, passar e engomar as roupas das famílias habitantes do centro da cidade. Evidentemente, estas trabalhadoras tornavam-se muito próximas, convivendo

forte. Daí o pai da Uda, com um estoque (espécie de faca) sangrou o cara. Sangrou o cara. Pensei: ‘Morreu’. Mas não morreu, o cara tinha mais banha do que outra coisa. O pau quebrou até que de repente parou. Assim como começou parou. O pessoal botou na cabeça que estava todo mundo errado e parou, saiu.” Entrevista com Abelardo Henrique Blumemberg concedida a Camilo Buss Araujo, em 12 de maio de 2005; Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

¹⁹⁶ As informações a seguir foram extraídas das seguintes entrevistas: Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005; Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005; Entrevista com João Ferreira de Souza, concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, 28 de agosto de 2002.

diariamente na labuta e nos ambientes de lazer da localidade tornando os conflitos latentes. A principal divergência destas lavadeiras era com relação à manutenção das fontes limpas. Havia um dia da semana em que as mulheres combinavam de limpar as fontes, porém algumas não compareciam para limpar, causando melindres no grupo. Outras vezes aconteciam discussões, quando uma abria sua fonte, que ficava mais acima do curso da água, sujando a fonte das de baixo. Por fim, menos comum, havia disputas pela posse de determinada fonte. Carlos Cardoso, filho de lavadeira, ajudava sua mãe carregando trouxas de roupas na cabeça e lembra como eram essas questões: “As confusões se davam muito por causa disso, pela limpeza das próprias fontes e pelo descarregar da água de quem chegava primeiro. Também tinha quando uma chegava na fonte e a outra diz que a fonte era dela porque tinha sido ela que abriu, mas a outra tinha chegado primeiro”.¹⁹⁷

No entanto, apesar das eventuais divergências que apareciam nas cotidianas batalhas pela sobrevivência, as mulheres do morro sabiam se unir para reivindicar aquilo que para elas era considerado um direito. No dia 11 de outubro de 1956, uma reportagem do jornal *A Verdade* reproduzia uma carta das lavadeiras da Rua Lages (atual rua General Vieira da Rosa, que dá acesso ao Morro da Caixa d'Água) que pedia luz elétrica e melhores condições no morro. A reportagem, cuja manchete é “As lavadeiras estão desesperadas”, afirma que as lavadeiras haviam procurado o diretor do jornal, o jornalista Manoel de Menezes, em sua residência, para relatar as dificuldades que enfrentavam. Em seguida o jornal transcreve a reportagem fazendo o seguinte apelo: “que as autoridades atendam, sem mais demora, o apelo justo dos moradores da rua Lages, que nada mais pedem do que luz e energia elétrica para poderem trabalhar e proverem o sustento da família”.

A carta endereçada ao jornalista, assinada por d. Araci Bitencourt, contém elementos que nos permitem fazer algumas análises. Araci Bitencourt inicia a carta dirigindo-se a Manoel Menezes, “amigo da pobreza”, para lhe fazer um pedido, “não só para mim, mas para as minhas vizinhas que se acham na mesma situação”. A dona da carta afirma que a rede de luz não vai até o final da rua. Segundo ela, cerca de vinte casas cujos proprietários trabalham como diaristas e necessitam do “apoio de suas esposas para a manutenção do lar” encontram-se nesta situação. As dificuldades geradas pela falta de energia elétrica e pelas estradas esburacadas, segundo a autora da carta, fez

¹⁹⁷ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

com que uma das lavadeiras da localidade, “quando foi fazer a entrega de suas roupas, partiu uma perna, o que causou grande incômodo à sua família e condeou a vizinhança”. Sendo assim, a autora finaliza seu escrito fazendo um pedido:

Venho assim, em nome de todas essas senhoras, fazer um apelo a V. S., como pessoa que sabe reconhecer o sacrifício de um lar pobre, a fim de conseguir com que o senhor dr. Governador do Estado ou com Engenheiro da companhia para que seja levada a rede até as dimensões que acima escrevi, para que se torne mais fácil a puxada de luz para as nossas casas. (...) Acredito que V. S. não deixará de atender o meu pedido e que Deus há de lhe dar a recompensa pelos grandes benefícios que o senhor vem prestando ao nosso povo.¹⁹⁸

A reportagem acima, assim como o exemplo do homem paraplégico visto no capítulo anterior, nos evidencia que as mulheres do Morro da Caixa d'Água utilizavam os discursos assistencialistas para auferir vantagens e benefícios cotidianos. Manoel de Menezes, como foi analisado, abria um canal de negociação com as classes populares, pois tinha interesses político-eleitorais. Todavia, estes territórios de diálogo eram habilmente ocupados e reinventados pela população empobrecida, transformando o ato de caridade em obrigação.

Dona Araci Bitencourt, autora da carta, ao se referir a Manoel de Menezes como “amigo da pobreza”, afirmando que o jornalista saberia “reconhecer o sacrifício de um lar pobre”, procura elaborar um discurso que massageie o ego do dono de *A Verdade*, reconhecendo-o como progenitor de atos assistencialistas em benefício dos pobres da cidade. Prestar serviços assistenciais era a maneira do mantenedor do jornal de aparecer enquanto guardião dos anseios populares. Desse modo, a autora da carta, de forma consciente e sutil, pressiona o jornalista afirmando: “acredito que V. S. não deixará de atender o meu pedido e que Deus há de lhe dar a recompensa pelos grandes benefícios que o senhor vem prestando ao nosso povo”. Ciente da estratégia política usada pelo jornalista, o benefício é solicitado informando que as ações por ele promovidas seriam reconhecidas pelo povo da cidade.

Ademais, a autora indica conhecimento sobre as amizades e antipatias políticas do jornalista ao solicitar sua intervenção somente junto ao governador do estado, e não ao prefeito. O apoio político de Manoel de Menezes ao governador Jorge Lacerda, na visão de dona Araci Bitencourt, poderia garantir a instalação da luz elétrica nas casas

¹⁹⁸ As lavadeiras estão desesperadas: partiu a perna por falta de luz. *A Verdade*. Florianópolis, 11 out. 1956.

que faltavam. Manoel de Menezes, por outro lado, jamais solicitaria qualquer coisa ao prefeito Osmar Cunha, seu declarado inimigo político. A carta, dessa forma, denota clareza e compreensão das disputas de forças existentes.

Ao analisarmos a data da reportagem, observamos que ela se passa em outubro do ano de 1956, três meses após os acontecimentos envolvendo o homem paraplégico que requisitava uma cadeira de rodas. Podemos pressupor, assim, que a repercussão da doação da cadeira ao homem motivou as lavadeiras a irem à casa do dono do jornal para lhe entregar a carta contendo suas reivindicações. Um mês após a publicação da notícia sobre as lavadeiras, Manoel de Menezes publica a reportagem “Ninho de bordejos” em que relata que a redação do jornal estava repleta de pessoas pobres pedindo dinheiro ou objetos. Percebe-se, então, que a manifestação das mulheres do morro foi apenas um dos muitos pedidos dirigidos ao mantenedor de A Verdade, e que foi justamente este excesso de pedidos que fez o jornalista interromper suas ações assistenciais.

Para entendermos como as classes populares reagem às intervenções caritativas empenhadas por políticos e figuras importantes da cidade, devemos, por conseguinte, juntar ao termo “assistencialismo” a palavra “negociação”. É na complexa teia de relações que se negocia aquilo que é possível pedir, alargando ou diminuindo as fronteiras do benefício. Tanto o homem paraplégico, que pediu a cadeira de rodas, quanto as lavadeiras do morro, que pediram luz elétrica e melhores condições, têm consciência que as práticas assistenciais são ações adotadas para cabalar votos e apoio popular, contudo, eles se utilizam destes meios para auferir ganhos materiais sem, com isso, se sentir em obrigação ou dívida para com o doador.

O assistencialismo, portanto, era uma via de mão dupla. Acontecia tanto das classes populares para os políticos e personalidades notórias pedindo ou reivindicando algo, quanto no sentido inverso. Neste último caso, para as ações assistenciais chegarem aos morros, os grupos políticos contavam com importantes mediadores dentro das próprias localidades, como veremos a seguir.

3.3 Religião, caridade e hierarquia social

As domingueiras, os bailes nas casas durante o processo de construção, as festas na União Recreativa 25 de Dezembro ou na sede do Vera Cruz garantiam, aos habitantes do Morro da Caixa d'Água, momentos de diversão e oportunidades de

conhecer melhor as pessoas da localidade ou encontrar novos pares, de outros lugares. Apesar de serem espaços importantes de sociabilidade, os principais eventos, aguardados ansiosamente pelos moradores do morro, eram as festas religiosas.

As festas organizadas pela Igreja, fossem no morro ou em outra localidade, movimentavam os grupos sociais empobrecidos, promovendo integração de diversas áreas e oferecendo oportunidades de encontro para aqueles que não queriam ficar restritos às companhias de sua área. Dentre os eventos de fora do Morro da Caixa mais aguardados estava a festa em louvor ao Nosso Senhor dos Passos, padroeiro do Hospital de Caridade, localizado também na encosta do Maciço do Morro da Cruz, próximo ao Morro do Mocotó. Os rapazes e moças do morro, então, procuravam comprar roupas novas para acompanhar a procissão e ir à festa.¹⁹⁹

Além da festa do Nosso Senhor dos Passos, havia também a Festa da Santíssima Trindade e da Laranja, organizada pela igreja do bairro Trindade. Fazia-se uma procissão que atravessava o Maciço do Morro da Cruz, saindo da Trindade, passando pelo Morro da Caixa, descendo em direção à Prainha (região próxima ao centro da cidade). A procissão durava dias, parando nas casas para fazer novenas durante o percurso. A festa de finados, no dia 2 de novembro, também era uma oportunidade dos jovens de diversas localidades encontrar pessoas diferentes, como conta Carlos Cardoso: “O pessoal ia para visitar os seus mortos, era um momento de muita concentração de pessoas e nós jovens íamos lá para namorar. (...)Por incrível que pareça, eu conheci a minha esposa num feriado de Finados.”²⁰⁰

No caso do Morro da Caixa d'Água, a igreja local organizava, conjuntamente com a irmandade católica, algumas festas como a de louvor a Santa Terezinha e a Santa Cruz. Entretanto, a maior festa da localidade acontecia em setembro, era a festa de Nossa Senhora do Mont Serrat, padroeira do morro. Montavam-se barraquinhas na sede do Vera Cruz e em frente à igreja e se vendiam comidas e bebidas. Dessa festa participavam não só as pessoas do morro, mas também membros de outras irmandades, parentes de outras regiões da cidade, moradores das cercanias e algumas vezes políticos.

¹⁹⁹ João Ferreira de Souza comenta: “então a maior era a festa de passos, todo mundo queria comprar uma roupinha nova pra ir à festa”. Carlos Cardoso, por sua vez, considerava a festa uma boa oportunidade para encontrar pessoas de fora do morro: “depois tinha as festas religiosas no centro, como a procissão do Senhor dos Passos, que era um evento que reunia a maioria das pessoas. Era uma oportunidade de arrumar alguém para namorar, fora as festinhas que aconteciam no morro”. Fonte: Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005; Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

²⁰⁰ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

Maria de Lourdes Gonzaga lembra que conheceu seu futuro marido na festa de Nossa Senhora do Mont Serrat:

Tinha a festa da Nossa Senhora do Mont Serrat que era em setembro, ali era onde se aglomerava toda a comunidade. Eu era a locutora, fazia oferecimentos musicais. (...) Era uma espaço de encontro das meninas com os rapazes e outros rapazes que vinham lá de baixo e subiam por causa das barraquinhas. (...) Foi nessa festa que eu conheci o meu marido, Armandino Gonzaga, que depois veio morar aqui. Ele era servente de pedreiro e trabalhava lá em baixo, morava na própria construção. O alto-falante, os fogos da festa chamavam a atenção.²⁰¹

Percebe-se, desse modo, que a religião exercia forte influência no cotidiano das populações habitantes dos morros da cidade. As festas e os eventos por ela organizados eram os mais populares, atraindo pessoas tanto pela dimensão celebrativa quanto pela questão lúdica. De acordo com as lembranças da entrevistada, trabalhadores da construção civil e pessoas de outras regiões eram atraídos pelos fogos, pelo alto-falante e pelas barraquinhas. Percebe-se, pois, que estas práticas fugiam aos rituais litúrgicos e iam contra os princípios religiosos, eram elementos considerados pela Igreja como profanos, porém que faziam parte da elaboração cultural das pessoas da localidade. A igreja, neste caso, tornava-se ponto de referência não só nos momentos de sacerdócio, mas também nas horas de descontração e sociabilidade das camadas empobrecidas de Florianópolis. A inserção da Igreja no cotidiano dos moradores do morro, portanto, não ficará restrita às questões celebrativas.

Como foi visto, havia um projeto de engajamento social cristão que previa a interação de religiosos junto aos problemas materiais do povo empobrecido. Agostinho Staehelin, ao chegar em Florianópolis no ano de 1953, receberá algumas incumbências enquanto coadjutor da Paróquia Nossa Senhora do Desterro – Catedral. Nas funções de assistente eclesiástico do Círculo Operário e organizador da Juventude Operária Católica, o padre procurou se inserir entre o operariado, desenvolvendo ações de assistência as quais tinham como um dos objetivos a desarticulação da influência de comunistas. Entretanto, o clérigo é também muito lembrado pela sua presença junto ao “povo empobrecido” do Morro da Caixa d’Água. Nesse sentido, resta-nos compreender estas ações, percebendo os projetos políticos, concepções sacerdotais e idéias nelas imbuídas.

²⁰¹ Entrevista com Maria de Lourdes Gonzaga concedida a Camilo Buss Araujo, em 21 de janeiro de 2005.

Em 1954, quando Agostinho Staehelin começa a celebrar missas dominicais no Morro da Caixa d'Água, o clérigo se depara com a difícil realidade dos moradores dos morros de Florianópolis. Consciente de que a Igreja precisava adentrar naqueles espaços, começa a escutar, conversar com os moradores, saber de suas dificuldades e procurar soluções. A primeira evidência que percebeu foi que o espaço celebrativo era freqüentado por poucos homens. Sendo assim, Agostinho planejou uma reunião com os homens da localidade, de forma a inserí-los no processo de organização social a partir da igreja que estava pretendendo desenvolver, “pra mostrar para eles que eles também podiam participar”²⁰². O padre, então, passou a ir meia hora antes das missas para conversar, aconselhar e interagir com os moradores.

Entretanto, o Morro da Caixa d'Água não era composto exclusivamente por migrantes oriundos do Alto Biguaçu e seus parentes. Apesar de predominantes numericamente, havia outras famílias cujas histórias de ocupação são mais antigas do que as das famílias Cardoso, Veloso e Barbosa. Mencionou-se, no primeiro capítulo, a possibilidade de Zeferino Cardoso ter adquirido as primeiras terras no Morro da Caixa, nas quais os Cardoso e Veloso irão se estabelecer, lá pelos anos 1920, junto à uma família de “polacos”, dona da maioria das propriedades daquela área. O morro, desse modo, não será constituído apenas por negros migrantes, mas terá também em sua composição pessoas brancas, influentes na vida social e religiosa da localidade.

A família Kincheski ocupa o morro desde pelo menos o início dos anos 1920. O espaço onde se situa a igreja, a área do Pastinho – na qual foram residir as famílias do Alto Biguaçu – eram de propriedade desta família, que é também fundadora da Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat. O primeiro emprego do cunhado de Zeferino Cardoso, Bilé, um dos primeiros a vir com sua família do Alto Biguaçu para o Morro da Caixa, foi oferecido por Casemiro Kincheski, comerciante e, na época, o mais conhecido e influente membro da família Kincheski (ver capítulo 1). Além disso, Casemiro foi também responsável pela doação do terreno em frente à igreja para a construção da sede do time de futebol Vera Cruz, onde eram realizados os festejos organizados pela igreja local.

À medida que chegavam os migrantes do Alto Biguaçu, a influência dos Kincheski, inicialmente Casemiro e depois seu filho Pedro, enquanto coordenadores das questões sociais e religiosas do morro, ganhava notoriedade. Eram os Kincheski que

²⁰² Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araujo no dia 25 de maio de 2005.

preponderavam na composição da diretoria da irmandade católica desde sua fundação e, dessa forma, apareciam como principais organizadores dos festejos religiosos e cuidavam de reformas na capela local. De acordo com João Ferreira de Souza: “A família Kinceski nasceu toda aqui, todos nasceram aqui. Era praticamente dona do morro. Esse espaço aqui da igreja era deles, essa outra parte aqui embaixo também era deles, a parte do Pastinho também era deles. É uma família muito chegada à Igreja, faziam missas, iam para a catedral”. Elisabete Ferreira também lembra da diferença entre os Kincheski e a maioria dos moradores, trabalhadores da construção civil: “Era uma família com mais poder aquisitivo, perto de nós era riquíssima”²⁰³.

Entretanto, a existência de uma família branca, com propriedades no morro e predominante no espaço religioso não implicará rixas entre eles e os novos moradores, vindos do Alto Biguaçu – pelo menos até o final dos anos 1970 e 1980, quando acontecerá um embate entre velhas e novas lideranças. Ao contrário, dos doze moradores entrevistados para esta pesquisa somente um fazia críticas à família Kincheski. Isso demonstra que, muitas vezes, a proximidade física, as relações de vizinhança e a partilha de experiências comuns vivenciadas no local de moradia são mais decisivas para aproximações e afinidades do que sua condição de classe. Olavo Cardoso recorda de Pedro Kincheski como uma pessoa que agradava a todos do morro: “ele se relacionava bem com todo mundo, gente boa, polaco.” Maria de Lourdes Gonzaga, por sua vez, afirma a liderança que desempenhava: “ele era uma liderança muito forte (...) Ele é que foi o primeiro presidente da comunidade do Mont Serrat, foram os pais dele que construíram a igreja”²⁰⁴.

A partir dos anos 1950, Pedro Kincheski, filho de Casemiro, passa, gradativamente, a assumir um papel de liderança entre os moradores do morro. Dono da principal venda da localidade, Pedro vai também se tornar provedor da Irmandade Nossa Senhora do Mont Serrat em 1956, robustecendo sua influência junto às pessoas daquela área. Dentro de uma localidade composta majoritariamente por trabalhadores, como é o caso do Morro da Caixa, o controle do comércio local garantia visibilidade e

²⁰³ Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005; Entrevista com Elisabete Ferreira concedida a Camilo Buss Araujo, em 09 de julho de 2005.

²⁰⁴ Entrevista com Olavo Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 03 de agosto de 2005; Entrevista com Maria de Lourdes Gonzaga concedida a Camilo Buss Araujo, em 21 de janeiro de 2005. Não se sabe, no entanto, o que a entrevistada Maria de Lourdes Gonzaga quis dizer exatamente quando menciona que ele fora o “primeiro presidente da comunidade”. Sabe-se que ele era o provedor da irmandade e vai desempenhar papel proeminente nas ações erigidas pelos moradores do morro. Todavia, o termo “presidente” é confuso visto que só existirá o cargo a partir do final dos anos 1970, quando foi criado o Conselho Comunitário do Mont Serrat.

favorecia a interação com todos os habitantes do morro. Nesse sentido, as dificuldades de acesso ao morro, em virtude de suas estradas esburacadas, farão da venda de Pedro Kincheski o principal ponto de compras de gêneros de primeira necessidade. Consequentemente, a venda tornava-se um espaço de recrudescimento da figura de Pedro Kincheski como condutor dos desígnios dos moradores e onde se afirmavam relações de dependência, através do fiado, por exemplo. “Pendurar” sua conta para pagá-la no final do mês, reforçava uma economia de favores, na qual os moradores passavam a enxergar o dono da venda como líder, uma figura que zela pelo bem-estar da população local: “como ele era o dono do comércio, todo mundo comprava na venda dele, deviam favores para ele”²⁰⁵.

Evidentemente esta relação não se constrói instantaneamente, estes vínculos se tecem a partir das experiências vivenciadas no âmbito do espaço de moradia. No contato cotidiano com os moradores do morro, na venda, nos espaços de sociabilidade, como a igreja e as festas por ela organizadas, Pedro Kincheski ganhava visibilidade como principal articulador das demandas da localidade. No período de carnaval, por exemplo, as crianças fantasiadas organizavam uma espécie de bloco e desfilavam em frente à venda de Pedro Kincheski, que retribuía a homenagem jogando balas. “Nós desfilávamos na frente da venda dele, e ele jogava bala para nós”²⁰⁶. O que as crianças faziam, no entanto, era a reprodução das brincadeiras de carnaval feitas pelos adultos antes da fundação da escola de samba Embaixada Copa Lord: “eles desciam lá do Pastinho e vinham até a venda do Seu Pedro, como na época não tinha tamborins, traziam as latinhas de leite, latinhas de querosene que faziam os instrumentos. Dançavam, iam e voltavam.”²⁰⁷

Com relação à questão religiosa, a família Kincheski teve uma presença marcante na igreja local. Casemiro, no início dos anos 1950, José, em 1954, e Pedro, a partir de 1956, todos da família Kincheski, presidiram a irmandade católica local, cuja função era principalmente zelar pelo bem-estar da capela. Com a chegada de Agostinho Staehelin, em 1954, um padre presente e interado com as questões do morro, haverá ações coordenadas daqueles que vão se construir como principais referências para os moradores da área, como aconteceu no congresso eucarístico.

²⁰⁵ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

²⁰⁶ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

²⁰⁷ Entrevista com Maria de Lourdes Gonzaga concedida a Camilo Buss Araujo, em 21 de janeiro de 2005.

No ano de 1958, aconteceu em Florianópolis o 2º Congresso Eucarístico Estadual, realizado para comemorar o 50º aniversário de criação do bispado na cidade²⁰⁸. Contudo, para realizá-lo era necessário aplainar o terreno da Praça da Bandeira (onde atualmente fica o complexo da Assembléia Legislativa, na Prainha) e o prefeito ainda não tinha encaminhado a obra. Agostinho Staehelin, então, convocou os moradores do morro para fazer o trabalho: “porque o prefeito era o Osmar Cunha e aquilo não saía. Eu chamei meu pessoal do morro, com enxada e carrinho de mão e alisamos toda a praça de noite, com o pessoal do Mont Serrat. Eles prepararam toda a praça para o Congresso Eucarístico”²⁰⁹.

Para arrebanhar a maior quantidade possível de braços, o padre do Morro da Caixa contou com a ajuda de Pedro Kincheski que, como lembra João Ferreira de Souza, aderiu a campanha do clérigo, chamando os moradores para realizar a obra: “Kincheski ia na frente com uma enxada nas costas e nós, a turma do Alto Biguaçu, da Nova Descoberta, era aquela fileira. (...) eles botavam aqueles montes de areia que era pra gente esticar”²¹⁰.

A contrapartida do trabalho voluntário dos moradores do Morro da Caixa foi dada pelo padre após o congresso, através da doação das madeiras usadas para construir os galpões. Carlos Cardoso ressalta que o trabalho gratuito foi recompensado por Agostinho o qual, com sua ação, proporcionou a construção ou melhorias das casas da localidade:

Esse pessoal todo foi ajudar a construir aquilo lá. Tudo de graça, tudo voluntário. Meu pai foi para lá e tudo. E foi interessante porque depois quando terminou o congresso, a madeira ele conseguiu distribuir para o pessoal do morro. A minha casa, a melhoria da construção da casa nossa lá, foi do material que veio lá do congresso. (...) Isso tudo o padre Agostinho organizou e essa madeira veio toda lá pra cima, pro morro, pro pessoal construir as suas casas.²¹¹

João Ferreira de Souza também lembra da doação de madeiras resultantes do trabalho no 2º Congresso Eucarístico. Conta ele que o padre distribuiu cerca de uma dúzia de madeiras para cada um que trabalhou. Ele e o irmão, no entanto, só utilizaram

²⁰⁸ ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. **Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Desterro – Catedral, 1944-1973.**

²⁰⁹ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araujo no dia 25 de maio de 2005.

²¹⁰ Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

²¹¹ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

meia dúzia e ofereceram o resto para uma família que precisava. Ao ficar sabendo da ação, Agostinho elogiou-os na missa dominical, fato este que marcou a vida do entrevistado. “Então um dia, estávamos todos reunidos aqui na igreja e o padre falou que houve um gesto muito bonito de duas pessoas, que tinham duas dúzias, usaram o que precisavam e doaram o resto pra quem precisava. (...) São essas coisas que dão alegria na gente...”²¹².

Podemos perceber nas falas acima a importância do clérigo para os moradores da comunidade. A autoridade de Agostinho enquanto padre garantia que suas ações tivessem uma repercussão e uma capilaridade maior entre os fiéis. Os elogios assim como as advertências tinham maiores proporções quando vinha da autoridade eclesiástica, como denota a fala de João Ferreira de Souza. Eni Pulcinelli Orlandi afirma que o discurso religioso, por ser respaldado pela instituição eclesiástica, garante legitimidade àquele que o pronuncia. De acordo com sua análise, a fala do padre faz a mediação entre o destinatário da mensagem e Deus, garantindo, portanto, um distanciamento entre locutor e ouvinte. Dessa forma, a palavra da Igreja e do padre, enquanto representantes de Deus, exercem influência significativa no meio social. “O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todopoderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros falíveis, finitos, dotados de poder relativo.”²¹³ Ademais, as ações de Agostinho Staehelin eram apoiadas pela principal liderança local, Pedro Kincheski, revelando afinidades entre ambos. Assim, através de doações e preocupação com o bem-estar material e espiritual do seu rebanho, Agostinho Staehelin vai ganhando influência e popularidade junto aos moradores do morro.

Entendendo como estão se costurando as redes de relacionamento internas do Morro da Caixa, torna-se mais simples compreender como o padre conseguiu, associado com Pedro Kincheski, desarticular o cabedal eleitoral de Manoel Alves Ribeiro no Morro da Caixa, cabalando votos para Nereu do Vale Pereira, candidato do Partido Democrata Cristão. Como o próprio Agostinho Staehelin confirma, a influência de comunistas em outros morros não se reproduzia no Morro da Caixa d’Água em virtude das suas ações. “Nos outros morros tinha, que justamente eram onde eles tinham maior

²¹² Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

²¹³ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1987. p. 243.

influência, mas no Mont Serrat não tinha. Não tinha por causa do trabalho que a gente fazia, *o trabalho comunista quem fazia era eu.*”²¹⁴

A citação acima expressa que os objetivos do trabalho do padre Agostinho Staehelin no Morro da Caixa não diferia dos objetivos junto ao Círculo Operário, à Juventude Operária Católica e às organizações operárias. Era entre os grupos empobrecidos que os discursos comunistas encontravam maior ressonância e a Igreja Católica não adentrava. A partir da idéia de engajamento social cristão, Agostinho irá ocupar estes espaços, procurando organizar coletivamente a comunidade, nos mutirões e na horta comunitária, concomitantemente ao desenvolvimento de ações assistenciais, através da doação de alimentos. Sendo assim, a frase “o trabalho comunista quem fazia era eu”, nos indica o objetivo do padre em realizar um sacerdócio que oferecesse uma alternativa católica às mazelas vivenciadas cotidianamente pela população pobre da cidade. Será dentro desta perspectiva que surgirá a horta comunitária.

De acordo com o padre, a horta comunitária surgiu com alguns objetivos: implantar o espírito comunitário, oferecer verduras e valorizar o terreno da capela, “que era só morro, pedras e ervas daninhas”²¹⁵. Para implantar a idéia, o padre levou cinco voluntários para a ACARESC, no bairro Itacorubi, onde seriam ministradas aulas práticas de cultivo de hortaliças: “durante uma semana eu levava todo o dia de manhã e de noite eu buscava”. Ao mesmo tempo, um outro grupo trabalhava na preparação do terreno. Conseguidas as sementes também com a ACARESC, iniciaram-se os trabalhos na horta.

Agostinho, então, para incentivar os moradores a trabalhar naquele projeto pagava as horas trabalhadas em alimentos, conseguidos e repassados para aqueles que participavam do movimento. De acordo com o padre: “eu recebia alimento conforme a quantidade de povo que eu tinha e esse alimento não era dado, ele era pago em obras de serviço.” As doações de alimentos mediante o trabalho é também lembrada por moradores, como a senhora Iolida da Rosa: “era um tempo bom, um carpia, outro plantava, outro capinava, outro fazia buraco para plantar. Era muito bom, ele pagava a gente para fazer isso, para fazer a horta”. Elisabete Ferreira também se recorda do pagamento pelas horas trabalhadas: “era assim, o pessoal trabalhava na horta e vinha

²¹⁴ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araujo no dia 25 de maio de 2005 (grifos meus).

²¹⁵ STAEHELIN, Agostinho. **Histórias da minha vida**. Conjunto de escritos não publicados que relatam a vida do Monsenhor Agostinho Staehelin.

azeite, leite de fora e funcionava assim: cada hora que a pessoa ficava ali trabalhando ganhava no final azeite, leite. (...) Até roupa vinha”.²¹⁶

A construção de uma organização coletiva, com ações em busca de um bem comum, deve, nesse caso, ser problematizada. Assim como no caso da horta comunitária, outras ações empreendidas pelo padre serão incentivadas com a distribuição de alimentos de acordo com as horas trabalhadas. Os mutirões para a construção de casas, anteriormente mencionados, eram desenvolvidos mediante este incentivo, assim como o movimento para o calçamento de ruas. “Pessoas que trabalhassem na horta, pessoas que ajudassem a arrumar a rua, construir casas. (...) Quem era carpinteiro trabalhava de carpinteiro, quem era pedreiro. E eles eram pagos com alimentos.”²¹⁷

Temos, então, a presença de um padre engajado socialmente e que buscava construir melhores condições para os moradores do morro. Nestas ações que procurava desenvolver conjuntamente com a comunidade, Agostinho retribuía o esforço da população com alimentos. Percebe-se, pois, de um lado, a organização de experiências coletivas encabeçadas pelo padre local – de postura anticomunista e atrelado à hierarquia da Igreja – e, de outro, o engajamento dos moradores buscando benefícios pessoais, ou seja, a doação do alimento. As ações desenvolvidas a partir da Igreja – como a horta comunitária, os mutirões para construção de casas ou para melhoria das ruas – atraíam a ação conjunta dos moradores com benefícios materiais. Percebe-se, dessa forma, que a ajuda e a coletividade dos moradores do bairro na construção de casas para seus vizinhos, no cultivo da horta, ou na preocupação com o estado de conservação da rua não era natural ou por simples solidariedade, mas estava revestida de auxílios eclesiásticos. Portanto, a suposta unidade e solidariedade deve ser relativizada, afinal, as pessoas também trabalhavam em benefício próprio, isto é, de modo a auferir a maior quantidade possível de alimentos para si.

Resta-nos, no entanto, duas perguntas: de onde vinham estes alimentos? E quem eram os receptores e distribuidores deles no morro? A segunda pergunta parece ter uma resposta óbvia, o receptor e distribuidor dos alimentos seria o padre Agostinho Staehelin. A resposta não estaria errada, mas incompleta. Agostinho não presenciava o

²¹⁶ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araujo no dia 25 de maio de 2005; Entrevista com Iolida da Rosa concedida a Camilo Buss Araujo, em 09 de julho de 2005; Entrevista com Elisabete Ferreira concedida a Camilo Buss Araujo, em 09 de julho de 2005.

²¹⁷ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araujo no dia 25 de maio de 2005.

dia-a-dia do morro uma vez que morava na catedral. Existia na localidade outra pessoa influente que, em trabalho conjunto com o padre, distribuía os alimentos durante a semana: Pedro Kincheski. Seria, então, a partir da venda de Pedro Kincheski, que a recepção e distribuição de alimentos aconteceria. Considerado uma referência da localidade e com um padrão de vida superior aos demais moradores, o comerciante desempenhará papel proeminente como intermediário das ações assistenciais desenvolvidas na cidade. Era principalmente através dele que os donativos chegavam aos habitantes do Morro da Caixa.

A primeira pergunta, no entanto, é mais complicada de se responder. Apesar de parte da resposta ser facilmente dedutível – que os alimentos vinham das campanhas assistenciais organizadas por órgãos de caridade, esposas de políticos e personalidades conhecidas da cidade – ela não abarca todas as possibilidades históricas. A partir do início dos anos 1960, os Estados Unidos, preocupados com a expansão da Revolução Cubana (1959) nos demais países da América Latina, encabeçam um projeto chamado “Aliança para o Progresso”. Este projeto teria como objetivo apaziguar os problemas estruturais e sociais mais candentes dos países latino-americanos, de modo a diminuir o risco de uma revolução comunista “à moda cubana”. “Inspirado no Plano Marshall, este programa teria por finalidade promover uma distribuição de renda mais justa, que juntamente com reformas agrária e fiscal, melhorias no campo da educação e saneamento básico, investimento em moradias populares, compensaria o atraso e aliviaria o problema social do continente latino.”²¹⁸

A “Aliança para o Progresso” foi proposta pelos Estados Unidos em uma reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos) em Punta del Leste, no Uruguai, no ano de 1961. Seus resultados, entretanto, como afirma Lenita Raad, representaram mais uma forma de intervenção dos Estados Unidos na vida política e econômica dos países latino-americanos: “os Estados Unidos, premidos pela ameaça comunista, acabaram utilizando, mais uma vez, sua supremacia econômica como meio de controlar, desde fora, o cenário econômico e social do nosso continente.”²¹⁹

Sendo assim, a “Aliança para o Progresso” consistia em uma série de medidas que visavam melhorar as condições sociais da população empobrecida da América Latina, de modo a reduzir a influência comunista. Estes ideais corroboravam com as

²¹⁸ RAAD, Lenita Jacira Farias. “... denunciando os males do comunismo”: o anticomunismo na revista *Seleções Reader's Digest* (1950-1960). Florianópolis, 2005. 135 f. Dissertação (mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 101.

²¹⁹ *Ibid.* p. 103.

práticas desenvolvidas por Agostinho Staehelin, o qual procurava aliviar as dificuldades sociais dos operários, através das ações no Círculo Operário, e dos moradores do morro, com a distribuição de alimentos. Neste momento, as histórias geral e local se imbricam ao descobrirmos que muitos dos alimentos distribuídos pelo padre em troca de horas trabalhadas eram provenientes da “Aliança para o Progresso”.

Dessa forma, os alimentos trocados por trabalho junto aos moradores do morro foram conseguidos a partir de um projeto elaborado pelo padre e algumas lideranças, das quais se destacam Pedro Kincheski e Amador Gonçalves – ambos de família branca, com maior poder aquisitivo e coordenadores da irmandade católica. De acordo com as anotações de Agostinho: “reunimos as lideranças, elaboramos um projeto para a ‘Aliança para o Progresso’ para recebermos alimentos distribuídos por eles.” Iniciaram-se, então, os trabalhos com os moradores, aos sábados e domingos, remunerando as horas trabalhadas com alimentos. Os resultados são assim descritos pelo padre: “construímos muros de arrimo (apoio), em um ano 10 casas foram reformadas e uma ou outra totalmente construída. (...) A rua recebeu reparos, de modo que o Jeep da catedral conseguia subir o morro. Depois disso o prefeito passou certo dia pela rua e impressionado com o trabalho disse: ‘uma comunidade assim deve ser ajudada’. E resolveu calçar a rua.”²²⁰

Podemos perceber, portanto, que um projeto destinado a coibir a influência comunista na América Latina financiava obras de melhorias estruturais no Morro da Caixa d’Água. O recebimento de alimentos, distribuídos pelas lideranças da área, era a condição necessária para um trabalho coletivo. Ou seja, o sentido de “trabalho comunitário”, indicando uma consciência coletiva inerente aos membros da “comunidade”, não parece encontrar respaldo neste caso, uma vez que o recebimento individual do benefício era o requisito exigido para se trabalhar coletivamente.

Por outro lado, não podemos imaginar que os moradores do morro fossem massa de manobra, facilmente cooptáveis pelas lideranças locais. Se a distribuição do alimento, neste caso, inculcia um reconhecimento do beneficiário para com o doador, a obra de caridade passa a ser uma ação cotidianamente cobrada pelo trabalhador para executar a obra. Em outras palavras, se Agostinho Staehelin e Pedro Kincheski eram reconhecidos pelos habitantes como grandes personalidades por sua “generosidade” na distribuição dos alimentos, isso não significava uma obediência irrestrita destes para

²²⁰ STAEHELIN, Agostinho. **Histórias da minha vida**. Conjunto de escritos não publicados que relatam a vida do Monsenhor Agostinho Staehelin.

com aqueles. O benefício, uma vez concedido, será exigido sempre que for solicitada uma ação coletiva. Desse modo, os trabalhadores do morro aprendem a negociar coletivamente a troca do trabalho pelo alimento.

Agostinho Staehelin, em seus escritos, afirma que, após o prefeito ter decidido calçar a rua, a prefeitura começou a descarregar areia, cimento, tijolos no morro para realizar a obra. Entretanto, durante a noite os materiais foram roubados, levando o prefeito a ir à rádio e acusar os moradores de ladrões. Em seguida, conta Agostinho, “os homens se reuniram e me chamaram. O que vamos fazer, perguntei. ‘Se o senhor nos pagar em alimentos, nós montaremos guarda’. Pago o dobro por hora, pois é trabalho noturno. Fizeram escala. De duas em duas horas se revezavam.”²²¹

A história contada acima nos revela um aspecto que, aparentemente, passou despercebido pelo clérigo. Podemos supor que todos os moradores tinham consciência de que as obras da prefeitura para calçar a rua acarretariam benefícios para o morro como um todo. Todavia, isto não foi o suficiente para que os habitantes montassem guarda de forma espontânea e gratuita. “Os homens se reuniram” e chamaram o padre, responsável pela distribuição de alimentos, para propor-lhe: “se o senhor nos pagar em alimentos, nós montaremos guarda”. A frase evidencia que os homens reunidos já haviam pensado na solução para o problema, montar guarda, mas preferiram negociar com o progenitor das ações assistenciais a extensão dos benefícios.

Por conseguinte, aquilo que era para ser um incentivo à organização coletiva dos moradores, visando superar suas carências estruturais, transforma-se num instrumento de barganha dos grupos empobrecidos para realizar trabalhos os quais, no final das contas, beneficiariam eles mesmos. Nesse sentido, o ato de caridade abre um espaço de diálogo no qual o benefício é cotidianamente negociado e o líder, para se manter enquanto tal, é impelido a manter os auxílios prestados.

Esta complexa rede de relações dentro do morro e entre a localidade e os atores externos eram tecidas principalmente no espaço religioso e no espaço da venda, nos quais interagiam as duas personalidades mais influentes dali, o padre, Agostinho Staehelin, e o dono do comércio, Pedro Kincheski.²²² Carlos Cardoso, ao comentar sobre a participação do dono da venda na distribuição dos alimentos oriundos da

²²¹ Idem.

²²² Norbert Elias, em estudo sobre as relações estabelecidas em torno de uma localidade na Inglaterra, afirma que os espaços de sociabilidade existentes eram locais fundamentais onde se expressavam as coesões internas assim como se consolidavam estigmas. Para ver a aplicação prática da noção de rede de relações, observar a seguinte obra: ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

“Aliança para o Progresso”, afirma: “vinham uns produtos dos americanos para cá e ele que recebia esses produtos, não sei como chegava até ele. Chegava azeite, roupa, sapato e ele fazia essa distribuição também. Não era vendido, ele distribuía.”²²³

As ações assistenciais, portanto, chegavam ao morro intermediadas pelos dois principais líderes da localidade. Contudo, não eram apenas os donativos advindos da “Aliança para o Progresso” que eram repassados aos moradores. Como foi visto no segundo capítulo, existia uma ampla rede assistencial com interesses político-eleitorais na cidade. Sendo assim, os embates políticos travados entre UDN e PSD e os atos de caridade promovidos pelos órgãos assistenciais adentram as classes populares através de dois dos principais espaços de sociabilidade do morro, a igreja local e a venda. Sendo que, a primeira, apesar de contar com um padre presente nos finais de semana, era administrada pela irmandade católica, entidade na qual a família Kincheski era hegemônica. No entanto, se Pedro Kincheski e Agostinho Staehelin eram os principais mediadores através dos quais os atos de caridade chegavam ao morro, podemos pressupor que a reprodução das práticas assistencialistas estava condicionada pelos seus posicionamentos políticos e pelas suas afinidades. Isto é, as ações assistenciais, para subir o morro, necessitavam de entrepostos, que vão ser oferecidos para correligionários políticos ou instituições vinculadas às lideranças locais.

A partir do final dos anos 1950, outras lideranças, atreladas às antigas, começavam a surgir no Morro da Caixa, como é o caso de Maria de Lourdes Gonzaga. Conhecida na área como Uda, ela ganhava notoriedade na vida da localidade por ser professora e coordenar o grupo escolar local que se formava. Assim, novas e velhas lideranças procuravam se articular com associações beneficentes e guiar as ações assistenciais junto aos pobres do morro. Um dos exemplos destas articulações acontecia com as damas de caridade.

As damas de caridade era um grupo de senhoras da alta sociedade ligadas à catedral metropolitana que procuravam desenvolver ações assistenciais aos pobres da cidade. De acordo com a descrição do jornalista Manoel de Menezes, a associação era composta por “28 piedosas senhoras que empregam sua energia e dedicação para minorar os sofrimentos alheios, especialmente no problema de alimentação dos pobres e humildes”.²²⁴ Entre as ações estavam a doação de brinquedos para as crianças no natal,

²²³ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

²²⁴ Vai acabar a fome. **A Verdade**. Florianópolis, 26 out. 1956.

distribuição de alimentos e a confecção e oferecimento de cobertores para as famílias pobres no inverno. “Nas festividades de Natal e Ano-novo, a pobreza da Ilha era aquinhoadada com um benefício maior, minorando, assim, o sofrimento dos menos favorecidos da sorte.”²²⁵ As ações da associação também são lembradas pelo Monsenhor Frederico Hobold, pároco da Paróquia Nossa Senhora do Desterro – Catedral: “Como nos anos anteriores, os pobres das paróquias não foram esquecidos pelo natal. Perto de 2 mil crianças receberam presentes, em roupas, doces etc. As damas de caridade distribuíram gêneros alimentícios aos seus famintos.”²²⁶.

Agostinho Staehelin, por sua vez, mantinha relações com estas senhoras e inseria “seus pobres” na lista dos beneficiários das ações da instituição. O clérigo conta que, em certo ano, as damas de caridade não forneceram abrigo às crianças do morro porque ele não havia feito um levantamento de quantos meninos e meninas seriam beneficiados. Munido com o levantamento, feito por Maria de Lourdes Gonzaga, professora do grupo escolar, o padre entregou a lista das crianças às damas de caridade que confeccionaram os abrigos. “Elas ficaram com tanta vergonha que fizeram para todos eles, abaixo de 10 anos, uma proteção de inverno. Botaram num saco e eu fui levar lá. Entreguei para a Uda e para o Pedro Kincheski e falei para eles distribuírem por tudo.”²²⁷

A citação acima confirma como as ações assistenciais reforçavam a influência das chamadas lideranças do morro. As damas de caridade faziam os abrigos, entregavam-nos a Agostinho que os repassavam para a professora e o dono da venda de modo a serem, então, distribuídos para as crianças do morro. A rede assistencial, neste caso, se completa. Ela inicia com um grupo de senhoras, pertencentes às camadas influentes da sociedade e vinculadas à catedral, e chegam ao morro intermediadas pelas ações do capelão e de líderes locais.

A Associação Damas de Caridade, aparentemente, não estava ligada a políticos ou partidos. Verifica-se que era uma associação vinculada à Igreja e que, por isso, estava imbuída dos preceitos de engajamento social e do solidarismo cristão. No entanto, não foram encontradas evidências que a identificasse como extensão de determinado partido ou atrelada a algum político local. Ao contrário, Manoel de Menezes, jornalista e político, crítico mordaz das estratégias assistenciais de políticos

²²⁵ As damas de caridade: um patrimônio de Florianópolis. **A Verdade**. Florianópolis, 05 nov. 1956.

²²⁶ ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. **Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Desterro – Catedral, 1944-1973**.

²²⁷ Entrevista com o Monsenhor Agostinho Staehelin concedida a Camilo Buss Araujo no dia 25 de maio de 2005.

ligados à UDN e ao PSD, elogia o trabalho desenvolvido pelas damas de caridade, em oposição às ações assistenciais encampadas pelas esposas de políticos em vésperas de eleição: “nunca, absolutamente nunca me passou pela mente a idéia de ferir uma Associação tão nobre e de finalidades tão filantrópicas, como essa das Damas de Caridade, funcionando na Casa Paroquial. (...) Dirigi censuras e ataques às esposas de certos políticos descarados, que vão aos morros para enganar o eleitorado com meio quilo de feijão bichado!”²²⁸. Elogios como estes, vindos de Manoel de Menezes, que criticava qualquer campanha assistencial que não fosse a sua, indica que as damas de caridade estavam mais interessadas em seguir o projeto de ações caritativas encabeçadas pela Igreja do que se envolver nas disputas político-partidárias da cidade. Por outro lado, a crítica do jornalista explicita o impulso de esposas de políticos de se aproximarem dos pobres através de doações.

Kirana Lacerda, esposa de Jorge Lacerda e primeira-dama do estado entre 1956 e 1958, era uma das esposas de políticos mais conhecidas por suas ações assistenciais. Em junho de 1956, o jornal *A Verdade* noticiava que Kirana Lacerda, “sentindo de perto as agruras por que vem passando a gente humilde de nossos morros”, organizou a “Campanha do Cobertor”, “que teve a coadjuvária ilustres damas da nossa melhor sociedade”. A reportagem terminava afirmando: “não resta dúvida que o gesto daquela ilustre dama catarinense calou fundamente nos corações daquela gente humilde e sofredora, e tem merecido os melhores aplausos de todas as camadas sociais de nossa capital.”²²⁹

Notoriamente, os elogios do jornal às campanhas organizadas pela primeira-dama do estado se explicam pelo fato de Manoel de Menezes apoiar politicamente o governador Jorge Lacerda. Entretanto, as ações sociais de Kirana Lacerda não ficavam restritas a doações de cobertores. Mesmo após a trágica morte de seu marido, em dezesseis de junho de 1958²³⁰, Kirana continuou influente junto ao meio político catarinense, ocupando papel de destaque na articulação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreu no estado somente no dia dezessete de abril de 1964. Segundo Patrícia May, “Kirana Lacerda ao lado da professora universitária, Carolina Gallotti Koerig, Presidente da CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia, em

²²⁸ Vai acabar a fome. **A Verdade**. Florianópolis, 26 out. 1956.

²²⁹ Se continuar assim a pobreza não passará mais frio. **A Verdade**. Florianópolis, 11 jun. 1956.

²³⁰ Políticos importantes do estado como Jorge Lacerda e Nereu Ramos morreram nesta data vítimas de um acidente de avião.

Santa Catarina, figurava entre as comandantes dessa organização feminina pró-golpe.”²³¹

Se, como foi mencionado na reportagem de A Verdade, a “Campanha do Cobertor” organizada por Kirana Lacerda chegou aos morros da cidade, resta-nos descobrir se o Morro da Caixa foi contemplado. Em caso afirmativo, cabe procurar como ocorreu e se foi com consentimento das lideranças locais. Em caso negativo, torna-se importante responder por que naquele espaço não houve a doação. Antes de respondermos esta questão, devemos lembrar que a primeira-dama do estado adquiriu este posto quando seu marido foi eleito pela coligação “Frente Democrática”, composta por UDN, PRP, PDC e PSP. Sendo assim, estamos falando de alguém inserida nas disputas políticas locais, atrelada à União Democrática Nacional e, conseqüentemente, adversária do Partido Social Democrático.

Ao pesquisarmos nas atas de reuniões da Irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat, descobrimos que na reunião do dia 29 de julho de 1956 é mencionada a presença da primeira-dama do estado, Kirana Lacerda, no morro para a distribuição de cobertores. De acordo com o documento, foi celebrada uma missa no dia 10 de junho em louvor ao ato de caridade, a qual foi acompanhada pela esposa do governador e outros políticos udenistas.

...dia 10 de junho foi celebrada uma missa de ação de graças, a Exma. Sra. D. Quirana (sic) Lacerda, digna esposa do Governo do Estado, pela doação de cobertores *aos pobres do Morro*, na qual satisfez a todos, neste ato de fé compareceu a Exma. D. Quirana, Sr. Dr. Osvaldo Bulcão Vianna, Sr. Dr. Paulo da Silva Fontes e Sta. Alice Faria, e em nome do morro agradeceu o mordomo do Culto sr. Pedro Kincheski e o 1º secretário Antônio Agenor Pereira, sendo celebrante o Rvdo. P. Gregório Warmeling vigário da cidade de Laguna a convite do P Agostinho...²³²

Verifica-se, no documento, que a rede assistencial udenista chegava ao morro. O ato de doação de cobertores foi acompanhado pela primeira-dama e por políticos udenistas, como Osvaldo Bulcão Viana e Paulo da Silva Fontes, os quais, neste caso subiram o morro e foram agraciados com uma missa em agradecimento pela caridade.

²³¹ MAY, Patrícia Zumblick Santos. Redes políticas. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis, vol. 1, nº 6, 123-137, 1998. p. 134. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi organizada por duas entidades de mulheres católicas, a União Cívica Feminina e a Campanha da Mulher pela Democracia, levando mais de 500 mil pessoas às ruas de São Paulo e representou o aval civil para o golpe militar de 1964.

²³² Irmandade de Nossa Senhora de Mont Serrat. **Ata da sessão nº 112, realizada no dia 29 jul. 1956**. Livro de Atas nº 3 (grifos meus).

No evento, Pedro Kincheski e o primeiro secretário Antônio Agenor Pereira agradeceram, “em nome do morro”, os políticos pelos donativos recebidos.

Percebe-se, aqui, que os membros da irmandade católica falam em nome do morro, isto é, os representantes da organização religiosa se colocam também como líderes da localidade. Assim, a família Kincheski, hegemônica na irmandade desde sua fundação, e em especial Pedro, aparece como coordenadora das ações ligadas à igreja. Esta influência junto aos assuntos religiosos é reforçada pelo Apostolado da Oração, associação religiosa das mulheres do morro, coordenado pelas mulheres da família Kincheski. “O que era interessante é que as presidentes eram as mulheres desses senhores. Ou era a irmã do Pedro ou era algum parente.”²³³ A fala de Carlos Cardoso é comprovada em um documento da irmandade que afirma o recebimento de dinheiro, doado pela diretoria do Apostolado da Oração, para comprar cimento e realizar obras na escadaria da capela. Vale ressaltar que no documento menciona-se a presidente do órgão, Albertina Kincheski, mãe de Pedro.²³⁴

Não se encontra, entre os membros da diretoria da irmandade, ninguém com sobrenomes Cardoso ou Veloso, indicando que os migrantes do Alto Biguaçu, apesar de muitos serem sócios, não participavam dos processos decisórios da associação. O morro, nesse sentido, apresenta uma divisão sócio-econômica, na qual famílias mais antigas e com maior cabedal financeiro coordenam as instituições ligadas à igreja e as ações assistenciais da localidade. O documento escrito pela irmandade, informando sobre a doação de cobertores feita por Kirana Lacerda, menciona que os donativos foram oferecidos “aos pobres do morro”. Isto é, ao se referir aos pobres do morro, a diretoria da irmandade está se diferenciando destes. A ação assistencial não era para os moradores do morro como um todo, só para os “pobres”, grupo do qual os coordenadores da irmandade não se sentiam parte.

Termos comumente utilizados nos anos 1950 e 1960 como “pobre”, “pobreza”, assim como as expressões “excluídos” e “exclusão social”, usadas contemporaneamente, carecem de uma orientação teórica clara. Obviamente, não podemos cobrar dos moradores do Morro da Caixa uma reflexão em torno do conceito de pobre e pobreza, no entanto, a utilização destes termos por determinadas pessoas

²³³ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

²³⁴ A diretoria do ‘Apostolado da Oração’ anexo a esta irmandade em sua última reunião presidida pela Sra. Albertina Kincheski doou a Irmandade a importância de Cr\$ 1200,00 para comprar cimento para encimentar a escadaria da capela. Irmandade de Nossa Senhora de Mont Serrat. **Ata da sessão n° 109, realizada no dia 24 nov. 1955.** Livro de Atas n° 3.

para designar outras pertencentes à mesma localidade pressupõe uma diferenciação social entre eles. José de Souza Martins, ao refletir sobre os problemas do conceito de “exclusão social” afirma que conceitos como este são apenas rótulos abstratos, construções daqueles que participam dos benefícios da sociedade e que projetam a extensão destes benefícios àqueles que julgam não fazer parte do sistema.²³⁵ No caso das práticas assistenciais dos anos 1950 e 1960, o discurso da caridade e auxílio aos “pobres”, visando minorar a “pobreza”, aparece como discurso dos integrados, daqueles que fazem parte de um sistema, tanto no âmbito econômico como no de valores, e que procuram ter uma postura socialmente crítica com relação às mazelas sociais, sem, entretanto, contestar as relações de exploração que as produzem.

O assistencialismo udenista, neste contexto, subia o morro referendado pelas lideranças locais. Os eventos relatos indicam e depoimentos de moradores confirmam o posicionamento político da principal personalidade da localidade, Pedro Kincheski, em favor da União Democrática Nacional.²³⁶ Desse modo, a economia de favores que se construía no morro, a partir da recepção de donativos e nas relações com o comércio local, estava inserida nos embates políticos da cidade. “Seu Pedro”, como era conhecido na “comunidade”, relacionava-se com políticos, conseguia benefícios e os distribuía aos moradores, encaminhava a elaboração dos títulos de eleitor e servia de cabo eleitoral dos candidatos ligados à UDN. Percebe-se, portanto, que a UDN florianopolitana, diferentemente da postura descrita por Maria Victória Benevides, inseria-se junto à população do morro promovendo ações assistenciais, principalmente através de Pedro Kincheski, personalidade notória da localidade.²³⁷ Carlos Cardoso, único dos entrevistados a ter uma visão crítica do trabalho de Pedro Kincheski junto às pessoas do Morro da Caixa, comenta sobre as relações políticas do dono do comércio:

Ele tinha influência com os políticos do centro. (...) Ali no comércio dele, na casa dele, fluía a vida política do morro. Ele que trazia, em época de procissão, alguns desses políticos, ele que apresentava. O pessoal, então, votava com aquilo que ele definia. Os títulos de eleitor era ele quem encaminhava. Então ele dizia: “Deixa que eu faço o teu

²³⁵ MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 30, 31.

²³⁶ Estas afirmações foram expressas nas seguintes fontes: Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005; Entrevista com João Ferreira de Souza concedida a Camilo Buss Araujo, em 11 de março de 2005.

²³⁷ Para maiores informações sobre o estudo de Maria Victória Benevides e a UDN, consultar capítulo 2.

título”. “Deixa que eu pago isso pra ti”. Ele que dava esse encaminhamento todo.²³⁸

Um dos políticos beneficiados eleitoralmente pela rede assistencial coordenada, no morro, por lideranças como Agostinho Staehelin e Pedro Kincheski foi Nereu do Vale Pereira. Como foi visto na fala do padre, a candidatura de Nereu a vereador foi planejada como meio de solapar o candidato comunista Manoel Alves Ribeiro. Conta o clérigo que, para cabalar votos ao candidato do Partido Democrata Cristão, foi requisitada a intervenção de Pedro Kincheski no morro. Naquela eleição, Nereu do Vale Pereira foi eleito como vereador mais votado.

Dois anos depois, em 1960, Nereu do Vale Pereira graduou-se bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal de Santa Catarina, destacando-se por seu trabalho “Municipalismo e desenvolvimento”, premiado no concurso de teses organizado pelo Diretório Acadêmico José Boiteux. O economista defendia a modernização municipal a partir de uma série de ações desenvolvimentistas centradas na indústria, gerando o crescimento da cidade e, em seguida, a solução de seus problemas sociais. Segundo Mara Rúbia Sant’Anna, “a função de professor universitário, exercida até sua aposentadoria, e sua condição de homem político, muito popular, faziam-no difusor de idéias que, revestidas da autoridade de seu conhecimento, ganhavam força e se fundiam numa forma de olhar a cidade.”²³⁹

O bom desempenho nas eleições para vereador de 1958 motivou Nereu do Vale Pereira a se candidatar a prefeito no ano seguinte. Todavia, o grande número de votos conseguido nas eleições para a câmara municipal não se repetiu no pleito para o executivo. Ele foi o menos votado dos seis candidatos, ficando atrás do prefeito eleito Osvaldo Machado (PSD), Fernando Viegas (UDN), Manoel de Menezes (PTN), Paulo Vieira da Rosa (PL) e César Skara (PTB).

O fraco número de eleitores conseguido por Nereu do Vale Pereira nos leva a refletir sobre como as classes populares definiam seu voto. O candidato, que contava com o apoio das lideranças locais do Morro da Caixa, participou, naquele mesmo ano, das preparações para a festa de Nossa Senhora do Mont Serrat, assumindo, inclusive, o cargo de juiz para as festividades do ano seguinte²⁴⁰. Contudo, seu desempenho eleitoral

²³⁸ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

²³⁹ SANT’ANNA, Mara Rúbia. Op. Cit. p. 136.

²⁴⁰ Irmandade de Nossa Senhora de Mont Serrat. **Ata da sessão n° 128, realizada no dia 16 jul. 1959.** Livro de Atas n° 3.

junto àquela população foi, da mesma forma como em outras localidades, pouco convincente.

De acordo com a proximidade geográfica, supõe-se que os moradores do Morro da Caixa d'Água votavam na 6ª seção da 12ª Zona Eleitoral, o Centro de Puericultura, e na 22ª, 23ª e 71ª seção da 13ª Zona Eleitoral, localizadas na Escola Industrial (atual CEFET-SC).²⁴¹ Nelas, Nereu do Vale Pereira conseguiu, respectivamente, 9, 12 e 9 votos, sendo que não foi encontrado os registros de votação da 71ª seção eleitoral. Na seção localizada no Centro de Puericultura, o candidato foi o 5º mais votado, nas outras duas seções ficou em 4º, perdendo por larga vantagem para os três primeiros.²⁴²

Cabe destacar nestes documentos, o expressivo número de votos alcançado por Manoel de Menezes, principalmente nas seções eleitorais próximas ao Morro da Caixa. Sem contar com o aparato assistencial dos dois maiores partidos da cidade, o jornalista foi o segundo mais votado no Centro de Puericultura, perdendo por apenas 6 votos para o possedista Osvaldo Machado (97 a 91) e fazendo 41 votos a mais que o terceiro, o udenista Fernando Viegas. Na 22ª segunda seção, na Escola Industrial, Manoel de Menezes fica novamente em segundo lugar, perdendo para Osvaldo Machado por 13 votos (86 a 73). Seu desempenho mais notável, no entanto, aparece na 23ª seção, também na Escola Industrial, onde é o candidato mais votado (70 votos), seguido de Fernando Viegas da UDN (67) e Osvaldo Machado do PSD (56).²⁴³

A partir dos relatos acima, podemos afirmar que as políticas assistenciais não garantiam o voto das camadas empobrecidas. A participação de Nereu do Vale Pereira em festejos do morro não garantiu a ele uma votação expressiva e uma das razões para isto é que, principalmente em épocas de eleições, havia uma disputa pelos pobres da cidade. Manoel de Menezes, como vimos, também fazia ações assistenciais junto aos menos favorecidos e quase conquistou o executivo municipal nas eleições para prefeito de 1959. Entretanto, as redes político-assistenciais estabelecidas pelos dois maiores partidos da cidade, PSD e UDN, tinha uma abrangência e uma capilaridade maior, visto

²⁴¹ Tal suposição é baseada na proximidade geográfica destas seções em relação ao Morro da Caixa. Presume-se que a maioria de seus moradores votasse em seções próximas ao seu local de moradia.

²⁴² **Mapa de apuração para prefeito 1959.** (Doc. 23 A, 23 B). Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral – SC.

²⁴³ O desempenho do udenista Fernando Viegas também deve ser destacado, principalmente na 23ª seção eleitoral. A diferença dele para Manoel de Menezes, o mais votado, foi de apenas três votos, revelando uma tendência udenista nesta seção, diferente das outras onde o candidato ficou bem atrás de seus concorrentes. Uma hipótese para este desempenho é que esta seção pode ser a área de votação e de maior influência do udenista Pedro Kincheski.

que contava com cabos eleitorais e correligionários em associações de bairro ou irmandades religiosas, como é o caso do udenista Pedro Kincheski.

Dessa forma, de um lado havia políticos propondo uma troca, benefício por voto, e de outro havia as classes populares, estabelecendo uma espécie de leilão para ver quem oferece as maiores benesses. Os pobres, neste caso, percebiam as disputas políticas da cidade e barganhavam benefícios, prometendo seu voto. Pedro Kincheski, neste caso, não era o único cabo eleitoral daquela área, no entanto, por todas as relações que já foram mostradas, era o mais influente. Existiam mais abaixo no morro pessoas como a dona Alba Jacinto e dona Olga Brasil conhecidas também como cabos eleitorais. A partir delas também saíam doações de roupas, alimentos, cobertores para as pessoas do morro. Os entrevistados, contudo, não sabiam afirmar a quais partidos ou a quais políticos elas prestavam estes serviços. Pesquisando nos documentos do Tribunal Regional Eleitoral, verificamos que Alba Jacinto foi candidata a vereadora em 1962 pela União Democrática Nacional, e Olga Brasil da Luz foi também candidata nesta mesma eleição só que pelo Partido Social Democrático.²⁴⁴ Verifica-se, aqui, que o PSD, partido que conquistava o maior número de votos no município, também possuía inserção naquela área e uma pessoa por onde a rede assistencialista do partido poderia fluir. Alba Jacinto e Olga Brasil pertenciam a partidos rivais e disputaram, naquele ano, os votos dos moradores da localidade, porém nenhuma delas foi eleita.

Alba, Olga, Pedro. Através destes e de muitos outros a política subia os morros e se inseria nas classes populares florianopolitanas. Presentes nas festas, nos mutirões, coordenando os espaços de sociabilidade de bairros e localidades, recebendo e distribuindo donativos oferecidos pelos diversos mecanismos de assistências aos pobres existentes na cidade, estas pessoas tornar-se-ão importantes referências políticas locais, indicando e ajudando a definir o voto daquela população. Não podemos, portanto, pensar no voto enquanto cooptação, mas como uma troca e, por ter essa característica, pressupõe-se que ele seja mais bem negociado com aqueles mais próximos, isto é, com as lideranças e cabos eleitorais locais. De acordo com Duarte, “se o voto implica, porque traz subentendida, essa relação de favor, é razoável supor que o eleitor dê seu voto para alguém de quem possa cobrar, alguém que seja do bairro, ou que esteja no

²⁴⁴ **Ata e mapa de apuração das eleições de 1962.** (Doc. 32 A). Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral – SC.

bairro, enfim alguém que veja, com os próprios olhos, as suas necessidades de morador.”²⁴⁵

Mesmo assim, isso não quer dizer que as classes populares ficavam à mercê das ações dos cabos eleitorais. Havia sim uma disputa pelos pobres, porém estes lidavam com os embates da mesma forma como levavam suas questões diárias: negociando, burlando a lógica colocada com táticas e estratégias diversas, fazendo-se enquanto sujeito, reinterpretando a dádiva como direito e construindo seu cotidiano. Assim, nem sempre os cabos eleitorais, apesar do oferecimento de incentivos e benesses, conseguiam angariar os votos dos moradores, como revela o exemplo de Maria da Silva Cardoso.

Udenista e simpática à figura de Irineu Bornhausen, Maria da Silva Cardoso, moradora do Morro da Caixa d'Água, esposa de Agostinho Manoel Cardoso e, conseqüentemente, mãe de Carlos Cardoso, um dos entrevistados, marcava presença nos comícios da União Democrática Nacional. Consciente de que Pedro Kincheski e Alba Jacinto eram partidários da UDN, ela freqüentava estes espaços em busca de algum donativo ou do pagamento de alguma conta. Todavia, Maria Cardoso não se restringia aos cabos eleitorais udenistas. Ciente da utilização do assistencialismo enquanto estratégia eleitoral, ela dirigia pedidos também a Olga Brasil, cabo eleitoral do PSD.

Eu me lembro que a minha mãe era udenista, então ela ia muito aos comícios do Irineu Bornhausen. (...) Eu tenho conhecimento dessas coisas porque a minha mãe ia nesses cabos eleitorais para pedir coisas, sempre foi. Eles prometiam para ela uma cesta básica, Pedro Kincheski dava. Mais embaixo tinha a dona Alba Jacinto. A dona Olga Brasil também fazia isso. Então a minha mãe ia nesses cabos eleitorais para pegar alguma coisa, ou para pagar algo, pegar um dinheirinho, ganhar um cobertor. (...) Ela pegava de vários, mas votava sempre no Irineu.²⁴⁶

O exemplo acima denota que os canais abertos pela política assistencial eram racionalmente utilizados pelos grupos empobrecidos de modo a auferir vantagens. Maria Cardoso procurava cabos eleitorais tanto da UDN quanto do PSD, porém seu voto já estava definido: votava em Irineu Bornhausen. A frase “ela pegava de vários, mas votava sempre no Irineu” retrata a incerteza em se apostar no assistencialismo como método de captação de votos junto aos “pobres”. Isso porque o benefício, uma vez

²⁴⁵ DUARTE, Adriano Luiz. Op. Cit. 2002. p. 191.

²⁴⁶ Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

oferecido, vai ter que ser continuamente reforçado, ou seja, sua manutenção e quiçá sua ampliação vai ser exigida pelos receptores da dádiva. O voto e a pretensa “submissão” das classes populares perante os políticos terão que ser, então, permanentemente negociados.

Assim, através desta complexa teia de relações tecidas pelos vários integrantes que compõem o quadro sócio-político de Florianópolis, podemos entender como estão se dando as disputas políticas, as quais repercutem na paisagem urbana, e como se constroem noções de cidadania e direito dentro de uma cidade que se urbaniza. O Morro da Caixa d'Água, neste contexto, nos ajuda a entender como os planos de modernizar a cidade, as questões partidárias, a religião e a falta de condições dignas de existência se materializam. Os bares, as festas, a igreja, as fontes para lavar roupa, os mutirões para construção de casas e melhoria das ruas são espaços onde, independentemente da mediação de personagens como Pedro Kincheski e Agostinho Staehelin, os moradores interagem e constroem suas sociabilidades. Enquanto se lavam roupas, cria-se a percepção da luz elétrica enquanto algo fundamental. Na medida em que se recebe um alimento, não se pensa mais aquilo como um benefício temporário. Quando se consegue material para calçar uma rua, percebe-se que lutar por melhorias materiais oferecem resultados visíveis. Desse modo, abrindo brechas por entre as redes assistencialistas, as classes populares de Florianópolis brigam por direitos, inserem-se nas tramas e tensões da urbe e arquitetam novas noções de cidadania.

Considerações finais: pobre coitado ou pobre bandido?

O movimento surgido no Morro da Caixa d'Água no final dos anos 1970 procurou estabelecer uma ruptura com antigas lideranças, figuras notórias que historicamente coordenaram as ações da localidade. Uma das formas encontradas para evidenciar esta separação estava na tentativa de relacionar seu trabalho com outro feito anteriormente, no passado, de um padre comunista.

Os novos canais de diálogo e participação abertos pela conjuntura do período chamado de redemocratização, no final dos anos 1970 e nos anos 1980, impulsionaram manifestações por eleições diretas, pela anistia, greves sindicais, fazendo com que a população, asfixiada pela repressão dos anos de chumbo, ganhasse as ruas. Os embates travados no morro entre antigas e novas lideranças, no período de abertura política, representam, neste contexto, uma disputa sobre a forma de se inserir nas questões sociais e políticas da cidade.

A disputa pelo controle do Conselho Comunitário do Mont Serrat, no final dos anos 1970, selou a divisão do morro em dois grupos. De um lado, antigas lideranças presentes na vida da “comunidade” desde os anos 1950 e atrelados aos principais políticos da cidade, como o prefeito Espiridião Amim e o governador Jorge Bornhausen. De outro, novos líderes, surgidos naquele momento de efervescência dos movimentos sociais. Ao perder a eleição, pessoas historicamente influentes como Pedro Kincheski e Maria de Lourdes Gonzaga perdem também espaço junto aos moradores.

Com a chegada do padre Vilson Groh – imbuído das idéias de uma Igreja ligada aos pobres, pensando-os como sujeitos de sua libertação – o grupo formado pelas novas lideranças, das quais se destaca Carlos Cardoso, presidente do Conselho Comunitário, ganha o apoio eclesiástico. Aos poucos, a capela local tornava-se, então, ponto de referência, donde partiam os trabalhos articulados pelo novo grupo, visando melhorar as condições materiais da área.

Nove anos após a chegada do padre à localidade, em 1992, é escrito um livrete de memórias contando as histórias de seus moradores e de seu espaço de moradia. Nele, afirma-se que Agostinho Staehelin desenvolvia no morro uma “célula comunista” e que este teria sido o motivo de sua saída. Vimos que estas afirmações não são verossímeis, devendo ser pensadas como um processo de construção e atribuição de novos significados às experiências vividas, influenciadas pelo contexto presente. A

subjetividade implícita na construção de uma memória coletiva contendo um padre comunista na localidade nos anos 1950 e 1960 é produto da conjuntura e dos embates vividos no momento de elaboração do livrete. Neste sentido, a emergência de um novo grupo assumindo as funções de organização da comunidade explica as imprecisões históricas contidas no registro das memórias do morro. Estas novas lideranças, ligadas a partidos de esquerda, contestavam o passado recente, que segundo eles seria atrelado à política dominante, e buscavam uma raiz libertadora. Este passado reinterpretado, distante da violência do presente e que contrariava as opressões de classe, procurava reforçar as ações do novo grupo que assumia e suplantar antigas concepções.

Vimos, no entanto, que Agostinho Staehelin não só não era comunista como agiu muitas vezes visando desarticular as influências dos partidários do PCB diante dos grupos empobrecidos. Ademais, a tentativa dessas chamadas novas lideranças de buscar um passado que legitimasse suas ações do presente esbarra em evidências históricas, as quais colocam algumas personalidades antigas como protagonistas das relações sociais do morro nos anos 1950 e 1960. Isto é, o movimento surgido no fervor da abertura política procurava se opor a lideranças como Pedro Kincheski, sem perceber sua associação com o “padre comunista” Agostinho Staehelin e seu papel proeminente nos movimentos organizados no Morro da Caixa daquele período.

Ao estudar uma localidade empobrecida de Florianópolis nos anos 1950 e 1960, procurou-se identificar de quais formas aqueles homens e mulheres se inseriam nos debates e projetos da cidade. Em nosso estudo, alguns pressupostos oriundos da utilização acrítica de termos como “populismo” e “clientelismo” foram postos de lado. Isto porque muitas vezes estes termos, usados para diferenciar os movimentos sociais surgidos nos anos 1980 daqueles pós-1945, induziam-nos a pensar que o “novo sindicalismo” e os “novos movimentos sociais” exprimiam a “essência” das lutas entre classes, ao contrário daqueles sindicatos e movimentos do período entre 1945-1964, marcados pelo “peleguismo” e pela aproximação às classes dominantes. De forma análoga, as chamadas novas lideranças do morro procuraram, na mesma lógica, diferenciar-se das antigas afirmando que agora os movimentos organizados pelo morro eram autônomos, em oposição a movimentos caracterizados pelo vínculo com os políticos da cidade e pelo assistencialismo. O equívoco, neste caso, foi não perceber que o padre, “comunista” e predecessor destes “novos” movimentos, era ligado às lideranças que se procurava combater.

Procuramos, então, tecer algumas considerações sobre como se davam as questões sociais no Morro da Caixa d'Água naqueles anos 1950 e 1960, tentando descobrir as relações entre ações desenvolvidas no contexto local – como mutirões, horta comunitária, festas e distribuição de donativos – e a conjuntura mais ampla, da cidade, do estado e do país. Assim, buscou-se adentrar no cotidiano das classes populares florianopolitanas de forma a fugir de modelos de análise macro-explicativos. Nesta perspectiva, percebe-se que a capital de Santa Catarina começava a vivenciar um dos principais dilemas que afligem os centros urbanos atualmente: a concomitância entre “modernização” e pobreza.

Florianópolis vivencia, principalmente a partir dos anos 1950, esta contradição urbana: uma cidade que se constrói, se urbaniza com planos de futuro e idéias de modernização, ao mesmo tempo em que traz para erigir esses projetos trabalhadores, cujas condições de vida simbolizavam o atraso que se pretendia superar. Nessa ambigüidade, a cidade e os trabalhadores que nela vivem se constroem, assim como os planos para se acabar com os problemas sociais são traçados.

Alguns projetavam uma Florianópolis calcada na indústria, outros sonhavam com uma cidade turística, porém todos imbuídos da concepção de que a solidariedade para com os menos afortunados era o meio pelo qual se conseguiria uma sociedade sem conflitos sociais. Conforme foi visto, estas idéias são produtos da conjuntura após a II Guerra Mundial na qual o capitalismo liberal havia mostrado sua ineficiência em solucionar os problemas sociais e o comunismo aparecia como alternativa possível.

Dentro deste contexto, surge o solidarismo cristão e os projetos de engajamento social pregados pela Igreja Católica. Aparecem também os discursos desenvolvimentistas, oferecendo possíveis soluções para os dilemas do capitalismo moderno. Os embates políticos, que entram em cena após o Estado Novo (1945), se acirram, colocando os partidos a irem em busca de eleitores como forma de viabilizar suas aspirações políticas. E, sobretudo, trabalhadores vivenciam estas experiências e interagem das mais variadas formas frente à conjuntura que se apresenta.

A Florianópolis, idealizada nos planos que envolviam grandes empreendimentos e especulação imobiliária, era pobre, com um grande contingente populacional vivendo em condições indignas. No entanto, este pobre, visto como símbolo de atraso, era tratado como merecedor da caridade dos grupos mais abastados. Desse modo, encampava-se uma série de ações assistenciais, capitaneadas por Igreja, grupos políticos, senhoras da alta sociedade no intuito de apaziguar os anseios populares e

dirimir os conflitos. Cada qual com seus interesses próprios, estes grupos travavam uma disputa pelos pobres para definir quem receberia o reconhecimento destas ações. Em outras palavras, criava-se um “mercado assistencial” dirigido às classes populares, no qual seus “vendedores” procuravam asseverar sua preocupação e zelo para com os carentes.

Este trabalho procurou analisar justamente esta conjuntura e como os grupos empobrecidos da cidade reagem às práticas beneficentes empreendidas. Procurou-se perceber como se travavam os embates políticos entre PSD e UDN, como a cidade se dividia entre correligionários de ambos os partidos e como as disputas, seja pelo executivo estadual ou municipal, chegavam até os morros da capital. Neste sentido, tentou-se verificar a amplitude das redes assistenciais capitaneadas por partidos políticos, pela Igreja Católica, por esposas de políticos e empresários, de modo a entender como a imagem do pobre enquanto objeto de caridade e do solidarismo social aparecia como solução possível para os dilemas urbanos.

As intervenções caritativas dos grupos abastados procuravam, por um lado, esvaziar os conflitos de classes provenientes da construção de uma sociedade urbana e capitalista e, por outro, angariar os votos populares, de forma a assumir o controle político e por em prática seus projetos para o futuro da urbe. Quanto aos trabalhadores, vinham das regiões limítrofes compor o operariado que erigiria a urbanização, indo morar nos morros e periferias de Florianópolis. Eles, destinatários da caridade e do assistencialismo, inseriram-se na vida urbana, ocupando os espaços que lhes foram abertos. Jamais, no entanto, podemos pensá-los como massa de manobra, facilmente cooptados e subordinados às dádivas concedidas através das ações assistenciais.

Ao observarmos como o assistencialismo chega até as camadas populares, verificamos que as redes de assistência dependiam de interlocutores nas localidades. Os políticos, em sua maioria, não subiam os morros, utilizando pessoas das áreas como cabos eleitorais e distribuidores dos donativos oferecidos. Esta “cultura assistencial”, presente na Florianópolis dos anos 1950 e 1960, vai ser incorporada, mas não sem mediações, pelos moradores pobres, os quais vão procurar através dela auferir benefícios e dar novos significados ao ato de caridade.

Buscou-se, então, entender como as redes assistenciais chegavam aos pobres, se inseriam e modificavam o cotidiano daquela gente, mas, sobretudo, como os homens e mulheres racionalmente manobravam estas práticas, procurando vantagens materiais. Conscientes de que eram disputados, suas alianças assim como suas deferências eram

pontuais, explicitando um acordo bem sucedido entre as partes. A relação, portanto, estabelecida entre a política assistencialista e as classes populares é formatada a partir de constantes negociações. Em outras palavras, o sucesso eleitoral dependia do cumprimento de acordos tácitos, de uma economia de favores onde os grupos empobrecidos atuam procurando estender as fronteiras do benefício.

Neste sentido, a existência de um “mercado assistencial” favorecia o poder de barganha das classes populares, as quais transitavam entre um e outro benfeitor, prometendo fidelidade e subordinação para aquele que oferecesse as maiores vantagens. Todavia, ao receber o donativo, este se transformava numa obrigação que não poderia mais ser negada, sob pena de perder o “controle” (e por que não o voto) daquelas pessoas. Assim, aqueles que seriam os objetos da caridade alheia ocupam os canais de negociação abertos pelas práticas assistencialistas da cidade, abrindo fissuras no suposto sistema de cooptação de forma a garantir direitos, disfarçados de doações e benefícios.

Não podemos, portanto, presumir que os conflitos de classe se expressem somente quando há revoltas ou movimentos de contestação explícitos – esta talvez seja a percepção daqueles que ainda atribuem, às relações estabelecidas entre 1945-1964, a pecha de “populista”. Os grupos populares florianopolitanos foram perspicazes ao entender a cultura política local e, através dela, “exigir a concessão” das dádivas. O ato de doar passava a se tornar condição indispensável. O homem paraplégico, as lavadeiras ou a moradora, que ia de um cabo eleitoral a outro, dos mais variados partidos, pedir ajuda material e financeira (mas no final votava com o Irineu Bornhausen) exemplificam que as relações políticas se construía em território ambíguo, distante tanto do antagonismo explícito quanto da simples subordinação. Por detrás dos discursos de autocomiseração elaborados pelas classes populares, requisitando benefícios e se colocando, aparentemente, em posição subalterna, surge a luta por direitos reinventando os significados atribuídos às práticas assistenciais.

Sendo assim, além analisar as formas como a população interage na arena dos antagonismos de classe, cabe-nos também refletir sobre como os grupos políticos procuram lidar com os “problemas sociais”. As políticas assistenciais dos anos 1950 e 1960 revelam como os integrados às benesses daquela sociedade, urbana e capitalista, percebiam os pobres e arquitetavam possíveis soluções para a exclusão social. O pobre daquela época era o “pobre coitado”, destinatário da caridade de uma elite política e econômica, que encontrava no solidarismo social uma alternativa para dirimir conflitos provenientes de uma sociedade desigual. Nesta lógica, o assistencialismo era, além de

tática eleitoral, uma forma de lidar com as mazelas sociais, uma maneira de se pensar os pobres e a pobreza.

Ao observarmos a Florianópolis das décadas de 1980, 1990 e deste início de século XXI, percebemos como a cidade mudou sua paisagem e sua política urbana. Empreendimentos sonhados cinquenta anos antes foram levantados, o turismo tornou-se uma fonte de renda viável e a perspectiva sobre as mazelas sociais se alternou. Os pobres agora são vistos como portadores da violência, o marginal que surge para perturbar a tranquilidade deste “paraíso terreal” – para usar uma expressão dos anos 1950. Esta mudança de olhar sobre as classes populares denota como a Florianópolis contemporânea entende os dilemas urbanos. Esta cidade, que se erigiu através do trabalho dos homens e mulheres habitantes dos morros, passa a desconsiderá-los, a atribuir-lhes a responsabilidade por problemas sociais que ela mesma criou. O pobre, de alvo de caridade e destinatário de práticas assistenciais, passa a ser entendido como um estorvo, o algoz do drama do capitalismo urbano.

Neste sentido, aqueles movimentos surgidos no final dos anos 1970, articulados por lideranças que procuraram romper com antigas personalidades do Morro da Caixa d'Água, têm o desafio de se inserir e interagir nesta sociedade. Da mesma forma como os moradores do morro abriram brechas no assistencialismo para propor melhorias e assim construíram noções de direitos, os “novos movimentos”, sob esta nova conjuntura, procuram ocupar o espaço oferecido exigindo dos grupos políticos soluções para suas adversidades.

Seriam, nesta perspectiva, os movimentos encetados no final dos anos 1970 diferentes daqueles dos anos 1950 e 1960? Sim e não. Diferentes pois, como foi visto, as formas de percepção dos grupos empobrecidos muda e, conseqüentemente, alternam-se os canais de negociação junto ao poder público e aos grupos políticos. Entretanto, até que ponto os mutirões para construção de casas e melhorias das ruas, organizado pelos moradores dos anos 1950 e 1960, são diferentes do mutirão para o calçamento da estrada principal que liga ao morro nos anos 1980? Até que ponto obras como a padaria comunitária dos anos 1980 é diferente da horta criada atrás da igreja? Muitos de seus participantes são inclusive os mesmos, isto é, pessoas que, como Agostinho Cardoso participaram de ambos os processos, trazendo para os “novos movimentos” dos anos 1980 as experiências vividas anteriormente.

Portanto, as ações dos anos 1950 e 1960, a busca pela construção de ruas, pela organização de abaixo-assinados, mutirões e hortas comunitárias são movimentos

políticos, apesar de não serem político-partidários, nos quais se colocam em debate a participação das classes populares na vida da cidade. Desse modo, através de suas práticas sociais, os habitantes do Morro da Caixa d'Água se inserem nos projetos urbanos, expondo suas demandas na arena de negociações aberta por essa “cultura assistencial”. O pedir transforma-se em reivindicar, inculcando nas pessoas noções de direito e responsabilidade na relação entre poder público e organizações populares. Talvez estas experiências tenham sido fundamentais para que, nos anos 1980, os “novos movimentos” tenham se construído daquela forma e não de outra.

A existência de algumas pessoas influentes na vida social do morro, atreladas a grupos políticos e com posturas anticomunistas, não significou uma subordinação passiva dos demais moradores. Na batalha pelos pobres, a incerteza era um componente permanente de um jogo em que exigências travestiam-se de pedidos e territórios de diálogo emergiam por entre a economia de favores existentes. Se o voto era dado para alguém próximo, da localidade, ou indicado por um dos distribuidores de benefícios locais, era porque as demandas locais, assim, poderiam ser mais bem negociadas.

Analisamos neste trabalho que a existência de uma “cultura assistencial” na Florianópolis dos anos 1950 e 1960, isto é, de um conjunto de significados sociais gerais que emprestavam sentido às práticas de caridade, não significaram, portanto, a esterilização das lutas e das transformações sociais. Esta “cultura assistencial” demarcava para os sujeitos históricos, homens e mulheres moradores dos morros ou bairros empobrecidos, os lugares onde as lutas de classes e outros conflitos existentes naquela sociedade iriam ocorrer. Assim, o ato de doar poderia ser revestido de significações diversas, a do doador e a do beneficiário. Portanto, as classes populares florianopolitanas incorporaram estes significados sociais gerais transformando-os na arena das lutas sociais do período, onde os direitos eram negociados e a cidadania cotidianamente construída.

FONTES

1. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Jornal O Estado

Jornal A Gazeta

Jornal A Verdade

2. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral

Resultado das eleições municipais de 03 de outubro de 1955 – Documento 14.

Ata da apuração final, boletim de apuração para prefeito e vereador: eleição de 30 de agosto de 1959 – Documento 23.

Mapa de apuração para prefeito 1959 – Florianópolis – Documento 23 A.

Mapa de apuração para prefeito 1959 – 13ª ZE – Florianópolis – Documento 23B.

Ata e mapa de apuração da 12ª e 13ª Zona Eleitoral – Florianópolis – 07/10/1962 – Documento 32 A.

3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis

Curriculum Vitae do Monsenhor Agostinho Staehelin. Florianópolis, 1998.

4. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Desterro – Catedral

Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Desterro – Catedral, 1944-1973.

5. Capela Nossa Senhora do Mont Serrat

Livro: Guia de Despesas. Irmandade de Nossa Senhora de Mont Serrat.

Livro Ata - Irmandade Nossa Senhora do Mont Serrat, 1964-1985.

Livro de Atas nº 3 - Irmandade Nossa Senhora do Mont Serrat, 1953-1963.

Livro de Registro de Irmãos. Irmandade de Nossa Senhora de Mont Serrat.

Livro de Registro de Sócios. Irmandade de Nossa Senhora de Mont Serrat, 1975-1985.

6. Entrevistas

a) Durante a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (2001-2003):

1. Carlos Agostinho Cardoso (02/07/2002)
2. João Ferreira de Souza – concedida a professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia (28/08/2001)
3. Darcy Vitória de Brito (01/07/2002)
4. Cléber Ferreira (01/07/2002)
5. Marli Belarmino Veloso (29/06/2002)
6. Vilson Groh (20/05/2002)
7. Vilson Groh (22/05/2003)

b) Durante a pesquisa de mestrado (2004-2006):

1. Maria de Lurdes da Costa Gonzaga (21/01/2005)
2. João Ferreira de Souza (11/03/2005)
3. Abelardo Henrique Blumemberg – Avez-vous ou Ajevú (12/05/2005)
4. Monsenhor Agostinho Staehelin (25/05/2005)
5. Vera Lúcia Veloso (09/07/2005)
6. Vidomar Leopoldo Carlos (09/07/2005)
7. Elizabete Ferreira (09/07/2005)
8. Iolida Rosa (09/07/2005)
9. Olavo Manoel Zeferino Cardoso (03/08/2005)
10. Carlos Agostinho Cardoso (14/09/2005)

7. Outros documentos coletados

STAEHELIN, Agostinho. **Histórias da minha vida**. Conjunto de escritos não publicados que relatam a vida do Monsenhor Agostinho Staehelin.

Memórias: comunidade do Mont Serrat. Florianópolis, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionário Aurélio eletrônico. Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999. 1 CD-ROM.

Memórias: comunidade do Mont Serrat. Florianópolis, 1992.

ARAÚJO, Camilo Buss. **A sociedade sem exclusão do padre Vilson Groh:** a construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat. Florianópolis: Insular, 2004.

AREND, Sílvia Maria Fávero. **Filhos de criação:** uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Porto Alegre, 2005. 446 f. Tese (doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo:** ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC Ed./Ed. da UFSC, 1991.

CAPAVERDE, Leonia. **Uma experiência de desenvolvimento e organização de comunidade numa paróquia.** Florianópolis, 1962. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79).** Florianópolis, 1988. 278 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) –, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina.

CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e. **O Serviço Social em uma comunidade paroquial.** Florianópolis, 1963. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 173-202.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e outras f(r)estas:** ensaios de história social da cultura. Campinas: Editora da Unicamp, CECULT, 2002.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusão**: Brasil 1937-1945. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 271.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra**: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

DUARTE, Adriano Luiz. Os sentidos de comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade cultural. **Trajetos**, Fortaleza, vol. 1, n° 2, 103-114, 2002.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Florianópolis, 1997. 186 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas.

FRENCH, John D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo-São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 251-262.

KREMER, Rogério. **Datas históricas de Antônio Carlos** : 1830-1992. Florianópolis: Papa-Livro, 1993.

LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina (1945-1960)**. Florianópolis, 1985. 336 f. Dissertação (mestrado em História) -, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970**. Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LOWY, Michael. . **A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, Marta Magda Antunes. **Palavra feminina na periferia da Igreja: a participação das mulheres na organização da comunidade "Mont Serrat", Morro da Caixa d'Água, em Florianópolis/SC**. 1999. 328 f. Dissertação (Mestrado) - Ciências da Religião, PUC/SP, São Paulo, 1999.

MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)**. Florianópolis, 1997. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, Celso. **Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Valda Maria. **O processo de desenvolvimento e organização de comunidade na promoção do bem-estar social**. Florianópolis, 1966. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina.

MATOS, Enio de Oliveira. **Arquidiocese de Florianópolis: preservando sua história**. Florianópolis: Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, 1996.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. Redes políticas. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis, vol. 1, nº 6, 123-137, 1998.

NEGRO, Antonio Luigi. Automóveis 100% nacionais para Argentina e Brasil. Parceria desenvolvimentista no além-mar. In: FORTES, Alexandre (et. al). **Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1987.

PIAZZA, Walter. (org.). **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, dez. 1996. p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política e senso comum. In: FERREIRA, Marieta Moraes. AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

RAAD, Lenita Jacira Farias. “... **denunciando os males do comunismo**”: o anticomunismo na revista Seleções Reader’s Digest (1950-1960). Florianópolis, 2005. 135 f. Dissertação (mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

REITZ, Raulino. **Alto Biguaçu** : narrativa cultural tetrarracial. Florianópolis: Lunardelli, Ed. UFSC, 1988.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Manoel Alves. **Caminho**. 2 ed. Florianópolis: Guarapuvu, 2001.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao planejamento urbano**: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis, 1950-1990. Florianópolis, 1993. 181 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

SÁDER, ÉDER. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANT’ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder**: novas sociabilidades urbanas em Florianópolis, de 1950 a 1970. Porto Alegre, 2005. 696 f. Tese (doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANT’ANNA, Mara Rúbia. **Parecer estar novo, estar apto – desafios à Florianópolis dos anos 1950 e 1960**. Comunicação apresentada no simpósio temático “Passagens urbanas” – X Encontro Estadual de História. Florianópolis, julho de 2004.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SOUZA, Rogério Luiz. **A construção de uma nova ordem**: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945). Florianópolis, 1996. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Rogério Luiz de. **A reforma social católica e o novo limiar capitalista (1945-1965)**. Curitiba, 2001. Tese (doutorado em história) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano**. A via de contorno Norte-Ilha. São Paul, 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In:____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. ¿Lucha de clases sin clases? In: **Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2 ed. Barcelona: Crítica, 1984.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Resenha eleitoral**: nova série. Florianópolis: TRESC, 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Sítios consultados:

MELLO, Fernando Vieira de. Os campeões de audiência. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/comunica/radio/caudi/apresent.htm>. Acesso em 17/02/2005.

Câmara Municipal de Florianópolis: 2ª Legislatura 1951-1955. Disponível em: http://www.cmf.sc.gov.br/leg_2.htm. Site da Câmara Municipal de Florianópolis. Acesso em 25/03/2005.

Câmara Municipal de Florianópolis: 3ª Legislatura 1955-1959. Disponível em: http://www.cmf.sc.gov.br/leg_3.htm. Site da Câmara Municipal de Florianópolis. Acesso em 25/03/2005.

Câmara Municipal de Florianópolis: 4ª Legislatura 1959-1963. Disponível em: http://www.cmf.sc.gov.br/leg_4.htm. Site da Câmara Municipal de Florianópolis. Acesso em 25/03/2005.

Câmara Municipal de Florianópolis: 5ª Legislatura 1963-1967. Disponível em: http://www.cmf.sc.gov.br/leg_5.htm. Site da Câmara Municipal de Florianópolis. Acesso em 25/03/2005.